

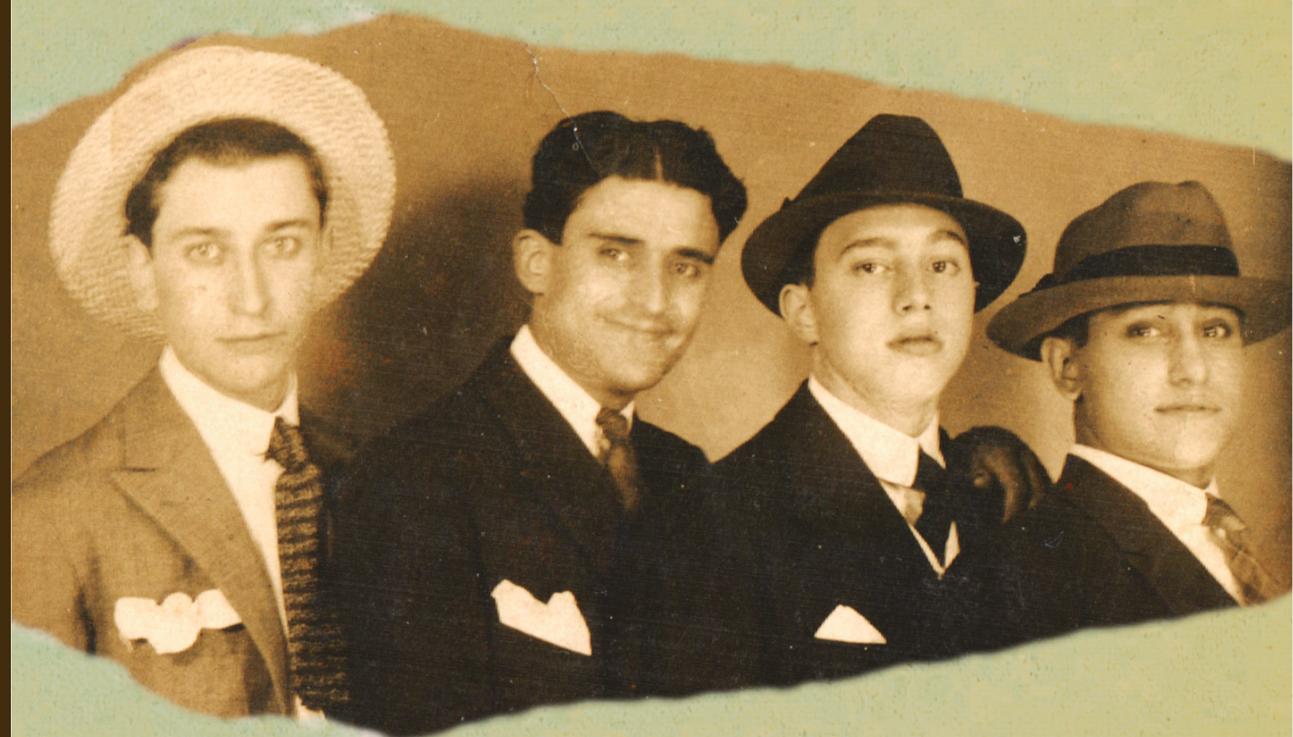
 **CITCEM**  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

 **FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS**

OS BRASILEIROS ENQUANTO AGENTES DE MUDANÇA: PODER E ASSISTÊNCIA

2013

# OS *BRASILEIROS* ENQUANTO AGENTES DE MUDANÇA: PODER E ASSISTÊNCIA



**Coordenadores:**

Maria Marta Lobo de Araújo

Alexandra Esteves

José Abílio Coelho

Renato Franco

# **OS *BRASILEIROS* ENQUANTO AGENTES DE MUDANÇA: PODER E ASSISTÊNCIA**

Maria Marta Lobo de Araújo  
Alexandra Esteves  
José Abílio Coelho  
Renato Franco  
**(Coordenadores)**

CITCEM - Universidade do Minho (Portugal)  
Fundação Getúlio Vargas (Brasil)

**Título:**

Os *brasileiros* enquanto agentes de mudança: poder e assistência

**Coordenadores**

Maria Marta Lobo de Araújo

Alexandra Esteves

José Abílio Coelho

Renato Franco

**Apoio mecenático à edição:**

Dr. Marcos Lopes (Brasil)

**Data de edição:** Junho de 2013

**Capa:** Isabel Varajão

**Edição:**

CITCEM - Universidade do Minho (Portugal)

Fundação Getúlio Vargas (Brasil)

**Impressão e acabamentos:**

Grafipóvoa, Lda. — Póvoa de Lanhoso (Telef. 253 634 372)

**ISBN:** 978-989-8612-07-6 (Portugal)

**ISBN:** 978-85-225-1328-4 (Brasil)

**Depósito Legal:** 360837/13

## ÍNDICE

### **Prefácio**

Jorge Fernandes Alves ..... 9

### **António Magalhães**

Vianenses no Brasil, “brasileiros” em Viana.

Do sucesso económico ao reconhecimento local  
através da Santa Casa da Misericórdia (séculos XVII – XVIII) ..... 17

### **Paula Sofia Costa Fernandes**

Legados que atravessam mares protegendo pobres na  
Misericórdia de uma terra lusa: a utilização dos bens dos  
“brasileiros” na Misericórdia de Penafiel na Idade Moderna ..... 35

### **António Francisco Barbosa**

O impacto dos “brasileiros” na assistência a nível local:  
o legado de Bento da Costa Tição (Séculos XVII-XVIII) ..... 55

### **Maria Odete Neto Ramos**

Salvar a alma e socorrer os necessitados ao emprestar  
capital a juro: a gestão do legado do *brasileiro* Cipriano Gomes  
Claro pela Misericórdia de Arcos de Valdevez (1738-1760) ..... 71

### **Maria Marta Lobo de Araújo**

Na despedida da vida terrena: as preocupações do “brasileiro”  
António Portela em meados do século XVIII ..... 91

<b>Renato Franco</b>		
Os portugueses na Misericórdia do Rio de Janeiro, 1800-1822	.....	109
<b>Alexandra Esteves</b>		
A intervenção dos “brasileiros” nas instituições de assistência à saúde no Norte de Portugal (século XIX)	.....	119
<b>Ricardo Silva</b>		
Atravessar o Atlântico: alcançar o sucesso ou perpetuar as dificuldades?	.....	141
<b>José Abílio Coelho</b>		
António Ferreira Lopes: o legado de um “brasileiro” imbuído de ideais republicanos	.....	153
<b>Elsa Pacheco; Jorge Fernandes Alves</b>		
Rede migratória, integração social e reflexos. Da ruralidade minhota à elite intelectual do Rio de Janeiro. Estudos de caso.	.....	171

## **Agradecimentos**

Reconhecendo-se o caráter coletivo desta obra, importa agradecer a todos quantos contribuíram para a sua concretização. O nosso primeiro agradecimento é endereçado aos autores, cujos textos foram apresentados numa sessão temática dedicada aos *Brasileiros*, no âmbito do 54º Congresso Internacional de Americanistas, que teve lugar em Viena de Áustria, em julho de 2012. A participação neste evento científico foi possível, em boa medida, graças ao apoio concedido pelo CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, do qual fazem parte quase todos os autores intervenientes nesta publicação.

Importa ainda deixar registada uma palavra de apreço e de agradecimento ao Dr. Marcos Lopes e à Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, pelo prestimoso contributo que deram à edição deste livro, bem como à Dra. Isabel Varajão, por ter emprestado o seu saber e engenho para a composição da capa que o envolve.



## Prefácio

Jorge Fernandes Alves\*

A designação de “brasileiro” vulgarizou-se em Portugal no decorrer do século XIX para designar o emigrante regressado do Brasil, condensando-se nesta referência o exotismo das marcas distintivas da sua passagem pelos trópicos, desde o falar, ao vestir e à exibição superior de riqueza, num processo que remonta à colonização do Brasil e continuou depois da independência, já como emigração.

Produzia-se, com essa designação, um estereótipo inscrito num processo difuso de identidade social, alimentado, na terra natal, pelas mitologias da emigração e do retorno. O “brasileiro” correspondia, na mentalidade colectiva, à etapa final de um percurso migratório sonhado, ao fecho do ciclo com o regresso do “filho da terra”, que surgia com traços de uma cultura distante e economias poupadas ao longo de uma vida geralmente dedicada ao comércio.

Com visibilidade social, o “brasileiro” alimentava o seu próprio mito, pois, com o seu exemplo, impelia outros à emigração. A expectativa de mobilidade social tocava o horizonte mítico que o Brasil representava, inscrito como um elemento central no campo das decisões individuais e familiares que conduziam ao processo migratório. Para o senso comum, o futuro vislumbrava-se quase só no Brasil, dada a estagnação dominante na economia portuguesa e a conseqüente falta de oportunidades decorrente de uma lavoura incipiente, em que os fluxos monetários tinham débil circulação. Legitimava-se, assim, o clima social expulsivo que grassava no Norte Litoral, marcado pela pequena propriedade e pela interiorização do individualismo como forma de ser e de estar.

Emigrar significava ir ao encontro de aspirações construídas no con-

---

\* Docente da FLUP/CITCEM. [jfalves@letras.up.pt](mailto:jfalves@letras.up.pt)

fronto com o meio e representações sociais nele dominantes, apoiadas no exemplo de figuras reais e próximas que funcionavam como mecanismo emulativo. Assim dizia na altura um biógrafo, Augusto Ribeiro:

Aos novos atraí-os o Brasil, o “brasileiro” que voltou rico, que comprou as terras do morgado, que dá dinheiro a juro, que faz uma festa ruidosa, com grandes esmolas aos pobres e lautos jantares aos ricos, desperta-lhes a ambição e não descansam sem ir também para o Brasil<sup>1</sup>.

O anedotário popular, os humoristas e literatos plasmaram de forma burlesca estas figuras, ampliando-as pela caricatura. Eça de Queirós captou esses exageros da utilização do “brasileiro” pelo Romantismo, cujos literatos, no seu “idealismo nevoento”, arrumavam as personagens em dois tipos: “ideais e materiais”, remetendo o “brasileiro” para a gaveta da acção material, domínio “que ao Romantismo aparecera sempre como coisa subalterna e grosseira”. E Eça de Queirós, revelando a contradição do registo literário, sublinhava o tratamento elegíaco, pela mesma literatura, do “triste emigrante” nas agruras da partida e da saudade. Mas, mal voltava,

com o dinheiro que juntara carregando todos os fardos da servidão — o *saudoso emigrante* passava logo a ser o *brasileiro*, o bruto o reles, o alvar. Desde que ele deixara de soluçar e ser sensível, para labutar duramente de marçano nos armazéns do Rio, o Romantismo repelia-o como criatura baixa e soez. O trabalho despoetizara o triste emigrante. E era então que o Romantismo se apossava dele, já rico e *brasileiro*, para o mostrar no livro e no palco, em caricatura, sempre material, sempre rude, sempre risível<sup>2</sup>.

Do senso comum, porém, emergiam diferentes restituições de sentido na representação do “brasileiro”, com atribuições positivas a esses homens

---

<sup>1</sup> Cit. in ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: edição de autor, 1994. p. 163.

<sup>2</sup> Prefácio a MAGALHÃES, Luís de - *O Brasileiro Soares*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1980.

que desenvolviam uma vida aberta a um mundo de relações, sujeitando-se a papéis fragmentários num continuado processo de desdobramento e de ressocialização. A maioria das famílias ansiava por ter um filho “brasileiro”, visto como o “anjo” que velaria pela família à medida que evoluísse o ciclo de vida, desde o apoio aos irmãos mais novos até ao papel de amparo na velhice dos pais.

Naturalmente os regressos não correspondiam sempre a homens ricos, longe disso, além de que os níveis de avaliação social diferiam conforme os lugares a que se acolhiam na volta. Mas é a fixação no ricoço e a desvalorização do pobre ou remediado que levava a sociedade a subavaliar o movimento de retorno na emigração. Há, naturalmente, conjunturas para o efeito de retorno com maiores recursos: por 1830 e 1850, por ocasião de medidas ligadas com a extinção da escravatura, tornou-se visível o retorno de grandes negociantes relacionados com o tráfico (caso do Conde de Ferreira, dos irmãos Pinto da Fonseca, entre muitos); houve pontualmente razões políticas para o regresso (em sequência de motins lusófbos); mas o mais significativo era a prática das casas comerciais que seguiam a tradição de os proprietários se retirarem para Portugal quando encontravam um sucessor que garantia prestações regulares. O próprio desenvolvimento do comércio urbano do Brasil surgia também como um espaço de formação para os filhos de negociantes portugueses, que tirocinavam nas casas do Rio de Janeiro ou de outras cidades, adquirindo hábitos e capacidades de trabalho, e depois ajudavam a fundar e/ou gerir empresas em Portugal.

O retorno verificava-se em todas as situações económicas, embora seja negligenciado pelo facto de não existirem números oficiais. Existem apenas informações dispersas. O governador civil do Porto, Tabner de Moraes, no Inquérito Parlamentar de 1873, estimava em 40% o retorno para todas as situações (20% voltariam sem nada, 15% com alguns capitais, 5% com fortunas). Oliveira Martins, em artigos publicados em 1891, atribuía ao retorno um peso de 50% relativamente às partidas<sup>3</sup>. Alguns exercícios para a segunda metade do século XIX confirmam um refluxo em torno dessa grandeza, com oscilações entre os 40 a 60%, sejam esses exercícios realizados sobre algumas listas de embarque ou

---

<sup>3</sup> MARTINS, Oliveira - *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães & C<sup>a</sup> Editores. p. 245.

pela equação de concordância inter-censitária (há estimativas de retorno de 70% para a Galiza, uma região de continuidade com o Norte Litoral). Mais tarde, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), em relatório de actividades, apresentou quadros minuciosos sobre o movimento da emigração para os anos de 1936-1938, decorrentes da organização dos serviços neste domínio. Embora já noutra conjuntura, a Polícia apurou, no inquérito realizado aos portugueses que reentravam em Portugal, coeficientes anuais de retorno, no que respeitava ao Brasil, de 46% e 47% para os anos de 1937 e 1938, embora 61% dos que retornavam afirmavam a sua intenção de voltar ao Brasil.

Ora múltiplas biografias de emigrantes ilustram a tradição de uma pendularidade alargada, isto é, de fazer alguns anos no Brasil, voltar a Portugal e viver em família algum tempo para voltar mais tarde, ao sabor de conjunturas propiciadoras, conjugadas com projectos individuais e familiares, para regressar de novo ou não. Era uma situação particularmente vivida em ofícios manuais, pescadores e situações comerciais já estabilizadas. A evolução dos transportes marítimos, com os vapores, mais rápidos, mais baratos, mais confortáveis, favorece a intensificação desta pendularidade a partir da década de 1870, razão por que deveremos ponderar também estes aspectos (retorno e re-emigração) no crescente empolamento das estatísticas de emigração por estes anos.

Ao peso demográfico do retorno não corresponde necessariamente uma igual proporção de riqueza: por isso, na linguagem popular, uns voltavam “brasileiros”, os que vinham com uma riqueza assinalável, outros apenas “abrasileirados”. Resultados fragmentários do inquérito de 1873, relativos a concelhos circunvizinhos do Porto, dizem-nos que em 1471 regressados, 777 faziam-no com “alguma fortuna”. Dos mais afortunados, a idade média era de 42 anos, oscilando entre os 30 e os 50 anos, com um tempo médio de ciclo emigratório de 10 anos, embora 50% regressem antes dessa média. O montante de riqueza atribuída é correlativo ao tempo da emigração: para os que voltam antes dos 10 anos há uma riqueza média de cerca de 2 contos de réis (o necessário para comprar uma quinta, casa de lavoura constituída por edifício e algum terreno à volta), embora 50% declarem valores inferiores a um conto de réis; entre 6 a 20 contos de réis só para os que trabalharam no Brasil acima de 10 anos; valores em torno dos 100 contos de réis só

para uns poucos, que gastaram a sua vida no Brasil (40 anos de emigração). Como termo de comparação, lembre-se que um artista em Portugal ganharia \$400 réis diários, ou seja, 146\$000 réis para 365 dias. Um conto de réis corresponderia a 2500 dias de trabalho<sup>4</sup>.

É com esse peso de retorno, associado aos refluxos monetários (verbas de retirada, de mesadas, de ligações comerciais e de títulos de rendimento), que se explica a importância social dos ditos “brasileiros” no Litoral Norte, vistos como elementos de revitalização do tecido económico-social da região. O “brasileiro” surgia como a *“personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime”*, aburguesando o meio, segundo Ricardo Jorge. Uns voltavam à agricultura, outros estabeleciam pequenas lojas (grande parte da rede de comércio a retalho em Portugal estava na mão de emigrantes regressados), outros ainda optavam por hospedarias ou hotéis, denotando uma subida de estatuto face à posição de partida. Os de maior riqueza participavam em empresas, sobretudo em sociedades anónimas, ou aplicavam dinheiro em títulos de dívida pública. A mobilidade social ascendente era notória no mercado nupcial. Era através deles, por alianças matrimoniais ou por aquisição, que muitas casas de lavoura da região se rejuvenesciam, procedendo a investimentos tanto em construções habitacionais salubres e apetrechadas de água, como na ampliação de terrenos. Muitas das vilas que se tornam sedes de concelho com as reformas liberais beneficiaram, na sua urbanização, da construção dos melhores edifícios de habitação por “brasileiros”, os quais tinham sempre uma grande participação na construção de escolas, asilos e hospitais locais. Daí as frequentes estatuetas de “brasileiros” em praças públicas. Os “brasileiros”, que sabiam da importância da alfabetização no sucesso emigratório, desenvolveram uma importante acção no fomento escolar, tornando-se nos grandes e quase únicos filantropos da educação em Portugal: um deles, o Conde de Ferreira, deixou à sua morte um legado para a construção de 120 escolas, com recomendação para edifícios que englobassem sala de aulas e habitação do professor. Deixou ainda uma verba para a construção do primeiro grande hospital de alienados, no Porto. Houve antecedentes e sucedâneos deste exemplo, ajudando a criar (por iniciativa própria ou

---

<sup>4</sup> ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: edição de autor, 1994. p. 261.

em actos colectivos) a rede escolar do ensino primário em Portugal.

Aqui e ali, em zonas rurais, surgiram importantes fábricas da sua iniciativa (na têxtil, nos lacticínios, na serração de madeiras), com impacte local ao nível da criação de emprego, bem como pequenas oficinas que tinham no capital da emigração a razão da sua existência. Disponíveis e com recursos, os “brasileiros” tornam-se muitas vezes líderes políticos locais, participando da vida pública nas municipalidades ou mesmo como deputados. Praticavam a filantropia, apoiando misericórdias, confrarias, asilos e hospitais. E acautelavam a sua morte com cuidado, tendo um papel histórico na dignificação dos cemitérios, onde implantavam mausoléus, numa época em que os cemitérios surgiam por imposição das autoridades, em nome da sanidade, apesar da oposição popular habituada aos enterros nas igrejas. Porventura o dar monetário buscava o reconhecimento simbólico, nomeadamente através de títulos nobiliárquicos, mas como esquecer que a Misericórdia do Porto se transformou na maior instituição de assistência do País sem recorrer a lotarias, senão com as doações de “brasileiros”?

Mas era na vida urbana que os “brasileiros” melhor aplicavam o capital financeiro e o capital humano que traziam do Brasil. E aí vamos encontrá-los na novidade empresarial, em cargos de direcção ou em serviços, como sócios ou accionistas: naturalmente, no comércio; nos bancos (não se compreendem vários surtos bancários sem o seu contributo); nas seguradoras; nas empresas de transporte – veleiros, vapores, carros americanos e eléctricos (Carris de Ferro), caminho-de-ferro (linha da Póvoa); na imprensa (os dois maiores jornais do Porto, o *Jornal de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro* têm as suas origens em “brasileiros”). Desta actividade decorria também uma importante vida associativa: a Associação Comercial do Porto, que quase sempre teve “brasileiros” nos seus elencos directivos, foi nos anos 70 gerida de forma determinante por alguns dos mais representativos elementos deste grupo, chegando a conceder por essa altura o título de presidente honorário ao Conde de S. Salvador de Matosinhos, um típico exemplo de filhos de camponeses de Matosinhos que veio a tornar-se num dos maiores banqueiros do Brasil e reconhecido filantropo da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro.

Com as alterações finisseculares (nomeadamente, a implantação da República no Brasil, o incentivo à nacionalização, a queda abrupta do

câmbio e os obstáculos à saída de capitais), os “brasileiros”, enquanto tipo social, começam a desaparecer, mas manteve-se um importante retorno. A figura típica de outrora diluía-se, normalizando gestos e comportamentos, mas a passagem pelo Brasil fazia-se notar de outro modo: muitos traziam a República como ideal político e ajudaram a divulgar esse ideal em Portugal, assumindo lideranças locais e contribuindo para a publicação de jornais afectos à República; outros trouxeram condições financeiras que permitiram à geração seguinte estudar e subir alto na sociedade portuguesa (não esqueçamos, apenas como exemplo, Bernardino Machado, o presidente da República que era filho e genro de “brasileiros”, ele próprio natural do Brasil). Outros, à margem da política, continuaram a filantropia cujas realizações se estenderam pelos anos da República: o asilo do Conde de Agrolongo, em Braga, e o Hospital Rodrigues Semide, no Porto, são apenas dois exemplos.

Configurando-se Portugal como uma “economia de subsídio”, tendo em conta a enorme dependência estrutural das remessas da emigração, que papel histórico assumem esses “brasileiros” nos diversos níveis e escalas de observação? Que obras fazem, nomeadamente no campo da assistência, que dinâmicas sustentam no jogo dos poderes? Inscrevendo-se o retorno como a etapa a alcançar no momento da partida, o que acontece aos que não retornam, para lá da infelicidade e fragilidade económica que se deparam a muitos dos que partiram? Eis algumas questões essenciais que perpassam pelos textos que dão corpo ao presente livro, alargando o conhecimento das diversas vias da atividade dos emigrantes de retorno do Brasil, textos que resultam das comunicações e discussões que decorreram no simpósio em torno do tema “Os “brasileiros” enquanto agentes de mudança: poder e assistência (séculos XVII-XX)”, promovido pelas Professoras Marta Lobo e Alexandra Esteves, no âmbito do <sup>24</sup>



## **Vianenses no Brasil, brasileiros em Viana. Do sucesso económico ao reconhecimento local através da Santa Casa da Misericórdia (séculos XVII – XVIII)**

António Magalhães\*

Viana do Castelo é uma cidade localizada no litoral norte de Portugal, muito próxima da fronteira com Espanha, marcada por uma dupla identidade de terra e mar, urbe marítima e vizinhança raiana.

Quem viajar de sul para norte começa a distinguir, a alguns quilómetros, um núcleo habitacional erigido no sopé de uma pequena montanha, o monte de Santa Luzia, e que se expande para leste ao longo da margem direita de um rio que aí desagua no Oceano Atlântico, o rio Lima. Continuando, a mancha urbana contorna a montanha e penetra no interior do território. O rio não constituiu fronteira e a margem esquerda assume também uma peculiar importância.

Esta primeira imagem que impressiona o visitante é complementada pela envolvimento de um passado glorioso quando se alcança o miolo do núcleo urbano. Caminhando ao longo de ruas que mantêm ainda muitas das marcas ancestrais, é-se constantemente impressionado por edificações sumptuosas, testemunhas vivas dos períodos mais dinâmicos da expansão marítima portuguesa do século XVI<sup>1</sup>. A abertura de novos mercados permitiu às gentes de Viana, durante os tempos de maior sucesso dos descobrimentos marítimos, manterem uma florescente atividade económica resultante das relações comerciais que estabeleciam com as colónias

---

\* Doutor em História. Membro do CITCEM. antonio.magalhaes.sr@gmail.com

<sup>1</sup> João Vieira Caldas classifica as construções vianenses como sendo produto de um “microclima arquitetónico”. Cf. CALDAS, João Vieira – *Viana do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990. p. 11.

portuguesas, primordialmente com o Brasil<sup>2</sup>.

Nos ciclos de maior ritmo da incorporação de novos territórios na Coroa de Portugal, seguiram-se, complementarmente, vagas sucessivas de movimentos migratórios em direção às novas colónias, numa dinâmica facilmente identificável em várias localidades do reino português<sup>3</sup>. Então, tal como sucedera nos primórdios da expansão marítima, também os naturais de Viana assumiram um papel significativo, mormente para os novos territórios da América do Sul, estabelecendo prósperas comunidades, sendo o exemplo mais flagrante a cidade de Pernambuco<sup>4</sup>.

Terra e mar: dois elementos estruturantes na configuração da identidade das gentes vianenses. A terra representava a origem, onde nem sempre se regressava, mas que, mesmo separada pela imensa vastidão do Atlântico, permanecia viva na memória dos que partiam. O mar conferia, igualmente, uma marca identitária desde os primórdios da povoação<sup>5</sup>, acolhendo a ancestral tendência para a emigração e o contacto com o desconhecido, naquilo que Alberto Sampaio classificava como «a expansão natural da sua própria energia»<sup>6</sup>.

É no entendimento desta permanente dualidade interventiva entre terra e mar, a que se juntava uma história de constante intercâmbio comercial com as gentes do outro lado da fronteira, ou com alguns dos portos mais dinâmicos do centro da Europa, que deve ser inscrito muito

---

<sup>2</sup> Em 1580, Viana dispunha de oitenta barcos de pesca de costa e mar alto; na primeira metade do século XVII, quase todos se dedicavam ao comércio com o Brasil, tendo abandonado a pesca. Cf. PEDROSA, Fernando Alberto Gomes – *Marinheiros galegos em Portugal*. In *III Colóquio e Dia da História Militar – Actas*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1992. p. 58.

<sup>3</sup> O poder de atração exercido pelas colónias, com especial destaque para o Brasil, era de tal forma presente na sociedade da época que levou alguns homens a disponibilizar legados para facilitar a emigração de familiares. Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII)*. *Cadernos de História* v.8, n.9, Belo Horizonte: (2006) 31.

<sup>4</sup> Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães - *L'émigration portugaise (XV - XX siècles)*. *Revista de História Económica e Social*. Vol I, (1978) 9.

<sup>5</sup> Sobre a origem da localidade e a importância da sua Misericórdia, leia-se RIBEIRO, António Magalhães da Silva – *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI – XVIII)*. Braga: [s. n.], 2009 (tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho), vol. I. p. 54-63.

<sup>6</sup> Cf. SAMPAIO, Alberto - *Estudos históricos e económicos - as póvoas marítimas*. Lisboa: Vega Lda, 1988. p. 128.

do percurso dos naturais da localidade ao longo dos séculos em apreço. Tempos marcados por um ritmo mais ou menos constante de crescimento, que atingiu o apogeu em meados do século XVII, seguindo-se um longo período de evidente declínio até à segunda metade do século XIX<sup>7</sup>.

Foi a partir de Viana do Castelo, ou Viana da Foz do Lima, para sermos fiéis ao topónimo vigente na época em referência<sup>8</sup>, que também se fez uma parte da história do Brasil.

Na verdade, o contínuo movimento de naturais de Viana em direção aos territórios coloniais da América do Sul não se fazia sentir apenas nos grupos sociais menos qualificados, mas percorria transversalmente a sociedade local<sup>9</sup>. A Misericórdia, enquanto espelho onde se reviam as elites locais, também não se manteve imune a este movimento migratório, que tanto se manifestava ao nível dos assalariados da instituição, como igualmente provocava a diminuição dos efetivos confraternais, estreitando o campo de recrutamento de futuros dirigentes.

O arquivo da confraria documenta, desde meados do século XVI, sucessivas deliberações procurando resolver problemas colocados pela emigração de “irmãos”<sup>10</sup>. Se em alguns casos o respetivo acórdão limitava-se a constatar a ausência, colmatando-a com a integração de um novo elemento, noutras ocasiões o documento avançava com considerações que permitem um conhecimento mais aprofundado sobre a natureza destes fluxos migratórios e do impacto sofrido na atividade quotidiana da confraria.

---

<sup>7</sup> Cf. CAPELA, José Viriato - Viana na Segunda metade do Século XVIII: Em Torno de um Processo de Decadência e Subalternização Comercial. *Terra de Val de Vez – Boletim Cultural*, (2006) 118-124.

<sup>8</sup> Nome que a localidade recebeu com a outorga do foral de D. Afonso III, em 1258, e que se manteria até à elevação a cidade, em 1848. Cf. REIS, António Matos - *Fundação de Viana – o foral de D. Afonso III*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 1994. p. 43.

<sup>9</sup> A importância do Brasil na sociedade vianense refletia-se igualmente noutras confrarias, como era o caso da grande rival da Misericórdia, nessa época. Em 1637, um acórdão da Santa Casa referia que muitos dos proventos da Confraria dos Mareantes resultavam das esmolas recebidas dos navios que operavam na rota do Brasil. Cf. ASCMVC, *Índice dos Acordans dos livros desta Caza da Sta Miz. da Villa de Vianna des de o anno 1559 thê prezente anno de 1743*, fl. 114v.

<sup>10</sup> Termo que designava os membros da confraria.

Em Junho de 1586, a Mesa<sup>11</sup>, em final de mandato, refletia sobre o procedimento de alguns irmãos de “menor condição”<sup>12</sup>, assacando-lhes várias infrações regulamentares, com especial destaque para a falta de dedicação no desempenho de algumas das suas obrigações, daí advindo algum obscurecimento da visibilidade local da Santa Casa. Porém, as dificuldades não se revelavam apenas ao nível da quebra na militância confraternal, mas prolongavam-se na diminuição do número de membros em efetividade de funções, em resultado da emigração para o Brasil. Pertenciam ao grupo da segunda condição: um alfaiate e dois sapateiros e, nos termos dessa deliberação, lamentava-se o afastamento, mas, sobretudo, assumia-se que tendo saído de Viana há muitos anos, não havia qualquer esperança de que alguma vez regressassem<sup>13</sup>.

Este sentimento de uma partida com retorno muito incerto não resultava de qualquer fenómeno conjuntural, mas surpreende-se em frequentes deliberações da Mesa da Santa Casa, igualmente nos séculos XVII e XVIII, o que remete para um percurso que, em muitos casos, era de sentido único. Para um número significativo de irmãos que emigravam para o Brasil, o regresso à terra de origem haveria de revelar-se mais problemático do que eventualmente teriam em mente ao tomarem a decisão de abalar.

Em Junho de 1639, aquando da readmissão de dois confrades que haviam sido riscados cinco anos atrás, lembrava-se que iriam ocupar lugares que estavam vagos, dada a ausência de outros dois que «estavam abzentes nas partes do Brazil e senão esperava por eles tam cedo»<sup>14</sup>, o que traduz reduzida esperança no regresso.

O Brasil justificava a necessidade de sucessivas reconfigurações nos efetivos confraternais, mas também fornecia uma espécie de alibi para recusas em assumir as responsabilidades decorrentes do estatuto de pertença à Misericórdia. Nos tempos em que se via enfraquecido o seu poder de atração nos setores mais tradicionais da elite do artesanato

---

<sup>11</sup> Órgão dirigente da confraria.

<sup>12</sup> “Menor condição”, “segunda condição” ou “mecânicos”, são algumas das designações presentes nas fontes para identificar os membros da confraria que não beneficiavam do estatuto de nobres.

<sup>13</sup> Cf. ASCMVC, *Índice dos Acordans dos livros desta Caza...*, fl. 86.

<sup>14</sup> Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1638*, fl. 124.

vianense, uma próxima ausência no Brasil servia de argumento para se esquivar ao serviço confraternal. Em repetidas ocasiões tornou-se indispensável recompor a Mesa, devido à saída de dirigentes em direção à colônia sul-americana, ou pela invocação dessa eventualidade, como razão suficiente para declinar a eleição para esses cargos.

Uma deliberação de julho de 1753, permite-nos concluir que seria uma prática com alguma recorrência, impondo-se a tomada de medidas que pudessem constituir-se como elemento dissuasor. A propósito da reiterada indisponibilidade de um eleito da segunda condição para assumir um cargo em Mesa, aduzindo precisamente a iminente partida para o Brasil, os demais responsáveis deliberaram a sua expulsão, acentuando que, com essa decisão, pretendiam atuar de forma preventiva, visando desencorajar idênticos comportamentos no futuro para que «nehum outro se anime a faltar ao serviço da Caza para que for eleito»<sup>15</sup>.

Embora tenhamos referido alguns dos problemas verificados com os irmãos de menor condição, o apelo da partida sentia-se igualmente entre a elite nobre da localidade, forçando igualmente a proceder a ajustes nos efetivos da irmandade entre o grupo da “primeira condição”<sup>16</sup>. A nobreza vianense participava ativamente na epopeia colonial desde os primeiros tempos, fosse através de uma intervenção ativa nas atividades mais diretamente ligadas ao comércio, fosse no desempenho de altos cargos no governo dos novos territórios<sup>17</sup>.

Esta sangria era claramente enunciada numa petição enviada à Coroa, em Janeiro de 1638, lamentando-se que muitos nobres «se embarquão para as partes do brasil no que fazem muita falta com suas abzencias»<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> Cf. ASCMVC, *Livro dos acordos desta Sr<sup>a</sup> Casa da mesericórdia da villa de Vianna em o qual se excrevem todos asentos pretencentes he o bom gouerno desta Santa Casa que principia a servir no pr<sup>o</sup> mês de Junho de 1728*, fl. 128v.

<sup>16</sup> Designação que as fontes frequentemente atribuem aos irmãos que beneficiavam do estatuto de nobre.

<sup>17</sup> Sobre os diferentes atores da atividade comercial desde os primórdios da expansão marítima, leia-se COELHO, António Borges – Mercadores portugueses nos séculos XIV e XV. In ALBUQUERQUE, Luís, dir. – *Portugal no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa S.A., 1989. p. 72-88.

<sup>18</sup> Cf. ASCMVC, *Bullario das Provizoes, Previlégios Regalias Sentenç as e outros varios papeis e documentos deque goza esta Sancta Casa da Mizericórdia desta villa de Vianna corregido e Reformado neste presente anno de 1770 para ode 1772, sendo Provedor Francisco Manoel Pina de Alpoim. Escrivao Francisco Felipe Soares de Lima*, fl. 501.

Em março de 1687, era o mais alto cargo da estrutura confraternal que apresentava uma situação de vacatura, dada a ausência do provedor Matias da Cunha, entretanto nomeado Governador-geral do Brasil, impondo-se a sua substituição<sup>19</sup>.

Ainda que não assumindo a gravidade dos afastamentos dos confrades, também ao nível dos assalariados da Santa Casa a emigração para o território sul-americano marcou impressivamente a história da instituição. As referências surgem, frequentemente, nos diferentes suportes da sua memória escrita, denotando a importância que as sucessivas demissões representavam na gestão corrente. Aliás, como teremos oportunidade de observar com mais detalhe, o financiamento da viagem para as terras brasileiras constituía, uma das mais frequentes modalidades de integração dos chamados “moços da Casa”<sup>20</sup> numa nova vida após servirem a Misericórdia<sup>21</sup>.

A necessidade de colmatar as vagas provocadas pela emigração abrangia todo o leque de colaboradores, desde os que assumiam as maiores responsabilidades, gozando dos correspondentes privilégios, até aos que, situados nos escalões mais baixos da hierarquia, pouco mais auferiam que uma parca remuneração, num misto de numerário, bens alimentares, roupa e calçado<sup>22</sup>.

Os sacerdotes ocupavam um lugar de primeira importância no organograma dos assalariados da confraria. A sua intervenção, assegurando, nomeadamente, os competentes ofícios religiosos inerentes aos legados que chegavam à Santa Casa, revelava-se determinante para o sucesso da sua atividade caritativa. Não satisfizer as obrigações culturais determinadas pelos testamentos era fator de enorme desprestígio para a Misericórdia, enquanto entidade idónea para o cumprimento das últimas vontades dos legatários.

---

<sup>19</sup> Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1686*, fl. 260.

<sup>20</sup> Designação corrente dos assalariados mais jovens da confraria.

<sup>21</sup> Procedimento semelhante era observado na congénere de Ponte de Lima. Os sacristães que partiam para o Brasil eram gratificados com um valor equivalente ao custo da viagem. Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000. p. 688.

<sup>22</sup> Sobre a tabela remuneratória destes assalariados, leia-se: RIBEIRO, António Magalhães da Silva – *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana...*, vol. II. p. 548-558.

Nestes pressupostos, não surpreende a rapidez com que se procurava substituir algum sacerdote que deixasse de officiar alguma das capelas. A par de outros motivos, encontrámos repetidas substituições ditadas pela partida do titular para o Brasil<sup>23</sup>.

Idênticos constrangimentos eram também identificados nos assalariados dos serviços de saúde, obrigando a tomar deliberações que permitissem colmatar as saídas resultantes do embarque em direção às colónias<sup>24</sup>.

Como se referiu, foi entre os mais jovens que se verificou o maior movimento de entradas e saídas provocadas pela emigração brasileira. A própria natureza da vinculação destes colaboradores, dada a idade com que entravam ao serviço da instituição, potenciava o corte da relação estabelecida com a Santa Casa quando atingiam a idade adulta. O cessar da ligação era, geralmente, selado com uma retribuição acessória que pretendia ser uma ajuda suplementar à construção de uma vida independente, que, em muitos casos, passava pelo financiamento da viagem em direção a uma das colónias do império português<sup>25</sup>. De entre elas, o Brasil ocupava uma posição cimeira enquanto destino preferencial desses jovens. Tratou-se de um movimento recorrente ao longo do período em análise<sup>26</sup>. Em junho de 1653, Manuel Araújo, depois de servir a confraria durante sete anos, partiu para o Brasil, tendo recebido três mil réis em dinheiro e um vestido.

---

<sup>23</sup> Entre várias saídas de sacerdotes para o Brasil, veja-se o caso do Padre Gonçalo Marques Tourinho que, em Junho de 1650, deixou vaga a capela que oficiava. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1649*, fl. 198. Em 1676, no mesmo mês, a partida do padre Diogo de Caldas Barbosa deixava vagas quatro capelas de missa semanal. *Livro de Receita e Despesa 1675*, fl. 230.

<sup>24</sup> Em Dezembro de 1712, a Mesa decidiu acolher favoravelmente um pedido do sangrador, autorizando-o a emigrar para o Brasil. Cf. ASCMVC, *Livro dos acordos desta St<sup>a</sup> Casa da misericórdia da villa de Vianna...*, fl. 293.

<sup>25</sup> Sobre os modelos de vinculação seguidos pela Misericórdia de Viana do Castelo nos séculos XVI a XVIII, com estes assalariados, leia-se RIBEIRO, António Magalhães da Silva – *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima...*, vol. II. p. 548-558. Em Março de 1713, era o servente Gabriel Fernandes que recebia vinte e quatro mil réis e seis alqueires de trigo, destinados a financiar a viagem. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1712*, fl. 325. Em Julho de 1751, a mesma verba era entregue a um outro moço que levava idêntico destino, sendo assinalado que essa despesa se inscrevia nos “costumes da Casa”. , *Livro dos acordos desta St<sup>a</sup> Casa da misericórdia da villa de Vianna...*, fl. 213v.

Apesar da compreensível importância que estes fluxos tinham na atividade corrente da Santa Casa, foi sobretudo ao nível dos legados testamentários que mais se evidenciou o tremendo impacto dos emigrantes brasileiros. Foi graças às contribuições de muitos desses homens que, embora fisicamente distantes, mantinham, contudo, uma forte ligação afetiva à terra que os vira nascer, financiando muitas das práticas caritativas de algumas das confrarias locais, com especial destaque para a Misericórdia. Quando se manifestava mais acentuadamente a possibilidade de um fim próximo, procuravam-se estabelecer aquelas que seriam as últimas vontades, determinando-se os beneficiários do sucesso económico entretanto alcançado, mas também as correspondentes obrigações<sup>27</sup>.

Em muitos dos testamentos, a par dessas preocupações mais imediatas, sente-se, igualmente, a necessidade de acautelar descaminhos às determinações testamentais, potencialmente geradoras de apropriações indevidas, deturpando a vontade do instituidor, mas também capazes de inviabilizarem o reconhecimento que se pretendia alcançar junto dos contemporâneos. A convocação de uma entidade idónea e de reconhecida notoriedade local para o papel de fiscalizadora do cabal cumprimento dessas disposições, enquadra-se nesse propósito de assumir distinção perante os que haviam permanecido na Metrópole. Em repetidas ocasiões a confraria era convocada para assumir esse papel de guardião da memória, com o correspondente benefício económico<sup>28</sup>.

A partida para longínquas paragens quebrava laços familiares, interrompia percursos de vida. Nos momentos finais faziam-se acertos e tentava-se um último abraço, ainda que fosse por via testamental. Dramas que os documentos guardam e que esporadicamente libertam. A dor da separação escrevia-se de muitas formas. Peças desse imenso

---

<sup>27</sup> Em 1697, um tabelião da Baía declarava ter registado o testamento de Manuel Alves Milão, nascido em Viana, referindo logo na abertura do auto de recepção, a precária condição de saúde e o temor do futuro, pormenorizando que o mesmo se apresentara «de pee, mas carregado de anos e de achaques temendose da morte e não saber o tempo e ora em que sera chamado». Cf. ASCMVC, *Índex de todos os testamentos, e papeis...*, fl. 420.

<sup>28</sup> Em dezembro de 1655, a Santa Casa foi notificada da existência de uma cláusula do testamento de Agostinho Vaz, falecido na Baía, que atribuía à confraria vianense a incumbência de zelar pelo cabal cumprimento das suas disposições testamentais, mediante uma retribuição anual de mil réis. Cf. ASCMVC, *Índex de todos os testamentos, e papeis...*, fl. 123.

mosaico formado pelos homens e mulheres que, na hora do balanço de vida, elegiam a Misericórdia como destinatária dos seus favores. Gente afastada da terra de origem, pagava com o testamento o regresso à memória dos conterrâneos. Apenas os que venceram. Os outros, os que se mantiveram nas margens da fortuna, ficaram para sempre ausentes<sup>29</sup>.

Os testamentos conservados no arquivo da Misericórdia<sup>30</sup> permitem, na maior parte dos casos, uma grande aproximação a muitas das que eram as grandes preocupações dos homens e mulheres dessa época. Independentemente da riqueza discursiva do documento, domina uma tônica geral que aponta para enquadrar a passagem pela Terra na natureza de um epifenómeno, uma curta etapa que conduziria à vida eterna.

A presença de um léxico que aponta para um fim próximo, quer seja em resultado de uma inevitabilidade biológica, «temendo da morte que é coisa natural»<sup>31</sup>, quer seja o resultado de padecimentos, «doente de enfermidade que o Senhor me deu»<sup>32</sup>, traduz evidente cuidado em garantir alguma permanência na memória dos sobreviventes e vindouros.

Em muitos dos documentos analisados, o cuidado em saldar todas as contas terrenas encontra-se não só ao nível da identificação de todos os credores conhecidos, mas também na presença de uma clara determinação em que fossem beneficiados familiares que se nomeavam. Por vezes, encontrámos no mesmo documento a repetição do que se legava a determinados familiares, o que representa uma inequívoca vontade em continuar na sua memória, seja pela necessidade de corrigir eventuais omissões passadas, seja pelo privilégio que se lhes concedia.

Um codicilo de março de 1659, anexo ao testamento do padre Gonçalo Marques Tourinho, é um bom exemplo dessa manifesta intenção em permanecer na memória dos familiares e demais pessoas próximas, independentemente das causas imediatas que determinassem o cuidado

---

<sup>29</sup> Em alguns testamentos surpreende-se também a necessidade de reafirmar que na distância se manteve a fidelidade à família que permanecera na Metrópole. Em 1650, Manuel Fernandes Barbosa declarava no seu testamento que, apesar de uma longa permanência no Brasil, não deixara aí qualquer descendente que se pudesse habilitar à condição de herdeiro. Cf. ASCMVC, *Índex de todos os testamentos, e papeis...*, fl. 119.

<sup>30</sup> O fundo documental da Misericórdia de Viana do Castelo encontra-se depositado no Arquivo Distrital da mesma localidade.

<sup>31</sup> Cf. ASCMVC, *Índex de todos os testamentos, e papeis...*, fl. 60v.

<sup>32</sup> Cf. ASCMVC, *Índex de todos os testamentos, e papeis...*, fl. 131.

posto na redação do documento. Referindo-se às mil missas que tinha instituído, dívidas e outras responsabilidades, lembrava o património que havia afetado a essas obrigações, advertindo que, em primeiro lugar, deveriam ser beneficiadas sobrinhas e outras parentas, ainda que fosse necessário recorrer a dinheiro resultante de investimentos no mercado de crédito<sup>33</sup>.

A par dessa inquietação primária, encontra-se, também, em muitos dos testamentos destas gentes que partiram para o ultramar e constituíram a Misericórdia como herdeira ou testamenteira, uma vontade, ainda que não expressamente declarada, em intervir retroativamente. Efetivamente, ao percorrermos esses documentos não deixa de se evidenciar uma apreensão latente por algum abandono a que haviam sido votados determinados membros da família que haviam permanecido em Portugal. As recorrentes preocupações com o futuro do ramo feminino da família, traduzem essa espécie de sentimento de culpa<sup>34</sup>. Redimia-se a omissão com disposições testamentárias que, de alguma forma, contribuíssem para minorar os riscos a que algumas delas poderiam estar sujeitas<sup>35</sup>. Fica a sensação que o afastamento da terra natal introduzia nestes homens um certo remorso pelo abandono a que tinham votado as mulheres da família<sup>36</sup>.

---

<sup>33</sup> Cf. ASCMVC, *Index de todos os testamentos, e papeis...*, fl. 142.

Sobre a intervenção da Misericórdia de Viana da Foz do Lima no mercado de empréstimos de dinheiro a juro, leia-se RIBEIRO, António Magalhães da Silva – *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima...*, vol. I. p. 411-420.

<sup>34</sup> Os dotes de casamento constituíam uma das mais correntes doações que chegavam às Misericórdias. Cf. SÁ, Isabel dos Guimarães - *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros do Horizonte, 2001. p. 128.

<sup>35</sup> João Correia Garcia, estabelecido na Baía, legou à Misericórdia de Viana quatrocentos mil réis para do rendimento atribuir dezasseis mil réis anuais a uma sobrinha, religiosa no Real Convento de Vila do Conde, passando a beneficiar os pobres assistidos pela confraria após a morte da beneficiária. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1715*, fl. 96. Em 1788, o capitão Manuel José de Almeida enviou do Rio de Janeiro duzentos mil réis para dotar duas órfãs suas parentes e se as não houvesse, se procurassem outras jovens na freguesia do testador. *Livro de Receita e Despesa 1788*, fl. 108v.

<sup>36</sup> As mulheres contempladas com um dote de casamento podiam ver fortalecidas as suas vantagens no mercado matrimonial pois que, por esse benefício, viam publicamente certificada a sua honra. Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na Confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*. Braga: CITCEM, 2011. p. 49

Em 1702, João Correia Granja, emigrante na Baía, redigiu o seu testamento, enunciando um conjunto alargado de instituições e pessoas a quem pretendia legar parte da sua fortuna. Analisando os diferentes destinatários, identifica-se uma lista maioritariamente feminina, privilegiando familiares próximas a viver no Brasil, embora a maioria se destine a mulheres residentes na metrópole, sobretudo em Viana da Foz do Lima. Sobre algumas destas beneficiadas são referidas anteriores doações, destinadas sobretudo para o casamento de outros elementos femininos da família, o que significa a importância que o doador conferia ao financiamento do matrimónio dessas mulheres<sup>37</sup>.

As mesmas preocupações estão presentes no testamento do mestre de campo António da Cunha Souto Maior, assassinado por um gentio no arraial de Paraíba em 1712. Também aí se evidenciam as inquietações com o futuro das familiares deixadas em Portugal, tornando relevante a importância que atribuía à manutenção da honra feminina e das verbas que consignava para esse fim<sup>38</sup>. Contudo, examinando mais de perto as suas disposições, resulta a imagem de um homem pouco condescendente para os seus familiares, sobretudo quando não fossem respeitadas as suas determinações<sup>39</sup>. A presença em ambientes hostis, marcados por uma vivência diária pautada por perigos constantes, certamente que teve a sua quota-parte na forma como determinou a atribuição desses legados.

Todavia, nem sempre se verificava tamanha rigidez nas obrigações impostas às beneficiárias. Esse era o caso do testamento do capitão José Gomes da Rocha, celebrado em 1761. Emigrara para o Brasil e aí faleceu, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, nas minas de Vila Rica do Ouro Preto. De entre vários legados, consignou duzentos e

---

<sup>37</sup> Cf. ASCMVC, *Index de todos os testamentos, e papeis...*, fl. 440.

<sup>38</sup> Além das familiares, também reservava uma verba para dotes de casamento a moças órfãs, honradas e cristãs-velhas, a serem providenciados pelas Misericórdias do Porto e de Viana, obrigando a que as providas apresentassem certidão do pároco que as recebesse e que encomendassem a sua alma a Deus. Cf. ASCMVC, *Index de todos os testamentos, e papeis...*, fls. 635-635v.

<sup>39</sup> Às irmãs alojadas no Recolhimento de S. Tiago, em Viana, atribuía dois mil cruzados, mas sob a condição de ingressarem num convento. Cf. ASCMVC, *Index de todos os testamentos, e papeis...*, fls. 632-632v.

cinquenta mil réis para o Recolhimento de S. Tiago, não impondo qualquer espécie de condição à sua outorga<sup>40</sup>.

A par destes legados ocasionais, a Misericórdia administrava outros que comportavam rendimentos suficientes para manter um programa anual de atribuição de dotes de casamento a mulheres desprovidas de recursos económicos, possibilitando-lhes, por essa via, operar com algum sucesso no mercado matrimonial.

A herança de Manuel Pereira Pinto, recebida em finais do século XVII, constitui um bom exemplo do investimento que se fazia na terra de origem, graças ao sucesso alcançado nas colónias. Natural de Viana, emigrara para o Brasil conseguindo arrecadar meios de fortuna suficientes para beneficiar várias instituições, entre as quais a Santa Casa da sua vila natal. Apesar de ter decidido ser sepultado na terra de acolhimento, mandando erguer uma capela na igreja dos Jesuítas da Baía<sup>41</sup>, não perdeu de vista a sua ligação à Metrópole, permanecendo vivo na memória de muitos vianenses. Além das várias esmolas que já referimos, legou quatro mil cruzados para serem aplicados a juro e do rendimento conceder um dote de vinte e cinco mil réis a duas órfãs, ficando os restantes cinquenta mil réis para a Santa Casa aplicar no gasto dos pobres da instituição<sup>42</sup>.

O legado manteve-se ativo desde finais do século XVII, constituindo-se como um precioso auxiliar para largas dezenas de jovens que apresentaram argumentos conducentes à atribuição do benefício. Mesmo em épocas de particular turbulência na vida da instituição e de graves problemas de tesouraria, as Mesas sempre conseguiram reunir os meios necessários à satisfação dos compromissos assumidos. Curiosamente, apenas encontrámos um único ano em que não foram concedidos parte dos dotes. No exercício de 1777, não foram entregues porque não houvera candidatas<sup>43</sup>. O registo não esclarece os motivos de tão invulgar

---

<sup>40</sup> Cf. ASCMVC, *Livro dos acordos desta Santa Casa da Misericórdia da vila de Vianna em a qual se escrevem todos os termos e assentos que pertencem ter ao bom governo desta Santa Casa que principia a servir neste anno de 1757*, fl. 59.

<sup>41</sup> Cf. ASCMVC, *Índex de todos os testamentos, e papéis que tem este segundo volume...*, fl. 311.

<sup>42</sup> Cf. ASCMVC, *Índex de todos os testamentos, e papéis que tem este segundo volume...*, fl. 319.

<sup>43</sup> Também em 1755, e no ano seguinte, não foram atribuídos os dotes previstos no legado de Ana da Cunha, para as candidatas de Monção, porque não foram apresentados requerimentos à Mesa. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1755*, fl. 110; *Livro de Receita e Despesa 1756*, fl. 101v.

acontecimento, limitando a uma nota em que se indicava a falta dessa despesa por não aparecerem requerentes<sup>44</sup>.

O sucesso alcançado nos territórios do além-mar cobrava, em muitos casos, uma pesada fatura de sacrifícios e inúmeras privações. Muitos desses homens e mulheres que partiam para o Brasil tinham uma noção das potenciais dificuldades que poderiam ser colocadas quando confrontados por ambientes hostis. Nessas ocasiões, por precaução, elaborava-se o competente testamento<sup>45</sup>.

Porém, mau grado todas as contrariedades, o imenso território da América do Sul constituía para muitos dos vianenses uma espécie de seguro para um futuro incerto, garantindo o sucesso económico capaz de abonar uma vida digna e isenta de percalços. O testamento de Ana Nunes é claro no que se refere à segurança conferida pela emigração para as colónias, colocando o Brasil em lugar de destaque. Ao fixar as suas últimas vontades, mencionava a existência de dois meninos, descendentes naturais de seu filho, aos quais deveria ser concedido todo o apoio que lhes permitisse ascender à vida religiosa. No entanto, verificando-se a impossibilidade de ordenação sacerdotal, determinava que fosse acautelada a passagem para o Brasil, garantindo-se as despesas de viagem e instalação<sup>46</sup>. Num tempo em que uma carreira eclesiástica era socialmente valorizada, não deixa de ser significativa a paridade estabelecida com uma vida nova no além-mar.

Vidas que o mar separara mas que procuravam o reencontro através das disposições testamentárias. Com os proventos do sucesso material investiam no bem-estar eterno. Elegeram a Misericórdia como testemunha destas vontades. Até meados do século XVIII são múltiplas as manifestações dessa visibilidade. Que têm as mais díspares origens, pessoas e quantitativos. Confiança que permite obter ganhos consideráveis, traduzidos na captação de legados e esmolas avultadas, mas também diversificar os rendimentos. Neste fluxo entre a América e a Europa, construía-

---

<sup>44</sup> Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1777*, fl. 95.

<sup>45</sup> O mestre de campo António da Cunha Souto Maior declarava no testamento efetuado quatro anos antes da morte, rezear o desconhecimento do que «Deus nosso Senhor de mim quer fazer e quando será servido de me levar para sy». Cf. ASCMVC, *Índex de todos os testamentos, e papeis...*, fl. 615v.

<sup>46</sup> Cf. ASCMVC, *Índex de todos os testamentos, e papeis...*, fl. 46v.

-se essa dupla identidade do emigrante: vianense no Brasil, brasileiro em Viana.

Muitas vezes, a transferência de fundos entre as possessões coloniais e a terra natal obedecia a uma complexa rede de intermediários, em tempos inevitavelmente longos, atendendo à distância e à intermitência dos contactos<sup>47</sup>. Em 1595, Diogo Dias Vicente, com um percurso errático por diferentes territórios do Oriente, determinava que uma parte da sua fortuna deveria ser transferida para a Índia a fim de que a Misericórdia de Cochim a transferisse por letra à sua congénere de Viana, a quem conferia também poderes de testamenteira<sup>48</sup>.

A par das dificuldades colocadas pela tramitação dos documentos indispensáveis à cobrança dos legados, e do posterior envio para a Metrópole, havia, por vezes, a necessidade de percorrer diferentes cidades brasileiras, inventariando o património dos legatários, como sucedeu em 1705 com as verbas constantes do testamento de Pantaleão Ribeiro, identificando-se diferentes arrecadações na Baía, Pernambuco e Rio de Janeiro<sup>49</sup>.

A partir do final do século XVII, começa a vislumbrar-se, ainda que de uma forma algo tímida, uma mudança no destino dos legados provenientes do Brasil. Embora a Misericórdia continue a ser direta e indiretamente beneficiada com testamentos que privilegiam o investimento na alma, surgem as primeiras preocupações com aquilo que podemos classificar como sendo as necessidades do corpo. Efetivamente, em paralelo com as doações diretamente destinadas ao hospital, e geridas ao livre arbítrio da confraria, encontram-se igualmente legados com um

---

<sup>47</sup> As comunicações entre a Metrópole e os territórios coloniais do Brasil implicavam o estabelecimento de relações em que intervinham, no mínimo, duas entidades. Cf. COSTA, Leonor Freire, ROCHA, Maria Manuela – Remessas de ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII. *Análise Social*. Nº 182 (2007) 78.

<sup>48</sup> Sobre a tramitação necessária à transferência de legados entre as possessões portuguesas no Oriente e as Misericórdias continentais, leia-se AMORIM, Inês - Misericórdia de Aveiro e misericórdias da Índia no século XVII: procuradoras dos defuntos. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO - Actas. Porto: Reitoria da Universidade do Porto [etc.], 1991. Vol. 1. p. 113-137. Para as Misericórdias do Brasil, consulte-se RUSSEL-WOOD, A. J. R. - *Fidalgos e filantropos - a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 - 1755*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 276-277.

<sup>49</sup> Cf. ASCMVC, *Index de todos os testamentos, e papeis...*, fl. 369.

fim muito específico, identificando a benfeitoria a que se pretendia ligar a memória do doador. Contudo, deve referir-se que já no último quartel do século XVI, ao tempo da construção do seu hospital, a Santa Casa desenvolvera intensos esforços junto da comunidade vianense no Brasil, nomeadamente na região de Pernambuco, com vista a angariar verbas destinadas à compra de casas com esse objetivo. Em junho de 1584, um emissário levou cartas procurando sensibilizar esses emigrantes para a importância da obra que se ia construindo<sup>50</sup>.

Ao iniciar-se a segunda metade do século XVII, encontramos uma primeira manifestação precoce dessa tendência através do legado de Acácio Amorim. Nascido em Viana, emigrou para o Brasil, tendo professado votos religiosos no convento de Nossa Senhora das Neves, da Ordem de S. Francisco, em Olinda, na capitania de Pernambuco. Ao falecer, além dos bens que declarava para o inventário, referia ainda os seus direitos sobre o testamento de um irmão, igualmente falecido no Brasil, conferindo os competentes poderes legais para que se pudesse atuar em conformidade. Nos termos da vontade expressa e do pedido que fazia ao provedor da Misericórdia de Viana da Foz do Lima, a quem nomeava testamenteiro, o remanescente do pagamento das dívidas seria destinado à cura dos enfermos<sup>51</sup>.

Em 1722, António Maciel Teixeira, falecido na Baía, legou duzentos mil réis à Misericórdia com a determinação de serem colocados a juro, sendo o respetivo rendimento gasto com os doentes. Além desse destino primário, impunha-se ainda a celebração de uma missa anual pela alma do instituidor<sup>52</sup>.

Porém, em algumas destas doações, identifica-se um genuíno empenho de beneficiar sem procurar qualquer vantagem decorrente de imposições em sufrágios ou outras obrigações cultuais. Esta postura é clara num legado de 1776, no montante de quatrocentos mil réis, deixados em testamento pelo sargento-mor António Fernandes dos Reis, falecido no Brasil, destinando-os ao hospital da Misericórdia, sem algum tipo de encargo<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1583*, fl. 81.

<sup>51</sup> Cf. ASCMVC, *Index de todos os testamentos, e papeis...*, fl. 150.

<sup>52</sup> Cf. ASCMVC, *Índice dos Acordans dos livros desta Caza...*, fl. 348.

<sup>53</sup> Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1776*, fl. 55.

Procedimento semelhante encontra-se em 1790 no testamento de João Rozi de Almeida, falecido na Baía, e que incluía uma verba de trezentos mil réis beneficiando o mesmo estabelecimento. Não impondo qualquer tipo de contrapartida, apenas determinava que a verba fosse aplicada naquilo que era designado como sendo «a sala do curativo do ospital dos pobres»<sup>54</sup>.

Qualquer uma destas manifestações de altruísmo configurava, igualmente, o perpetuar da memória destes vianenses que não haviam esquecido a sua terra de origem. A permanência na recordação dos que haviam ficado na Metrópole obtinha-se também pelo investimento em celebrações religiosas tendo por destinatário a alma do emigrante. Seja qual for o período em observação, há uma apreciável ocorrência de testamentos que elegem a Santa Casa vianense como entidade idónea para garantir viva a imagem dos que, tendo partido, queriam, por essa via, continuar a fazer parte do património memorial dos conterrâneos<sup>55</sup>. Gonçalo Afonso dos Reis, emigrado no Brasil, legou em testamento à Misericórdia, nove mil cruzados em dinheiro, destinados à celebração de duas missas diárias, uma pela sua alma, outra pela alma de seus pais. Este legado foi aceite em Janeiro de 1730.

A quantidade das celebrações previstas, bem como o templo e o altar, representavam diferentes investimentos, definindo igualmente hierarquias de reconhecimento dentro da comunidade local. Os instituidores dessas capelas tinham noção desses distintos níveis de visibilidade, fazendo-os destacar em alguns dos testamentos consultados. A igreja da Misericórdia era um dos templos de maior notoriedade na Viana da Época Moderna, sobretudo após as obras de reconstrução do início do século XVIII, acrescida da consequente importância resultante da pertença à mais conceituada confraria da localidade. Alguns dos seus

---

<sup>54</sup> Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1789*, fl. 122.

<sup>55</sup> Gonçalo Afonso dos Reis, emigrado no Brasil, legou em testamento à Misericórdia, nove mil cruzados em dinheiro, destinados à celebração de duas missas diárias, uma pela sua alma, outra pela alma de seus pais. Este legado foi aceite em janeiro de 1730. Cf. ASCMVC, *Livro dos acordos desta St<sup>a</sup> Casa da mesericórdia da villa de Vianna...*, fl. 23. Em 1747, o sargento-mor Manuel de Magalhães de Azevedo, residente na Baía, ofereceu quatro mil cruzados para que a Misericórdia de Viana lhe mandasse celebrar uma missa diária, *in perpetuum*. *Livro dos acordos desta St<sup>a</sup> Casa da mesericórdia da villa de Vianna...*, fl. 149v.

altares constituíam-se como destinatários preferenciais de muitos legados<sup>56</sup>.

A par da responsabilização pelo rigoroso cumprimento dos atos de culto instituídos nos templos de Viana, a confraria era também solicitada para garantir idêntico processo em localidades vizinhas, demonstrando a importância que esses instituidores atribuíam ao correto ordenamento das suas disposições testamentais<sup>57</sup>. Procurava-se caucionar o investimento no futuro com o recurso à fiscalização exercida por uma entidade poderosa externa ao meio, potencialmente menos permeável a indesejados esquecimentos.

Ao percorrermos a memória escrita de uma instituição centenária como a Misericórdia de Viana do Castelo, deparamos com plurifacetadas manifestações de homens e mulheres que, de uma forma mais ou menos consciente, ultrapassaram as barreiras do esquecimento, mantendo-se na memória dos sobreviventes.

O sucesso económico abriu-lhes as portas do reconhecimento, garantiu-lhes visibilidade, construiu memória. Contudo, muitos foram os que se mantiveram excluídos do sucesso. Da imensa mole de gente que embarcou para o Brasil, conhecemos apenas o sucesso de uns quantos. Noutros, nem o alcançar de algum desafogo económico lhes permitiu o regresso ao local de partida e o reatar de ligações interrompidas. Mantiveram-se à margem da fortuna, chegando-nos, de quando em vez, uma informação esporádica, uma nota marginal. Sob a capa formal de um documento que procura fazer balanços e acautelar desenvolvimentos futuros, sente-se a dor da ausência, dos laços que se quebraram.

Atente-se o testemunho de Margarida Gomes, moradora na rua da Bandeira, junto à Misericórdia. Sente a proximidade do tempo de passagem, justificando-se a realização do testamento, em Fevereiro de

---

<sup>56</sup> Em 1744, Francisco Barbosa de Lima, homem de negócios estabelecido na Baía, legou cinco mil cruzados para a celebração de uma missa diária no altar privilegiado de Santo Cristo na igreja da Misericórdia de Viana. Reservou ainda mais quatrocentos mil réis para uma missa semanal e três no Natal, no mesmo altar. Qualquer uma destas celebrações deveria ser *in perpetuum*, como se evidenciava no referido testamento. Cf. ASCMVC, *Livro dos acordos desta St<sup>a</sup> Casa da mesericórdia da villa de Vianna...*, fls. 124v.-125.

<sup>57</sup> Em 1761, Antónia de Jesus, falecida nos «Estado do Brasil», como se refere num acórdão, atribuiu sessenta mil réis à Misericórdia de Viana para que esta fiscalizasse a celebração de duas missas diárias na freguesia de Poiares, termo de Barcelos. Cf. ASCMVC, *Livro velho dos accordans*, fl. 49v.

1595. Declara ser casada com Belchior Fernandes, pedreiro, mas ausente no Brasil. Uma separação provavelmente já com muitos anos, porquanto ao longo do texto não voltará a mencioná-lo, exceto quando pediu à Santa Casa, na qualidade de testamenteira, que enviasse carta precatória informando-o das disposições do testamento<sup>58</sup>. Ao aproximar-se o fim da jornada terrena, procurava-se fixar a ligação familiar.

Ainda que fisicamente separadas pelo Atlântico, Viana e Brasil uniam-se através desses homens e mulheres que exibiam esse duplo estatuto: vianenses no Brasil, brasileiros em Viana.

---

<sup>58</sup> Cf. ASCMVC, *Index de todos os testamentos, e papeis...*, fls. 560-561v.

## **Legados que atravessam mares protegendo pobres na Misericórdia de uma terra lusa: a utilização dos bens dos “brasileiros” na Misericórdia de Penafiel na Idade Moderna**

Paula Sofia Costa Fernandes\*

A Misericórdia de Penafiel, fundada no século XVI, recebeu confirmação régia no início do século XVII. Assim, a centúria de seiscentos vai ser importantíssima para a sua consolidação e afirmação.

A confirmação régia abre a porta a inúmeros e importantes legados, que vão permitir a construção da sua igreja e casa do despacho, a realização de obras na capela do hospital, o engrandecimento das suas festividades, o aumento do culto, mas também apoio aos carenciados, através da alimentação, esmolas, cura aos doentes, dotes a órfãs, vestir pobres, entre muitos outros.

Nos séculos XVII e XVIII, a Santa Casa ganhou visibilidade na vila de Arrifana de Sousa que, neste período, também, vai conquistando autonomia ao Porto, tornando-se, em 1741, sede de concelho e em 1770, cidade e sede de bispado, com o nome de Penafiel.

O apogeu da irmandade caminha, assim, a par do aumento da importância da vila em todo o Vale do Sousa, zona do Tâmega e de Entre-os-Rios, atraindo inúmeros legados, não só de habitantes do burgo, mas também das zonas confinantes, nomeadamente, dos concelhos de Aguiar de Sousa, Santa Cruz de Riba Tâmega, Felgueiras, Refojos de Riba, Lousada, Maia, Lixa, Unhão, entre outros. Mas, se a maior parte dos legados atravessaram montes e vales pelas estradas reais para chegar à Misericórdia, um grande número deles, atravessou o Atlântico, vindos das “partes do Brasil”.

---

\* Doutoranda em História Moderna, da Universidade do Minho. Membro do CITCEM. [sofiacostafernandes@gmail.com](mailto:sofiacostafernandes@gmail.com).

Graças a inúmeros legados que durante este período entraram na instituição, o seu património aumentou e enriqueceu consideravelmente, permitindo, desta forma, obras de fundo, ao mesmo tempo, que as suas responsabilidades cresciam, ao terem que rentabilizar esses dinheiros entrados, com a concessão de empréstimos a juros e a instituição de capelas de missas, onde se rezavam milhares de sufrágios pelas almas, quer na igreja da casa, quer noutras capelas, igrejas e altares da localidade e de aldeias circundantes.

A presença da morte era constante ao longo da vida, levando os homens a zelarem, durante a sua existência, pelo local onde iam ser sepultados e pela atenuação das penas que a sua alma iria sofrer na derradeira e última viagem, até chegar a bom porto no reino dos céus.

Aliviar a consciência e ter quem intercedesse por si na corte celestial, após o último sopro de vida, era o desejo de todos. Tal levava à instituição de contratos em suas vidas, ou através da expressão das últimas vontades em testamentos, nos quais a Misericórdia de Penafiel, tal como as suas congéneres, assumiam o papel de advogadas de defesa, com poder para obterem bons resultados perante o tribunal divino, contratando para o efeito um batalhão de sacerdotes, que através de ladainhas, resposos e missas, “transportavam” almas para os céus<sup>1</sup>.

Se por um lado, homens e mulheres arrecadavam, ao longo da vida, meios para salvar as suas almas<sup>2</sup>, também suportavam a herança de salvar os familiares já falecidos do fogo torturante do purgatório. Os vivos tinham que ajudar os mortos, cabia-lhes esse apoio espiritual, cumprindo testamentos e legados<sup>3</sup>. As missas que mandariam rezar por

---

<sup>1</sup> O período posterior à morte de um cristão apresentava-se como o momento em que os sufrágios se tornavam eficazes e necessários, sendo por isso, determinante a responsabilidade coletiva entre vivos e mortos. Cf. FONSÊCA, Humberto José - *Vida e morte na Bahia Colonial: sociabilidades festivas e rituais fúnebres (1640-1760)*. Belo Horizonte: U.F.M.G./F.A.F.I.C.H. - Departamento de História, 2006. p. 253.

<sup>2</sup> O objetivo, mais do que salvar almas, era salvar a sua própria alma, em segundo plano, salvar a alma de seus familiares mais diretos (marido, pai, mãe e irmãos), e mais remotamente, os seus antepassados, mais distantes ou almas do purgatório em geral. Esta situação verificada nos legados estudados, também se verifica em testamentos dirigidos a outras misericórdias, nomeadamente em Évora. Cf. PARDAL, Rute - A influência da estrutura sócio-política das elites eborenses nas práticas assistenciais: 1580-1640. *Revista de Demografia Histórica*, XX (2002) 109.

<sup>3</sup> Cf. GOFF, Jacques Le - *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 18-19.

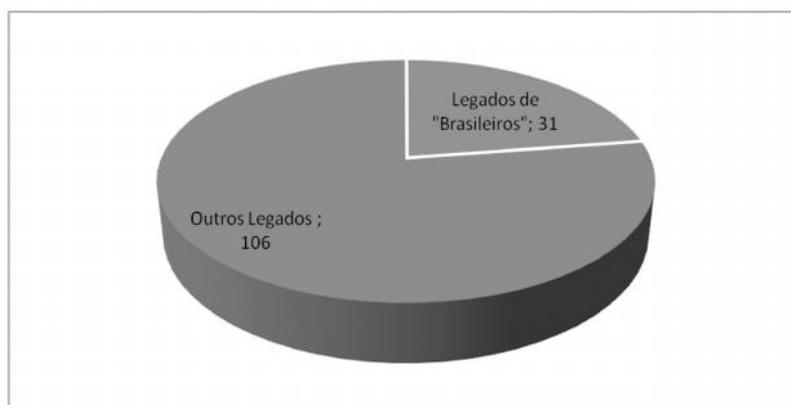
seus pais, um dia seriam, através dos seus filhos e sobrinhos, rezadas por eles numa teia interminável, enquanto o “mundo durasse”.

A Santa Casa estabelecendo-se como meio de comunicação entre a terra e o céu, entre o passado, o presente e o futuro das almas, cumpria uma das suas obras, ao mesmo tempo que via a sua riqueza aumentar<sup>4</sup>.

Dos legados que chegaram até nós, existentes no cartório desta confraria, contam-se cento e trinta e sete instituídos, entre 1600 e 1800. Contudo, sabemos que muitos registos do século XVII se perderam, pois uma compilação dos mesmos, levada a cabo no século XIX, já denotava o seu extravio<sup>5</sup>.

Como podemos verificar no gráfico 1, destes cento e trinta e sete legados que conhecemos, trinta e um são de portugueses emigrados no Brasil.

**Gráfico 1 – Legados instituídos na Misericórdia de Penafiel (1651-1800)**



Fonte: AMPNF, Fundo Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, LV01 – *Livro de Contratos de obrigação e aceitação de legados 1706-1766*; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV03 – *Livro de registo de Legados 1642-1800*; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV08 – *Livro de Registo de Legados 1635-1718*.

<sup>4</sup> Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (século XVII e XVIII)*. *Cadernos de História*. Vol. XVIII, n.º 9. Belo Horizonte. 1.º semestre (2006) 29-48.

<sup>5</sup>Cf. Arquivo Municipal de Penafiel, (doravante AMPNF), Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv.03. *Livro de registo de legados*. 1642-1920, fls.1-100. O “livro primeiro de legados avulsos da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Penafiel, levado a cabo em Junho de 1816, sob as ordens do corregedor e provedor de comarca, refere que muitos dos contratos se haviam perdido no cartório da casa e a única referência que tinham de alguns instituidores era através do livro de redução de legados, não se sabendo em que data foi instituído ou as características do mesmo”.

Desde o século XVI que Portugal assistia à partida, essencialmente, de seus homens para o recém-descoberto Brasil. As primeiras levas de colonos foram-se juntando aventureiros, degredados, militares, padres, filhos segundos, procurando fortuna e meios de subsistência, que, na metrópole, seus pais só conseguiam assegurar ao varão. Esse fluxo não se travou no século XVI. A marcha dos portugueses para o interior da colônia, a descoberta das minas de ouro e diamantes no final do século XVII, a necessidade de travar outras potências que começavam a ver na América um domínio apetecível e a imensidão de terras livres e aptas quer para a criação de gado, quer para o cultivo de diversos produtos, levou a que, até ao século XX, o Brasil, por diversificados motivos, que se vão alterando com o tempo, motivasse diversas correntes migratórias, provenientes quer do continente, quer dos arquipélagos da Madeira e dos Açores<sup>6</sup>.

Os descobrimentos tornaram, assim, os portugueses num povo de emigrantes e nesta gesta nacional estavam representadas todas as terras da metrópole<sup>7</sup>. A província de Entre Douro e Minho foi, ao longo de todo o século XVIII, das que mais sentiu o êxodo de homens, migrando para o Brasil, essencialmente em direção às minas de ouro<sup>8</sup>. Esta província

---

<sup>6</sup> Sobre os vários fluxos migratórios para o Brasil Cf. BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drummond - O Brasil setecentista como cenário da bigamia. In *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 301; ALVES, Jorge Fernandes - Porto-Brasil: uma teia de relações. *O Tripeiro*, 7.<sup>a</sup> série, ano XV, n.º 9 (1996) 267-272; MOREIRA, Maria João Guardado; VEIGA, Teresa Rodrigues - A evolução da população. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Vol. I. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 61-64; SERRÃO, Joel - *A emigração Portuguesa*. edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. p. 107; BRETTELL, Caroline B. - *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. p. 98-104.

<sup>7</sup> Cf. VIEIRA, Alberto - A emigração Portuguesa nos Descobrimentos do litoral às ilhas. In VIEIRA, A. - *Portuguese Studies Review*, n.º 15 (2007) 65; FERRO, J. - *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa: Ed. Presença, 1995. p. 64-68. O autor calcula que a emigração para o Brasil, durante todo o século XVIII, não foi inferior ao meio milhão de indivíduos, tendo possivelmente atingido as seiscentas mil pessoas nas primeiras décadas do século.

<sup>8</sup> A emigração para o Brasil procedia da região minhota na sua maioria. Cf. PEREIRA, Ana Luíza de Castro - *Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700-1799*. Braga: Universidade do Minho, 2009. p. 68-69. Tese de doutoramento policopiada; SÁ, Isabel dos Guimarães - *Misericórdias, Portugueses no Brasil e Brasileiros*. In *Os "Brasileiros" de Torna-viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 119.

era constituída por sete comarcas, das quais uma era Penafiel e possuía três cidades: Braga, Porto e, a partir de 1770, Penafiel.

Num “passa-palavra”, engrandecido por alguns legados avultados que iam chegando do Brasil e que comprovavam aos olhos destes homens que esta terra fazia os pobres ricos, a nova colónia tornou-se no sonho do “El Dourado”, lugar de vastidão incomensurável que, com trabalho e sorte, podia alterar a herança e vida predestinada que o nascimento lhes atribuía<sup>9</sup>. Para mercadores e burgueses que aspiravam a negócios que os notabilizassem, nobres sem terras<sup>10</sup> e uma amálgama de clérigos<sup>11</sup>, num país de padres, a necessitar de almas para evangelizar e salvar, o Brasil consistia numa porta de entrada para uma vida melhor<sup>12</sup>.

Toda a comarca de Penafiel, mas essencialmente a vila de Arrifana, viu partir vários de seus filhos. Sendo esta localidade um pólo centralizador no caminho entre o Porto e o Além-Douro, lugar de mercadores e oficiais e onde várias famílias abastadas de lugares vizinhos se iam centrando à volta do núcleo urbano, procurando projeção em vários cargos, também era um local de chegada de informação e difusão das notícias.

Não existindo estudos da emigração para o Brasil de penafidelenses para os séculos XVII e XVIII, o volume considerado de legados que atravessou o mar para chegarem à Misericórdia, não nos deixa dúvidas do grande número de gentes deste lugar que navegaram rumo à América.

Quantos terão perecido sem aportar às costas brasileiras? Quantos não terão morrido sós e perdidos no mato brasileiro? Quantos não terão alcançado os bens e a glória que sonharam e não puderam estabelecer contratos com a terra mãe? Quantos terão enriquecido no Brasil, ligando

---

<sup>9</sup> Cf. SANTOS, Eugénio de - Os “brasileiros” de Torna-viagem no Noroeste de Portugal. In *Os “Brasileiros” de Torna-viagem*..., p. 18.

<sup>10</sup> Sobre a emigração dos filhos segundos nobres. Cf. RAU, Virginia – Fortunas ultramarinas e a nobreza Portuguesa. In *Estudos sobre a História económica e social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984. p. 29; HANSON, Carl. A. – *Economia e sociedade no Portugal Barroco: 1668-1703*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1986. p. 40.

<sup>11</sup> Tal como a nobreza também o clero encontrou outras fontes adicionais de riqueza nas colónias. Cf. HANSON, Carl. A. - *Ob. Citada*, p. 42-43.

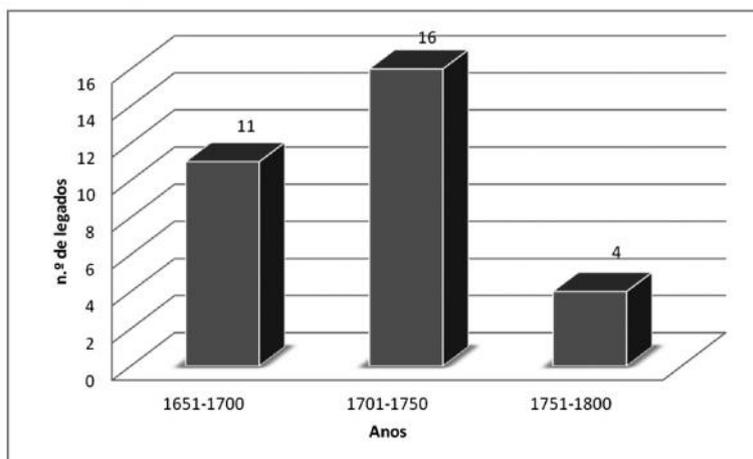
<sup>12</sup> Muitos clérigos tornaram-se capelães nos engenhos da Baía, ou na Misericórdia, onde tinham partido de sessenta mil réis e casa para viver. Cf. FONSECA, Humberto José – *Vida e Morte na baía colonial: sociabilidades festivas e rituais fúnebres (1640-1760)*. Belo Horizonte: U.F.M.G./ F.A.F.I.C.H - Departamento de História, 2006. p. 49-50.

sua vida e alma às confrarias, ordens e misericórdias brasileiras, cortando os vínculos com as congêneres portuguesas?

Se durante duzentos anos, a Misericórdia de Penafiel viu chegar trinta e um legados do Brasil<sup>13</sup>, instituídos por trinta homens da metrópole, volume considerável no número de legados da casa, pois é praticamente um quarto dos existentes, é forçosamente um número reduzido face ao volume de homens que teria partido para essas terras<sup>14</sup>.

Os legados vindos do Brasil oscilaram nestes duzentos anos, atingindo o seu auge na primeira metade do século XVIII, como podemos verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Legados da Misericórdia de Penafiel vindos do Brasil (1651-1800)



Fonte: AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C D 001, LV01 – *Livro de Contratos de obrigação e aceitação de legados 1706-1766*; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV03 – *Livro de Registo de Legados 1642-1800*; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV08 – *Livro de Registo de Legados 1635-1718*.

<sup>13</sup> A chegada de um número considerável de legados, vindos do outro lado do Atlântico, à irmandade da Misericórdia de Penafiel, insere-se no quadro geral do que se passou um pouco com todas as Misericórdias do País, nomeadamente com a Misericórdia de Braga. Cf. CASTRO, Maria de Fátima - *A irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga beneficiária da execução de testamentos de portugueses dispersos pelo Mundo Português (de finais do século XVI a começos do século XX)*. In JORNADAS DE ESTUDO: *As Misericórdias como fontes culturais e de informação*. Atas. Penafiel, 2001. CD-ROM.

<sup>14</sup> A maioria dos que partiram não enriqueceram, tendo muitos, passado por dificuldades e deixado as suas famílias em situação de pobreza. Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Os brasileiros nas Misericórdias do Minho (século XVII-XVIII)*. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (coord.) - *As Misericórdias das duas margens do Atlântico*. Cuiabá: Carlini & Caniato editoria, 2009. p. 229-260.

A inexistência de legados de “brasileiros” para a primeira metade do século XVII, se bem que possa conotar uma baixa emigração neste período, pode explicar-se através da afirmação que a Santa Casa tentava levar a cabo, no final do século XVI, face à Misericórdia do Porto. Só viria a conseguir alvará régio em 1614, não possuindo, ainda, uma projeção nacional que justificasse o investimento em si, por parte de quem estava ausente da terra, muito embora o extravio dos legados, no cartório da mesma, já noticiado, possa também ocultar um ou outro instituidor de terras da Vera Cruz.

Passando para a segunda metade deste século, a situação alterou-se completamente com onze legados a chegarem a Penafiel, sendo logo o primeiro em 1656. Trata-se de um testamento redigido em 15 de fevereiro de 1654, pelo padre Baltazar Leal<sup>15</sup>, filho de Gaspar Fernandes e Margarida Fernandes, moradores na vila de Arrifana, que falecendo no Brasil, deixou à Santa Casa seiscentos mil réis para uma capela de missa quotidiana e cem mil réis, para seus testamenteiros providenciarem o enterro em terras americanas e posterior trasladação para a Misericórdia de sua terra natal. Neste testamento, declarava que tudo o que tinha de seu, que ao certo nem sabia, pois teriam que consultar seus livros, seria aproximadamente doze mil cruzados, o tinha ganho por sua “indústria e ordens”, demonstrando que estamos perante um homem que, partindo sem fortuna e sem heranças, alcançara dinheiro e prestígio, mas nunca se tinha desligado da terra que o viu nascer, pretendendo mesmo regressar a ela depois de morto, para o descanso eterno. Menos de dez anos volvidos, a Misericórdia recebeu novo legado vindo do Brasil, desta vez um contrato assinado por um procurador de abastado arrifanense, capitão-mor no Brasil e dono de fazendas de gado, o capitão Paulo Barbosa.<sup>16</sup> A partir daqui, sucederam-se os contratos entre o Brasil e a irmandade da Misericórdia de Penafiel, na sua maior parte, espaçados no máximo três anos.

Contudo, o apogeu destes legados atingiu-se na primeira metade do século XVIII, com dezasseis casos. A idade do ouro brasileira influenciou, desta forma, o número de missas a rezar na igreja da Casa.

A região mineira começava a absorver a população, quer do litoral da colónia, quer vinda da metrópole, começando-se a colonizar e ocupar

---

<sup>15</sup>AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002/Lv. 08, *Registo de Legados*, fls. 25-29v.

<sup>16</sup>AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002/Lv. 08, *Registo de Legados*, fls. 53-55v.

o interior, com o surgimento das principais vilas e o controle administrativo e fiscal das mesmas, a par do poder militar, judicial e eclesiástico<sup>17</sup>. Sendo estas regiões ocupadas pelos aventureiros à procura de ouro, mesmo após o decréscimo do mesmo, que se vai verificar na segunda metade do século XVIII, estes locais já haviam desenvolvido o comércio e a pecuária, sustentando-se agora por outros meios económicos.

Vários instituidores dos legados que referimos, essencialmente na primeira metade do século XVIII, estavam a residir na zona, hoje pertencente ao estado de Minas Gerais<sup>18</sup>, e na altura, ainda pertencente à Baía, nomeadamente, nas minas de Ouro Branco<sup>19</sup>, nas minas de Jeboticambas<sup>20</sup>, minas do Bom Jesus de Cavajã<sup>21</sup> e Minas Novas<sup>22</sup>. A vinda de,

---

<sup>17</sup> Cf. FERREIRA, Maria Delfina do Rio - *Das Minas Gerais a Mato Grosso: Génese, evolução e consolidação de uma capitania*. Porto: Faculdade de Letras, 1996. p. 17. Dissertação de mestrado em História Moderna, policopiada.

<sup>18</sup> Apesar dos Portugueses se terem instalado em todas as regiões do Brasil, deram prioridade no século XVIII a Minas Gerais. Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Os brasileiros nas Misericórdias do Minho (século XVII-XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (coord.) *As Misericórdias das duas margens do Atlântico...*, p. 233.

<sup>19</sup> Domingos Moreira Fernandes era assistente nas minas de Ouro Branco e instituiu legado de missa quotidiana na Santa Casa, em 10 de Fevereiro de 1727. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, Lv. 01, *Livro de contratos de obrigação e aceitação de legados*, fls. 38-39v.

<sup>20</sup> O Alferes Afonso Coelho de Sousa faleceu nas minas de Jeboticambas, deixando legado de trezentos mil réis para uma missa semanal e três missas na semana santa. O legado foi aceite em 20 de janeiro de 1735. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, Lv. 01, *Livro de contratos de obrigação e aceitação de legados*, fls. 56-57v.

<sup>21</sup> João Mendes Coelho faleceu nas minas de Bom Jesus de Cavajã e deixou cinco mil cruzados à Santa Casa para missa quotidiana em altar privilegiado, tendo o legado sido aceite em 15 de maio de 1743. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, Lv. 01, *Livro de contratos de obrigação e aceitação de legados*, fls. 78v.-81v.

<sup>22</sup> João de Carvalho, assistente nas Minas Novas faz contrato com a Misericórdia, legando cinco mil cruzados para uma missa quotidiana, sendo o mesmo aceite em 14 de Dezembro de 1745. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, Lv. 01, *Livro de contratos de obrigação e aceitação de legados*, fls. 111-114; O reverendo licenciado Carlos Soares da Silva, assistente também nas Minas Novas lega um conto e quatrocentos mil réis à Santa Casa para serem colocados a juro e repartidos pelos pobres, sendo este aceite em 23 de outubro de 1754. Cf. PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, Lv. 01, fl.150v.-158.

pelo menos<sup>23</sup>, cinco legados da zona do ciclo do ouro, exatamente no auge do seu período, demonstra que, muitos dos nossos legatários portugueses, estavam ligados a esse setor, ou à zona onde ele se encontrava e que teriam ganho, ou seja, meios que já lhes permitiriam estabelecer contratos com a irmandade penafidense, para os libertar na vida pós-morte do purgatório<sup>24</sup>.

A quebra vertiginosa da chegada de legados na segunda metade do século XVIII insere-se, quer no contexto global da diminuição da atribuição de legados à Santa Casa, quer no que se refere aos contratos vindos do Brasil, à quebra da exploração do ouro, quer ainda ao aumento da exigência, por parte da Misericórdia, nas condições contratuais dos mesmos. O avolumar de legados, missas por cumprir, aumento do pagamento aos capelães e falta de quem aceitasse rezar as missas pelos valores que tinham sido assumidos em outros tempos, levou estas instituições, que começaram a entrar em crise, a recorrerem a vários breves de redução de legados. Por outro lado, faziam maiores reivindicações na hora de aceitarem legados de missas perpétuas, no sentido de assegurarem em termos económicos a sua viabilidade a par de algum lucro.

A partida para terras distantes, a travessia do Atlântico e o inesperado que os iria acolher noutra continente acentuava ainda mais a necessidade de proteger a alma destes homens. Assim, muitos não esperavam pelos testamentos para expressarem as suas últimas vontades de sufrágios e intercessão divina, pois, ao longo da sua vida, iam estabelecendo contratos para assegurarem o passamento, num diálogo permanente com o céu, ou para agradecerem as graças divinas concedidas<sup>25</sup>. Pretendiam gratificar

---

<sup>23</sup> Vários dos legatários não referiram onde viviam ou em que locais se encontravam, nem nos contratos realizados em sua vida, nem muitas vezes os seus testamenteiros, só referindo que estavam nas “partes da Amrica” ou do “Brasil”, o que pode significar que mais destes instituidores pudessem estar ligados às minas.

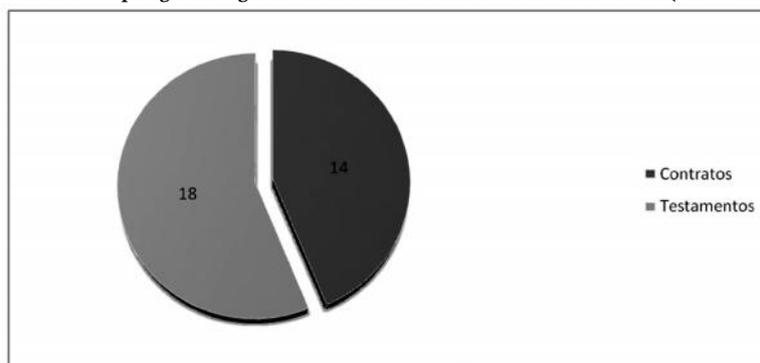
<sup>24</sup> A descoberta do ouro levou a uma política de povoamento e ocupação da região das Minas Gerais, verificando-se um povoamento desestruturado. Cf. PEREIRA, Ana Luísa de Castro - *Unidos pelo sangue separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700-1799*. Braga: Universidade do Minho, 2009. p. 25-29. Tese de doutoramento em História Moderna, policopiada.

<sup>25</sup> Melchior Ferreira Nunes, natural de Freamunde e assistente na Baía de Todos os Santos, em 13 de novembro de 1699, estabeleceu contrato com a Misericórdia para missa quotidiana, uma vez que se encontrava com abundância de bens temporais, que lícitamente ganhara e adquirira por sua “indústria e trabalho” e por esse mesmo motivo, queria gratificar o Senhor e a sua Mãe Santíssima, as mercês que lhe haviam feito, empregando

Deus pelas mercês prestadas, mostrando reconhecimento pelas benesses divinas atribuídas ao longo da sua existência. O dinheiro rápido e a alteração do seu estatuto social colocaram estes homens numa necessidade de quase se justificarem perante Deus e a Virgem, temendo que as riquezas os lançassem na perdição. Desta maneira, partilhavam os ganhos com Deus, como forma de agradecimento e, naturalmente, as Misericórdias assumiam-se como intermediárias.

Assim, o volume de contratos estabelecidos em vida, através de procuradores, na metrópole e em Penafiel, é quase idêntico ao volume de legados instituídos por testamento, apesar destes serem em primazia.

Gráfico 3 – Tipologia dos legados instituídos: contratos em vida/ testamentos (1651-1800)



Fonte: AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, LV01 – *Livro de Contratos de obrigação e aceitação de legados 1706-1766*; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV03 – *Livro de Registo de Legados 1642-1800*; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV08 – *Livro de Registo de Legados 1635-171*.

Alguns destes homens já tinham estabelecido contrato para a celebração de missas por sua intenção, antes mesmo de emigrarem, voltam depois a estabelecer novo contrato, quando o valor amealhado o permitia, aumentando ou procedendo a pequenas alterações ao já efetuado. Muitas vezes, ao redigirem as suas últimas vontades, legaram mais à Misericórdia da sua terra natal ou alteraram os contratos até aí estabelecidos. A poupança para as missas por alma é como um seguro, ao qual se vai aumentando o capital, à medida que os seus rendimentos e poupanças o permitem. A um maior investimento correspondiam mais sufrágios, que

---

assim parte de seus bens em obras espirituais, para culto divino e beneficiação da sua igreja, dando três mil cruzados para legado e cinquenta mil réis para obras da igreja. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo de Legados*, fls. 153v.-156v.

por sua vez procuravam encurtar a estadia no purgatório, quer para o instituidor, quer para os seus entes queridos.

O capitão Paulo Barbosa e Catarina da Fonseca, sua mulher, residentes na Baía, fazem em 19 de fevereiro de 1669<sup>26</sup>, contrato com a Misericórdia de Penafiel, para se estabelecer missa quotidiana perpétua e missas de Natal, ditas pelos seus instituidores e pelos seus ascendentes e descendentes, dando, para o efeito, setecentos mil réis. Um ano depois, Paulo Barbosa redigiu seu testamento em 26 de outubro de 1670, pouco tempo antes de perecer, pois o inventário de seus bens foi efetuado a 5 de novembro desse mesmo ano<sup>27</sup>.

Este instituidor, longe da pátria e doente, apesar de pertencer à Misericórdia da Baía e a várias outras confrarias e irmandades baianas, com os sufrágios pela sua alma já assegurados na terra que o viu nascer e onde residia seu filho natural, Gaspar Barbosa, de quem também não se esqueceu na hora da morte, legou, por testamento, mil cruzados à Misericórdia de Penafiel. Este montante devia ser dado a juro para que, com os seus rendimentos, se casasse de dois em dois anos, uma órfã. Deixou também cinquenta mil réis à Santa Casa pelo seu trabalho e à Misericórdia da Baía dez mil réis. Apesar da diferença assinalada nas doações às duas instituições congêneres, que acentuam a ideia de preferência pela irmandade natal, nada nos garante, pois não possuímos dados para o afirmar, que o mesmo não teria feito doações em vida ou legados à instituição baiana, mesmo porque, era esta que acompanharia o seu corpo até à sua sepultura, na capela-mor da igreja de São Francisco. Contudo, é notória a ânsia de ser recordado na sua terra natal, no local onde se encontravam os seus antepassados e descendentes, como se os legados aí colocados tivessem uma força maior na aquisição da paz eterna. Provavelmente acreditava que junto dos seus seria mais saudosamente recordado.

Também o mercador Domingos Correia dos Reis, morador na cidade de Olinda, capitania de Pernambuco, que já havia feito contrato com a Santa Casa da Misericórdia em 1694<sup>28</sup>, efetuou anos mais tarde distrate

---

<sup>26</sup> AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fls. 53-55v.

<sup>27</sup> AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fls. 80-84.

<sup>28</sup> Nos livros de legados que possuímos não existe o primeiro contrato efetuado por Domingos Correia dos Reis, contudo nos termos e acórdãos, encontramos para 16 de junho

de legado e procedeu a alterações. Assim, em 15 de fevereiro de 1702, este mercador alegou que quando efetuara o referido contrato, fora na suposição que não possuía herdeiros. Entretanto, tinha-se habilitado como seu filho natural, um moço, que, na altura da sua morte, poderia reivindicar os bens e anular o referido contrato. Desta forma, para evitar pleitos, alterou o mesmo<sup>29</sup>.

Se na maior parte dos casos, vamos verificando alterações aos contratos e aumento das quantias atribuídas, neste caso, constatamos uma redução do legado para evitar contendas com o herdeiro. Assim, legava duzentos mil réis, sendo cem mil para despender com pobres e azeite do Senhor e cem mil para colocar a juro, para se despender com missas por seu pai, mãe e irmãs<sup>30</sup>.

Também o reverendo licenciado Carlos Soares da Silva, natural da Quinta do Paço, na freguesia de Urrô, assistente nas Minas Novas da Baía, em 23 de outubro de 1754<sup>31</sup>, estabeleceu dois contratos com a Misericórdia. O primeiro visava estabelecer um legado perpétuo, para o qual deu um conto e quatrocentos mil réis para se colocarem a juro, com vista a que todos os anos, em setembro, se repartissem vinte e três mil réis pelos pobres e se dessem quatro mil réis para património de uma capela, a instituir na referida quinta. Contudo, em 29 de junho de 1770, resolveu converter o legado de esmolas a pobres em missas na dita capela, a celebrar todos os domingos e dias santos, sendo os sobejos para missas pelas almas do purgatório, alegando que seria de “mais acordo de Deus<sup>32</sup>”. No espaço de dezasseis anos, o purgatório venceu os pobres, na consciência de Carlos Soares da Silva.

---

de 1694, um termo de aceitação do legado de duas missas semanais instituído por este indivíduo, já a residir em Olinda. O mesmo termo refere que a intenção de fazer o legado já existia desde 1691, mas que não se havia feito assento de aceitação, pois o mesmo ainda não tinha referido que quantia pretendia dar, ficando assim assente que daria três mil cruzados por capela inteira mais uma esmola para a sacristia. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/A/B/A/001, Lv. 02, *Livro de Actas*, fl. 223v. Apesar de não ter chegado até nós o registo nos livros de legados, sabemos que em 21 de setembro de 1694, já se nomeava capelão para celebrar as referidas missas. Cf. PT/AMPNF/SCMPNF/A/B/A/001, Lv. 02, *Livro de Actas*, fl. 228v.

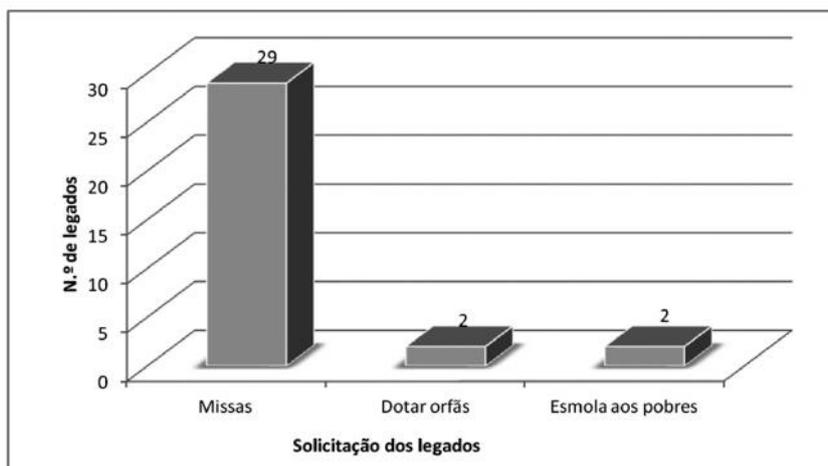
<sup>29</sup> AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/A/B/A001, Lv. 02, *Livro de Actas*, fl. 271.

<sup>30</sup> AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fls. 164-168.

<sup>31</sup> AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, Lv. 01, *Livro de contratos...*, fls. 150v.-158.

<sup>32</sup> AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, Lv. 01, *Livro de contratos...*, fls. 201-204v.

Gráfico 4 – Encargos exigidos pelos legados vindos do Brasil (1651-1800)



Fonte: AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, LV01 – Livro de Contratos de obrigação e aceitação de legados 1706-1766; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV03 – Livro de Registo de Legados 1642-1800; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV08 – Livro de Registo de Legados 1635-1718.

De todos os legados instituídos nestes duzentos anos por “brasileiros”, na Santa Casa de Penafiel, só dois referem a dádiva de esmola aos pobres e outros dois a dotação de órfãs para casarem, sendo todos os restantes legados de missas. Ainda mais relevante, é que de todos os vinte e nove legados de missas, dezoito são referentes a missas quotidianas, como se só uma profissão de fé constante, diária na sua pátria pudesse ser a chave da saída do purgatório. A invocação quotidiana do nome do instituidor também assegurava, até ao fim dos tempos, a perpetuação da memória daquele que não conviveu com os seus conterrâneos. Entretanto, o purgatório “dava consistência económica às santas casas de Misericórdia e custeava as despesas com a assistência pública”<sup>33</sup>, ao mesmo tempo que financiava obras nas suas igrejas e capelas e enriquecia seus ornamentos e paramentaria<sup>34</sup>, aumentavam o número de festas tornando estas festas barrocas, onde luz, ornamentação, música e procissões eram a apoteose das misericórdias e o seu rosto.

<sup>33</sup> ABREU, Laurinda - As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V. In PAIVA, José Pedro (coord. científico) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002. p. 58.

<sup>34</sup> São várias as esmolas deixadas juntamente com os legados para ornamentos da sacristia ou obras. Vejamos, como exemplo, Manuel Gonçalves de Sousa e Isabel Dias

Quadro 1 – Tipologia das missas instituídas pelos legados vindos do Brasil (1651-1800)

Tipo de missas instituídas	N.º de legados
Quotidiana	18
Missas de Natal	4
Missas na Semana Santa	1
Meia capela quotidiana	1
Quatro capelas de missas (14 missas em 4 semanas)	1
Semanal	4

Fonte: AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, LV01 – *Livro de Contratos de obrigação e aceitação de legados 1706-1766*; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV03 – *Livro de Registo de Legados 1642-1800*; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV08 – *Livro de Registo de Legados 1635-1718*.

Nos dezoito testamentos em que a Misericórdia de Penafiel foi lembrada, nenhum deles instituiu esta irmandade como testamenteira, ou como única recetora, pois os testamentos destes emigrantes são testemunha de uma doação múltipla em “que o indivíduo procurava abranger o máximo de pessoas e instituições”,<sup>35</sup> visível, quer nos testamentos que nos chegaram completos, quer em traslados de pequenos excertos de outros, que só referem a parte que coube à confraria penafidelense. Assim,

Videira, em 1687, estabeleceram legado de missa quotidiana para a qual legam um conto de réis e doaram mais de vinte mil réis para obras. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fls.104-110v. Domingos Mendes de Sousa elabora legado em 1691 de duas capelas de missas quotidianas, dando para o efeito dois contos, quinhentos e oitenta mil réis para o efeito e de esmola para a sacristia trinta mil réis. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fls. 117-119, 123-125, 137-139. Melchior Ferreira Nunes também estabeleceu um legado de uma missa quotidiana e deu de esmola para obras cinquenta mil réis em 1699. Cf. PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de registo...*, fls. 153v.-156v. Manuel Camelo também instituidor de uma missa quotidiana deixa para a sacristia cento e quarenta mil réis em 1717. Cf. PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 01, *Livro de Registo de Legados* fls. 14v.-18. Convém, ainda, ter em conta que para além das esmoladas deixadas para o efeito, muitos dos lucros resultantes do dinheiro destes legados colocado a juros, era usado para embelezar a casa aumentando assim a sua visibilidade.

<sup>35</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães - Misericórdias, Portugueses no Brasil e Brasileiros. In *Os “Brasileiros” de Torna-viagem no Noroeste de Portugal...*, p. 118.

o pecúlio reunido ao longo de uma vida é dividido por filhos<sup>36</sup>, irmãos, sobrinhos e ascendentes (pai e mãe). Alguns escravos, que seriam também alforriados, receberiam uma quantia para recomeçarem a sua vida<sup>37</sup>, misericórdias, quer do Brasil, quer a da Penafiel, confrarias, irmandades, capelas e igrejas, todos se perfilavam para receber esse quinhão. Se na vida foram homens de vários locais e pertenças, também o seriam na morte, pois esta seria uma forma de demonstrar o seu estatuto social e serem amplamente recordados.

Se por um lado legavam à Misericórdia da terra natal por razões sentimentais, para serem recordados e para protegerem, muitas vezes, os seus descendentes, assegurando dotes para irmãs e sobrinhas<sup>38</sup>, ou capelas de geração<sup>39</sup>, por outro lado, ligavam-se às misericórdias da colônia, pois, desta forma, tinham acesso ao crédito, ao tratamento nos hospitais da casa e gozariam de promoção social e enterro condigno<sup>40</sup>.

---

<sup>36</sup> Nos casos dos contratos existentes só dois instituidores tinham filhos e eram filhos naturais.

<sup>37</sup> Vejamos o exemplo do capitão Manuel de Queirós de Abreu, que no seu testamento deixou forra a mulata Isabel, pelos bons serviços que prestou e, no caso de ela casar com homem branco que a livrasse do “mau estado em que andava”, lhe dariam duzentas oitavas de ouro. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fls. 184v.-188.

<sup>38</sup> O capitão Manuel de Queirós e Abreu deixou cinco mil cruzados à Misericórdia de Penafiel para casar suas irmãs e sobrinhas, os quais se dariam a juros. Assim, se daria à que primeiro se unisse em matrimónio os juros dos anos que tivessem caídos e o mesmo se faria, depois, para todas as parentas que houvessem e se fossem casando. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv.08, *Livro de Registo...*, fls. 84v.-88. Este instituidor possuía fazenda de gado com fábrica de cavalos, selas, freios e ferramentas, negócio que lhe proporcionou o enriquecimento, pois os cavalos tinham no Brasil, uma importância considerável quer a nível agrícola, como militar, proporcionando importância social a quem os detinha. Cf. FONSÊCA, Humberto José – Vida e morte na Bahia colonial: sociabilidades festivas e rituais fúnebres (1640-1760)..., p. 58.

<sup>39</sup> Dos trinta e um legados, dezoito solicitam que o capelão das suas capelas e responsável pelas suas missas seja “capelão de sua geração”, escolhendo muitas vezes a linhagem que pretendiam ver representada e permitindo mesmo, nalguns casos, que se ordenassem pelo património da capela. Sobre “capelães de geração”. Cf. FERNANDES, Paula Sofia Costa - Legados de Missas: Salvar a alma protegendo parentes capelães. In Santos, Carlota (coord.) - *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM, 2011. p. 175-186.

<sup>40</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães - Misericórdias, Portugueses no Brasil e Brasileiros. In Os “Brasileiros” de Torna-viagem no Noroeste de Portugal..., p. 123.

Os “brasileiros” de seiscentos e setecentos de Penafiel não regressaram à terra natal, pelo menos que tenhamos conhecimento<sup>41</sup>. Os dezoito testamentos existentes revelam que todos faleceram em terras americanas, onde já possuíam fazendas de gado ou suas casas, muitas vezes longe de aglomerados populacionais, sem grandes meios ao dispor<sup>42</sup>.

Quadro 2 – Profissões dos instituidores dos legados vindos do Brasil (1651-1800)

Profissões dos instituidores de legados vindos do Brasil	Total
Eclesiásticos	4
Militares	5
Ferreiro	1
Mercador	1
Não referem	19

Fonte: AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, LV01 – *Livro de Contratos de obrigação e aceitação de legados 1706-1766*; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV03 – *Livro de Registo de Legados 1642-1800*; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV08 – *Livro de Registo de Legados 1635-1718*.

Longe estavam estes homens dos retornados dos séculos XIX e XX, pois não construíram palacetes na terra mãe<sup>43</sup>, nem hospitais, nem escolas na metrópole, legaram encargos e cuidados para com sua alma. Preten-

<sup>41</sup> O retorno verifica-se essencialmente nos emigrantes que se dedicavam ao comércio ou ofícios e era pouco significativo nos que se dedicavam à agricultura, uma vez que esta prendia o indivíduo à terra. Cf. ALVES, Jorge Fernandes - Os brasileiros no Norte de Portugal. In *Os Brasileiros da Emigração*: atas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999. p. 12-14. Como refere Joel Serrão, a maioria destes emigrados da centúria de seiscentos e setecentos não regressou a Portugal. Cf. SERRÃO, Joel - *A emigração Portuguesa...*, p. 10.

<sup>42</sup> O capitão Manuel de Queirós de Abreu pediu para ser sepultado na capela das almas, pois era a única existente no sítio de São Francisco junto ao Rio das Velhas. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fls. 184v.-188. O padre Baltazar Leal solicitou que fosse enterrado onde seus testamentários entenderem, não mostrando grande ligação ou afetividade pelas instituições locais, só lhes interessando que fosse trasladado para a Misericórdia de Penafiel. Cf. PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fls. 25-29v.

<sup>43</sup> Com exceção do padre Carlos Soares da Silva que se preocupou com a construção de uma capela na casa de família, sua Quinta do Paço, na freguesia de Urrô, onde determinou que se deveria inclusive colocar a imagem de São José, em 1754. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, Lv. 01, *Livro de contratos...*, fls. 150v.-158.

diam, essencialmente, alcançar o paraíso e serem lembrados, e se algum dinheiro veio para obras de beneficência, foi de forma esporádica. O vínculo era essencialmente com a irmandade da Misericórdia de Penafiel, ou para com os seus laços familiares diretos.

Na colónia, esses homens, preocupados em trabalhar e enriquecer, não constituíram família, com exceção do capitão Paulo Barbosa, que falecendo sem filhos, mas casado com D. Catarina da Fonseca, e de Manuel Gonçalves de Sousa, também falecido sem filhos, mas casado com D. Isabel Dias Videira. Muitos faleceram bastante jovens, deixando seus pais como herdeiros, como é o caso do capitão Manuel de Queirós e Abreu, para além do facto de quatro dos trinta instituidores serem clérigos<sup>44</sup>, como podemos verificar no quadro dois.

A preocupação com a alma na hora de redigirem seus testamentos, juntava-se à preocupação em acertar contas e dividir seus bens por sobrinhos e sobrinhas e pelos homens de seu sangue vindouros, na medida em que determinavam que os capelães de seus sufrágios seriam de sua geração. Assim, para além de assegurar que os ganhos com as missas seriam repartidos pelos seus e não distribuídos por estranhos, asseguravam a memorização do seu nome no contexto familiar. Contudo, a distância que os separava dos seus entes originava, muitas vezes, conflito quanto à divisão da herança, porque a ânsia pelo dinheiro que havia de chegar do familiar emigrado e enriquecido agudizava a sede de chegar esse dia e ser o feliz contemplado<sup>45</sup>. Os próprios, ao redigirem o seu testamento tinham perfeita consciência desse facto. O padre Baltazar Leal ressaltou no seu leito de morte que, se alguns de seus irmãos e sobrinhos fossem contra o seu testamento, nada se lhes daria<sup>46</sup>.

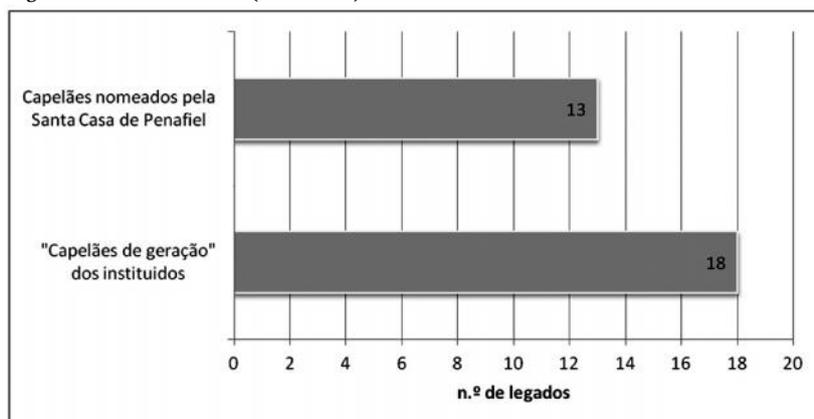
---

<sup>44</sup> Sobre a emigração de clérigos para o Brasil e a necessidade de padres para evangelizar e paroquiar novas terras. Cf. ALVES, Jorge - *Os "brasileiros": emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Autor, 1994. p. 42.

<sup>45</sup> Para este assunto Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII)*. *Cadernos de História*. Vol. 8, n.º 9. Belo Horizonte. 1.º semestre (2006) 35.

<sup>46</sup> Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fl. 25.

Gráfico 5 – Tipo de capelães pretendidos para a celebração de missas instituídas por legados vindos do Brasil (1651-1800)



Fonte: AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, LV01 – Livro de Contratos de obrigação e aceitação de legados 1706-1766; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV03 – Livro de Registo de Legados 1642-1800; PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, LV08 – Livro de Registo de Legados 1635-1718.

Ao estabelecerem estas ligações com a sua terra natal, o que os movia não era a filantropia, que só haveria de inundar consciências um século mais tarde, mas a necessidade de vincar a pertença à comunidade que os viu nascer, de vincular a relação com a Misericórdia local, de serem recordados e rezados nos altares de sua terra, por seus capelães e familiares, como se dessa forma, as preces fossem mais ouvidas nos céus. Evidentemente que também queriam mostrar aos seus que a ida para a América tinha valido a pena e tinham vencido os seus objetivos.

A escolha de capelães familiares está associada também à garantia de sua subsistência e, provavelmente, ao maior zelo que teriam no cumprimento das missas.

Se algum rasgo de caridade, generosidade ou amor ao próximo trespassava destes contratos, ele é raro e apenas visível na dotação de órfãos, instituído por Paulo Barbosa em seu testamento<sup>47</sup>. Nas solicitações de missas por almas do purgatório, pouco frequentes nestas instituições de sufrágios trabalhados, esta é só visível no pedido do padre Carlos Soares da Silva, uma vez que os restantes só velavam pela sua alma e de seus parentes.

<sup>47</sup> Sobre a dotação das órfãs de Paulo Barbosa. Cf. FERNANDES, Paula Sofia Costa - A dotação de órfãs na Misericórdia de Penafiel nos finais da época moderna e inícios da época contemporânea. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) - *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*. Braga: CITCEM, 2010. p. 315-334.

Por fim, na esmola aos pobres, prevista por Gonçalo Rodrigues de Sousa, falecido no Brasil, que em seu testamento de 26 de dezembro de 1685, institui um legado de missa quotidiana por sua alma, para o qual legou à Santa Casa novecentos mil réis. Neste, estipula que cada missa fosse paga com sessenta réis, de forma que o que sobrasse do rendimento do montante que andaria a juro fosse para esmolar pobres e ajudar peregrinos<sup>48</sup>. Teria, de facto, a Misericórdia tido preocupação de encaminhar os sobejos segundo a vontade do falecido? E se o fez, que amplitude terá tomado, quando sabemos que o século XVIII trouxe consigo o crédito mal parado, o aumento dos encargos com os capelães e dezenas de missas por rezar? A “esmola” determinada era mesmo muito limitada, uma vez que os legados do século XVIII já estipulavam somas mais elevadas pelo pagamento de cada missa celebrada.

Relevantes, em termos caritativos, acabaram por ser os legados de Domingos Correia dos Reis e o do padre Carlos Soares da Silva. O primeiro, porque alterou o contrato inicial, que visava o dispêndio de duzentos mil réis de missas por sua alma, num segundo contrato, no qual converteu as ditas missas em cem mil réis para pobres e azeite do Senhor e cem mil por missas por alma de seus progenitores. Contudo, esta alteração deve-se mais, como já foi focado, ao receio que seu filho natural entropusesse recurso contra o contrato, reivindicando a sua terça, do que propriamente a um ato de generosidade<sup>49</sup>. O segundo legado aqui referido, se bem que demonstra no início da segunda metade do século XVIII, uma profunda caridade e amor ao próximo, através da bondade para com os desprotegidos da vida, vistos muitas vezes pelo homem moderno como “interlocutores privilegiados junto do Criador”<sup>50</sup>, não foi duradouro, uma vez que o instituidor, em 1770, o alterou completamente<sup>51</sup>, convertendo os vinte e três mil réis anuais, repartidos, em setembro, pelos pobres de Urrô e Guilhufe, escolhidos pelo administrador da Quinta do Paço, em missas pelas almas do purgatório.

---

<sup>48</sup> Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fls. 131-133.

<sup>49</sup> Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fls. 164-168.

<sup>50</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII). *Cadernos de História...*, p. 38.

<sup>51</sup> Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/001, Lv. 01, *Livro de contratos...*, fls. 201-204v.

De qualquer forma, este legado de esmolas anuais aos pobres não é uma doação aos pobres em geral, como se vai verificar, noutras casos, pelo país inteiro. Destinava-se somente aos pobres da sua localidade, escolhidos por seus parentes, à porta da quinta de família, pretendendo criar, assim, uma rede de necessitados e uma “clientela” desprotegida, a que os seus senhores ajudavam a sobreviver e que numa cadeia de interesses, os louvavam e rezavam por eles.

Os legados deixados no Brasil à Misericórdia de Penafiel impunham-se mais pelo medo do purgatório e pela devoção aos altares da mesma<sup>52</sup>, do que propriamente pelo excesso de generosidade. E se Ivo Carneiro de Sousa<sup>53</sup> aponta para a Santa Casa de Lisboa, vários casos de doações consideráveis de “brasileiros”, no século XVIII, (ainda que não aponte se, de facto, foram gastos com os pobres), em Penafiel, os legados são, essencialmente, canalizados para centenas de missas, responsos e ladainhas diárias, muitas vezes em altares privilegiados, subindo, dessa forma, a alma vários degraus na ascensão à gloriosa salvação.

---

<sup>52</sup> A escolha da Misericórdia de Penafiel para colocarem os legados deve-se nas palavras dos próprios instituidores ou dos seus testamenteiros e procuradores pelo grande amor à pátria de onde era natural, como refere Melchior Ferreira Nunes quando estabelece contrato de missa quotidiana em 1699. Cf. AMPNF, Fundo da Misericórdia, PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fls. 153v.-156v., ou porque os seus antepassados já estiveram ligados à Misericórdia através da instituição de legados e dessa forma cumpriam uma espécie de herança familiar. Pedro Moreira de Meireles, falecido nas partes da América, que em seu testamento em 1745, institui capela de missa quotidiana na igreja da Santa Casa que havia sido fundada por um seu antecessor, o abade Amaro de Meireles. A ligação afetiva à pátria era grande, apesar dos anos volvidos longe dela, a forma como falava, por exemplo, Manuel Gonçalves de Sousa, saudosamente de Penafiel, fez com que após sua morte, sua viúva tenha instituído um legado de missa quotidiana por sua alma, na igreja da Misericórdia da terra em que seu marido nasceu. Cf. PT/AMPNF/SCMPNF/C/D/002, Lv. 08, *Livro de Registo...*, fls. 104-110v.

<sup>53</sup> SOUSA, Ivo Carneiro - Da fundação das Misericórdias aos Brasileiros nas Misericórdias Portuguesas. In *Os “Brasileiros” de torna-viagem no Noroeste de Portugal...*, p. 108.

## **O impacto dos “brasileiros” na assistência a nível local: o legado de Bento da Costa Tição (Séculos XVII-XVIII)**

António Francisco Barbosa\*

As prodigiosas descobertas do caminho marítimo para a Índia e do Brasil, que ocorreram durante o período manuelino, foram indubitavelmente dois acontecimentos que marcaram Portugal na Idade Moderna. Porém, e não menos importante, esta época foi ainda assinalada pela fundação de uma das mais importantes e prestigiadas confrarias, a qual foi denominada Misericórdia. O ano do seu aparecimento coincidiu com a chegada de Vasco da Gama à Índia, mas também com um período de enriquecimento da coroa.

A iniciativa da fundação desta instituição, que primeiramente teve lugar na cidade de Lisboa, com a criação da Santa Casa da Misericórdia, ficou a dever-se à ação de D. Leonor, irmã de D. Manuel e viúva de D. João II<sup>1</sup>.

Uma vez instituída, assistiu-se a uma rápida expansão das Misericórdias, não só pelo espaço português, mas também noutras áreas onde a presença portuguesa se fez sentir, como nos arquipélagos do Atlântico, Ásia, África e Brasil. O facto destas terem emergido em pleno ambiente das descobertas fez com que o espírito que lhes subjazia rapidamente fosse levado para outros locais mais longínquos<sup>2</sup>.

---

\* Mestre em Supervisão Pedagógica no Ensino da História, doutorando em História Moderna da Universidade do Minho (Portugal). Membro do CITCEM.  
antoniofdbarbosa@gmail.com

<sup>1</sup> Sobre a fundação da Misericórdia de Lisboa consulte-se SÁ, Isabel dos Guimarães - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 49.

<sup>2</sup> Veja-se FERREIRA, José F. Coelho - *Misericórdia de Penafiel 5º centenário (1509-2009)*, Misericórdia de Penafiel. Penafiel: Livrofiel, 2009. p. 7.

As Misericórdias, firmadas pelo poder régio, estabeleceram com a Igreja fortes relações em aspetos atinentes ao enterramento dos mortos, cumprimento de legados e ainda à solenização de festas de grande dimensão<sup>3</sup>.

Em Ponte de Lima, a Misericórdia teria sido instituída em 1530, não obstante esta data deixar algumas dúvidas, pois provavelmente estaria já há algum tempo fundada quando procurou junto do rei que lhe enviasse os estatutos da Santa Casa de Lisboa<sup>4</sup>.

Cada irmão que compunha esta instituição comprometia-se através do juramento dos Santos Evangelhos a cumprir as 14 obras da misericórdia, que se dividiam em sete obras corporais e outras tantas espirituais. Mas, se nem todas as obras espirituais tinham impacto nas atividades assistenciais da confraria, o mesmo já não se dizia em relação às corporais, onde para cada obra equivalia um exercício específico das Misericórdias<sup>5</sup>. Assistir os enfermos foi uma das primeiras ações na qual a Santa Casa de Ponte de Lima investiu, incorporando as instituições que prestavam este tipo de auxílio a nível local<sup>6</sup>.

A generosidade desta instituição limiana não era reconhecida somente pelos fiéis mais desprovidos, mas também pelos mais abastados, atraídos pelos motivos religiosos que esta confraria invocava, o que em muitos casos os levava a instituírem legados a “Nossa Senhora da Misericórdia”<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> As festas proporcionavam um convívio que não se cingia somente aos irmãos da Misericórdia mas a todos os devotos, funcionava como um acto que agregava toda a gente numa comemoração ritual de fé. Consulte-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo - As misericórdias em Festa: os Passos na Santa Casa de Monção (século XVIII). In ACTAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROSO IBERO-AMERICANO. Ouro Preto: 2006. p. 1075.

<sup>4</sup> A propósito da estruturação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima consulte-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo - *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000. p. 369.

<sup>5</sup> A este respeito veja-se SÁ, Isabel dos Guimarães - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800...*, p. 107.

<sup>6</sup> Leia-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo - *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*..., p. 369-370.

<sup>7</sup> Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, (doravante ASCMPL), *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802*, nº 72, fl. 2.

A empatia que esta instituição, com os seus propósitos espirituais e corporais, ia conquistando junto dos devotos proporcionou-lhe a acumulação de riqueza ao longo dos séculos XVII e XVIII<sup>8</sup>.

Não foi por acaso que quase todos os seus bens patrimoniais se alcançaram através de doações testamentárias, tendo sempre como desígnio a salvação da alma de quem fazia a doação a bem dos pobres<sup>9</sup>. O mesmo se pode dizer em relação ao património da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, proveniente quase exclusivamente de doações feitas diretamente à Misericórdia por benfeitores da terra e de fora<sup>10</sup>. Teria sido após o Concílio de Trento que se registou a “patrimonialização das Santas Casas”<sup>11</sup>.

Entre os testadores, alguns permaneceram desde muito novos noutras partes do mundo, como, por exemplo, no Brasil, destino muito almejado pelos limianos, mas também por outros minhotos, sobretudo após a primeira metade do século XVII, intensificando-se nos inícios do século XVIII. Este fenómeno migratório para o Brasil, embora fosse visível em todo o território nacional, era mais marcante nas regiões centro e norte de Portugal<sup>12</sup>.

Muitos deles, após fazerem fortunas consideráveis, voltavam à sua terra natal, praticando importantes atos de caridade para com os pobres, mas também dotando as Misericórdias e outras confrarias de bens consideráveis. Estes emigrantes endinheirados tornavam-se verdadeiros promotores de atos assistenciais na localidade de onde eram oriundos, procurando também através destes gestos não serem esquecidos e perpetuarem a sua memória depois de mortos.

---

<sup>8</sup> Veja-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo - *As misericórdias em Festa: os Passos na Santa Casa de Monção (século XVIII)*..., p. 1075.

<sup>9</sup> Confira-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo - *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*..., p. 463.

<sup>10</sup> Foi através de testamentos que a irmandade recebeu a maioria dos bens patrimoniais. Leia-se PEREIRA, Maria das Dores de Sousa - *Entre Ricos e Pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008. p. 97.

<sup>11</sup> Sobre este assunto consulte-se ABREU, Laurinda Faria dos Santos - *Misericórdias: patrimonialização e controlo régio (séculos XVI e XVII)*. *Ler História*. Nº 44 (2003) 17.

<sup>12</sup> Leia-se ARROTEIA, Jorge Carvalho - *Emigração portuguesa. Suas origens e distribuição*. Lisboa: Ed. do autor. 1983, p. 25-26.

A América portuguesa tornava-se atrativa para muitos que pretendiam emigrar, procurando uma vida melhor, sempre na esperança de voltarem com algum património. A rede comercial justificava a saída de muitos jovens do reino com destino ao Brasil, onde, para além da história que os unia, também a língua constituía um elo de ligação e facilitava ainda mais os seus contactos<sup>13</sup>. Desde as primeiras décadas do século XVII que a produção de açúcar, mais tarde aliada à exploração dos metais preciosos, sobretudo do ouro, não deixou indiferente os portugueses que viam nesse território uma oportunidade de enriquecerem<sup>14</sup>.

Bento da Costa Tição também se sentiu atraído por esta terra transatlântica. Em 1645 residia na Baía e, ainda jovem, já era senhor de uma grande fortuna, porém as fontes não esclarecem o período de tempo em que lá permaneceu. Sabe-se, contudo, que faleceu a 11 de dezembro de 1695 na sua terra de origem<sup>15</sup>. Um dos costumes praticados nas famílias numerosas do noroeste português traduzia-se em destinar a herança e gestão do património agrícola ao filho mais velho, cabendo então aos restantes procurarem outras soluções, que os podia levar a sair de casa e a emigrar<sup>16</sup>.

Este limiano nascido na freguesia de São João da Ribeira, em 12 de março de 1620, filho de Sebastião Gonçalves e de Maria Ferreira, deixou um importante património à Santa Casa da Misericórdia.

---

<sup>13</sup> Confira-se ALVES, Jorge Fernandes - *Os brasileiros* da emigração do Norte de Portugal. In OS BRASILEIROS DA EMIGRAÇÃO. Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999. p. 10.

<sup>14</sup> Por volta de 1693-1695 e com a descoberta de ouro na região de Minas Gerais começaram a chegar anualmente milhares de portugueses que emigravam em demanda desse metal precioso. Leia-se SOUSA, Bernardo Vasconcelos; Monteiro, Nuno Gonçalves; Ramos, Rui (Coord) - *História de Portugal*. 5ª ed., Lisboa: Esfera dos Livros, 2009. p. 353-354.

<sup>15</sup> Leia-se D'ABREU, João Gomes - *Figuras Limianas*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2008. p. 93.

<sup>16</sup> Joaquim Ferreira dos Santos, mais tarde conde de Ferreira, nascido em 4 de outubro de 1782 era o quinto filho de um casal de agricultores, cabendo apenas ao mais velho a herança da família, catapultando os restantes para fora da casa paterna. Nesta circunstância a emigração foi uma alternativa para Joaquim Ferreira dos Santos. Leia-se ALVES, Jorge Fernandes - Percursos de um brasileiro do Porto, o conde de Ferreira. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Série II. vol. IX (1992) 200.

“[...] Deixo por minha herdeira a Nossa Senhora da Misericórdia desta villa de Ponte de Lima e por meus testamenteiros aos senhores Provedor e irmãos da Meza de Santa Caza da ditta Misericórdia e os mais senhores provedores e irmãos da Meza que forem secedendo e lhes pesso e rogo por servisso de Nosso Senhor queirão ser meus Testamenteiros para que me fação os legados e obras pias [...]”<sup>17</sup>.

Irmão de Miguel do Lago Tição e do padre Simão da Costa Tição, mais velho dois anos que ele, instituiu assim como herdeira universal a Santa Casa da Misericórdia que arrecadou tudo o que o testador possuía, gerindo os bens expressos no testamento de acordo com a sua vontade. Mas, se umas vezes as instituições beneficiavam com estes legados, outras sentiam na pele este movimento de emigrados para outras localidades, mormente para o Brasil. A título de exemplo, a Misericórdia de Viana sentiu este fenómeno de forma mais intensa, a partir do século XVII, o que a levou a reorganizar a Mesa devido à falta de irmãos, sobretudo efetivos, que também se sentiam atraídos pelo “Novo Mundo”<sup>18</sup>.

O referido testamento foi aprovado em 14 de junho de 1694 na sua quinta de Crasto, recebendo-o em mão o tabelião “Manoel de Aguiar Sotto”, pronunciando o testador que o que nele se contemplava constituía a “sua ultima e estrema vontade”<sup>19</sup>.

No documento testamental sublinhava-se o estado de saúde mental do testador, onde se dizia “eu Bento da Costa Tição em meu porffeito juízo”<sup>20</sup>. Não era por acaso que se integrava no corpo do testamento esta

---

<sup>17</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fls. 2-2v.

<sup>18</sup> Ainda a respeito da Misericórdia de Viana, as terras do Brasil ao cativar muitos dos seus membros obrigava-a a reorganizar constantemente a Mesa. Leia-se MAGALHÃES, António - Entre a Terra e o mar: o cunho oceânico da Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (coord.). *As misericórdias das duas margens do Atlântico*. Cuiabá: Carlini & Caniato editora, 2009. p. 205-206.

<sup>19</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 3v.

<sup>20</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 2.

informação. Certificava-se deste modo que era de livre e espontânea vontade que Bento Tição doava todos os bens contemplados no testamento, já que a falta de sanidade mental colocava em causa a validade do documento.

As fontes relevam ainda a mentalidade que persistia no homem do período moderno. Os devotos daquele período tudo faziam para que a sua alma, após a morte, alcançasse a glória ou o caminho da salvação<sup>21</sup>, por isso Bento Tição desejava “por minha alma no caminho da salvação por não saber o que nosso senhor de mim quer”.

Atingir a salvação eterna constituía uma imposição pessoal de todo o devoto cristão sob pena de incorrer na condenação eterna e na exclusão da sociedade dos justos<sup>22</sup>. A devoção intensa manifestada pelo testador compelia-o a invocar a Virgem Maria e os santos para intercedem por ele,

“[...] pesso e rogo a glorioza Virgem Maria Nossa Senhora Mai de Deos e a todos os santos da corte celestial particulamente ao meu Anjo da goarda e ao santo de meu nome por mim interceder e rogar [...]”<sup>23</sup>.

O doador expressava deste modo as suas crenças mais profundas, definia os bens para segurar a salvação eterna, de forma detalhada discriminava o funeral que desejava, o local onde queria ser enterrado, quem o devia acompanhar, as missas e os ofícios que a instituição devia rezar pela sua alma, as obrigações dos testamentários, a repartição dos seus bens pelos herdeiros, parentes e as obras de caridade<sup>24</sup>.

Bento Tição começou por expressar a vontade de ser sepultado na igreja de São João da Ribeira, para isso assentou com o padre Jerónimo

---

<sup>21</sup> A preocupação com o destino da alma levou o homem do Período Moderno a desenvolver um enorme esforço de salvação, investindo todo o seu património ou parte dele para que esta alcançasse a paz eterna. Leia-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo - O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas da época moderna. *Comunicação & Cultura*. Nº 10 ( 2010) 106.

<sup>22</sup> Leia-se TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença. 1989. p. 67.

<sup>23</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 2.

<sup>24</sup> Consulte-se PEREIRA, Maria das Dores de Sousa - *Entre Ricos e Pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*..., p. 98.

de Crasto que daria a leira da “possa”, situada em “paradela”, à confraria geral da igreja de São João da Ribeira como forma de agradecimento. Acrescentava ainda que à sua sepultura lhe juntassem “os ossos de seu irmão Miguel do Lago”. Alegava que não se juntassem a eles mais ninguém “em nenhum tempo do mundo”. Esta atitude denotava o grande afeto e o estável relacionamento que devia manter com o seu irmão Miguel Tição. Para identificar a sua sepultura pedia que os seus herdeiros lhe colocassem um “letreiro”, assinalando que ali jazia o seu corpo. Não aceitando a igreja a referida leira e não querendo dar a sepultura nas condições por ele impostas “me sepultarão na Capella Maior da ditte igreja e nella porão sempre com as mesmas condições assima”. Desta forma, a referida propriedade ficaria para a confraria do Senhor, sita na mesma igreja. Deliberava ainda que todos os anos o abade da igreja de São João da Ribeira fosse contemplado com 1000 réis cabendo-lhe a observância de dar “vestimenta e ostias ao capellão que dicer a missa cotidiana que mando dizer na ditte igreja”, e como prediletos para a celebração das referidas missas o testador tinha os irmãos padre Damião de Caldas e Diogo de Caldas<sup>25</sup>.

No dia do seu enterramento fazia o testador questão que “se comprara pão sette mil réis para se dar aos pobres que la se acharem e o vinho que for necessário”<sup>26</sup>. Não era raro, no Período Moderno, os benfeitores à hora da morte lembrarem-se dos mais desprovidos, desejando que estes fossem contemplados com alguma esmola ou com outros gestos de caridade.

Os pobres, porque desprovidos de riqueza, encontravam-se mais perto do céu, daí que a dádiva de esmolos continuasse a ser a forma mais generalizada de lhes prestar assistência, e destes intercederem como forma de agradecimento pela alma do doador<sup>27</sup>. A solidariedade do homem moderno era “auto-reflectora”, isto acontecia quando o pobre era utilizado como um meio de se atingir o céu, já que a Igreja o igualava à imagem de

---

<sup>25</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 10v.

<sup>26</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 2v.

<sup>27</sup> A criação de hospitais, no período moderno, fazia-se quase sempre por testamento e a salvação da alma continuava a ser uma preocupação prioritária. Grande parte dos

Cristo<sup>28</sup>. Não somente pela doação testamentária à Misericórdia, mas também pelo facto de ser irmão dessa confraria foi merecedor de um enterro com maior pompa e mais ritualizado para que se tornasse memorável. Desde a morte até à sepultura, tudo estava consignado nos estatutos e devia ser cumprido<sup>29</sup>.

O testamento transformava-se num meio que fazia reverter a riqueza em benefício da obra pessoal da salvação, ao mesmo tempo que permitia o apego às coisas terrenas<sup>30</sup>.

Para além da distribuição do pão e vinho aos pobres, o “freguês” de São João da Ribeira desejava que os clérigos que o acompanhassem nas cerimónias fúnebres lhe fizessem seis ofícios na igreja com sessenta padres cada um. Integravam-se nestes atos os clérigos da vila e os dos “arrabaldes do pinheiro, São João, São Bento e “não fazendo a conta se chamarão de outra parte os que faltarem”. Nestes ofícios litúrgicos todos fariam a leitura na missa começando logo no primeiro dia, quando o seu corpo fosse sepultado, deixando por sua alma a celebração cem missas no altar privilegiado de São António, para além das três mil missas na vila e São João da Ribeira com pagamento de 60 réis cada<sup>31</sup>. Constatamos que, em conformidade com a vontade do doador, as missas tinham lugar não em locais que os herdeiros pretendessem, mas sim nos espaços determinados pelo testador.

---

doadores fundava estabelecimentos destinados a pobres ou peregrinos com os respetivos leitos mantendo um hospitaleiro destinado a zelar pelos pobres acolhidos. Estes hospitais e albergarias conservavam-se através de dotações em património formado por terras e casas. Veja-se SÁ, Isabel dos Guimarães - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800...*, p. 39.

<sup>28</sup> Sobre o ato de rezar pelos mortos consulte-se ABREU, Laurinda Faria dos Santos - *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage Editores. 1999. p. 119.

<sup>29</sup> Anunciar a morte pelas ruas proclamando-se a hora do enterro, as tochas, as varas, os balandraus, as bandeiras, o lugar do capelão entre outros estavam estipulados no compromisso. ARAÚJO, Maria Marta Lobo - *O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas da época moderna...*, p. 104.

<sup>30</sup> Veja-se MARQUES, Maria Gracinda Leonês Dantas - *O testamento de Gaspar Fernandes Barreiras: um exemplo de instituição de dotes de capela a partir do Brasil. CADERNOS do Noroeste*. 11, 2, Braga: Universidade do Minho. 1998. p. 172.

<sup>31</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 2v.

Todo o aparato religioso almejado pelo testador, desde as suas exéquias até à celebração das missas pela sua alma, denunciava a sua riqueza. Por isso, para além das missas que mandou celebrar no dia do seu enterro e nos dias imediatos, encarregou a dita confraria de celebrar uma missa pela sua alma diariamente “Deixo mais que se dirá hua missa todos os dias em coanto o mundo durar”. Desta maneira, pretendia que estas fossem celebradas na igreja de São João da Ribeira e não em outra parte, expressando ainda que fosse atribuído ao abade uma esmola de dois tostões, caso este as oficiasse no referido templo.

A este conjunto de missas que Bento Tição pretendia que se soleziassem pela sua alma dava-se o nome de capelas<sup>32</sup>. Para se consumarem, o testador tinha que deixar património ou dinheiro suficiente capaz de arcar com as despesas. O número destas missas estava sempre relacionado com a capacidade económica do legado, e somente as pessoas mais abastadas deixavam suporte económico para isso<sup>33</sup>.

A Santa Casa de Ponte de Lima ficava obrigada perpetuamente a celebrar ao longo do ano muitas missas pela alma do legatário. Facto que não seria muito custoso, dado que a Misericórdia era a herdeira universal. Cabia-lhe embolsar tudo o que Bento Tição possuía, gerindo o rendimento dos bens consoante o desejo discriminado no testamento.

A devoção deste “brasileiro” levou-o a manifestar no seu testamento o agrado de guarnecer a “fabrica” da capela de Santa Maria Madalena e de reformar o seu telhado quando fosse necessário. Em 1696 despendeu a Santa Casa 240 réis com um carro de telha para recompor o telhado da dita capela e com um retalhador que lá trabalhou<sup>34</sup>. O dia da festa da padroeira também não ficava esquecido, pois o legado tinha o encargo de nessa data mandar dizer “hua missa com esmolla de cento e sassenta [sic] reis”<sup>35</sup>.

A sua prima Maria do Lago foi também recordada e contemplada com oito mil réis anualmente, enquanto estivesse viva. Já em relação a

---

<sup>32</sup> Leia-se ABREU, Laurinda Faria dos Santos - *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade...*, p. 138.

<sup>33</sup> Confira-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo - *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)...*, p. 464.

<sup>34</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 28v.

<sup>35</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 2v.

António Gonçalves Tição, decidiu beneficiá-lo com o campo das “lamas e veladilha” que ficava contíguo àquele, bem como com a vinha da freguesia de Serdedelo, situada “abaixo da igreja de Santa Marta”. Mas, este ficava ainda a usufruir de outras propriedades nessa mesma freguesia e de todo o rendimento que delas proviesse, como pão, vinho e frutas. Após a sua morte, a Santa Casa da Misericórdia ficaria possuidora de todos aqueles bens. Entre as despesas que a confraria da Misericórdia teve que arcar no ano de 1695, contou-se a atribuição de 3000 réis a António Gonçalves Tição provenientes dos rendimentos da fazenda<sup>36</sup>.

Embora as fontes não nos esclareçam a relação parental com António Gonçalves Tição, o apelido parece-nos revelar um grau de parentesco muito próximo do testador, pois os bens que lhe couberam enquanto vivo eram bastante significativos, o que pode revelar uma grande afinidade.

Como irmão da confraria procurava agir de acordo com os princípios assistenciais que ela cultivava, assim Bento Tição deixou-lhe uma doação para curar doentes. Esta obra de carácter corporal destinava-se a curar os pobres doentes da vila de Ponte de Lima e da freguesia da Correlhã onde se devia prestar assistência aos que se encontravam em suas casas ou hospitalizados na enfermaria da Santa Casa. Tornava-se uma prática deixar legados para os doentes pobres. Em 1704 o capitão Bento Ferraz Pereira, falecido na Baía, deixou 400 mil réis para curar doentes, já o padre Bartolomeu Vilas Boas, ao instituir a Santa Casa como universal herdeira em 1710, ordenou que depois de vendida a sua fazenda e pagos os legados deixados o remanescente destinar-se-ia aos doentes do hospital<sup>37</sup>.

Possuidor de um grande número de propriedades, Bento da Costa Tição ordenava que estas não fossem vendidas, nem trocadas e que as árvores lá existentes, como pinheiros, castanheiros, carvalhos e sobreiros não fossem cortados até atingirem envergadura suficiente para se rentabilizarem. No seu testamento aparece discriminadamente a localização daquelas espécies de árvores, o que denota o bom conhecimento que possuía dos seus bens:

---

<sup>36</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 20.

<sup>37</sup> Leia-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo - *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*..., p. 639.

“[...] Dentro do dito Terrestal de castanho estão tres carvalhos, e junto do Pinheiral da parte de fora hum que fazem coatro [...]”, Em a Deveza das traves junto do Pinheiral athe o portello que entra para o olival ficão cento e hum digo cento e dez Carvalhos todos marcados, Em a beira da estrada sobre o Terrestal que está asima do caminho que vai da Caza para o pinheiral tres carvallhos”<sup>38</sup>.

Por outro lado, o espírito de bom negociante que sempre lhe esteve inerente refletia-se na elaboração do testamento, pois sobre todos os bens discriminados no referido documento deixava sugestões para serem mais rentáveis. Para se respeitar o pedido do testador e não cortar as árvores, a Mesa dirigida pelo provedor Pedro Ferreira de Faria, em 1788, marcou as árvores que pertenciam à confraria, já que os sinais que algumas tinham anteriormente estavam a desaparecer, o que tornava mais difícil conservá-las até aos quarenta anos, como dispôs Bento Tição. Recomendava-se, desta forma, que se fizesse uma visita anualmente a esses locais que continham as ditas árvores e se “lhe renovem as marcas”.

Mas não foi o setor primário a principal ocupação deste emigrante minhoto, pois dedicou-se também ao comércio de armas, tabaco e açúcar. Esta atividade foi mantida mesmo após ter regressado à terra, dando continuidade aos negócios com o Brasil desde Ponte de Lima, para onde enviava panos e armas e de onde recebia pagamento e rendimentos em açúcar<sup>39</sup>. Através do rol que o mesmo deixou contemplado no seu testamento comprova-se a sua ligação ao comércio do açúcar brasileiro “Carregou na Bahia António Branco hua caixa de asucar [sic] Branco de trinta e tres arrobas em hu navio”<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 154.

<sup>39</sup> Consulte-se D'ABREU, João Gomes - *Figuras Limianas...*, p. 93. A produção açucareira e o comércio constituíram as principais actividades de muitos portugueses que emigraram para o Brasil. Leia-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo - *Balanços de vidas, medo e morte e esperança na salvação: os testamentos de emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII)*. *Cadernos de História*. vol. 8. N° 9 (2006) 30.

<sup>40</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 5v.

É de notar que muitos dos emigrados, cuja atividade de ocupação no Brasil foi o comércio, regressavam mais tarde ou mais cedo à sua terra natal, onde viviam descansadamente dos seus rendimentos, podendo mesmo dirigir os seus negócios a partir daí. A atividade era possível quando em terras da América se mantinha um parente ou vizinho de confiança para lhe dar seguimento. Já o português que se dedicasse à agricultura, geralmente, não pensava regressar, uma vez que a concorrência que sofria de outros imigrantes disso o impossibilitava<sup>41</sup>.

De facto, a chegada dos “brasileiros” endinheirados à sua terra natal causava impacto ao “aburguesar” tanto o meio rural como urbano através do dinheiro que traziam<sup>42</sup>, o que constituía, por vezes, uma revitalização social e económica dessa localidade, aplicando ainda os novos conhecimentos que adquiriram em terras do “Novo Mundo”.

Bento Tição manifestou, no seu retorno, um carácter caridoso, ao agradecer com a sua fortuna a Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, mas também outras confrarias através de legados. Às confrarias sediadas na igreja de São João da Ribeira como a do Santíssimo Sacramento, a de Nossa Senhora do Rosário e de São João, a de Santo António e a das Almas deixou a cada uma dois mil réis<sup>43</sup>. Para além destas, à confraria do Mártir São Sebastião mil réis e às de Nossa Senhora do Rosário da igreja de São Mamede e a “do mesmo São Mamede a cada hua dous mil reis<sup>44</sup>. Mas, as sediadas na igreja Matriz de Ponte de Lima não foram olvidadas pelo testador, dotando a confraria de Nossa Senhora da Conceição com 6 mil réis. À Ordem Terceira de São Francisco destinou 3 mil réis e aos “fradinhos de Santo António 4000 réis”. O sacrário da igreja de Santa Marta da freguesia de Serdedelo foi guarnecido com “hu vazo de pratta dourado” que o próprio prometeu. Se o doador, ao agradecer estas instituições com dinheiro, estava a contribuir para a sua vitalidade,

---

<sup>41</sup> Confirma-se ALVES, Jorge Fernandes - *Os brasileiros da emigração do Norte de Portugal*. In *Os Brasileiros da Emigração...*, p. 13.

<sup>42</sup> Veja-se Jorge, Ricardo - *Brasil! Brasil!*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1930. p. 23.

<sup>43</sup> A Misericórdia no dia oito de abril de 1695 despendeu com o legado da confraria do Senhor de São João da Ribeira 2000 réis. ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 20v.

<sup>44</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 8v.

por outro assegurava a preservação da sua memória. Sabe-se que muitos legados pios feitos a estas associações visavam a celebração de missas pela alma do benfeitor e da sua família, onde e consoante a capacidade económica do mesmo se prolongavam as orações, o que nos leva a refletir numa sociedade desigual que se repercutia para além da vida<sup>45</sup>.

Não foram somente estas instituições a usufruírem dos bens de Bento Tição, muitos particulares foram igualmente contemplados no seu testamento. Deixou a Maria, filha de Maria Lopes, viúva que ficou de Francisco Rodrigues, do arrabalde de São João, 25 mil réis para ajuda do seu casamento, ficando todavia salvaguardado que caso o enlace não ocorresse, então, não os receberia. Mariana, irmã de Maria Ferras, que tinha vindo para casa desta “com seis para sete anos de idade” e que já lá permanecia há dezoito anos, também foi agraciada com uma esmola de 15 mil réis. A Misericórdia despendeu com os legados dos criados, que trabalhavam na quinta de Crasto, 7.939 réis, com o pintor do oratório 9.120 réis e com outro criado 3.500 réis. Mas a generosidade de Bento da Costa Tição não se cingiu somente a estas dádivas, pois concedeu vários empréstimos em dinheiro, o que proporcionava também um grande leque de devedores. A título de exemplo referiu: “Deveme o Doutor Francisco Pinto da Cunha juis de fora que foi nesta villa de ponte de Lima sincoenta mil reis que lhe emprestei por dous escrittos seus”. Como emigrante bem-sucedido não era de estranhar que muita gente se acercasse dele para lhe solicitar dinheiro emprestado, como ocorreu com o “juis de fora”. Por isso, também não deixava de ser frequente os “brasileiros” legarem às Misericórdias dívidas não cobradas<sup>46</sup>. Não obstante, Bento Tição era possuidor de uma grande fortuna que depois de vendida rendeu à Misericórdia local 1.227.972 réis<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> Leia-se PENTEADO, Pedro – Confrarias. In Azevedo, Carlos Moreira (Dir.). *História Religiosa de Portugal*. vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 329.

<sup>46</sup> Confira-se SOUSA, Ivo Carneiro de - Da fundação das misericórdias aos “brasileiros” nas Misericórdias portuguesas. In *Os “Brasileiros” de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 112.

<sup>47</sup> ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 18v.

Por costume e segundo Marta Lobo, a confraria canalizava o montante adquirido com a venda dos objetos de ouro, prata, móveis, louças, armas de fogo entre outros, para aquisição de casas, terras, ou empréstimos de dinheiro a juro<sup>48</sup>. A Misericórdia de Guimarães tal como as restantes do reino, fortalecidas com as doações testamentárias, mostrava o seu lado “capitalista” e especulativo. Atingindo o seu auge a partir da segunda metade do século XVII, procedeu a concessões regulares e sistemáticas de empréstimos a juro que muito beneficiaram a aristocracia que recorria a este expediente para angariar capital<sup>49</sup>.

Como já pudemos constatar, os “brasileiros” quando retornavam endinheirados à sua terra natal, nada deixavam indiferente no meio onde se inseriam. Vinham com projetos de vida bem definidos, e que concretizavam através dos capitais que traziam. Os casamentos pensados, que os catapultassem para um estrato social de maior distinção e visibilidade, constituíam um dos objetivos que muitos tinham em vista<sup>50</sup>.

Muitos destes emigrantes para além de se preocuparem com a defesa de valores como a escolarização, o apoio aos necessitados, não conseguiam resistir à compra de comendas e títulos nobiliárquicos<sup>51</sup>. Bento Tição

---

<sup>48</sup> O rol da prata de Bento Tição era composto por “seis garfos novos todos de hu feitio de pratta quinze colheres de pratta duas de Madre perolla com seu pes de pratta hu jarro grande de pratta laurado ao Antigo hu saleiro de pratta duas galhetas he hu prato dellas com tres pas tudo de pratta que he hu talher de Meza hu pratto de Agoa as mãos que he do jarro sinco tanboleiros de pratta dois púcaros de pratta hu ao moderno he outro ao antigo sempre com hua salva ao moderno hu púcaro com sua salva ao antigo que he de Lourenço da Gama mais hu jarro lizo pequeno de pratta que he de Caza hua jóia de peitto sinco anéis duas argollas das orelhas hu relicário duas cabaçittas de filligrama hus brincos das orelhas tudo de ouro”. ASCMPL, *Livro dos bens da herança do Nosso Irmão Bento da Costa Tisam Testamento que deixou a esta Casa da Misericórdia, 1695-1802...*, fl. 9v.

<sup>49</sup> Leia-se COSTA, Américo Fernando da Silva - A Misericórdia de Guimarães: crédito e assistência (1650-1800). *Cadernos do Noroeste*. vol. 11 (1998) 147.

<sup>50</sup> A este propósito Francisco Coelho Nogueira açoriano de origem emigrou para o Brasil, passado uma década regressou à ilha Terceira com sinais de êxito. Um dos assuntos que tentou resolver de imediato foi alterar o seu nome para um mais sonante e procurou uma mulher de elite rural bem implantada na sua freguesia. O mesmo e os seus descendentes passaram a ser reconhecidos socialmente e politicamente na sua terra natal. Afinal tinha-se transformado num abastado proprietário daquela região. Conforme LEITE, José Guilherme Reis - Os Regressados do Brasil como factor de mudança social nos Açores na 2ª metade do século XIX. *Revista Arquipélago, História*. 2ª Série. IX (2005) 401.

<sup>51</sup> Comprove-se LEITE, José Guilherme Reis - Os Regressados do Brasil como factor de mudança social nos Açores na 2ª metade do século XIX”..., p. 400.

conseguiu obter “mercê de Fidalgo de Cota de Armas que lhe foi concedido por carta de 9 de Setembro de 1653”<sup>52</sup>. Em 1696, integrado na conta do dinheiro que se despendeu da sua herança contou-se com “hu cordão para o brasão e pregos de hua caixa 68 reis”.

Os “brasileiros” tornaram-se verdadeiros agentes de mudança. As suas próprias habitações sobressaíam pela sua magnificência, no meio onde se edificavam, forma também de se afirmarem socialmente. Não menos importante era o papel que muitos deles ocupavam na vida política local<sup>53</sup>. Tiveram um papel importante no Norte de Portugal ao fazerem parte dos seus investimentos. Todavia, e aliado a este espírito existia da parte deles a pretensão de se mostrarem e evidenciarem a sua presença, onde, e como já referimos, as construções arquitetónicas eram disso uma prova<sup>54</sup>.

Inserida numa região de forte emigração para o Brasil, Ponte de Lima não ficou isenta das ações de caridade praticadas por muitos dos seus emigrados. Regressados à sua terra procuravam imprimir marcas reveladoras do êxito económico alcançado. Tornaram-se figuras de destaque pelas doações que fizeram às instituições da vila, e ainda pelas atitudes de generosidade que mantinham com particulares.

Estratégias bem estudadas para quem pretendia que o seu nome ficasse registado na memória de todos os limianos, como pessoas ilustres que transformaram económica, social, politicamente e até do ponto de vista arquitectónico o meio de onde eram oriundos.

---

<sup>52</sup> Bento Tição apresentava-se como bisneto materno de Gonçalo Rodrigues Tição e de sua mulher Constança do Lago Pinto. Confira-se D'ABREU, João Gomes - *Figuras Limianas*. Ponte de Lima..., p. 94.

<sup>53</sup> Leia-se ALVES, Jorge Fernandes - *Os brasileiros da emigração do Norte de Portugal*. In *Os Brasileiros da Emigração...*, p. 19.

<sup>54</sup> Para este assunto veja-se MACHADO, Igor José de Reno - O “Brasileiro de torna-via-gens” e o lugar do Brasil em Portugal. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Nº 35 (2005) 53.



## **Salvar a alma e socorrer os necessitados ao emprestar capital a juro: a gestão do legado do brasileiro Cipriano Gomes Claro pela Misericórdia de Arcos de Valdevez (1738-1760)**

Maria Odete Neto Ramos\*

As misericórdias, à semelhança de outras instituições de caridade, destacaram-se, em épocas mais recuadas, como autênticas organizações creditícias. Para transpor as adversidades da vida ou para adquirir propriedades e outros bens, a população recorria ao empréstimo hipotecário. Como nas confrarias se aplicavam juros mais baixos, esta *práxis* apreendia-se como assistencial, constituindo uma forma de ajuda ao próximo<sup>1</sup>.

Similarmente ao sucedido nas suas congéneres, as operações de solicitar dinheiro a juro foram uma prática corrente na Misericórdia de Arcos de Valdevez. Desempenhando um papel hegemónico na estratégia de subsistência das famílias mais carenciadas, consistiu num dos modos da irmandade rentabilizar os bens que ia acumulando, fruto das doações e dos legados que amealhou desde a sua fundação.

O dinheiro disponibilizado para a concessão de crédito procedia de doações testamentárias, do rendimento das propriedades e da recolha de esmolas.

Entre os vários legados recebidos pela Misericórdia de Arcos de Valdevez com esse fim, conta-se a herança do padre Cipriano Gomes Claro,

---

\* Doutoranda da Universidade do Minho. Membro do CITCEM. odeter77@gmail.com

<sup>1</sup> Sobre o empréstimo de dinheiro a juro pelas instituições assistenciais, veja-se LE GOFF, Jacques - *A bolsa e a vida*. Lisboa: Teorema, 1987. p. 43, 88-98. SÁ, Isabel dos Guimarães - As misericórdias nas sociedade portuguesas do período moderno, *Cadernos do Noroeste: Série História*, n.º 15, (2001) 346-347. AMORIM, Inês - *Património e crédito: Misericórdia e Carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2006. p. 697.

um *brasileiro* que tentou salvar a alma socorrendo os necessitados, ao doar dinheiro para emprestar a juro<sup>2</sup>.

### **1. O legado do *brasileiro* padre Cipriano Gomes Claro à Misericórdia de Arcos de Valdevez.**

O padre Cipriano Gomes Claro, natural do termo de Arcos de Valdevez, faleceu na cidade da Baía a 19 de julho de 1730. Foi um dos muitos portugueses que partiu para o Brasil, onde angariou fortuna e com ela favoreceu a Misericórdia arcoense.

A emigração é um fenómeno que acompanhou a história portuguesa de forma permanente. O Brasil contou-se entre os destinos escolhidos pelos portugueses à procura de fortuna, levando de Portugal uma parte considerável da sua população masculina, jovem e ativa, sendo a região minhota uma das mais afetadas por este movimento<sup>3</sup>.

Partia-se à procura de melhores condições de vida e, no caso dos filhos segundos da nobreza, da ocupação de cargos administrativos, uma vez que a política de heranças apenas favorecia um dos filhos. Junto com estes saíam descendentes de muitos camponeses minhotos que consolidaram fortuna e posição social. A par, acompanhavam-nos, também muitos clérigos para a missão.

---

<sup>2</sup> As fontes para este estudo são constituídas pelo fundo documental do padre Cipriano Gomes Claro, que incorpora o Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez. Fazem dele parte dois tomos (*Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella do Reverendo Sipriano Gomes Claro e Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro (1738)*); e três documentos avulsos (*Instituição da capela quotidiana do padre Cypriano Gomes Claro no anno de 1738*; *Documentos comprovativos da familiaridade dos padres Cipriano Gomes Lobarinhas e Francisco de Abreu Silva à capela do padre Cipriano Gomes Claro (1747)*; e a *Verba do testamento do padre Cipriano Gomes Claro (1730)*). Sempre que necessário analisaremos outros documentos que compõem o mesmo arquivo, sobretudo os Livros de Termos da Santa Casa.

<sup>3</sup> Calcula-se que a emigração portuguesa para o Brasil, durante o século XVIII, não foi inferior a meio milhão de indivíduos. O êxodo lusitano foi de tal maneira intenso que levou a legislação a tentasse refrear ao longo dessa centúria. FERRO, J. P. - *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa: Editorial Presença, 1995. p. 64. SERRÃO, Joel, *A emigração portuguesa*, 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. p. 85. ARROTEIA, Jorge Carvalho - *Emigração portuguesa. Suas origens e distribuição*. Lisboa, Ed. Autor, 1983. p.15-17. VIEIRA, Alberto - *A emigração Portuguesa nos Descobrimentos do litoral às ilhas*. *Portuguese Studies Review*, n.º 15 (2007) 65.

Paralelamente, o excesso da população e a pressão exercida por esta sobre os recursos deu origem a um fluxo persistente de emigração. Ainda muito jovens ou já adultos instalaram-se por várias regiões do Brasil, ainda que preponderasse, durante o século XVIII, a de Minas Gerais.

Foi a partir de finais do século XVII, altura em que se descobriu o ouro, que se verificou a partida para uma terra que se revelou de grandes promessas e desilusões. A produção açucareira e a exploração aurífera foram responsáveis pela atração de muitos minhotos no final de setecentos<sup>4</sup>.

Pensamos que foi integrado no paradigma da missionação, que Cipriano Gomes Claro terá saído em finais do século XVII ou inícios do XVIII. Não sabemos os motivos que nortearam a sua partida, muito menos se já estava ordenado.

É conhecido o envio de muitos órfãos, em setecentos, a pedido dos bispos do Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco, para receberem ordens sacras<sup>5</sup>. Provavelmente não terá sido este o fundamento que o moveu a afastar-se da sua terra natal, dado não sabermos se já estava ordenado. Contudo, o motivo da sua partida deve estar ligado com a missão de expandir a fé cristã e a cultura portuguesa nesse território.

Quanto ao regresso destes homens, os motivos que os nortearam são tão diversos, quanto os que os viram abalar. Nem todos os que partiram levavam no coração e na mente o desejo de regressar e muitos dos que pensavam voltar, não o fizeram. Uns tornaram *brasileiros*<sup>6</sup>, porque

---

<sup>4</sup> Acerca dos motivos que levaram os portugueses a partir para o Brasil, confirme-se ALVES, Jorge Fernandes - Percursos de um brasileiro do Porto – o Conde de Ferreira. *Revista da Faculdade de Letras: História*, n.º 9 (1992) 198. RAU, Virgínia - Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa. In *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença Lda, 1984. p. 29. HANSON, Carl A. - *O império marítimo português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1992. p. 40. BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumond - O Brasil setecentista como cenário da bigamia. In *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 301.

<sup>5</sup> Cf. ALVES, Jorge - *Os “brasileiros”: emigração e retorno do Porto oitocentista*. S.l.: Edição do Autor, 1994. p. 42.

<sup>6</sup> *Brasileiro* é um termo que desde o século XIX é usado para se referir não só aos naturais do Brasil mas também o que nascido em Portugal, emigrou para o Brasil, fez fortuna e depois regressou ao seu país. BRETTELL, Caroline B. - *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. p. 97. SANTOS, Eugénio dos - Os “brasileiros” de torna-viagem no noroeste de Portugal. In *Os “Brasileiros” de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações de os Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 18.

chegavam desdenhando uma riqueza assinalável, outros chegaram *abrsileirados*, com as suas expectativas goradas deixando as famílias em situação de pobreza. Houve mesmo os que não revieram, porque a vida não lhes correu de feição ou porque optaram por ficar na terra que os acolheu.

Regressados ou não, de muitos deles ficou memória. Estes, além de se tornarem ricos, fizeram questão de mostrar a sua fortuna. É bem conhecido o papel caritativo que tiveram em prol, por exemplo, da saúde, da assistência, da educação; assim como o desempenho dos clérigos portugueses na missão do Brasil. É rara a aldeia do noroeste português que não tenha abrigado benfeitorias introduzidas por estes homens.

Faziam fortuna longe das terras que os viram nascer, mas era nestas que, na maioria das vezes, procuravam resolver problemas que pareciam insolúveis, como a cultura e a assistência aos mais diversos níveis. Foram muitos os que legaram bens chorudos para projetos de bem-fazer.<sup>7</sup>

Entre as várias instituições que ajudaram contam-se as misericórdias da sua terra de origem, ou de outras por onde tinham passado e a quem estavam ligados, sendo muito fortes as marcas que aí deixaram ao longo de seiscentos e setecentos. Os legados chegados do Brasil eram frequentes. Eram oriundos de gente rica que não se esquecia do prestígio da santa casa da sua terra natal e confiava-lhe a fortuna de que eram detentores, ou parte dela, para cuidar da sua alma.

Foram muitos os portugueses que emigrados para o Brasil, sobretudo se solteiros, que tornaram a sua alma herdeira universal, deixando a riqueza feita na América a estas instituições, ou repartida entre elas e os familiares.

Quando partiam, alguns emigrantes eram já membros dessas confrarias ou alistaram-se nelas depois de regressados. As mesmas instituições

---

<sup>7</sup> Sobre a forma como regressaram os emigrados para o Brasil e como praticaram atos de benemerência, analise-se ALVES, Jorge Fernandes - *Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal*. In OS BRASILEIROS DA EMIGRAÇÃO, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999. p. 16. SILVA, Francisco Ribeiro da - Brasil, "brasileiros" e irmandades/Ordens Terceiras Portuenses. In *Os "Brasileiros" de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal...*, p. 137-138. TRINDADE, Maria Beatriz da Rocha - Reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. *Ler História*, v. 22 (1996) 145-146. ALVES, Luís Alberto Marques - O "brasileiro": ausência e presença no Portugal oitocentista. In *Os "Brasileiros" de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal...*, p. 53.

existiam no Brasil<sup>8</sup>, tendo um importante papel no apoio às populações emigradas, ao mesmo tempo que constituíam uma atração devocional para muitos emigrantes. Lembremo-nos que eram, em muitos casos, as instituições mais importantes das suas terras de origem e, logo, um elo com a sua terra natal.

Há poucos trabalhos sobre a sua presença nas santas casas. Mas sabe-se que a sua participação nas misericórdias se associa à notoriedade e ao reforço da identidade das próprias irmandades. Muitos viam-nas como boas gestoras da salvação das suas almas, o que se justifica pela imensidão de legados por si rececionados vindos da América do Sul.<sup>9</sup>

Segundo Marta Lobo, “para algumas Santas Casas de menor dimensão, os “brasileiros” representaram não apenas capacidade de investimento, mas também renovação, credibilidade, prestígio e poder”<sup>10</sup>.

Na Misericórdia de Arcos de Valdevez, entre os séculos XVII e XVIII, apenas damos conta de três legados de *brasileiros*, possuindo um maior volume para os dois séculos seguintes<sup>11</sup>. Um número limitado se comparado

---

<sup>8</sup> As Misericórdias instalaram-se cedo no Brasil. A da Baía encontrava-se já em atividade em 1542; a do Rio de Janeiro começou a organizar-se por volta de 1560 e a partir de finais do século começaram a implementar-se em outras cidades e vilas brasileiras – Olinda (1606); Itamaracá (1611); e espalharam-se pelas regiões mineiras, do Recife, Belém, Paraíba e Pernambuco, chegando em meados do século XVII ao Maranhão. SOUSA, Ivo Carneiro de - Da fundação das Misericórdias aos “brasileiros” nas Misericórdias portuguesas. In *Os “Brasileiros” de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal ...*, p. 103-104.

<sup>9</sup> Relativamente aos brasileiros que tornaram as Misericórdias suas herdeiras, confira-se MACHADO, Igor José de Renó - O “brasileiro de torna-viagens” e o lugar do Brasil em Portugal. *Estudos Históricos*, n.º 35 (2005) 57.

<sup>10</sup> Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Os *brasileiros* nas Misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII). In Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.) - *As Misericórdias das duas margens do Atlântico*. Cuiabá: Carlini & caniato editoria, 2009. p. 230.

<sup>11</sup> Os restantes *brasileiros* que legaram a Santa Casa de Arcos de Valdevez foram Manuel Gonçalves Rego e Geraldo de Amorim, em finais do século XVIII. O primeiro entregou cem mil réis para a irmandade colocar a render a juro, com o objetivo de formar dois sobrinhos padres e, caso nenhum deles o pretendesse o dinheiro ficaria para a Santa Casa sem ónus algum. Geraldo de Amorim legou a quantia de quatrocentos mil réis, também para render a juro, com o objetivo de curar doentes pobres. Anexo a este legado vinham 1.200.000 réis para dotar de uma só vez doze órfãs com cem mil réis. ASCMAV, *Verba do testamento com que falleceo nos estados do Brasil o capellam Manuel Gonçalvez Rego. Certidam da verba do legado que deyxou ao hospital desta Mizericordia Giraldo de Amorim natural da freguesia de Padreiro deste termo e falecido na cidade do Porto*.

com a importância da presença desses significativos legados nas congêneres vizinhas de Ponte da Barca, Monção, Ponte de Lima e Viana do Castelo<sup>12</sup>.

Para os que não regressavam era uma forma de mostrarem aos seus naturais quanto estavam bem de vida, fazendo-se recordados através destas obras de mérito aos que os viram partir da terra em condições adversas. Mesmo permanecendo na terra de destino, após a morte, lembravam através de atos de caridade os que aí tinham ficado em situação similar.

Ao privilegiarem as Misericórdias em seus testamentos, quase sempre estipulavam em troca missas perpétuas, uma vez que estas eram consideradas o sufrágio mais útil, porque sem estas celebrações dos vivos a alma dificilmente triunfaria no juízo final, diante de Cristo<sup>13</sup>.

O padre Cipriano Gomes Claro insere-se nesse mar de benfeitores que escolheu a Misericórdia de Arcos de Valdevez para gerir a passagem da sua alma para o éden. Morto na terra para onde partira e onde granjeara grande fortuna, foi da sua pátria de origem que se lembrou no momento de tratar do instante da sua passagem.

O homem moderno foi fortemente dominado pelos símbolos da morte e pelo seu temor. A incerteza do momento da passagem inquietava-o, fazendo-o aumentar a sua preocupação com a indulgência das suas falhas terrenas. Os defuntos, preocupados com o purgatório, que a Igreja inventou e usou como um instrumento de poder, e precavendo uma estadia mais curta nesse lugar, instituíram uma série de sufrágios e práticas de caridade, criando matematicamente uma série de engenhos de alcance do paraíso celestial, como mandar celebrar missas *enquanto o mundo for mundo*, dotar órfãs, formar padres, curar doentes, assistir peregrinos, vestir os nús, enterrar os mortos e ajudar os presos e cativos.

Assim, a essa vertente escatológica da morte, que intentava adequar o comportamento social ao temor dos castigos celestes, juntou-se uma componente económica. Desviaram-se grandes quantias de capital para proporcionar a salvação das almas. As principais usufrutuárias foram instituições de caridade, tuteladas ou não pela Igreja, como as confrarias, as Ordens Terceiras, os conventos e, em grande destaque, as misericórdias. A crença no purgatório motivou os homens a ingressarem nestas

---

<sup>12</sup> Sobre os legados de *brasileiros* da Misericórdia de Monção veja-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008. p. 200-206.

<sup>13</sup> Rau, Virgínia - *Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa...*, p. 32.

instituições ou a beneficiá-las, sobretudo as que estavam ao serviço da salvação, uma vez que lhes concedia a garantia de imploração coletiva pela bem-aventurança<sup>14</sup>.

Não sabemos como o padre Cipriano Gomes Claro terá granjeado tão grande fortuna uma vez que partira, provavelmente para expandir a fé cristã. Sabemos que aos membros do clero não terá sido a missão que os terá tornado *brasileiros*. Contudo, à semelhança da nobreza, este grupo encontrou fontes adicionais de riqueza nas colónias, sobretudo como plantadores de cana-de-açúcar<sup>15</sup>. Possivelmente terá sido esta a forma que o terá levado a constituir riqueza.

Ainda que não saibamos a forma como a adquiriu, sabemos como dispôs da mesma após a morte. Preparando-se para *bem morrer*, realizou o seu testamento<sup>16</sup>, assegurando o seguro da sua alma.

Nas suas últimas disposições ordenara aos seus testamenteiros<sup>17</sup> que escrevessem aos oficiais da Santa Casa dos Arcos de Valdevez para os

---

<sup>14</sup> Acerca da relação do homem com a morte durante a modernidade, veja-se LE GOFF, Jacques - *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 18-19. ARIÈS, Philippe - *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Teorema, 1988. p. 47. ARAÚJO, Ana Cristina - *A morte em Lisboa, atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Notícias Editorial, 1997. p. 75-86. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (século XVII e XVIII). *Cadernos de História*, vol. 8, n.º 9 (2006) 29-48. RODRIGUEIRO, Jane - O “bem-morrer” uma construção social da morte no Rio de Janeiro nos séculos XVIII E XIX. *Último Andar*. n.º19 (2010) 1-70. FONSÊCA, Humberto José - *Vida e morte na Bahia Colonial: sociabilidades festivas e rituais fúnebres (1640-1760)*. Belo Horizonte: U.F.M.G./F.A.F.I.C.H., 2006. p. 253.

<sup>15</sup> Cf. Hanson, Carl A. - *Economia e sociedade no Portugal Barroco: 1668-1703...*, p. 42-43.

<sup>16</sup> O testamento era um meio através do qual o homem se preparava para bem morrer, pelo que a maioria dos homens deste tempo se preocupavam em não morrer intestados. Aconselhado pela Igreja, podemos entendê-lo como um rito inicial de separação, como uma maneira de assegurar a saúde da alma. Era um ato social, de piedade e de fé. VOVELLE, Michel - *Piété baroque et déchristianisation en Provence au 18 siècle*. Paris: Edition Abrégée, 1978, p. 28. Rodrigues, Ana Maria S. A. - A morte e a comemoração dos defuntos na Sé de Braga nos finais da Idade Média. *Cadernos do Noroeste, Série História* 3, n.º 20 (1-2) (2003) 187.

<sup>17</sup> O padre Cipriano Gomes Claro nomeara vários testamenteiros, uns moradores no Brasil para o caso de lá morrer e outros a residirem em Lisboa. Apelava a que *todos juntos e a cada hum de per sy* fossem seus procuradores bastantes para *procurar receber e arrecadar rematar e administrar e beneficiar* conforme dispunha em seu testamento. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez (doravante ASCMAV), *Instituição da capela quotidiana do padre Cypriano Gomes Claro no anno de 1738*, fls. 1-4.

sondarem se aceitavam a presença de um capelão que rezasse perpetuamente uma missa quotidiana pela sua alma, de seus pais e irmão, parentes até ao quarto grau e pelas almas do purgatório. O capelão receberia de ordenado cem mil réis por ano e deveria ser seu familiar até ao quarto grau, tendo que usar um cordão de ouro com um crucifixo ao pescoço<sup>18</sup>.

Cumprindo o zelo que as misericórdias tinham na aceitação de legados<sup>19</sup>, a Mesa deliberou sobre a matéria, aceitando unanimemente o cumprimento da capela, com a condição de poderem dar, anualmente, setenta e cinco mil réis a juro para que a Santa Casa não fosse prejudicada<sup>20</sup>.

A escritura de contrato da instituição da capela foi feita no início de Março de 1738. A Misericórdia recebeu logo sete mil e quinhentos cruzados do legado, mas os restantes mil e quatrocentos réis e o crucifixo de ouro só foram entregues em 1746<sup>21</sup>.

## **2. O empréstimo de dinheiro do legado do padre Cipriano Gomes Claro como estratégia de subsistência familiar**

A partir de 1738 começou-se a emprestar dinheiro a juro desta herança. A prática de emprestar capital a juro proveniente de legados era habitual,

---

<sup>18</sup> ASCMAV, *Verba do testamento do Padre Cipriano Gomes Claro (1730)*, fls. 1-2; *Instituição da capela quotidiana do padre Cypriano Gomes Claro no anno de 1738*, fls. 4v.-5, 6, 8-9v., 10-11v., 14-15v.; *Livro de termos I (1726-54)*, fls. 15-16, 83.

<sup>19</sup> Sobre a aceitação das heranças nas Misericórdias e instituição de capelas veja-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000. p. 141-144, 463-469. SÁ, Isabel dos Guimarães - *As Misericórdias*. In BETHENCOURT, Francisco, Chaudhuri, Kirti (dir.) - *História da Expansão Portuguesa*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 362. ABREU, Laurinda Faria dos Santos - *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage Editores, 1999. p. 108-115.

<sup>20</sup> O padre Cipriano Gomes Claro estipulara o prazo de cinco anos para que fossem satisfeitos os seus legados, depois de se cobrar receber e arrecadar todas as dívidas de dinheiro, ouro e prata e de suas terras de tabaco, escravos, gados e fazenda. ASCMAV, *Instituição da capela quotidiana do padre Cypriano Gomes Claro no anno de 1738*, fls. 1-4, 8-9v.; *Livro de termos I (1726-54)*, fls. 15-16, 41v.-42v.

<sup>21</sup> ASCMAV, *Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro (1738)*, fl. 1. *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella do Reverendo Sipriano Gomes Claro*, fl. 5. *Instituição da capela quotidiana do padre Cypriano Gomes Claro no anno de 1738*, fls. 10-15v.

com aprovação do legatário, como acontece no caso por nós estudado, ou por definição da instituição que o recebia.

Como não existiam bancos em Portugal e no Brasil, estes homens viam no crédito uma forma de rentabilizar o seu capital<sup>22</sup>. Foi nesse sentido que o padre Cipriano Gomes Claro solicitou que se adotasse tal procedimento, mas sempre com o objetivo do referido rendimento proporcionar o sustento dos capelães que iriam tratar da economia da sua salvação.

Para uma melhor gestão dos seus bens, a Santa Casa fez um livro próprio da herança para registo da despesa e da receita, consistindo a primeira no empréstimo de capitais e a segunda na remissão dos mesmos ou na receção de juros. A contabilidade deste legado manteve-se separada da da Misericórdia entre 1738 e 1760, ano em que passaram a fazer-se juntamente, sem que saibamos as razões para tal atitude<sup>23</sup>.

Neste tipo de instituições existia dinheiro disponível mediante o pagamento de juros e o cumprimento dos princípios que as mesmas estabeleciam. Para as irmandades que tinham disponibilidade de dinheiro, o recurso ao crédito era uma forma de fortalecerem as suas receitas e, muitas vezes, a maior fatia da receita rececionada anualmente. Este era o único investimento que não implicava despesas para a misericórdia e que lhe possibilitava aumentar o seu capital num tempo relativamente curto, bem como rentabilizar os legados que lhes tinham sido deixados. Todavia, implicava riscos. Nem sempre as Santas Casas recebiam facilmente o numerário emprestado. No entanto, mesmo com alguns processos intrincados, desde que houvesse dinheiro e não fosse vinculado para outros fins, como, por exemplo, grandes obras, este era emprestado<sup>24</sup>.

Nesta Misericórdia a concessão do dinheiro a juro fazia-se depois de uma escritura pública firmada entre a instituição e os petiçãoários. Muitas vezes, exigia-se a existência de fiadores e a hipoteca de bens, tal

---

<sup>22</sup> Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Balanços de vidas, medo de morte e esperança na salvação: os testamentos de emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII)*. *Cadernos de História...*, 41.

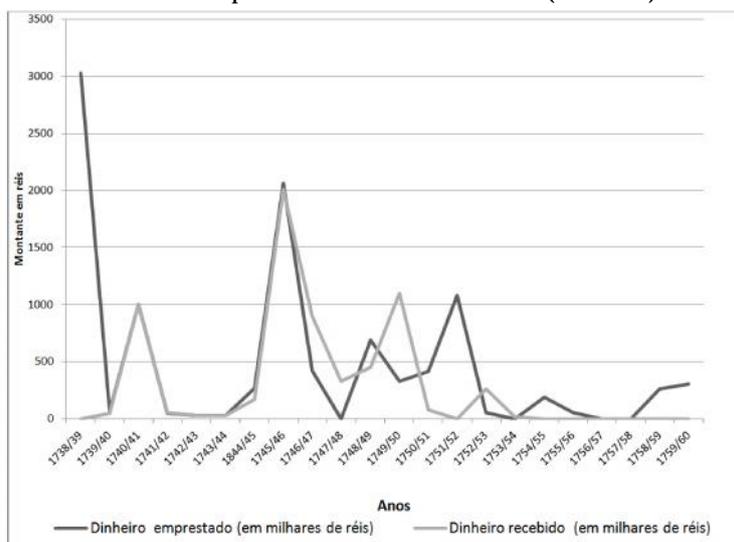
<sup>243</sup> ASCMAV, *Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro (1738)*, fl. 150.

<sup>24</sup> Sobre o problema da arrecadação do dinheiro emprestado a juro veja-se Pereira, Maria das Dores de Sousa - *Entre Ricos e Pobres: a actuação da Santa Cassa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. Braga: Santa casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008. p. 145. Amorim, Inês - *Património e crédito...*, p. 707-708.

como a penhora de valores móveis e joias. Outras vezes, quando morria algum dos fiadores devia lavrar-se outro documento para apresentação de novos fiadores<sup>25</sup>.

O período por nós estudado centra-se entre 1738 e 1760, intervalo em que foram feitas 135 escrituras de dinheiro a juro, no total de 10.346.513 réis.

Gráfico 1 - Dinheiro emprestado e remissão das escrituras (1738-1760)



Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella o Reverendo Sipriano Gomes Claro. Livro do inventário dos próprios da capela emissa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738.*

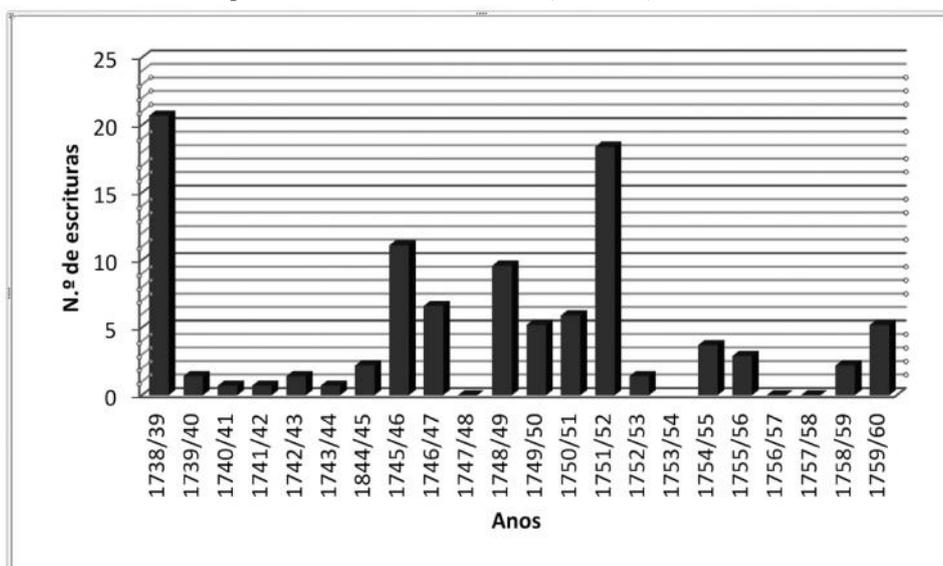
Não sabemos o rendimento dos juros arrecadados nesses vinte e dois anos, excetuando os juros recebidos em 1739 e que são referentes às escrituras lavradas em 1738. Das vinte e oito escrituras feitas nesse ano, apenas se recebeu os juros de vinte e sete, no montante de 124\$629 réis. Os únicos juros que não foram recebidos nesse ano foram os da escritura mais elevada, no valor de 1.200\$00 réis e a qual rendia de juro por ano 75\$000 réis<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> No que concerne aos requisitos da elaboração das escrituras de dinheiro a juro, confirme-se: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *A confraria do Santíssimo Sacramento de Pico de Regalados: 1731-1780*. Vila Verde: ATAHCA, 2001. p. 109-110. CASTRO, Maria de Fátima - *A Misericórdia de Braga: composição da irmandade, administração e recursos: das origens a cerca de 1910*, 2.º vol. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga e autora, 2003. p. 582.

<sup>26</sup> ASCMAV, *Libro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro (1738)*, fl. 9v.

Entre 1739 e 1746 há uma relação igualitária entre o dinheiro emprestado e o recebido. Nos anos de 1748 a 1750 o capital arrecadado foi superior ao concedido em escrituras e nos anos seguintes verificou-se uma relação desigual e superior dos empréstimos em relação ao numerário que entrou no cofre.

Gráfico 2 - Dinheiro emprestado e remissão das escrituras (1738-1760)



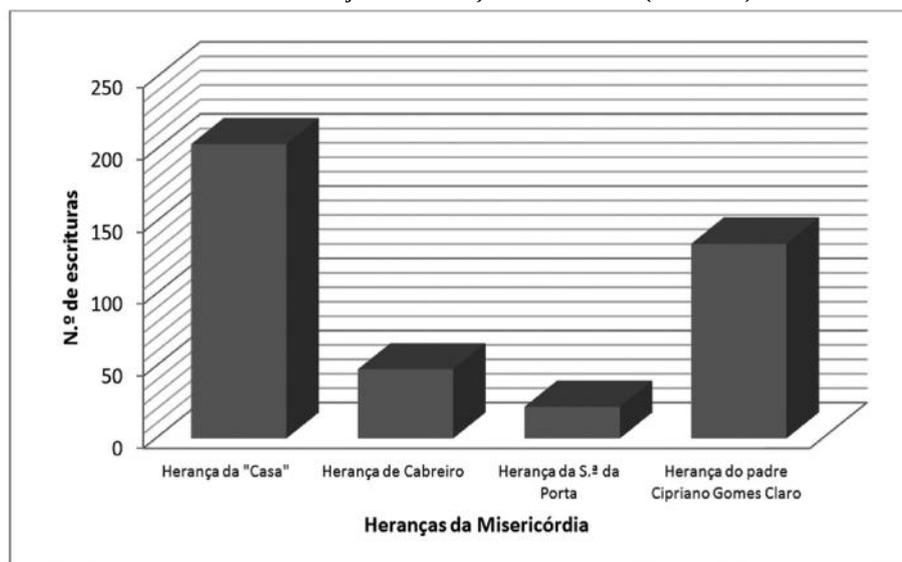
Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella o Reverendo Sipriano Gomes Claro. Livro do inventário dos próprios da capella e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738.*

Foi entre 1738/39 que se verificou maior volume de concessão de crédito, altura em que se iniciou o movimento de empréstimos. Só esse ano económico representa 21% dos abonos totais feitos ao longo do período em estudo, como se vê no gráfico acima. Segue-se o ano de 1751/52 que apresenta 18% dos suprimentos concedidos e, em seguida, o de 1745/46 com 11% do total das escrituras. No ano económico de 1741/42, apesar de se verificar uma quantia grande de dinheiro emprestado, apenas se lavrou uma escritura no valor de um milhão de réis.

Nos anos económicos de 1747/48 e 1753/54 e entre 1756 e 1758 não se emprestou dinheiro a juro. Não sabemos a razão por que não se concedeu crédito nestes anos, mas provavelmente a procura de dinheiro não se terá feito sentir, uma vez que o saldo era positivo, do que avaliamos da entrada de capitais do ano anterior. O mesmo se verificou em 1738/39, 1751/52, a partir de 1754 e até esta contabilidade passar a ser realizada conjuntamente com a da Santa Casa.

Através da documentação de que dispomos, verificamos que apenas foram remidas quarenta e cinco escrituras, num montante total de 6.485.669 réis entre 1738 e 1760. Verificou-se igualmente a amortização de quatro dívidas no total de 124.970 réis.

Gráfico 3 – Escrituras de dinheiro a juro das heranças da Santa Casa (1738-1760)



Fonte: ASCMAV, *Livro das dívidas da Santa Casa (1638-1689)*. *Livro das dívidas da herança de Cabreiro (1686-1803)*. *Livro das escrituras da Confraria da Senhora da Porta (1737-1783)*. *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella o Reverendo Sipriano Gomes Claro*. *Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738*.

Durante o período em estudo, a Misericórdia de Arcos de Valdevez emprestava dinheiro de quatro heranças diferentes: a da *Casa*, a de *Cabreiro*, a da *Senhora da Porta* e a do padre Cipriano Gomes Claro<sup>27</sup>. Os seus administradores designavam desta forma os fundos de capital de onde anualmente saía e entrava capital mutuado, numa época em que o principal património da instituição se constituía por metal emprestado a juro<sup>28</sup>.

A documentação que possuímos da Santa Casa arcoense para a época

<sup>27</sup> A da *Casa* era constituída pelos inúmeros legados monetários ou do rendimento dos bens patrimoniais. A de *Cabreiro* era fruto da herança de António de Araújo Feijó que, em 1684, legara à instituição mais de duzentas escrituras de dinheiro mutuado. Quanto à da *Senhora da Porta*, o capital que aí era emprestado a juro advinha das esmolas que inúmeros devotos deixavam à porta da igreja da Santa Casa em honra da Nossa Senhora da Misericórdia.

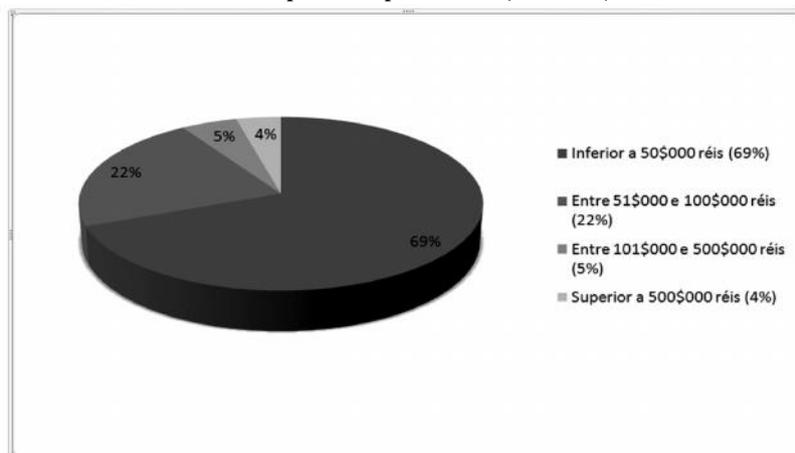
<sup>28</sup> ASCMAV, *Livro de termos II (1747-1779)*, fls. 115-115v., 131-131v.

em estudo é reduzida, devido à incúria dos homens e ao incêndio que, no século XIX, transformou em cinzas muito do seu espólio documental. Contudo, com o que sobejou conseguimos fazer uma comparação entre as escrituras a juro feitas pelas ditas *heranças* para o mesmo período<sup>29</sup>.

No período em estudo é, sem dúvida, da *herança* da *Casa* que saiu mais capital para emprestar. Contudo, esta análise permite-nos mostrar que o legado do padre Cipriano Gomes Claro teve forte relevância nesta época, secundando-a. O dinheiro da *herança de Cabreiro* saía e entrava já desde 1684 e o da Senhora da Porta começava agora a emprestar-se. Assim o capital advindo do *brasileiro* trazia mais vigor financeiro à instituição, permitindo-lhe continuar a investir nos lucros inseguros, mas rentáveis desta atividade.

Se totalizarmos as quatro heranças, concluímos que neste período a irmandade arcoense contabilizou 407 contratos de escrituras de dinheiro a juro. Um número próximo ao da vizinha Misericórdia de Ponte da Barca, que no mesmo intervalo contratualizou 387 registos, mas bastante superior ao da Santa Casa de Ponte de Lima, onde apenas se estabeleceram 74 acordos do género<sup>30</sup>.

Gráfico 4 - Montante dos empréstimos por devedor (1738-1760)



Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella do Reverendo Stpriano Gomes Claro. Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738.*

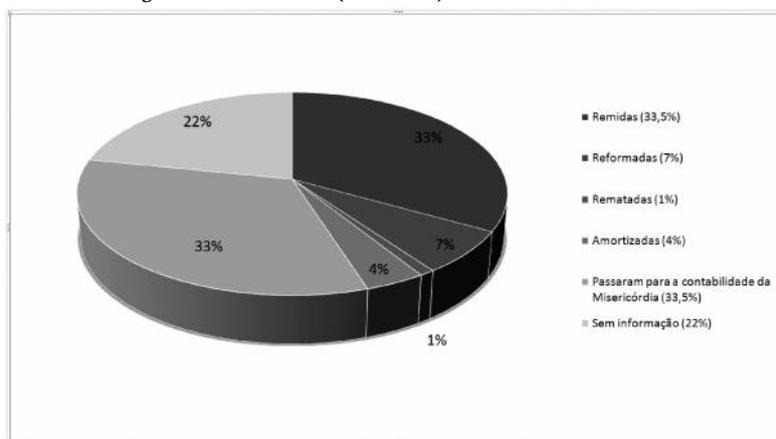
<sup>29</sup> De salientar que a mesma é feita apenas à luz da documentação que possuimos. Provavelmente, se tivéssemos toda a documentação os números seriam diferentes.

<sup>30</sup> Cf. ARAÚJO, Marta Maria Lobo de - *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 482. PEREIRA, Maria das Dores de Sousa - *Entre Ricos e Pobres...*, p. 146-147.

Quanto ao valor do capital emprestado constatamos que a maioria dos devedores solicitava créditos pequenos. Constatamos que 69% dos devedores contraíam empréstimos inferiores a cinquenta mil réis; 22% entre cinquenta e um mil e cem mil réis; 5% entre cento e um mil e quinhentos mil réis; e 4% superiores a quinhentos mil réis.

Foi desta *herança* que saíram as escrituras de maior valor, dado que nas restantes, raríssimos foram os casos em que se mutuaram quantias superiores a cem mil réis<sup>31</sup>.

Gráfico 5 - Pagamento das dívidas (1738-1760)



Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella o Reverendo Sipriano Gomes Claro. Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738.*

A quantia mais emprestada era de trinta mil réis, representando 15% do número de devedores que a receberam do total dos empréstimos contraídos; em segundo lugar foi a quantia de cinquenta mil réis, figurando 13%; em terceiro lugar vinte mil réis simbolizando 10%; em quarto lugar vinte e cinco mil réis, quantificando 8%. Seguiam-se as quantias de quarenta mil réis, sessenta mil réis e setenta mil réis que, em pé de igualdade, perfaziam 6% dos abonos concedidos; e 4% dos mesmos correspondia a contratos de cem mil réis. As restantes escrituras eram de valor variado, indo desde os dez mil réis a um milhão e duzentos mil réis.

<sup>31</sup> Esta situação era similar à de outras santas casas. Na de Ponte de Lima os montantes mais emprestados eram até cem mil réis. Os superiores a quinhentos mil réis oscilaram entre os 4,1% e os 6,1%. Cf. ARAÚJO, Marta Maria Lobo de - *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 484.

Torna-se difícil avaliar a amortização e remissão das dívidas para o período em estudo, sobretudo por escassez e omissão de informações. Não temos qualquer informação para o destino de 22% das escrituras. Sabemos que durante o período em estudo 33,5% foram remidas, 7% reformadas, 1% rematadas, e 3% amortizadas, o que nos leva a constatar que, em média, a Santa Casa poderia demorar cerca de vinte anos a receber uma boa parte do capital concedido. As escrituras que em 1760 não conheceram as situações acima citadas, as quais prefiguram 33,5%, valor igual ao das escrituras remidas, passaram para a *inventiva nova*, ou seja, juntaram-se à contabilidade da Misericórdia.

Apenas temos a informação das datas das remissões para 24% das datas das remissões das escrituras estudadas. Nos casos conhecidos, o pagamento durava entre um a quinze anos, sendo que 27% das escrituras foram remidas após um ano de serem realizadas e 18% das mesmas foram pagas ao fim de três anos.

Como na maioria das instituições, na Misericórdia de Arcos de Valdevez o processo de amortização do dinheiro emprestado fazia-se lentamente. É difícil apurarmos a condição social dos solicitadores do capital. As quantias menores seriam mutuadas a pessoas de baixos rendimentos financeiros, apoiando assim as suas necessidades. As quantias elevadas eram entregues a membros da nobreza.

Em ambos os casos verifica-se que o solicitador de crédito, sempre que podia, pagava os juros vencidos e ia abatendo a dívida. Quando não a conseguia amortizar totalmente em vida e, como se depreende em alguns casos, a amortização ou remissão era feita pelos herdeiros ou fiadores.

O empréstimo de oitocentos mil réis feito pelo Dr. Bernardino Pacheco de Faria, em 1738, foi amortizado em quatro parcelas, duas pagas em 1740 e as restantes em 1746 e 1747. Ao longo dos nove anos que o empréstimo subsistiu foram pagos juros da quantia em dívida, sempre atualizados aquando de cada amortização. Outro exemplo de pagamento parcelar da dívida foi o da escritura feita, em 1751, por João da Costa, no valor de cem mil réis, o qual liquidou, em 1758, 42.970<sup>32</sup>.

O dinheiro emprestado a juro, apesar de constituir um grande rendimento para este tipo de instituições, poderia correr graves riscos quando não havia liquidação dos juros, amortização e remissão das dívidas. Era

---

<sup>32</sup> ASCMAV, *Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro (1738)*, fls. 23, 94.

necessário ter o dinheiro emprestado a render e com hipotecas consideradas seguras. Mas, muitas vezes, face à falência dos devedores e fiadores, as instituições ficavam sem os juros e o capital emprestado.

A Misericórdia de Arcos de Valdevez mostrou esta preocupação desde sempre, mas em meados do século XVIII à semelhança do que aconteceu com as suas congêneres de Ponte da Barca, Ponte de Lima e Gouveia<sup>33</sup>, vivenciou um desassossego relacionado com a cobrança do capital mutuado. Tal é visível quando em abril de 1740, reunida a *Mesa do cento*, considerou-se que foi concedido muito dinheiro a juro com pouca segurança e que se corria o risco de perder esses montantes. Desta forma, determinara-se que apenas seriam escolhidos para procuradores *peessoas intilgentes e abonadas de boa e sam consciencia que se informace e dece as informaçoes com aquella verdade e segurança que devem* e que caso se perdessem as parcelas emprestadas seria o procurador a pagá-las por não ter esclarecido o processo à Mesa. As escrituras passariam a ser acompanhadas do nome do procurador e o escrivão só poderia lançá-las em despesa e metê-las no cartório depois de lhes anexar a escritura e a petição. Determinou-se igualmente que não se daria mais dinheiro a quem tivesse escrituras em dívida<sup>34</sup>.

O objetivo dos irmãos que estipularam estas medidas era o de que houvesse um maior cuidado com o dinheiro emprestado, dado que muitas vezes era difícil a sua remissão, bem como o pagamento dos seus juros. Por outro lado, tornava-se oneroso para estas instituições tecerem ações judiciais contra quem não cumpria os pagamentos.

Na maioria das misericórdias, os empréstimos a juro eram concedidos sob hipoteca. Para segurança do empréstimo e dos juros hipotecava-se aos devedores, em seu nome e de seus herdeiros, imóveis de raiz, como leiras, campos, hortas, vinhas, entre outros bens. Tal prática permitia que a instituição, em caso de incumprimento por parte do devedor, pudesse intentar ações judiciais contra eles e executar a venda de seus bens, de modo a recuperar parcialmente ou totalmente os montantes em dívida. Quando o peticionário do crédito não cumpria a sua dívida eram pedidas responsabilidades aos fiadores, que tinham que saldar a obrigação.

---

<sup>33</sup> Acerca das dificuldades com a cobrança de juros veja-se PEREIRA, Maria das Dores de Sousa- *Entre Ricos e Pobres...*, p. 156. ARAÚJO, Marta Maria Lobo de - *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 489-493. SÁ, Isabel dos Guimarães - *A Misericórdia de Gouveia no Período Moderno*. In *Jornadas de História do Concelho de Gouveia*. Gouveia: s. e., 2001. p. 10.

<sup>34</sup> ASCMAV, *Livro dos termos I*, fls. 55-55v.

A Santa Casa de Arcos de Valdevez não foi alheia a esta prática, visto que arrematou alguns bens aos devedores. O acervo documental da Misericórdia conta com um variado leque de sentenças cíveis e cartas de arrematação intentadas contra os incumpridores do crédito<sup>35</sup>.

Outras vezes recorria-se à reforma das escrituras, quase sempre à morte do devedor um dos herdeiros refazia a escritura em seu nome ou mesmo num dos fiadores ou legatário destes. Nos casos por nós estudados 70% das escrituras foram reformadas<sup>36</sup>.

Caso singular é o de uma escritura no valor de um milhão e duzentos mil réis feita, em 1738, por Paio de Araújo de Azevedo, de São Paio da Vila, a qual foi trespassada a D. Brites Josefa de Abreu Soares, da cidade de Braga, em fevereiro de 1746. Tratava-se de uma escritura de grande monta, a maior concedida pelo dinheiro deste legado. Não possuímos informações que nos expliquem este trespasso, sabemos porém, que a dívida foi saldada parceladamente e durante seis anos após a transferência, não pela devedora, mas por três pessoas diferentes. É curioso verificar que Bento de Araújo de Barros, em 1749, reformou quarenta mil réis dessa escritura e que a restante dívida foi amortizada por Margarida Maria de Araújo Pinto, em 1748 e em 1751, por Alexandre Luís de Sousa Meneses<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> É o caso da escritura feita em 1738 por Pedro Veloso, da freguesia de Gondoriz, no valor de vinte e cinco mil réis. Como o mesmo não pagou a dívida, constituída pelo *próprio e juros*, os seus bens foram rematados pelo valor de 41.634 réis. Estes bens passaram para a tutela da Misericórdia e foram arrendados à viúva Isabel Gonçalves, pelo valor de treze alqueires de milho. Foram igualmente rematados os bens de Mateus Domingues, de Gondoriz. Este devia dez mil réis e os seus bens foram rematados por 16.301 réis. ASCMAV, *Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro (1738)*, fls. 38-39.

<sup>36</sup> Em 1738 João Barbosa e a mulher Francisca de Sousa, da freguesia da Grade, tinham feito uma escritura no valor de trinta mil réis, a qual foi retomada por Manuel Rodrigues e mulher Maria Josefa Rodrigues a 24 de junho de 1760.

<sup>37</sup> Em 1748 foram lavradas três escrituras que foram reformadas dez anos mais tarde, a saber: a de João Alves por João Álvares e mulher Isabel Gomes; a de Ana Rodrigues, de São Tomé por José Rodrigues e mulher; e a de Manuel Luís de Sousa, do Vale por Valério Rodrigues e irmão José Rodrigues. A escritura no valor de quarenta mil réis feita, em 1750, por António Cerqueira foi reformada pela viúva Maria Ana nove anos mais tarde. Em 1759 José Gonçalves, solteiro, reformou a escritura de vinte mil réis que seu pai Bento Gonçalves havia feito oito anos antes. Neste caso, como o período de anos entre a primeira escritura e a reforma era diminuto e como a mesma era retomada por um herdeiro manteve-se um dos fiadores e o segundo foi trocado por um familiar do anterior. ASCMAV, *Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro (1738)*, fls. 9v., 28, 40, 105, 119, 120, 143, 144v., 147v.

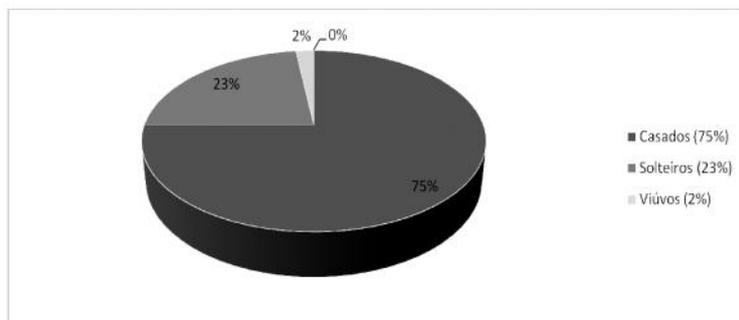
Tal como dispusera a Mesa, em Abril de 1740, as escrituras entre cem e duzentos mil réis só seriam feitas com três fiadores e nas superiores a esse valor dois fiadores pelo menos teriam que assegurar o pagamento da dívida<sup>38</sup>.

À exceção da escritura feita pelo Dr. Bernardino Pacheco de Faria, no ano de 1738, no valor de oitocentos mil réis e com apenas dois fiadores, todos os contratos lavrados que implicavam o empréstimo de quantias superiores a cem mil réis tinham sempre três ou mais fiadores.

Contam-se alguns casos em que os fiadores pagaram em nome dos devedores, como se vê da dívida feita, em 1738, por Domingos Cerqueira e sua mulher Esperança Maria, que foi paga em 1752 pelo seu fiador Domingos Cerqueira<sup>39</sup>.

As escrituras de valor inferior a cem mil réis, normalmente eram acompanhadas de dois fiadores. Muitas vezes os fiadores aparecem na escritura juntamente com as suas mulheres, uma vez designando-se o seu nome, outras apenas mencionando-se o nome do fiador, acompanhado da expressão *e mulher*. Quase sempre era referida a morada de cada fiador. Estes eram, normalmente familiares ou amigos do devedor. Podiam viver na mesma localidade deste ou em freguesias vizinhas.

Gráfico 6 - Estado civil de 39% dos devedores (1738-1760)



Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella o Reverendo Sipriano Gomes Claro. Livro do inventário dos próprios da capella e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738*

Verificamos que foi feita uma escritura, em 1759, a Gervásio Martins Jácome, mercador da vila de Arcos de Valdevez, sem fiadores, mesmo depois do estipulado pela irmandade em 1740. O contrato, no valor de se-

<sup>38</sup> ASCMAV, *Libro dos termos I (1726-54)*, fls. 55-55v.

<sup>39</sup> ASCMAV, *Libro do inventário dos próprios da capella e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro (1738)*, fls. 4v., 9v., 53v., 82, 94, 118.

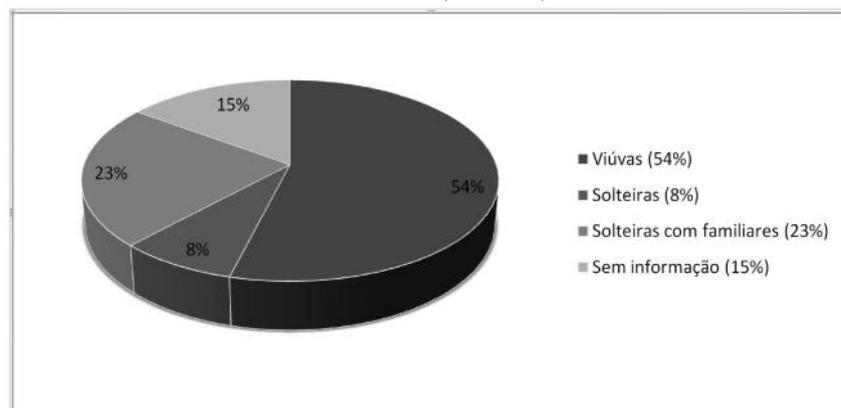
tenta e dois mil réis, fora lavrado por *mão e letra* do devedor o qual se comprometia a pagar juros de 5%. Como hipoteca deu de penhor um cordão e um laço de ouro e diamantes, que ficariam penhorados no cofre da Santa Casa até que o devedor resgatasse a dívida<sup>40</sup>.

Através da análise da documentação em questão, não conseguimos conhecer bem os devedores, porquanto as informações são escassas. Sabemos o seu nome mas, apenas esporadicamente, obtivemos o seu estado civil. Quando são casados raramente aparece referenciado o nome da esposa. Muito raramente temos informações sobre o seu ofício e estatuto. À exceção de um mestre, de dois licenciados e dos padres<sup>41</sup>, não conseguimos apurar mais nenhuma profissão.

Constatamos que a maioria dos peticionários de empréstimos eram homens, representando 90% do total. Só obtivemos resultados sobre o estado civil para 39% dos devedores. Destes, 75% eram casados, 2% viúvos e 23% solteiros. Entre os celibatários contam-se 19% que eram clérigos. Dos devedores que apareciam referenciados com as suas mulheres, apenas em 46% dos casos surgem a identificação das mesmas.

As mulheres representavam apenas 10% do total de devedores, sendo a maioria (54%) viúvas e 31% solteiras. Das solteiras, 23% aparecem acompanhadas por familiares, mãe ou irmãs. Em 15% dos casos não surge nenhuma informação sobre o estado civil.

Gráfico 7 - Estado civil de todas as devedoras (1738-1760)



Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella o Reverendo Sipriano Gomes Claro. Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738.*

<sup>40</sup> *Idem. Ibidem.* fl. 6.

<sup>41</sup> *Idem. Ibidem.* fls. 19v., 33, 68, 102, 105v., 118-118v., 144, 146.

Era muito regular, nos registos que possuímos, a referência à residência, uma vez que se tratava de uma informação fundamental para a identificação dos petiçãoários de crédito. Conseguimos apurar a morada de todos os devedores. Exceptuando um caso que pertencia ao termo de Ponte da Barca, todos os devedores viviam no concelho de Arcos de Valdevez.

Desconhecemos onde se aplicava o dinheiro emprestado. As Misericórdias e outras instituições congéneres foram locais frequentes de apoio à resolução de dificuldades pessoais e familiares, mas também de problemas profissionais e institucionais. Os empréstimos eram quase sempre contraídos em situações de precariedade e as razões que motivavam essas petições não eram explícitas.

As práticas e o recurso ao crédito generalizaram-se durante a Idade Moderna. Tal exercício não se confinava a grupos específicos, verificando-se referências a devedores de todos os grupos sociais. O povo raramente tinha reservas monetárias, gastando o pouco que tinha e, quando precisava, recorria ao crédito.

Constatamos assim que o legado do padre Cipriano Gomes Claro constituiu um dos poucos legados de *brasileiros* deixados à Santa Casa de Arcos de Arcos de Valdevez. Contudo, para a instituição constituiu um importante contributo financeiro, integrando um dos quatro maiores legados recebidos nas centúrias de seiscentos e setecentos, período em que a irmandade recebeu a confiança de 72 legatários.

Paralelamente podemos afirmar que este *brasileiro* integrou a história dos muitos homens que por toda a terra lusa deixaram o seu importante contributo, dotando órfãos, deixando que o capital que legou à santa casa de Arcos de Valdevez pudesse socorrer os mais necessitados quando precisassem que lho emprestassem e garantindo a subsistência de seus familiares que fossem clérigos.

## Na despedida da vida terrena: as preocupações do “brasileiro” António Portela em meados do século XVIII

Maria Marta Lobo de Araújo\*

A emigração para o Brasil esteve em crescendo ao longo da Idade Moderna e tornou-se mais intensa com a descoberta dos metais preciosos em finais do século XVII. Nos períodos seguintes, o caudal de emigrantes continuou, ganhando maior relevo em termos sociais. A investigação tem privilegiado os percursos pessoais e familiares dos portugueses que partiram nos séculos XIX e XX<sup>1</sup>, conhecendo-se pior os que nos tempos mais recuados deixaram a sua terra natal em direção à colónia sul-americana.

Os trabalhos que em Portugal têm surgido sobre o regresso desses emigrantes nos séculos XVII e XVIII analisam principalmente os seus testamentos e associam-nos à caridade, demonstrando as escolhas seguidas para alcançar a salvação da alma, preocupações que eram, aliás, correntes na época. Deixam de lado uma parte importante do seu percurso de vida que os ligou a vários desempenhos, quer em termos pessoais, quer institucionais. Depois de regressados, alguns destes homens, na sua terra de origem ou em cidades de maiores dimensões, não apenas

---

\* Docente do Departamento de História da Universidade do Minho (Portugal). Membro do CITCEM. [martalobo@ics.uminho.pt](mailto:martalobo@ics.uminho.pt)

<sup>1</sup> Consulte-se, entre outros, os trabalhos de ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos Lda, 1974; *Idem* - Percursos de um brasileiro do Porto- o conde Ferreira. *Revista da Faculdade de Letras*. II série, vol. IX (1992), p. 199-213; RODRIGUES, Henrique - *Emigração e alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo, 1995; *Idem*. Emigração feminina oitocentista documentada em Viana do Castelo. *Estudos Regionais*. II série, nº 2 (2008) 119-148.

continuaram a gerir os seus negócios, como se entregaram a várias atividades de que se destaca o crédito, mas também a militância em várias instituições: misericórdias, outras confrarias, ordens terceiras, entre outras. Faltam, no entanto, trabalhos demonstrativos do seu investimento na vida social<sup>2</sup> e política, na economia e na administração local e regional, enfim nos diversos patamares de intervenção. Será ainda importante analisar-se não apenas a sua integração, mas também a maneira como a sociedade os encarou e os acolheu.

Muitos destes homens fizeram transferir para as instituições de assistência uma parte ou a totalidade da sua fortuna, tornando-as mais ricas e poderosas, conferindo-lhes prestígio e poder, ao possibilitar-lhes novas atribuições ou a intensificação e o alargamento de práticas de assistência em curso.

A região do Minho forneceu ao longo do século XVIII um grosso caudal de homens ao Brasil, tendo assistido à sua partida, quando eram ainda muito jovens. A emigração para a América do Sul tinha começado antes e prolongar-se-á até aos nossos dias, conhecendo, em setecentos, um grande impulso, devido à descoberta das jazidas auríferas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Empurrados pela pressão demográfica<sup>3</sup>, mas também por um sistema de herança que não lhes era favorável, os “excluídos” buscavam uma melhor vida, quer dentro da metrópole, partindo principalmente para Lisboa, para o Alentejo ou para o império. O Brasil constituiu um forte pólo de atração no século XVIII para uma população que não se acomodava à situação em que se encontrava<sup>4</sup>.

Se nos séculos XVI e XVII, os portugueses foram principalmente

---

<sup>2</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães - *Ensaio e Estudos. Uma maneira de pensar*. 2º Ed. Lisboa: Sá da Costa, 2009. p. 184-189; RUSSELL-WOOD, A. J. R. - A emigração: fluxos e destinos. In BETTENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 158-168.

<sup>3</sup> Para este assunto veja-se SERRÃO, Joel - *A emigração portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. p. 107.

<sup>4</sup> A propósito do sistema de herança e das suas consequências na emigração para o Brasil consulte-se SÁ, Isabel dos Guimarães - *Misericórdias portuguesas no Brasil e brasileiros*. In *Os brasileiros de torna-viagem*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. p. 119.

para as localidades de produção açucareira<sup>5</sup>, na centúria seguinte fixaram-se nas regiões auríferas e no Rio de Janeiro, cidade onde se entregaram ao comércio, ocupando-se sobretudo do grosso trato e da venda a retalho<sup>6</sup>.

Quando chegava o fim da vida faziam o seu testamento, quer permanecessem no Brasil, quer tivessem já regressado. Foram muitos os que se mantiveram na América portuguesa, mas, desejando manter viva a sua ligação à terra de que eram oriundos, instituíram legados para se cumprirem em Portugal onde, aliás, mantinham toda ou parte da família, que os recordava depois da morte. Para além dos parentes, no momento de efetuar o balanço da vida, não esqueceram os pobres e instituíram legados para os beneficiar<sup>7</sup>.

Procurando arrumar a vida e preparar a morte, os testadores denunciavam igualmente preocupação com os que ficavam, deixando-lhes parte da sua herança, de forma que pudessem dar um novo rumo às suas vidas<sup>8</sup>.

O nosso trabalho analisa o fim de vida e as preocupações de um emigrante português no Brasil, que ao preparar a morte repartiu parte dos seus bens por familiares, pessoas conhecidas, instituições e pobres. A nossa análise centra-se apenas no testamento feito em Portugal e é referente aos bens que possuía na Metrópole<sup>9</sup>.

O capitão António Francisco Portela, natural de São Martinho dos Leitões, do concelho de Guimarães, decidiu deixar, em 1756, parte da sua fortuna para casar raparigas suas familiares que fossem pobres. No seu testamento, para além de outras vontades e dotes, inscreveu a instituição de um dote anual de 50 mil réis para casar uma órfã pobre e

---

<sup>5</sup> SCHWARTZ, Stuart - A Babilónia colonial: a economia açucareira. In BETTENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa*, vol. 2..., p. 226.

<sup>6</sup> Para o movimento comercial do Rio de Janeiro setecentista veja-se CAVALCANTI, Nireu - *O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade: da invasão francesa até à chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 75-76.

<sup>7</sup> Veja-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII). *Cadernos de História*. Vol. 8, nº 9 (2006) 29-48.

<sup>8</sup> Veja-se RIBEIRO, António Magalhães da Silva - *Práticas de caridade na Misericórdia da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)* vol. 2.º. Braga: Universidade do Minho, 2009. p. 767-771, dis. de doutoramento policopiada.

<sup>9</sup> Desconhecemos a distribuição dos bens que possuía no Brasil.

bem procedida. A herança foi ainda repartida pela família, pelos seus negros, por amigos e instituições.

Ao contrário de muitos que criaram raízes no Brasil e por lá ficaram, António Portela permaneceu solteiro e, tal como outros emigrantes, regressou a Portugal. Morreu sem descendentes legítimos diretos, depois de ter passado muitos anos no Brasil onde angariou fortuna. Partiu na mocidade e depois de regressar ao reino comprou a quinta do Assento a “um fidalgo”, em São Paio de Figueiredo, e aí passou a viver com a sua família<sup>10</sup>.

O legatário era um homem muito rico no final da sua vida. A patente militar que ostentava refletia o dinheiro e o reconhecimento social que gozava no Rio de Janeiro setecentista. A análise do seu testamento demonstra uma pessoa com muitos bens, adquiridos com os ganhos auferidos na referida cidade brasileira<sup>11</sup>, onde permaneceu durante um período alargado de tempo. Pressente-se um homem preocupado com a salvação da sua alma, mas também com a dos seus familiares. No momento da partida da vida terrena, demonstrou ainda preocupação com os seus negros, com os familiares mais próximos e com a pobreza e desamparo de muitas pessoas amigas e desconhecidas, destacando em particular as mulheres.

Fez o seu testamento em data por nós desconhecida, embora pressintamos que o tenha elaborado meses antes da morte. Estava já doente quando foi lavrada a escritura notarial, todavia, houve ainda tempo para a rever duas vezes, efetuando dois codicilos.

Para a execução do testamento referente à parte da fortuna existente em Portugal nomeou dois padres seus amigos. A repartição dos bens e dos negócios existentes no Brasil ficaram a cargo de um procurador que mantinha no Rio de Janeiro<sup>12</sup>. Desconhecemos se, tal como outros com-

---

<sup>10</sup> Presumimos que os familiares a que se refere o testamento sejam os três sobrinhos, porquanto não existe menção a outras pessoas suas parentes. AISV, Fundo da confraria de São Vicente, Documento n.º 1151, não paginado.

<sup>11</sup> A propósito do enriquecimento dos homens de negócio no Rio de Janeiro veja-se SAMPAIO, António Carlos Jucá - Os homens de negócio no Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império Português. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (Organizadores) - *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. p. 77-84.

<sup>12</sup> Estipulou cinco anos para o seu procurador executar a herança no Rio de Janeiro.

patriotas, integrava associações no Rio de Janeiro e se lhes deixou bens para os mais desfavorecidos<sup>13</sup>.

Quando regressavam e mantinham negócios na outra margem do Atlântico, os “brasileiros” deixavam-nos, quase sempre, entregues a pessoas de grande confiança, familiares ou não. Através destes homens mantinham-se informados sobre o andamento dos negócios, acompanhando de perto tudo o que lhes dizia respeito.

Perante a morte, António Portela pediu a Nossa Senhora que advogasse a sua causa junto do Criador, requereu que o envolvessem num manto de São Francisco<sup>14</sup> e o sepultassem na capela-mor da igreja de São Paio de Figueiredo. A mortalha era vista como um dos mecanismos que contribuía para mais facilmente alcançar a salvação, razão que levava quem podia a reclamá-la para a passagem para um local desconhecido.

Como não tinha descendentes diretos, o “brasileiro” deixou um legado muito significativo para a salvação da sua alma. Pediu que no dia do seu funeral fosse celebrado um ofício de corpo presente ou, na impossibilidade, o mandassem dizer nos dias seguintes, o qual se devia juntar a mais dois ofícios gerais a celebrar em datas próximas do seu enterro. A celebração de missas e ofícios no dia da morte ou em datas imediatas estava associada ao medo e à incerteza que a rodeavam. Procurava-se agregar preces para enfrentar um rumo desconhecido<sup>15</sup>, de forma a tornar a morte mais suave e a ajudar a bem morrer.

Requereu ainda o acompanhamento da irmandade de Santíssimo Sacramento da freguesia de São Martinho de Leitões, onde mandou

---

<sup>13</sup> Muitos emigrantes portugueses no Brasil integraram as Santas Casas da localidade. Sobre a presença de portugueses na Misericórdia do Rio de Janeiro consulte-se o trabalho de FRANCO, Renato - *Pobreza e caridade leiga - as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. p. 177.

<sup>14</sup> Sobre os benefícios alcançados com a mortalha franciscana consulte-se GONZÁLEZ LOPO, Domingo L. - *Los comportamientos religiosos en la Galicia del Barroco*. Santiago de Compostela: Xunta da Galicia, 2002. p. 290-291. Leia-se também MORAES, Juliana de Mello - *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*. Braga: Universidade do Minho, 2009. p. 288-291. Dis. de doutoramento policopiada.

<sup>15</sup> Leia-se DURÃES, Margarida - *Herança e Sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (sécs. XVIII-XIX)*. Braga: Universidade do Minho, 2000. Dis. de doutoramento policopiada.

que os seus testamenteiros celebrassem 1.000 missas pela sua alma e ordenou a doação de 60 réis a cada pobre que o acompanhasse à última morada<sup>16</sup>. Deixou a esta confraria um legado e pediu aos seus mesários que aceitassem por irmãos os cinco negros que com ele viviam e a quem deixava uma parte da sua fortuna<sup>17</sup>.

A integração dos negros na referida confraria está associada à assistência espiritual que esta prestava aos seus membros na hora da morte. António Portela procurou protegê-los nesse momento, incorporando-os numa associação que acompanhava, sepultava e mandava celebrar missas pela alma dos seus confrades, fazendo com que a morte se tornasse menos penosa.

A presença das confrarias nos enterros tornou-se muito vulgar na Idade Moderna. O acompanhamento era realizado a todos os irmãos e a outros defuntos que o requeressem, mediante o pagamento. Quando existiam posses, era corrente a solicitação de várias confrarias nos cortejos fúnebres, dando visibilidade ao momento, às instituições presentes, mas também à memória do defunto. O desfile fúnebre era tanto mais grandioso quanto mais pessoas e instituições integrasse<sup>18</sup>. Quem podia, tomava providências para que a sua despedida da vida terrena fosse “triumfante”<sup>19</sup>, concorresse para perpetuar a sua memória e, simultaneamente, granjeasse benefícios espirituais<sup>20</sup>.

Na repartição da sua herança, António Portela deixou a quinta do Assento, onde vivia, a sua sobrinha Teresa com a obrigação desta cumprir

---

<sup>16</sup> Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (doravante AMAP), Registo Notarial de Guimarães, N 917, fls. 31v.-32. Agradeço ao Doutor António Magalhães a ajuda prestada na pesquisa documental efetuada no Arquivo Alfredo Pimenta.

<sup>17</sup> Apesar de o legatário só mencionar esta irmandade, na paróquia existia pelo menos mais a do Subsino. Veja-se BRAGA, Alberto V. - *Curiosidades de Guimarães. Cercos e Clamores*. Braga: Oficinas Gráficas “Pax”, 1943. p. 116.

<sup>18</sup> Consulte-se LEBRUN, François - As reformas: devoções comunitárias e piedade individual. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) - *História da vida privada. Do Renascimento ao século das Luzes*, vol. 3. Porto: Afrontamento, 2000. p. 92-93.

<sup>19</sup> ARAÚJO, Ana Cristina - Despedidas triunfais- celebração da morte e dos cultos de memória no século XVIII. In ISTVÁN, Jancsó; KANTOR, Íris (Orgs.) - *Festa. Cultura e sociabilidade na América portuguesa*, vol. I. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Edusp, 2001. p. 17-33.

<sup>20</sup> ARAÚJO, Ana Cristina - *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*. Lisboa: Notícias Editorial, 1997. p. 336-339

as cláusulas testamentais, todavia, caso não aceitasse esta incumbência, transitaria para a sobrinha Custódia e em último caso para o sobrinho Custódio. Se nenhum aceitasse, ficariam todos os bens para os cinco negros, para que estes pudessem usufruir de tudo, como era sua vontade, sendo as propriedades vendidas à sua morte e os seus dividendos repartidos pelos sobrinhos.

A determinação demonstrada na atribuição dos bens e as condições impostas aos sobrinhos revelam uma personalidade firme, mas consciente de hipotéticas dificuldades futuras. Assim, e à semelhança de muitos outros legatários da época, abriu duas possibilidades aos familiares visados para que mais comodamente pudessem optar. Parece claro que o legatário não desejava subtrair o maior quinhão da herança aos sobrinhos, nem desprover os negros de rendimentos para sobreviver. A venda das propriedades retirava também trabalhos aos referidos familiares.

A ligação aos negros Francisco, Páscoa, Rita, Ana e Joaquim é verdadeiramente digna de realce. Para além da estima demonstrada, percebe-se uma fortíssima ligação afetiva que levou o legatário a deixar-lhes uma parte substancial dos seus bens.

António Portela procurou deixá-los seguros e com meios de vida, de forma a não sentirem privações após a sua morte, nem a ficarem dependentes de outros. A herança legada possibilitava-lhes uma vida mais ou menos folgada, sem precisarem de recorrer a auxílio. Com exceção de Joaquim, todos os restantes eram forros, ficando também ele com esse estatuto à hora da sua morte. Metade das castanhas, vinho, azeite, frutas da quinta do Assento, casas para viverem, cozinha e uma corte para animais ficaram para estes negros, para que “vivão a sua vontade”. Receberam também terra para horta, estrume, lenha, carro e havendo naval “serão elles senhores de hir colher o nesecario”<sup>21</sup>. As negras Páscoa, Rita e Ana receberam ainda todas as suas joias de ouro e alguns objetos de prata. Estas colaboradoras próximas foram tratadas como fazendo parte da família, uma vez que normalmente as joias eram entregues às mulheres parentes. Os negros ficaram ainda senhores da sua roupa branca e de casa.

A estreita ligação que mantinha a quem o tinha servido, provavelmente durante muitos anos e com ele atravessado o Atlântico para uma terra

---

<sup>21</sup> AMAP, Registo Notarial de Guimarães. N 917, fl. 32v.

desconhecida, foi amplamente recompensada não apenas com muitos bens móveis e imóveis, mas ainda com joias e roupa pessoal. A entrega de roupa branca e joias era feita apenas a quem estava muito próximo e gozava de grande estima.

O testamento contemplou ainda dinheiro para ser entregue a muitas pessoas suas conhecidas e a várias congregações religiosas. Instituiu também muitas centenas de missas pela sua alma, de seus familiares e do Purgatório<sup>22</sup>. Diversas igrejas e altares receberam também capital, tal como alguns santos da sua devoção para quem mandou fazer mantos<sup>23</sup>. Destaca-se ainda o muito dinheiro deixado para casar órfãs suas familiares ou não.

O legatário, à semelhança do que era corrente na Idade Moderna, mostrou-se preocupado com a situação das mulheres e deixou um volume considerável de capital para casar órfãs pobres<sup>24</sup>. Estabeleceu como critérios serem das zonas circundantes da sua residência, suas conhecidas e familiares. Para além destes, decidiu ainda dotar raparigas que tinha

---

<sup>22</sup> A propósito da instituição de missas leia-se ARAÚJO, Ana Cristina – Morte. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 271; ABREU, Laurinda - *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage Editores, 1999. p. 100-103.

<sup>23</sup> AMAP, Registo Notarial de Guimarães, N 917, fls. 32v.-33v.

<sup>24</sup> O estudo de legados para casamento de órfãs pobres tem merecido a atenção de vários historiadores. Consulte-se, entre outros trabalhos SÁ Isabel dos Guimarães - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimientos portugueses, 1997. p. 197-204; *Idem*, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 120-122; ABREU, Laurinda - *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990. p. 106-109; LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra (1750-1850)*, vol. I. Viseu: Palimage Editores, 2000. p. 803-876; *Idem* *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010. p. 89-95, 175-184; COATES, Timothy J. - *Degradados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. p. 225-256; REIS, Maria de Fátima - *Caridade e clausura: honra e virtude feminina em Lisboa na Modernidade*. In ABREU, Laurinda (ed.) - *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*. Bilbao: Univesidad del País Basco, 2007. p. 315-322; SILVA, António Magalhães Ribeiro da - *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, vol. II..., e os meus próprios. Em algumas teses de mestrado a problemática dos dotes encontra-se também analisada.

visto apenas em pequenas, quando, por ocasião de uma festa, estiveram em sua casa<sup>25</sup>. Existe, por conseguinte, uma memória visual e uma ligação afetiva que se prolongou nas relações sociais que manteve ao longo dos últimos anos de vida.

Posteriormente, em fevereiro de 1756, fez o primeiro codicilo. Foi referido que estava em seu perfeito juízo, fazendo pensar que as alterações eram conscientes e decorriam da sua própria vontade. Aliás, só dessa forma podiam ser consideradas válidas. Para além deste, foi elaborado ainda outro acrescento, embora nestes dois documentos não existam alterações de grande vulto. De realçar, no entanto, a passagem de mais alguns bens para os seus sobrinhos, fortalecendo a sua herança, e ainda o reforço feito na salvação da sua alma.

Estas mudanças podiam ocorrer quando existia tempo entre a elaboração do testamento e a morte. Influências dos mais próximos, normalmente de familiares, ou conflitos decorrentes do conhecimento do testamento podiam ditar alterações ao primeiro documento.

Nos codicilos, o legatário reforçou a repartição de dinheiro por instituições religiosas: lugares santos de Jerusalém, catedral de Santiago de Compostela, igrejas de Nossa Senhora do Porto de Ave, Nossa Senhora da Oliveira, de São Pedro de Rates, santuário de Nossa Senhora da Abadia, enfim, santuários da região, mas também de além fronteiras<sup>26</sup>. Inscreveu igualmente instituições de proteção social entre os seus beneficiados: misericórdias e hospitais de Braga e Guimarães, deixando a cada 400.000 réis<sup>27</sup>. Neste esforço de ajudar os mais pobres, António Portela mandou

---

<sup>25</sup> Mandou dar 50 mil réis a Luísa e o mesmo montante a Ana Maria. À sua afilhada de Joane mandou entregar 100 mil réis; a duas sobrinhas de José Martins, que não sabia o nome, ordenou que lhe entregassem 3.500 réis a cada; a mais três raparigas ordenou que dessem a cada 25 mil réis; à noiva de Pomarinho, irmã do seu compadre 25 mil réis, à sua afilhada de Pomarinho 100 mil réis; à sua comadre 50 mil réis; a Ana moleira 10 mil réis e a mais outra sua comadre 25 mil réis. AMAP, Registo Notarial de Guimarães, N 917, fl. 33v.

<sup>26</sup> A entrega de esmolas a santuários da sua devoção foi prática seguida por vários emigrantes portugueses no Brasil. Leia-se OLIVEIRA, António José de - O testamento de Vicente José de Almeida Guimarães, negociante vimaranense no Brasil (1792). In SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) - *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: CEPES, 2009. p. 483.

<sup>27</sup> AMAP, Registo Notarial de Guimarães, N 917, fls. 34-35.

entregar roupa a mulheres: 40 saias e igual número de mantilhas<sup>28</sup>.

A distribuição de roupa na hora da morte foi frequente quando não existiam familiares diretos. Muitos benfeitores escolhiam instituições de caridade ou pessoas suas conhecidas para entregar a sua roupa de vestir ou de cama e casa. Foi ainda corrente deixarem dinheiro para adquirir peças de roupa para entregar a pobres. A roupa era um bem caro, nem sempre adquirido quando necessário por alguns segmentos da sociedade, mas, por vezes, recebida através da caridade. As mulheres, pela maior dependência e pobreza, eram alvos prioritários de assistência.

António Portela tinha uma relação de grande proximidade e estima com os padres seus testamenteiros<sup>29</sup>. Para além de lhes dar uma margem considerável de atuação na aplicação da herança que tinha em Portugal, deixou-lhes uma mula para mais comodamente se poderem movimentar, “a vintena de todos os seus bens”, prerrogativa alcançada no primeiro codicilo, e a desobriga de cobrarem o dinheiro que lhe deviam, por considerar serem dívidas de “difícilima cobrança” e mais 100.000 réis a cada um pelo trabalho que teriam na execução testamental.

Para além dos dotes mencionados, mandou entregar mais 24 a raparigas do seu sangue, cada um de 50 mil réis, referindo que estas seriam das freguesias de São Martinho de Leitões, São Paio de Figueiredo, São Martinho de Sande e de São Clemente de Sande paróquias do concelho de Guimarães. As pretendentes tinham de ser suas familiares até ao terceiro grau, mas os dotes podiam ser entregues a outras de qualquer freguesia, não sendo possível candidatar-se as mencionadas no testamento, caso não existissem suas parentes<sup>30</sup>.

Deixou ainda três mil cruzados a cada uma das suas sobrinhas (Teresa e Custódia) para dotes de casamento, mas apenas se se mantivessem honradas e casassem a contento dos seus testamenteiros<sup>31</sup>. Por serem jovens, as sobrinhas ficavam de alguma forma sujeitas ao arbítrio dos referidos religiosos. O elevado dote que receberiam para casar ficava condicionado ao seu comportamento, como, aliás, o de todas as restantes raparigas que se candidatavam aos dotes por si instituídos.

---

<sup>28</sup> A propósito da importância da distribuição de roupa a pobres leia-se LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra 1750-1850*, vol. II..., p. 235-240.

<sup>29</sup> Estes homens ficaram obrigados a dar execução ao testamento nos três anos imediatos à sua morte.

<sup>30</sup> AMAP, Registo Notarial de Guimarães, N 917, fls. 36-36v.

<sup>31</sup> AMAP, Registo Notarial de Guimarães, N 917, fl. 33.

O envolvimento dos “brasileiros” na promoção do casamento feminino integra-se na defesa da honra e na proteção conferida à mulher através do casamento. A forma escolhida por cada um para fazer chegar parte da sua fortuna às órfãs podia ser diferente, embora tenha sido corrente privilegiar as suas familiares ou da sua terra natal. Houve, no entanto, quem deixasse ao arbítrio da instituição a escolha das raparigas a prover<sup>32</sup>.

O volume de missas solicitado pelo “brasileiro” elevou-se a mais de 11 mil, embora se torne impossível determinar o número exato. Só um homem muito rico podia mandar dizer tantos sufrágios. A sua fortuna existente em Portugal fica atestada em 23 contos de réis, deixados para o cumprimento das suas vontades.

Contrariamente a muitos portugueses que dominavam a técnica da leitura e da escrita quando rumaram ao Brasil<sup>33</sup>, o legatário em estudo era um homem analfabeto<sup>34</sup>. Esta realidade foi mais comum nos séculos XVII e XVIII, como se constata através de alguns testamentos já estudados<sup>35</sup>.

Normalmente, os dotes deixados por legatários para casar raparigas pobres eram quantias em dinheiro, mas podiam adquirir outras modalidades<sup>36</sup>.

---

<sup>32</sup> O legado de Paulo Barbosa, falecido na cidade da Bahia em 1669, instituído na Misericórdia de Penafiel, estabelecia apenas um dote de 50 mil réis para casar uma rapariga pobre de dois em dois anos. Consulte-se FERNANDES, Paula Sofia Costa - A dotação de órfãs na Misericórdia de Penafiel nos finais da Época Moderna e inícios da Época Contemporânea. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) - *Tomar Estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*. Braga: CITCEM, 2010. p. 324.

<sup>33</sup> Sobre as competências que os “brasileiros” apresentavam no campo da leitura e da escrita leia-se PEIXOTO, Ana Sílvia Albuquerque O. N. de Lemos - *Grandes beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Cadernos dos 500 Anos*, vol. 1. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997. p. 44.

<sup>34</sup> Veja-se FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro de - *São Paio de Figueiredo no termo de Guimarães. Monografia*, s. l., ed. do autor, 2004. p. 23, 96-97.

<sup>35</sup> Gaspar Fernandes Barreiros faleceu em janeiro de 1655 na cidade da Bahia, depois de ter feito testamento. Como era analfabeto e estava já muito débil não conseguiu “fazer o seu sinal, que era uma cruz”. Leia-se MARQUES, Maria Gracinda Leones Dantas G. - O testamento de Gaspar Fernandes Barreiros: um exemplo de instituição de dotes de capela a partir do Brasil. *Cadernos do Noroeste*. Vol. 11 (2) (1998) 178.

<sup>36</sup> CARNEIRO, João E. de Gouveia Martins; SOARES, João M. Matos; COUTO, Manuel A. Pereira; SILVA, Maria de la Salette C. R. Pereira da - Namoro e casamento em Rio Tinto na passagem do século (1890-1910). *Revista da Faculdade de Letras. História*. III série, vol. 3 (2002) 236-238; FIGUEIREDO, Violeta Crespo - Como casava a nobreza e a burguesia no Portugal de setecentos. *História*. Nº 13 (1979) 18; DUARTE, Inocêncio de Sousa - *A mulher na sociedade civil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870. p. 29.

Como se constata, o “brasileiro” resolveu deixar dotes que se remiam de uma só vez, mas também outros que perduraram ao longo dos tempos. Mandou que os seus testamenteiros instituíssem um dote anual de casamento de 50.000 réis para suas parentes numa “Caza de Misericordia ou onde melhor parecesse”<sup>37</sup>, com a condição da Mesa “preferir as parentes delle”. Cauteloso, determinou ainda que na ausência de familiares, o benefício fosse entregue a uma rapariga da freguesia de São Martinho de Leitões e na eventualidade de não existir proposituras desta paróquia transitasse para uma candidata da freguesia São Paio de Figueiredo e depois para uma da freguesia de São Martinho de Sande, paróquias onde o benfeitor tinha propriedades e laços familiares<sup>38</sup>. Se não houvesse candidatas destas freguesias, a instituição distribuidora gozava da prerrogativa de o entregar a quem entendesse. Estipulava ainda que na eventualidade de não ser possível cumprir este legado os testamenteiros “porão outro de hum capelão que seja confessor actualmente com assistencia na igreja de uma casa de Misericordia onde melhor lhe parecer”<sup>39</sup>. Os testamenteiros ficaram com alguma margem de manobra, através das possibilidades abertas pelo benfeitor. De maneira a facilitar o cumprimento do determinado, alguns legatários estabeleceram percursos alternativos para que de uma ou de outra forma a sua vontade prevalecesse.

O legatário hierarquizou as candidaturas, sendo certo que era apenas um dote anual que estava em causa e destinado a suas familiares. Percebe-se, no entanto, que o instituidor não desejava outro fim para o dinheiro, como, aliás, é referido na escritura notarial. Os irmãos da confraria de São Vicente ficaram proibidos de “em nenhum tempo do mundo poderão pedir breve a Sua Santidade para remir os ditos legados ainda que se altere a esmolla das missas”<sup>40</sup>.

A última cláusula abria a possibilidade do dote ser entregue a familiares que não residissem nas paróquias por si mencionadas, fazendo apenas

---

<sup>37</sup> Arquivo da Igreja de São Vicente (AISV), Fundo da confraria de São Vicente, Documento avulso, não paginado.

<sup>38</sup> AISV, Fundo da confraria de São Vicente, *Livro dos Estatutos reformados da confraria de São Vicente 1851*, nº 3476, fl. 68; *Livro dos Termos 1748-1765*, nº 3342, fl. 166v.

<sup>39</sup> Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Registo Notarial de Braga, livro nº 738, fl. 91v.

<sup>40</sup> O hospital de São Marcos era administrado pela Misericórdia local. ADB, Registo Notarial de Braga, livro nº 738, fl. 92.

funcionar os critérios de sangue, honra e pobreza. Foi com base nela que muitas jovens de outras freguesias foram providas.

O legado ficou a cargo da confraria de São Vicente de Braga, embora tivesse sido aberta a possibilidade de ser entregue a uma Misericórdia e, nesse caso, o mais provável seria ir para a de Guimarães ou a de Braga, uma vez que lhes deixou outros legados, todavia, assim não aconteceu. Segundo os testamenteiros, o benfeitor, ainda em vida ter-lhes-á pedido que fizessem todas as diligências para o colocarem na confraria de São Vicente. Mas que razões teriam levado o “brasileiro” a preferir esta instituição? Seriam motivos pessoais ou ligações particulares dos testamenteiros aos confrades de São Vicente? Sabemos que os dois sacerdotes eram íntimos do legatário. Como se refere na escritura, eram seus “amigos particulares”. Os dois religiosos teriam, por certo, gente conhecida dentro da instituição, pois não se convidavam estranhos para a integrar. Não esqueçamos que estes homens foram, após a aceitação do legado, convidados a ingressarem na confraria como irmãos.

A análise das fontes, quer da confraria de São Vicente, quer da Misericórdia de Braga demonstram que a proposta do legado de dotes foi imediatamente aceite em São Vicente e nem sequer foi colocada na Santa Casa da cidade, onde apenas o legado de 400 mil réis foi aceite em abril de 1756, com a menção de que se destinava aos doentes pobres do hospital de São Marcos<sup>41</sup>.

O princípio da dotação de familiares pobres assentava precisamente no sentimento de que, contribuindo para o seu casamento através da dádiva de parte da sua herança, ajudaria a alterar significativamente a vida das órfãs, auxiliando-as num momento importante de constituição de família própria. Por outro lado, tratava-se de um mecanismo de transmissão de parte da herança para a família, mediante condições.

Ajudar mulheres em idade núbil foi uma das opções seguidas na Idade Moderna por muitos legatários. Tratava-se de um mecanismo que contribuía para mais facilmente alcançar a salvação, permitindo às dotadas um enquadramento protetor, tornando mais difícil o descaminho e a perda da honra. Esta conceção assentava no princípio de que a mulher sozinha não conseguia manter-se honrada e virtuosa, precisando da tutela masculina.

Em maio de 1756, quando era juiz Manuel Fernandes Lima, apareceu

---

<sup>41</sup> ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos termos ou actas 1751-1757*, n.º 15, fl. 206.

numa reunião da Mesa da confraria de São Vicente o padre Francisco Guimarães, morador em São Martinho de Sande, um dos testamenteiros do legatário António Portela, dando conta da verba testamentária que dizia respeito à instituição: a celebração de uma missa quotidiana no altar privilegiado da sua igreja e a instituição de dote anual de 50.000 réis para casar uma rapariga com as condições acima referidas, “enquanto o mundo durasse”<sup>42</sup>.

A partir desta data, a confraria deu anualmente seguimento ao legado, contando sempre com muitas candidaturas. A procura elevada do dote estava relacionada não apenas com o montante, mas também com o que ele significava. Ser dotada era ser considerada merecedora, logo honrada. Por outro lado, a concessão de um dote possibilitava ao casal começar uma vida mais desafogada com a entrada de dinheiro na nova família<sup>43</sup>.

Embora quase todos os dotados trabalhassem no campo, o salário que auferiam era muito baixo, não lhes possibilitando, em muitos casos, o acesso a uma casa nem à aquisição de roupa para a boda. Essa situação obrigava-os ao desempenho de várias tarefas, juntando pequenos pecúlios para sobreviver<sup>44</sup>.

Para suportar as despesas com a missa diária no altar privilegiado de São Vicente, a confraria exigiu o montante de dois contos e quatrocentos mil réis e, para pagamento do dote, dois contos e seiscentos mil réis, ou seja, um total de cinco contos de réis. Os testamenteiros aceitaram as condições estabelecidas, tendo sido combinada a assinatura de uma escritura em notário público. A confraria sugeriu ainda que os testamenteiros, os padres Francisco Guimarães e José Rebelo de Matos, este último abade de São Martinho de Leitões, se inscrevessem como irmãos, sem pagamento de joia de entrada, mas com a obrigação de celebrarem uma missa, cada um, todos os anos, em novembro. Esta cláusula isentava-os

---

<sup>42</sup> Sobre este legado confira-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Filha casada, filha arrumada. A distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*. Braga: CITCEM, 2011. p. 88.

<sup>43</sup> Para este assunto veja-se FERRER ALÒS, Llorenç - “Les Clàusules dels Capítols Matrimoniais”. In MASSANA, Rosa (ed.) - *Els capítols matrimoniais. Una font per a la Història Social*. Girona, 2010, p. 74-75; DURÃES, Margarida - Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota: o papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX). *Cadernos do Noroeste*. vol. 17 (1-2) (2002) 137.

<sup>44</sup> Leia-se BOUTOUVRIE, Beauvalet, Scarlet - *Les femmes à l'époque moderne (XVIIe-XVIIIe siècles)*. Paris: Belin, 2003. p. 126-131.

de outros serviços<sup>45</sup>. A escritura foi lavrada pouco tempo após, tendo os referidos padres aceite o convite que lhes foi dirigido, tornando-se membros da instituição<sup>46</sup>.

Para além da isenção da joia de entrada, outras modalidades podiam ser ativadas para atrair novos confrades. Prestar serviços através da celebração de missas para substituir o pagamento de anuais era outra estratégia. A Ordem Terceira de Braga usou esta metodologia durante o século XVIII para ter quem celebrasse algumas das suas missas<sup>47</sup>.

A atuação da confraria de São Vicente não deixa de ser interessante e torna-se merecedora de maior atenção. Os mesários aceitaram o desafio de atuarem num setor onde tinham pouquíssima experiência: a dotação de órfãs pobres. Neste caso, procuraram tirar partido da situação, sugerindo, como mencionámos, a inscrição dos testamenteiros na sua fileira de irmãos. Os religiosos eram de grande utilidade à irmandade, porque, como se verificou, em momentos de intensas celebrações, como era o da festa dos Santos, podiam ser considerados uma mais-valia. Por isso, foram dispensados do pagamento da quota de entrada.

Deve ainda destacar-se o facto de o benfeitor ter sido emigrante no Brasil durante a primeira metade do século XVIII. Foi precisamente nesse período que a confraria de São Vicente recebeu mais legados de “brasileiros”<sup>48</sup>, razão que a levou a abrir um livro para inscrever apenas as missas dos que sendo seus irmãos morreram na colónia sul-americana<sup>49</sup>. Apesar da preocupação em arrumar num único local as menções dos “brasileiros”, é nos livros de atas que é possível encontrar mais informações sobre os seus legados.

---

<sup>45</sup> AISV, Fundo da confraria de São Vicente, *Livro dos Termos 1748-1765*, nº 3342, fls. 238v.-239.

<sup>46</sup> AISV, Fundo da confraria de São Vicente, *Livro dos Termos 1748-1765*, nº 3342, fls. 240-240v.

<sup>47</sup> Veja-se a propósito MORAES, Juliana de Mello- *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*..., p. 121.

<sup>48</sup> Em 1715, Maria da Silva, viúva, foi amortalhada com o hábito de S. Francisco e sepultada na capela da Senhora a Branca. Deixou para ser aplicada em bens de alma a metade do que lhe tocava da legítima de seu marido e “que se lhe viesse huma fazenda do Brasil que seu marido la tem”. ADB, Registos Paroquiais, *Livro de óbitos de São Victor 1715-1737*, nº 302, fl. 3.

<sup>49</sup> AISV, Fundo da confraria de São Vicente, *Livro das certidões das missas dos irmãos defuntos do Brasil 1721-1735*, nº 3338.

Após a escritura, a Mesa da confraria de São Vicente deu provimento à vontade de António Portela e abriu concurso para a entrega do dote. O processo mais antigo que estudámos foi o de Rosa Maria, natural da freguesia de São Salvador de Joane, provida em junho de 1758.

A maioria dos dotes estudados foi instituída por testamento e estes começaram a ser pagos após a morte dos benfeitores, contudo existiram dotes que beneficiaram órfãs ainda durante a vida dos instituidores, cumprindo a sua vontade<sup>50</sup>.

A distribuição de dotes obrigou a confraria de São Vicente a trabalhar conjuntamente com outras instituições. Para proceder ao concurso, a Mesa mandava anualmente, durante o mês de maio, que este fosse publicitado, através de editais, nas três freguesias mencionadas<sup>51</sup>. As interessadas tinham 15 dias para concorrer. Depois de lhe chegarem as petições, a instituição enviava cartas aos párocos das freguesias circunvizinhas das concorrentes ou a outras pessoas que considerava idóneas para ser informada sobre a pobreza, as relações de parentesco com o legatário e o bom-nome das candidatas. Também eram solicitadas informações aos párocos das freguesias de onde estas eram naturais. Depois de estar na posse de todo o processo, cabia à Mesa seleccionar, agindo de forma “livre e independente”. A menção deixada nos estatutos de 1851 referente à liberdade e à independência da instituição sugere que tal não acontecia, ou pelo menos nem sempre se verificava. Todas as petições que não fossem providas não eram válidas para os anos seguintes, o que obrigava as órfãs a fazerem novas proposituras, caso se mantivessem interessadas<sup>52</sup>. A menção à obrigatoriedade de entregar nova propositura no caso referido, encontra-se apenas nos estatutos de 1851, sugerindo a existência de casos anteriores em que não foi considerado necessário efetuar outra candidatura.

---

<sup>50</sup> Os dotes deixados por D. Manuel de Noronha à Misericórdia do Porto tiveram início ainda em vida do legatário. Veja-se MACHADO, Maria de Fátima - A Misericórdia do Porto e a dotação de órfãs (1540-1580). In *A solidariedade nos séculos: a confraternidade e as obras*. ACTAS DO I CONGRESSO DE HISTÓRIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO: Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto e Alêtheia Editores, 2009. p. 71.

<sup>51</sup> AISV, Fundo da confraria de São Vicente, *Livro de actas de 1748-1765*, nº 3342, fl. 266v. Desconhecemos os procedimentos usados na distribuição dos dotes de Custódio Dias Peixoto.

<sup>52</sup> AISV, Fundo da confraria de São Vicente, *Livro dos Estatutos reformados da confraria de São Vicente 1851*, fl. 68.

Depois do prazo terminado, as petições chegavam à confraria, mas só no início de janeiro, poucos dias antes das eleições<sup>53</sup>, se conhecia o resultado. O processo era encerrado antes da Mesa terminar funções, todavia o pagamento só se efetuava depois da celebração do matrimónio e dentro dos critérios estabelecidos<sup>54</sup>.

Embora a função primeira destas confrarias não tivesse sido a assistência e se desconheça em muito o seu desempenho nos vários campos de atuação em que estiveram envolvidas, dotar raparigas para casar foi uma novidade na confraria de São Vicente de Braga até 1748, quando recebeu o primeiro legado com esta finalidade. Passados oito anos, António Portela reforçou essa função com mais uma atribuição.

Apesar de instituídos em meados do século XVIII, os dotes da confraria de São Vicente só ganharam destaque normativo nos estatutos de 1851<sup>55</sup>. As regras de 1723 não referem qualquer obrigação dotal anterior às instituídas pelos dois benfeitores<sup>56</sup>. Também o texto regulamentar confirmado em 1768<sup>57</sup> não faz menção aos dotes recentemente instituídos.

Nas proposituras apresentadas, todas as candidatas referiam o nome do instituidor do dote a que se candidatavam, todavia, a pessoa que escreveu a petição de Josefa em 1792 mencionou somente tratar-se de “hum brasileiro seu parente”<sup>58</sup>, demonstrando ou desconhecer o seu nome ou ter registado somente a marca que o identificava, o ter sido emigrante no Brasil.

Embora António Portela não tivesse exigido, as proposituras passaram a partir de finais do século XVIII a integrar uma árvore genealógica por exigência da Mesa. Este mecanismo obrigava as candidatas a maior trabalho, mas facilitava o da confraria ao estabelecer a relação parental entre elas e o legatário de forma mais fácil.

---

<sup>53</sup> As eleições eram efetuadas no dia da festa do padroeiro, a 22 de janeiro. Leia-se sobre esta matéria ALMENDRA, Araiana - *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII*. Braga: Universidade do Minho, 2011. p. 76. Dis. de mestrado policopiada.

<sup>54</sup> Leia-se a propósito GROPPi, Angela - *Dots et institutions: la conquête d'un "patrimoine"* (Rome, XVIII-XIX e siècle). *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés. Femmes, Dots et Patrimoine*. 7 (1998) 140-141.

<sup>55</sup> A confraria preserva o texto que serviu de rascunho para a redação final dos estatutos. AISC, *Livro dos estatutos de 1850*, n.º 3497.

<sup>56</sup> ADB, Registo Notarial de Braga, Livro n.º 74, fl. 161.

<sup>57</sup> ADB, Registo Notarial de Braga, Livro n.º 119, fl. 250.

<sup>58</sup> AISV, Fundo da confraria de São Vicente, Doc. n.º 2568, não paginado.

As disposições testamentárias de António Portela seguem o corrente na época. A preocupação com o descanso eterno levou os homens a um grande investimento em missas, resposos e orações, mas também na instituição de outros legados pios. O “brasileiro” dispôs uma parte considerável do que possuía para salvar a alma, não esquecendo, no entanto, alguns familiares, os seus negros e os pobres. O cumprimento das suas vontades ficou a cargo dos seus testamenteiros, de instituições religiosas e de instituições de caridade. Na disposição da sua herança sublinha-se a parte reservada a três sobrinhos, a forma como cuidou dos seus negros e a atenção particular conferida às mulheres, especialmente através da distribuição de dotes de casamento. Esta preferência, foi, aliás, demonstrada também por muitos outros “brasileiros” durante a mesma época.

## Os portugueses na Misericórdia do Rio de Janeiro, 1800-1822

Renato Franco\*

Em meados do século XVIII, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro havia passado por inúmeras mudanças nos seus últimos 70 anos. Em 1680, o governo do Rio de Janeiro ganhara o controle da recém-criada Colônia do Sacramento, uma espécie de entreposto comercial que se tornara o principal local de escoo do contrabando de prata peruana em troca de africanos escravizados, comercializados por traficantes baseados no Rio de Janeiro. Junto ao maior dinamismo promovido pelo comércio com a região do Prata, a região fluminense beneficiara da maior demanda internacional pelo açúcar local, em virtude da desorganização advinda da invasão holandesa e a consequente queda na produção nordestina, típica da segunda metade do século XVII. No entanto, a grande guinada no papel da cidade do Rio de Janeiro acontecera mesmo com a descoberta da região das Minas, em 1694. Cerca de 30 anos depois de anunciados os primeiros veios, a cidade estava em vias de se tornar o principal porto de escravos da América portuguesa, havia se consolidado, desde a primeira década do século XVIII, como a principal porta de entrada para as Minas, controlando e beneficiando do rico comércio que surgiu em torno da região, em detrimento de outros possíveis acessos.

De um secundário porto no centro-sul da América portuguesa, numa região produtora de cana-de-açúcar de baixa qualidade, dominada por

---

\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador da Fundação Getúlio Vargas e professor da Escola Superior de Ciências Sociais (FGV). [renato.franco@fgv.br](mailto:renato.franco@fgv.br).

Parte dessas reflexões originou-se de minha tese de doutorado: FRANCO, Renato - *Pobreza e caridade leiga - as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa*. Doutorado/USP, 2011.

uma elite relativamente homogênea e descendente dos primeiros conquistadores, a cidade rapidamente passaria a abrigar um número crescente de pessoas dedicadas ao comércio, tornando-se consideravelmente mais cosmopolita. A mudança de órbita política e econômica da região nordestina para o centro-sul iria ser atestada ainda com a transferência da sede administrativa da cidade de Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro, em 1763, confirmando o Rio de Janeiro como peça fundamental na composição do império português. Essa importância seguiu num crescendo e, em 1808, depois de um alentado projeto cogitado em outras ocasiões, a cidade foi escolhida para abrigar a família real portuguesa e parte de sua corte, quando o exército napoleônico invadiu Portugal.

Essa complexificação do papel da cidade do Rio de Janeiro afetou diretamente a vida da Santa Casa local. Apesar das disputas, problemas administrativos e financeiros observáveis no decurso do século XVIII, é possível dizer que o período foi o grande primeiro momento da Misericórdia, marcado por uma época de ampliação e estruturação dos serviços. Podem ser listados, entre os principais gastos assumidos, a criação da roda dos expostos, em 1738; no ano seguinte foi estabelecido um recolhimento de órfãos; o hospital recebeu novas enfermarias masculinas com beliches e cortinas a partir da década de 1740; o prédio ganhou uma nova portaria feita com esmolas recolhidas entre os habitantes da cidade e os irmãos, em 1745; as enfermarias femininas começaram a ser feitas a partir de 1747; em 1751 foi construída, à custa da Misericórdia, uma nova enfermaria dos azougues, que se incumbia do tratamento dos sífilíticos.<sup>2</sup> Em 1754, a irmandade recebeu ainda uma esmola para o auxílio aos presos pobres. Em 1813, a irmandade construiu mais uma enfermaria no hospital.<sup>3</sup>

As mudanças perceptíveis na ampliação dos serviços e na estrutura física dos prédios acompanharam também um período de alteração das elites dirigentes. Na década de 1680, na esteira da crescente elitização por que passavam as principais Misericórdias, típica do século XVII, a mesa da irmandade do Rio de Janeiro havia estabelecido o *numerus clausus* de 200 membros, limitando a participação a uma pequena parcela de

---

<sup>2</sup> Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (doravante AHSCMRJ), Memória do tempo em que se fizeram as novas enfermarias e quem as fez (Documento avulso), Lata 717 A (Ignácio Medella).

<sup>3</sup> AHSCMRJ, *Actas e termos, 1810-1820*. p. 52.

privilegiados<sup>4</sup>. Ao longo do seiscentos, passaram pela irmandade os principais senhores de engenho do recôncavo atestando a importância adquirida pela instituição como espaço de representação das elites locais ciosas do crivo qualitativo que se impunha naquelas irmandades.<sup>5</sup>

No entanto, os quadros dirigentes mudariam lentamente: a partir da década de 1730, observou-se uma progressiva entrada de componentes declaradamente ligados ao comércio que, de forma silenciosa e sem maiores atritos, passariam a monopolizar os cargos diretivos da irmandade no fim do século XVIII.<sup>6</sup> Ao longo do setecentos, considerando-se o império português, a principal medida no sentido de abrir legalmente o espectro da composição das Misericórdias foi a supressão da secular diferenciação entre cristãos-novos e velhos, de 25 de maio de 1773. Tal disposição não eliminava os foros de distinção, mas tendia a tornar a participação mais isonômica, arrefecendo, em tese, a precedência pautada pela limpeza de sangue. No caso americano, naturalmente, o efeito não se estenderia aos mulatos, resguardando a irmandade à participação de brancos católicos. A confraria do Rio de Janeiro passou a adotar tal medida em março de 1775, quando a mesa, por indicação do Marquês de Lavradio, riscou do compromisso parte do terceiro parágrafo do primeiro capítulo.<sup>7</sup> Essa postura, seguramente, contribuía para que os negociantes, tradicionalmente associados ao estigma de terem sangue infecto (judeu), fossem aceitos de forma menos traumática.

---

<sup>4</sup> FAZENDA, José Vieira. *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia...* p. 37. FERREIRA, Felix - *A Santa Casa da Misericórdia Fluminense...* p. 156.

<sup>5</sup> Acórdão de 06/08/1668 citado em FERREIRA, Felix - *A Santa Casa da Misericórdia Fluminense...* p. 156.

<sup>6</sup> Para uma discussão mais detalhada, ver: FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga...*

<sup>7</sup> “Aos 17 dias do mês de março de 1775, no consistório e igreja desta Santa Misericórdia, estando em mesa o ilustríssimo e excelentíssimo senhor provedor Marquês de Lavradio, vice-rei do Estado, propôs aos mais irmãos dela que, por execução da lei régia de 25 de maio de 1773, se devia abrançar, conciliar e riscar em forma que mais se não pudesse ler o parágrafo 3º do capítulo 1º deste compromisso, naquela parte em que diz respeito às inquirições que se mandavam tirar da sanguinidade para se admitirem os irmãos; convida por todos a referida proposição com uniformidade de votos se assentou que se riscasse como determina a mesma lei, que fica no arquivo desta Santa Casa”. Termo transcrito no Compromisso de 1739 da irmandade de Lisboa, impresso pela Misericórdia do Rio de Janeiro. p. 131.

Mas a distinção entre nobres e plebeus em vigor nas Misericórdias não se baseava unicamente na questão dos cristãos-novos. Estava ligada a distinções secularmente postas nas principais instituições portuguesas e diziam respeito a ideais de qualidade baseados no nascimento e a uma visão negativa do trabalho manual. Na América portuguesa, na esteira da grande importância que os comerciantes adquiriram, conjugada a elites de origens controversas, a distinção de foros parecia cada vez menos eficaz ao longo do século XVIII. Os confrades da Misericórdia de Vila Rica, logo na sua criação, em 1735, solicitaram e conseguiram a aprovação régia para que fosse eliminada a distinção de foros, de forma a não submeter os comerciantes a um estatuto diferenciado dos oficiais da câmara<sup>8</sup>.

Para o Rio de Janeiro, embora todas as ações correntes no sentido de fazer valer a estrita seleção dos confrades, observa-se, ao menos nos documentos que restaram da Misericórdia, que a discriminação aos negociantes e a pecha quase inerente de cristãos-novos são menos evidentes do que o exemplo da Misericórdia da Bahia. Segundo João Fragoso, essa permeabilidade já era sentida na sociedade fluminense, em fins do século XVII, numa elite pouco refratária à entrada de comerciantes.<sup>9</sup> Essa constatação pode ser melhor compreendida a partir do livro de matrículas, sobretudo a partir do início do século XIX. Com o correr do século XVIII, as matrículas da irmandade do Rio, que tradicionalmente continham informações exíguas, vão ficando mais detalhadas. Já na segunda década, observam-se assentos mais alentados, ainda que faltosos de informações detalhadas sobre a ascendência, ocupação, idade, naturalidade.<sup>10</sup> Um dos aspectos mais notáveis dessa progressiva preocupação com as informações sobre os confrades foi a indicação dos foros, ocorrida a partir de 1800. Doravante, todos os irmãos seriam listados conforme a secular divisão entre nobres e plebeus, num momento em que as confrarias da Misericórdia que surgiam, faziam questão suprimir essa divisão, tal como aconteceu com Vila Rica, Itu, Sorocaba, São João Del Rei.

---

<sup>8</sup> Ver: FRANCO, Renato - Notas sobre a Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica durante o século XVIII. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009. p. 41-66.

<sup>9</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *À espera das tropas...* p. 67.

<sup>10</sup> AHSCMRJ, *Livro de irmãos, 1671-1817*, (paginação corroída).

Esse procedimento era também efeito da tentativa de reordenamento promovida, em fins do século XVIII, pelo então provedor, Conde de Resende (1793-1802). Em junho de 1797, no ofício que enviara à mesa, relatava os inúmeros desajustes administrativos da irmandade, como a escrituração desordenada dos livros.<sup>11</sup> Embora não tenha feito referência direta ao livro de irmãos, esse facto deve ter contribuído para que as matrículas fossem transcritas de forma mais elucidativa. Entretanto, outro fator parece mais relevante para o cuidado com as matrículas.<sup>12</sup> A confraria, secularmente pouco atenta com a escrituração do lugar estatutário dos irmãos, tornou-se mais criteriosa, diferenciando-os de forma mais evidente, num claro aferramento aos valores tradicionalistas. A conservadora Misericórdia baiana, segundo Russell-Wood, abandonou, “com algumas exceções casuais”, a distinção de foros a partir de 1800.<sup>13</sup>

Assim, a Misericórdia do Rio de Janeiro fazia um caminho inverso no que dizia respeito ao lugar social dos confrades: na contramão de tendências cada vez mais isonômicas, a congênere carioca manteve acesa a separação entre os componentes.<sup>14</sup> No entanto, convém ressaltar, essa divisão não obedecia aos ditames do compromisso de 1618, pautado, em grande medida, pela noção de sangue infecto. Na Misericórdia do Rio de Janeiro, o primeiro foro dizia respeito, basicamente, aos mais altos fun-

---

<sup>11</sup> AHSCMRJ, *Registro de cartas e ofícios, 1779-1810*, fls. 138v.-140.

<sup>12</sup> O livro de irmãos continuou a ser utilizado até 1817 e a organização permaneceu como um problema intermitente, com matrículas sem referência ao foro.

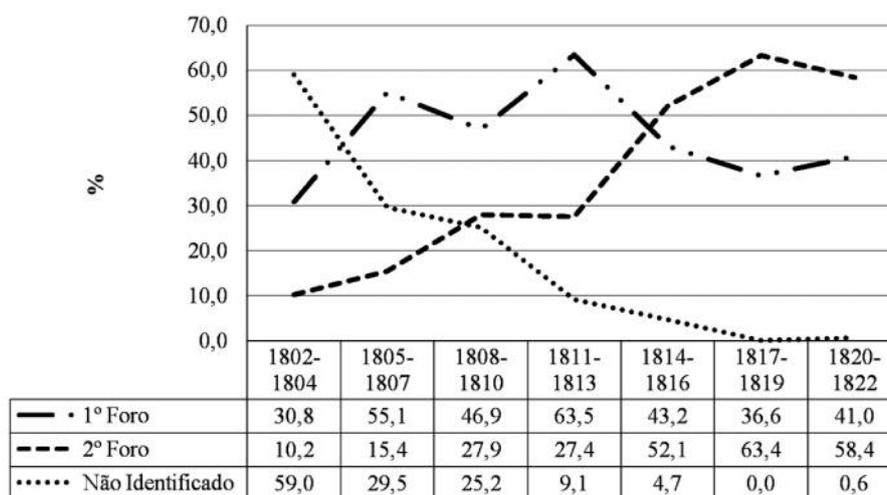
<sup>13</sup> “Depois de 1800, desapareceram quaisquer menções de classe, com algumas exceções casuais. Essa longa preservação de uma distinção fora de moda, sem dúvida, se devia à tradição e à cerimônia”. RUSSELL-WOOD, A. J. - *Fidalgos e filantropos...*, p. 103.

<sup>14</sup> A distinção de foros foi suprimida em 1823. Vale a pena citar parte da justificativa da mesa, sinal de novos tempos na Misericórdia: “Foi proposto pelo dito irmão provedor que recomendando por uma parte do compromisso da mesma Santa Casa, a maior e mais fraternal união entre todos os irmãos dela; ao mesmo tempo que por outra parte se estabelecia entre eles a diferença de 1º e 2º foro, com o qual vinha a destruir-se toda aquela justa e precisa igualdade que deve haver entre irmãos que sendo unicamente movidos pelo fogo da caridade cristã se prestam voluntariamente a todos os serviços e encargos da irmandade; sofrendo alguns deles os perniciosos efeitos daquela odiosa distinção de foros, que de nada servem no dia de hoje, senão para manter o orgulho pessoal e suscitar contínuas rivalidades.”. Integralmente transcrito em FERREIRA, Felix - *A Santa Casa da Misericórdia Fluminense...*, p. 285-286.

cionários régios, letrados, milicianos e aos comerciantes de grosso trato. Todos, é claro, brancos, católicos e, em sua maioria, de nascimento legítimo e casados.

Essa mudança da escrituração começou a ser sentida de forma gradual a partir dos primeiros anos do século XIX e, certamente, estava também ligada ao grande afluxo de portugueses para a cidade. Progressivamente, a nomeação dos foros tornou-se hábito no preenchimento dos assentos, indicativo do maior controle na escrituração dos novos elementos que vieram de Portugal. Como é possível observar pelo gráfico abaixo,<sup>15</sup> as matrículas sem indicação de foro foram diminuindo consideravelmente até desaparecerem no novo livro de irmãos, de 1818. De acordo com as tendências apontadas pelo gráfico, o aumento de assentos dizia respeito, sobretudo, ao 2º foro. Enquanto os irmãos de 1º foro se mantiveram na faixa dos 40 e 60 %, entre 1802 e 1822, os de 2º foro iniciaram o intervalo com 10% e fecharam-no com cerca de 60%.

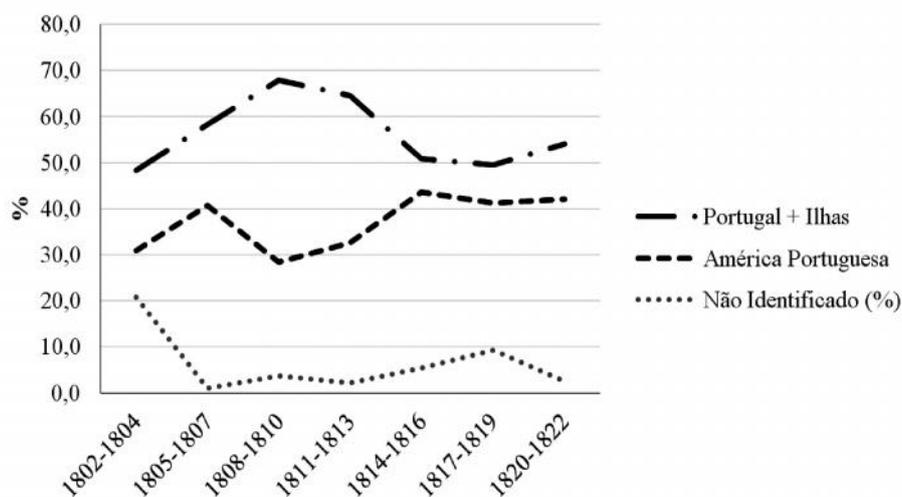
Gráfico 1 - Entrada dos irmãos por foro, 1802-1822



<sup>15</sup> Todos os gráficos foram elaborados a partir dos livros de irmãos. O total de matrículas levantadas para o período de 1800 e 1822 foi de 600, mas não abarcam 100% das mesmas em virtude do precário estado do primeiro livro. Não há matrículas para o ano de 1801. A partir de 1818, todas as matrículas, no total de 161, foram computadas. Não adotei o ano compromissal como referência. Assim, as matrículas de 1822 foram até dezembro.

A partir dos dados levantados para o início do século XIX, de 1800 a 1822, é possível constatar que a Misericórdia, tal como acontecia com a cidade, também passou por uma reconfiguração de sua composição interna. Trata-se, obviamente, de uma inflexão que não pode ser estendida a outros períodos. A análise mais detida dos dados, a partir do local de nascimento dos componentes, mostra a grande abertura da irmandade para novos integrantes. Nesse sentido, é interessante notar que o papel identitário da irmandade permaneceu vigoroso, convergindo, sobretudo, portugueses, em detrimento dos locais. Se, de facto, como mostram os estudos sobre tais instituições, a composição da irmandade podia identificar boa parte da elite local, no início do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, ela dizia respeito em maior grau aos nascidos no reino. O período entre 1808 e 1816 é particularmente representativo do grande afluxo de portugueses na confraria.

Gráfico 2 - Entrada de irmãos local de nascimento, 1802-1822



Embora a grande presença dos portugueses fosse perceptível nos irmãos de 1º foro (ver gráfico 3), nota-se também um significativo número de portugueses entre irmãos de 2º foro (ver gráfico 4). A partir de 1812, o percentual de irmãos de 1º foro nascidos na América portuguesa tendeu ao crescimento, alternando com os portugueses do reino, a maior representatividade numérica. Essa considerável abertura do 1º foro pode ser con-

firmada, mais uma vez, para os últimos anos pesquisados (1818-1822), quando todas as matrículas foram transcritas (gráfico 3). De todo modo, conforme se pode observar pelo gráfico 2, os nascidos em Portugal representaram a maioria absoluta dos irmãos durante todo o período entre 1800 e 1822, indicativo, em primeiro lugar, da importância social da irmandade entre os reinóis, bem como, da grande permeabilidade das elites fluminenses.

Gráfico 3 - Entrada dos irmãos de 1º Foro por local de nascimento, 1800-1822

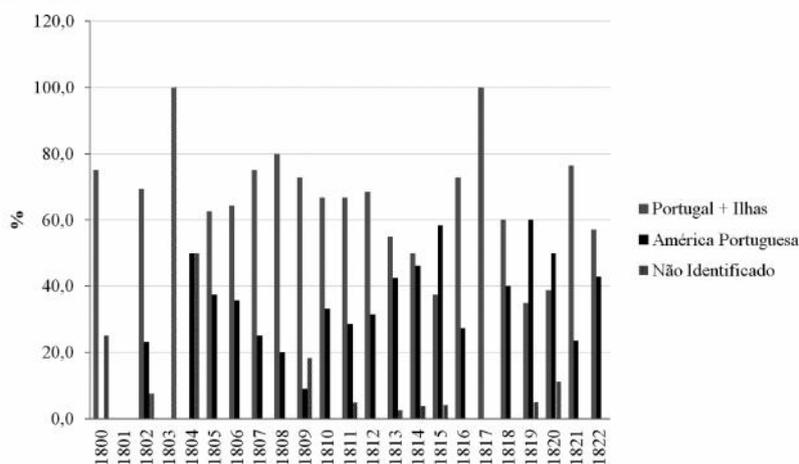
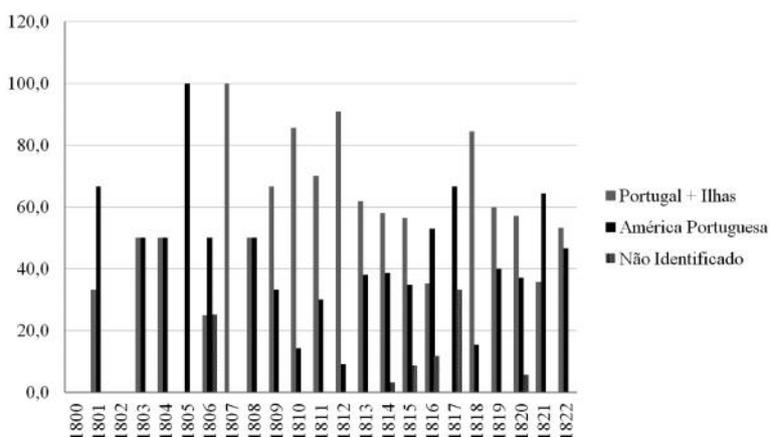
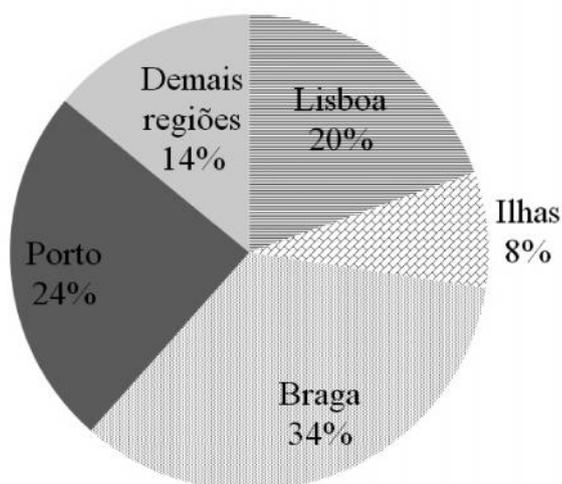


Gráfico 4 - Entrada dos irmãos de 2º Foro por local de nascimento, 1800-1822



Para o período, a maior parte dos nascidos no reino provinha do norte de Portugal, sobretudo do entorno das regiões do Porto e Braga, confirmando, mais uma vez, essa parte do país como território de grande emigração para a América. O Patriarcado de Lisboa, apesar de expressivo, contribuiu significativamente menos do que as duas primeiras macrorregiões. (ver gráfico 5). Já entre os nascidos na América Portuguesa, a imensa maioria vinha da cidade do Rio de Janeiro e proximidades (90,3%), seguida bem de longe por Minas Gerais (3,4%), Bahia (1,7%), Colônia do Sacramento (1,3%), Rio Grande de São Pedro (0,8%), Santa Catarina (0,8%), São Paulo (0,8%), Goiás (0,4%) e Pernambuco (0,4%).

**Gráfico 5 - Bispado de origem dos portugueses nascidos no Reino. Misericórdia do Rio de Janeiro (1800-1822)**



A presença de comerciantes não foi sinal de queda de prestígio da irmandade, tampouco representou momentos de grande conflituosidade no interior da instituição. No início do século XIX, a importância do comércio podia ser atestada tanto nos irmãos maiores, quanto nos menores, muitas vezes conjugando atividades mercantis com outras ocupações, como a milícia. Entre 1800 e 1822, é possível constatar que os oficiais mecânicos, como era de se esperar, estavam majoritariamente postos na categoria de irmãos menores (padeiros, sapateiros, ourives), assim como os comerciantes de vendas a retalho.

Das 600 matrículas consultadas, 97 tinham apenas referência às patentes. No entanto, quando se consideram atividades conjugadas, esse número sobe para 184 (30,7% do total de assentos). As altas patentes, em geral, blindaram o exercício de atividades comerciais, garantindo o acesso ao primeiro foro. Assim, uma ocupação típica do segundo foro como ter “armazém de molhados”, não impediu que o tenente José Jacinto da Silva ocupasse o primeiro foro. O mesmo ocorreu com o tenente Custódio José do Nascimento, que tinha “loja de marceneiro”, ou ainda com o alferes José Borges de Pinho que tinha uma “loja de vidros e louça”. Contudo, baixas patentes não significavam uma promoção social automática: diferente do já citado José Jacinto da Silva, Francisco José da Silva Lopes era um alferes, também com “armazém de molhados”, português e irmão de 2º foro<sup>16</sup>.

A presença de comerciantes na confraria não se resumia a posições subalternas dentro do quadro confrarial. Eram ligados ao comércio e, em grande medida, tinham nascido em Portugal. Ainda que lembrasse pouco a modesta irmandade do início do século XVIII, no começo da centúria seguinte a confraria da Misericórdia poderia ser considerada um exemplo bem sucedido e permeável aos neófitos. Tal afirmação ganha força quando se observa, entre 1805 e 1814, a entrada em massa de portugueses de 1º foro em detrimento dos “brasileiros” (gráfico 2). A alteração social dos segmentos dominantes na irmandade não representou declínio; pelo contrário, os confrades mantiveram-se ciosos da relevância institucional da Misericórdia e constantemente lutaram para preservar e ampliar os privilégios da Santa Casa.

---

<sup>16</sup> AHSCMRJ, *Livro de irmãos, 1671-1817*, (paginação corroída).

## **A intervenção dos “brasileiros” nas instituições de assistência à saúde no Norte de Portugal (século XIX)**

Alexandra Esteves\*

Uma das imagens mais marcantes e duradouras do “brasileiro” oitocentista é a de benemérito, materializada sob formas diversas, nomeadamente doações, instituição de legados, auxílio aos mais desfavorecidos, ou ainda através da construção de equipamentos assistenciais em aldeias, vilas e cidades sobretudo do Norte de Portugal, e que, ainda hoje, continuam a cumprir a função para que foram criados.

Depois de terem vencido as agruras da vida e granjeado fortuna em terras do Brasil, alguns emigrantes regressavam ao torrão natal. Faziam então questão de exhibir a sua nova condição de ricos perante os seus conterrâneos. As casas apalaçadas que mandavam edificar destacavam-se entre o restante casario pela sua imponência e pelo luxo que faziam adivinhar no seu interior. A este propósito, são elucidativas as figuras que surgem em algumas das obras de Camilo Castelo Branco, como o “Comendador Belchior” ou António de Queirós e Meneses da novela *Maria Moisés*, que, depois de anos a labutar no Brasil, retornaram ao Minho, e as referências, no *Filho Natural*, à compra pelos “brasileiros” de património de famílias fidalgas<sup>1</sup>. Podemos ainda juntar Eusébio Seabra, personagem da obra *A Morgadinha dos Canaviais* de Júlio Dinis, que decidiu

---

\* Docente da Universidade Católica Portuguesa. Membro do CITCEM. [estevesalexandra@gmail.com](mailto:estevesalexandra@gmail.com)

<sup>1</sup> Histórias inseridas nas *Novelas do Minho*. Confirme-se BRANCO, Camilo Castelo - *Novelas do Minho. Um retrato de Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora, 2009. Camilo Castelo foi um exímio caricaturista da figura do “brasileiro”. Confirme-se RIBEIRO, Orlado - Entre Douro e Minho. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*. I Série, Vol. III, (1987) 9.

perpetuar o seu nome entre os grandes da aldeia natal através do financiamento de obras na igreja<sup>2</sup>. Nem à hora da morte a preservação da memória era descurada. Miguel Dantas, por exemplo, mandou edificar o primeiro jazigo familiar em terras de Paredes de Coura<sup>3</sup>. O Visconde Sousa Rego, “brasileiro” de Caminha, no seu testamento, deixou expressa a vontade de ser sepultado no mausoléu da família<sup>4</sup>.

A benemerência dos “brasileiros”, além de se ter revelado no apoio a misericórdias, confrarias, ordens terceiras, igrejas e capelas, consubstanciou-se também no contributo para a edificação de escolas, cemitérios, asilos e hospitais<sup>5</sup>. Relevante foi igualmente a intervenção que tiveram na organização de sopas económicas destinadas aos mais carenciados<sup>6</sup>. Nem sempre esperavam pela aproximação do fim da vida para promoverem ações desta natureza, que lhes conferia um lugar de destaque nas comunidades locais e, deste modo, cumpria-se um dos requisitos da sociedade que enaltecia a filantropia: dar de forma descomprometida, mas com efeitos de comprometimento da imagem pública.

Muitos emigrados nem precisavam de regressar à terra natal para desenvolverem ações benfeitoras, pois, ainda no Brasil, organizavam sociedades de socorros mútuos, que assumiam designações como Sociedades de Beneficência ou Caixas de Socorros. “Brasileiros” mais ou menos conhecidos, oriundos das terras alto minhotas, como Miguel Dantas, faziam parte destas associações. Aliás, este “brasileiro” integrou diversas instituições religiosas e assistenciais do Rio de Janeiro: a Sociedade Portuguesa de Beneficência, a Irmandade de Nossa Senhora de Copacabana, a Irmandade de N. S. da Lapa dos Mercadores, a Caixa de Socorros de D. Pedro V, entre outras. Após o regresso à cidade do Porto por volta

---

<sup>2</sup> DINIS, Júlio - *A Morgadinha dos Canaviais*. Porto: Porto Editora, 1993.

<sup>3</sup> Leia-se ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. p. 395.

<sup>4</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo (doravante ADV), Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Inventário do legado do Visconde de Sousa Rego, n.º 7.36.2.43, fl. 26.

<sup>5</sup> Leia-se ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista...*, p. 372-384.

<sup>6</sup> Confirme-se SILVA, Francisco Ribeiro da - Brasil, *Brasileiros e Irmandades/Ordens Terceiras Portuenses*. In *Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 138.

de 1870, apoiou várias agremiações, nomeadamente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, a Associação de Beneficência e Caridade da Freguesia de Cedofeita, a Real Sociedade Humanitária. Também a Associação Humanitária dos Bombeiros e a Congregação das Irmãs de Santa Teresa de Jesus, sedeadas em Viana do Castelo, foram contempladas com os seus donativos. Um outro exemplo é o de Manuel Amoroso Lima, nascido a 30 de abril de 1823, em Ponte de Lima. Em 1839, foi trabalhar para o Brasil, onde, como negociante de sucesso, conseguiu acumular avultada fortuna. Foi o principal fundador da Sociedade Portuguesa da Beneficência, sita no Rio de Janeiro, sendo, posteriormente, seu diretor. Conhecido pelo seu altruísmo, distribuiu donativos bem generosos por diversos estabelecimentos de ensino e de assistência, sendo de destacar o apoio financeiro concedido às Misericórdias de Viana do Castelo e de Ponte de Lima<sup>7</sup>.

Ainda no século XX, os “brasileiros” continuaram a dar o seu contributo para o desenvolvimento das terras de origem. Por exemplo, o Hospital de Paredes de Coura recebeu, em 1953, uma avultada soma da *Associação Protetora dos Filhos de Paredes de Coura*, sedeadada no Brasil, o que mostra a dimensão atingida pela emigração courense rumo a terras de Vera Cruz e o vínculo que, apesar da distância, se mantinha ao torrão natal<sup>8</sup>.

Quando eram projetadas obras assistenciais, fazia-se chegar a notícia aos emigrantes no Brasil, na expectativa de que o altruísmo dos filhos mais abastados da terra ajudasse na sua concretização<sup>9</sup>. Foi o que sucedeu com a fundação do Asilo de Infância Desvalida D. Maria Pia, em Ponte de Lima, que, entre os seus principais patronos, tinha os Viscondes de Amoroso Lima. A criação deste estabelecimento estava prevista desde 1835. Todavia, só em 1873 se constituiu uma comissão para elaborar o regulamento e os estatutos da instituição. Nesse mesmo ano, foi lançada

---

<sup>7</sup> RODRIGUES, Henrique - Manuel José Amoroso Lima. In d'ABREU, João Gomes (coord.) - *Figuras Limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2008. p. 223-224.

<sup>8</sup> Arquivo Municipal de Paredes de Coura (doravante AMPC), Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura, *Livro para a inscrição de benfeitores*, sem cota.

<sup>9</sup> Consulte-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - A presença dos brasileiros no santuário de Nossa Senhora de Porto de Ave (séculos XVIII a XX). In PEREIRA, Conceição Meireles; SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima - *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Parte II. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Edições Afrontamento, 2007. p. 189.

uma campanha para a recolha de donativos. Foi precisamente dos emigrantes limianos do Brasil que chegaram as maiores contribuições para esta obra de apoio à infância desvalida<sup>10</sup>. A mesma prática foi seguida aquando da criação do Asilo de Inválidos Camões, também de Ponte de Lima, em 1880. O apelo então lançado à solidariedade chegou também ao Brasil e foi correspondido com muitas dádivas.

Em Portugal, era tida como merecedora de reconhecimento público a filantropia dos filhos da terra, que, tendo partido pobres e conseguido ascender à condição de ricos, não esqueciam a terra que os viu nascer. Os seus retratos ocupavam lugar de destaque nos salões nobres das instituições que ajudaram a fundar e os seus nomes eram adotados para as identificar; a toponímia e a estatutária de vilas e cidades atestavam a sua condição de bem-fazentes.

Com raízes no século XVI, a emigração alto minhota rumo a terras brasileiras foi desencadeada, em boa parte, como resposta à desproporção entre o crescimento populacional e os meios de subsistência então disponíveis<sup>11</sup>. Perante a ausência de alternativas para garantir uma vida condigna, e até a própria sobrevivência, a muitos não restou outra solução que não fosse partir em busca dum futuro melhor e, quiçá, da fortuna.

A diáspora para o Brasil manteve-se e acentuou-se no século XIX, na sequência da crise agrícola que se fez sentir na primeira metade deste século, bem como da descida dos preços dos cereais e das pragas que afetaram a cultura da vinha<sup>12</sup>. A instabilidade política, a pobreza crónica e o desemprego que grassava no seio da população urbana e rural levaram muitos a trocar a terra natal por outras paragens. Por outro lado, as leis respeitantes aos morgados e à progeneritura também compeliavam os filhos não primogénitos a emigrar em busca de melhores oportunidades de vida<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Consulte-se LEMOS, Miguel Roque dos Reys - *Anais Municipais de Ponte de Lima*. Braga: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1977. p. 110-111.

<sup>11</sup> Foi precisamente na década de quarenta do século XVI que foram criadas as primeiras Misericórdias no Brasil. Leia-se SÁ, Isabel dos Guimarães - *Misericórdias, Portugueses e Brasileiros*. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa..., p. 117-133.

<sup>12</sup> A propósito da emigração das gentes do Alto Minho para o Brasil, leia-se RODRIGUES, Henrique - *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil...*, 1995.

<sup>13</sup> Sobre as causas da emigração rumo ao Brasil consulte-se RUSSELL-WOOD, A. J. R. - *A emigração: fluxos e destinos*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) - *História da Expansão Portuguesa*. vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997. p. 158-168.

Além dos já mencionados, outros motivos contribuíram para alimentar os fluxos migratórios, como, por exemplo, a fuga ao serviço militar ou às malhas da justiça. Muitos conseguiam escapular-se, usando documentos falsificados ou nomes inventados para obterem passaportes<sup>14</sup>. Outros, que estavam impedidos de se ausentarem do reino por se acharem em idade de recrutamento, conseguiam subornar os capitães dos navios e ser incluídos nos matriculados e, desse modo, escapar ao serviço militar<sup>15</sup>. Em 1854, o administrador do concelho de Arcos de Valdevez comunicou ao governador civil do distrito de Viana do Castelo que vários mancebos do seu concelho, em condições de serem alistados, tinham sido angariados para partirem para o Brasil, fazendo uso de passaportes falseados ou obtidos noutros municípios<sup>16</sup>. Nos anos subsequentes, a sangria de rapazes em idade de alistamento no exército manteve-se em todo o distrito<sup>17</sup>.

Ao tempo, o Brasil era o destino preferencial do movimento migratório, para o que contribuía a afinidade linguística, a similitude de costumes e até a existência de ligações familiares<sup>18</sup>. Outros fatores atraíam a partida dos mais desfavorecidos, nomeadamente as facilidades de pagamento das passagens, concedidas pelos proprietários dos navios, e o aliciamento dos engajadores<sup>19</sup>. O êxodo de alguns membros da família ou da comunidade tinha, por vezes, um efeito de arrastão, levando outros a seguir as mesmas pisadas, movidos pelos sentimentos de partilha e de identidade. Os parentes emigrados funcionavam, geralmente, como elos de ligação entre os que ficavam e os que se ausentavam, facilitando a integração dos recém-chegados no local de destino<sup>20</sup>.

---

<sup>14</sup> AHGCVC, *Portarias e Ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.5-6, não paginado. Sobre a emigração clandestina veja-se PEREIRA, Miriam Halpern - *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa, Editorial Presença, 1994. p. 205-206.

<sup>15</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades – dezembro de 1852 a maio de 1854*, n.º 1.8.3.14, não paginado.

<sup>16</sup> AHGCVC, *Crimes políticos e emigração*, n.º 1.15.2.4.1-1, não paginado.

<sup>17</sup> AHGCVC, *Crimes políticos e emigração*, n.º 1.15.2.4.1-1, não paginado.

<sup>18</sup> Sobre as razões da atração que, ao longo do século XIX, os portugueses sentiam pelo Brasil como principal destino de emigração, leia-se KLEIN, Herbert S. - A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. *Análise Social*. Vol. XXVIII (121), (1993) 242.

<sup>19</sup> Consulte-se CRUZ, Maria Antonieta - Do Porto para o Brasil: A outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense. *Revista de História*. vol. XI (1991)186.

<sup>20</sup> Sobre as causas da emigração veja-se igualmente CRUZ, Maria Antonieta - Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil. *Revista de História*. Vol. 7 (1986/1987) 12-13.

Desde 1850, o Brasil encetara um caminho, ainda que sinuoso, conducente à proibição do tráfico de escravos, que culminará em 1888 com a abolição da escravatura. Necessitado de mão de obra para labutar nas imensas explorações agrícolas e nas grandes obras públicas em curso, o país voltou-se para o mercado europeu, servindo-se duma rede de angariadores na tarefa de obter trabalhadores.

O engajamento de potenciais emigrantes preocupava as autoridades portuguesas, uma vez que o futuro quase paradisíaco que lhes era prometido pouco ou nada tinha a ver com a realidade, até porque o Brasil não estava propriamente interessado em recrutar mão de obra qualificada, mas sim braços fortes para substituir o trabalho escravo. O desenvolvimento de redes de aliciadores, que recorriam a mecanismos propagandísticos e procuravam tirar proveito do isolamento e da ignorância das populações, verificou-se a partir de 1830, tendo como alvos preferenciais os jovens do sexo masculino e fisicamente robustos<sup>21</sup>. Muitos, levados talvez pelo desespero, empenhavam os poucos bens que possuíam, outros gastavam os primeiros anos de trabalho no pagamento da viagem.

Deste modo, ao longo do século XIX, a par do movimento tradicional de emigrantes, que, na procura de uma vida melhor, abalavam das suas terras para se dedicarem à atividade comercial ou aos ofícios, emerge um outro fluxo, com base no sistema contratual de locação de serviços, promovido por engajadores<sup>22</sup>.

Estes recrutadores espalharam-se pelo Norte de Portugal, designadamente por terras do Alto Minho, envolvidos em maquinações de angariação de homens, que as autoridades administrativas procuravam controlar. Um dos principais alvos da imprensa da época era precisamente a ação enganadora dos emissários responsáveis pela celebração de contratos de locação de trabalho no Brasil<sup>23</sup>. A mesma preocupação já tinha sido manifestada por Lima Bezerra, em finais do século XVIII<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> Sobre o desenvolvimento do engajamento leia-se ALVES, Jorge Fernandes - Perspetivas sobre a emigração – estudos locais e regionais. In ACTAS DAS SEGUNDAS JORNADAS DE HISTÓRIA LOCAL. Fafe: Câmara Municipal, 1998. p. 413-424.

<sup>22</sup> Consulte-se ALVES, Jorge Fernandes - Atalhos batidos. A emigração nortenha para o Brasil. *Atalaia-Intermundos*. N.º 6/7 (2000) 297-308.

<sup>23</sup> *A Aurora do Lima*, 2 de março de 1857, n.º 180, não paginado.

<sup>24</sup> Confirme-se BEZERRA, Manuel Gomes de Lima - *Os Estrangeiros do Lima*. Vol. 2. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, Ed. facsimilada de 1791. p. 108-109.

O periódico *O Vianense*, na sua edição de 4 de junho de 1858, noticiava a libertação de trinta e três indivíduos em Lisboa, naturais dos concelhos de Ponte de Lima e Vila Verde, que partiam para o Brasil, tendo sido identificados pela polícia como “colonos” com contratos em contravenção à lei<sup>25</sup>. Um ano antes, o jornal *A Aurora do Lima* denunciava as consequências nefastas da emigração sobre a agricultura e a indústria nacionais e a perda de braços e de engenho em favor de uma solução que, além de incerta, podia ser perniciosa<sup>26</sup>.

A imprensa também não se inibia de publicitar as condições desumanas dos barcos que transportavam os emigrantes, a falta de higiene e de alimentação adequada, as doenças que alastravam e que assumiam proporções epidêmicas. Chegados ao Brasil, os “colonos” eram logo contratados pelos capitães dos navios, ficando obrigados a prestar largos anos de serviço a quem os alugava, sujeitos a castigos corporais, e muitos acabavam por se perder na selva brasileira. Em 1856, o periódico *A Razão* denunciava a atuação de Manuel José Dantas no concelho de Ponte de Lima. Recém-chegado do Brasil, andava a aliciar jovens para o acompanharem na viagem de regresso, com promessas de ordenados chorudos e passagens gratuitas. Chamado a intervir, o administrador do concelho conseguiu dissuadir alguns jovens que estavam prestes a cair no embuste<sup>27</sup>. No mesmo ano, o referido jornal dava conta das acusações dirigidas ao abade da freguesia de Trute, concelho de Monção, que estaria envolvido na promoção da emigração de mancebos para o Brasil<sup>28</sup>.

Os “brasileiros” que angariaram grandes fortunas e que, regressados a Portugal, exerceram cargos públicos de relevo, foram os que mais se fizeram notar e, por conseguinte, sobre os quais a documentação é mais vasta. Os seus feitos foram exaltados, ainda em vida, em biografias apologéticas e comentados pela imprensa da época. No entanto, muitos

---

<sup>25</sup> *O Vianense*, 4 de junho de 1858, n.º 34, não paginado.

<sup>26</sup> Segundo a perspectiva do autor do artigo: “[...] Os nossos infelizes compatriotas, que vão encontrar em grande parte, o abandono e a morte, nas mesmas regiões em que a mão especulativa da avareza lhes plantou uma sedutora esperança de melhor fortuna, esperança que cedo lhes cae por terra, quando ao toca-la, eles vêm transformar-se em largo património de escravidão e desgraça”. *A Aurora do Lima*, 2 de março de 1857, n.º 180, não paginado.

<sup>27</sup> AHGCVC, *Registo geral, de julho de 1856 a 31 de dezembro*, n.º 1.10.3.3, não paginado; *Administradores*, n.º 1.23.1.1-32, não paginado.

<sup>28</sup> AHGCVC, *Registo geral, de julho de 1856 a 31 de dezembro*, n.º 1.10.3.3, não paginado.

outros, atraídos pela sorte, regressaram sem terem amalhado o pé-de-meia que ambicionavam e procuraram digerir na terra mãe a amargura do seu fracasso<sup>29</sup>.

No século XIX, um tempo marcado por graves epidemias, como a cólera, a febre amarela ou a febre tifoide, cuja propagação era facilitada pelo aumento da circulação de pessoas e mercadorias, Portugal apresentava enormes carências no que respeita a estruturas de apoio à saúde. À medida que caminhamos para o término de oitocentos, juntam-se outras moléstias que são tidas como autênticos flagelos sociais, como a sífilis e a tuberculose, doenças altamente contagiosas.

Em finais do século XIX, a tuberculose assumia graves proporções em Portugal. Para a combater, foi criada, em 1899, a Assistência Nacional de Tuberculosos, que, entre outros objetivos, pretendia impulsionar a fundação de hospitais marítimos, sanatórios e hospitais para tísicos incuráveis<sup>30</sup>. A pouco e pouco, os sanatórios foram surgindo por todo o país. Até então, o tratamento dos tuberculosos era feito em casa ou nos hospitais gerais que tinham sido adaptados para os receber<sup>31</sup>. Por outro lado, foi determinada a criação, em todas as capitais de distrito, de institutos destinados ao tratamento de tísicos e, por iniciativa de Miguel Bombarda, foi instituída a Liga Portuguesa contra a Tuberculose. Entre 1901 e 1911, foram construídas várias estruturas de apoio aos tuberculosos<sup>32</sup>: dois sanatórios marítimos, um sanatório terrestre e cinco

---

<sup>29</sup> Leia-se ALVES, Jorge Fernandes - O «brasileiro» oitocentista e o seu papel social”. *Revista de História*. Vol. 12 (1993) 260. Veja-se igualmente MACHADO, Igor José de Reno - O “Brasileiro de torna-viagens” e o lugar do Brasil em Portugal. *Estudos Históricos*. Nº 35. janeiro-junho (2005) 54.

<sup>30</sup> Sobre esta instituição leia-se MARTINS, Alcina Maria de Castro- *Génese, emergência e institucionalização do serviço social português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999. p. 53-55.

<sup>31</sup> Nas décadas de 70 e 80 do século XIX, o hospital de Caminha albergava doentes com tuberculose, que, além da medicação prescrita, eram tratados com uma dieta adequada, à base de pão, bolachas, vinho e caldos de galinha. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Caminha, (doravante ASCMC), *Maços de papeletas do Hospital*, n.º 1.36.3.1-4, não paginado.

<sup>32</sup> Confirme-se MARQUES, Abílio Gonçalves - *A guerra à tuberculose*. Porto: Typ. a vapor da Empreza Litteraria e Typographica, 1901. p. 53.

dispensários<sup>33</sup>. A intervenção dos “brasileiros” na prevenção e luta contra a tuberculose vai-se fazer sentir sobretudo nos inícios do século XIX, através da doação de terrenos e ajudas financeiras para a criação de sanatórios e dispensários, como sucedeu, por exemplo, com a construção de um sanatório em Vila Nova de Famalicão graças ao apoio de um “brasileiro” chamado António da Silva Maia<sup>34</sup>.

Os hospitais existentes em Portugal eram de reduzida dimensão e não estavam preparados para acolher doentes portadores de doenças contagiosas nem os doentes mentais. Para o tratamento destes enfermos, foram criados, em 1848, em Lisboa, o hospital de Rilhafol e, em 1883, na cidade do Porto, o hospital Conde Ferreira, cujo primeiro diretor, António Maria de Sena, procurou modernizar e humanizar os cuidados prestados a esses enfermos<sup>35</sup>. Este hospital psiquiátrico resultou do testamento deixado por Joaquim Ferreira dos Santos, um “brasileiro” a quem foi atribuído o título de Conde Ferreira. Constata-se, através deste exemplo, que os “brasileiros” apostaram também na inovação e foram capazes de identificar as lacunas que o país evidenciava em alguns setores, nomeadamente no domínio da assistência à doença, como era o caso do apoio aos doentes mentais<sup>36</sup>. O testamento daquele benfeitor previa ainda

---

<sup>33</sup> A cidade do Porto construiu o seu primeiro dispensário antituberculose nos inícios do século XX e viu nascer o seu primeiro sanatório em 1926, sob a égide da Santa Casa da Misericórdia daquela cidade, FERREIRA, Maria de Lurdes de Carvalho - *A doença do peito. Contributo para o estudo histórico da tuberculose*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 20.

<sup>34</sup> Confirme-se FERNANDES, Adília; PAIVA, Odete - Emigração dos minhotos para o Brasil (1850-1910). Os bem sucedidos e os outros. In SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda - *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, 2009. p. 415-416.

<sup>35</sup> Veja-se PEREIRA, Pedro Teixeira; GOMES, Eva; MARTINS, Olga - A Alienação no Porto: o Hospital de Alienados do Conde Ferreira (1883-1908). *Revista da Faculdade de Letras. História*. III série, vol. 6 (2005) 99-128. Leia-se ainda PEREIRA, Maria da Conceição Meireles - Os brasileiros notáveis e... os Outros. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem...*, p. 359-360.

<sup>36</sup> Confirme-se ALVES, Jorge Fernandes - Variações sobre o “brasileiro” - Tensões na emigração e no retorno do Brasil. *Revista Portuguesa de História*. tomo XXXIII (1999) 191-222.

verbas para a construção de escolas e donativos para misericórdias, hospitais e asilos, para além da referida instituição psiquiátrica<sup>37</sup>.

As preocupações sanitárias acentuam-se em Portugal na centúria oitocentista e as instituições de apoio à saúde revelam-se cada vez mais zelosas com a limpeza das suas instalações. Todavia, nem sempre estes cuidados eram suficientes para colmatar deficiências mais profundas e carências de toda a ordem, pelo que se impunha a remodelação e a realização de obras de conservação em algumas unidades hospitalares ou até à construção de novos estabelecimentos, como aconteceu em Paredes de Coura, com a fundação do hospital da Misericórdia que veio substituir o devoluto hospital da Caridade. Nestas obras de maior envergadura, os “brasileiros” tiveram um papel crucial, alguns dos quais foram agraciados com títulos nobiliárquicos.

O hospital gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, beneficiou do apoio de “brasileiros”, materializado na concessão de verbas avultadas, como a deixada em testamento, em 1764, pelo Capitão José Gomes da Rocha, falecido em Ouro Preto. Entre os compromissos assumidos, em contrapartida, pela Misericórdia, constava a obrigação de mandar celebrar *im perpetuum* três missas no Natal e uma no dia dos Fiéis Defuntos<sup>38</sup>.

Os legados “brasileiros” destinados àquela irmandade vianense avolumaram-se na centúria oitocentista, em resposta aos apelos que a própria instituição dirigiu aos naturais da terra para que a apoiassem. Apesar da diminuição dos legados a partir de finais do século XIX, o certo é que as dificuldades vividas por instituições como as misericórdias, obrigava-as a recorrer a peditórios que extravasam as fronteiras de Portugal<sup>39</sup>. Em 1869, a Misericórdia de Viana do Castelo decidiu realizar obras nas enfermarias do hospital, pedindo para o efeito apoio a um “brasileiro”,

---

<sup>37</sup> Sobre o Conde Ferreira leia-se ALVES, Jorge Fernandes - Percursos de um brasileiro no Porto: o Conde de Ferreira. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Série II, vol. 09 (1992) 211-213.

<sup>38</sup> ADVIC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Escritura do legado a favor do Hospital da Santa Casa, 1764, n.º 3.27.3CX. 5 —3, não paginado.

<sup>39</sup> Confirme-se ARAÚJO, Maria Marta de - Os brasileiros nas Misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta de (org.) - *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Carlini & Caniano, 2009. p. 241.

natural de Carvoeiro, freguesia do concelho vianense. Tratava-se de Joaquim José Monteiro, negociante e proprietário, que fez fortuna no Brasil, onde veio a falecer, e a quem foram outorgados os títulos de Barão, Visconde e Conde da Estrela. Correspondendo ao apelo, deu ordem ao Banco de Portugal para que o seu donativo fosse transferido para a Santa Casa. Em sinal de agradecimento, a Misericórdia fê-lo irmão da instituição e propôs-se perpetuar o seu altruísmo através de um retrato colocado na galeria dos benfeitores e da atribuição a uma das enfermarias da designação de S. Joaquim, em sua honra<sup>40</sup>.

Anos mais tarde, em 1873, o funcionamento do hospital Santa Isabel continuava a ser prejudicado por graves lacunas. Nesse mesmo ano, são realizadas obras de recuperação e de ampliação: foram construídas mais enfermarias, conseguiu-se a separação dos doentes consoante o sexo e os presos enfermos e os portadores de doenças contagiosas foram instalados no piso térreo<sup>41</sup>. Para custear estas obras, foram enviadas cartas aos “brasileiros” vianenses, apelando à sua filantropia, para auxiliarem a causa da “pobreza enferma”<sup>42</sup>. Os donativos enviados atingiram valores significativos, embora insuficientes para a conclusão das obras. João Barbosa, falecido no Rio de Janeiro, deixou à Santa Casa cerca de quatrocentos mil réis, que podiam ser canalizados para estes reparos. No entanto, o receio da irmandade era que o dinheiro não chegasse a tempo de ser gerido pela Mesa responsável por este projeto. Para solucionar o impasse, o Provedor adiantou aquela quantia, sem juros, com a garantia de que seria reembolsado do valor correspondente aquando da chegada do legado<sup>43</sup>.

Outros problemas impediam o normal funcionamento da instituição e ensombravam a sua imagem. Por exemplo, o enfermeiro aproveitava as instalações do hospital para criar porcos, que ficavam ao cuidado dos doentes; as prostitutas toleradas eram tratadas nas enfermarias gerais e

---

<sup>40</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acordão, 1863-1882, n.º 3.24.3, 27, fls. 54-54v.

<sup>41</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acordão, 1863-1882, n.º 3.24.3, 27, fls. 125v-126.

<sup>42</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acordão, 1863-1882, n.º 3.24.3, 27, fl. 159.

<sup>43</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acordão, 1863-1882, n.º 3.24.3, 27, fl. 174.

não no espaço próprio que tinha sido criado para a sua fiscalização, o que era inaceitável dada a forte possibilidade de serem portadoras de doenças como a sífilis. Esta situação culminou, em maio de 1874, com a proibição temporária do serviço de inspeção de toleradas no hospital de Santa Isabel<sup>44</sup>.

No século XIX, impôs-se em Portugal uma política reguladora da meretrícia. Em 1853, a cidade do Porto adotou um regime sanitário, que, mais tarde, será seguido por outras cidades, como Lisboa e Braga. Considerava-se que a ausência de regulamentação da prostituição era um perigo para a saúde pública e a população encarava-a como uma atividade criminosa. Todavia, dada a impossibilidade de cortar o mal pela raiz, optou-se por uma política de condescendência para melhor controlar, nomeadamente sob o ponto de vista sanitário. Deste modo, a prostituta tolerada e o prostíbulo regulamentado surgem em Portugal em resultado de um compromisso estratégico entre o Estado e a família.

Sem descurarem a imagem social, mas preocupados igualmente com a salvação da alma, sobretudo quando a morte se aproximava, muitos “brasileiros”, detentores de alguma fortuna mas menos conhecidos por não terem sido agraciados com a nobilitação, também deixavam os seus donativos às misericórdias. Alguns impunham compensações, que consistiam, essencialmente, na realização de sufrágios pela sua alma e dos seus familiares. Por exemplo, José da Silva Conceição, deixou como legado quatro apólices da dívida pública brasileira no valor de mil réis cada uma. Entre os encargos do seu legado estava uma missa anual pela sua alma no aniversário da sua morte. Já o comendador Francisco Afonso Painhas, natural da freguesia de Outeiro, no concelho de Viana do Castelo, falecido em Ouro Preto, doou duas apólices de mil réis cada uma de dívida pública brasileira à Misericórdia desta cidade, sem quaisquer contrapartidas<sup>45</sup>. Por vezes, a entrega destes legados à Santa Casa era feita por procuradores, quase sempre familiares próximos, e não diretamente pelo benemérito. Por sua vez, José Vieitas da Costa, irmão da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, falecido no Brasil, em

---

<sup>44</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acordão, 1863-1882, n.º 3.24.3, 27, fl. 183.

<sup>45</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Legados desde 1880, n.º 3.26.5.5, não paginado.

1890, deixou em testamento quinze apólices brasileiras, que perfaziam o valor nominal de um conto de réis cada uma. Este legado era destinado em exclusivo ao hospital de Santa Isabel, colocando como condição a celebração de duas missas: uma no dia do seu aniversário e a outra no aniversário do seu óbito. Falecido em 25 de janeiro de 1908, Manuel Gonçalves Tinoco deixou à Misericórdia de Viana do Castelo oito apólices de dívida pública brasileira, valendo cada uma um conto de réis. O legado previa como única obrigação uma missa no dia do aniversário da sua morte<sup>46</sup>.

Na vila alto minhota de Caminha, onde nasceu em 1821 e veio a falecer em 1899, destacou-se a figura de António Joaquim de Sousa Rego, um “brasileiro” conhecido como Visconde Sousa Rego. Após prolongada estadia no Rio de Janeiro, onde tomou a ordem de São Francisco da Penitência, regressou, já rico, a Portugal. Tendo, entretanto, abandonado a vida religiosa, ganhou uma posição de relevo na comunidade caminhense, não só pela fortuna que detinha, mas também pelas funções desempenhadas como administrador do concelho e, posteriormente, de presidente da Câmara Municipal. Ora, o desafio económico e a necessidade de reconhecimento público, entre outros fatores, propiciavam o acesso dos “brasileiros” a cargos políticos ou a outras funções de relevo que lhes conferiam a notoriedade<sup>47</sup>.

À hora da morte, foram várias as instituições locais que beneficiaram da filantropia do Visconde Sousa Rego: a Santa Casa da Misericórdia, a Ordem Terceira e várias irmandades, como a do Santíssimo Sacramento, do Senhor Jesus dos Mareantes e das Almas. No seu testamento, datado de 1894, mostra a vontade de, através do apoio concedido a diversas instituições de cariz religioso e assistencial, ajudar um grande número de pessoas e, ao mesmo tempo, obter o reconhecimento social e perpetuar a imagem de benemerente<sup>48</sup>. Nele são enumerados os compromissos que os beneficiários do seu altruísmo ficavam obrigados a honrar, nomeadamente no respeitante ao enterramento, ao ofício religioso e aos sufrágios perpétuos. Os sufrágios potenciavam momentos de solidariedade que

---

<sup>46</sup> ADVIC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Legados desde 1880, n.º 3.26.5.5, não paginado.

<sup>47</sup> ALVES, Jorge Fernandes - O «brasileiro» oitocentista e o seu papel social..., p. 292.

<sup>48</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães - Misericórdias, Portugueses e Brasileiros..., p. 117-118.

“uniam” os vivos aos mortos, cabendo aos primeiros rezar pela salvação da alma dos segundos, aguardando que o mesmo sucedesse aquando do seu falecimento. Eram uma espécie de lenitivo, tendo em vista atenuar o sofrimento da alma durante a passagem pelo Purgatório<sup>49</sup>. A determinação do número de sufrágios não tinha a ver apenas com preocupações salvíficas, mas constituía igualmente um sinal do poder económico e do prestígio social do testador<sup>50</sup>.

A laicização da morte, resultante da secularização da sociedade portuguesa, evidenciada ao longo da década de oitocentos, esbarrou em fortes resistências nos espaços rurais, de forte implantação da Igreja Católica, que mantinham crenças e práticas próprias do Antigo Regime e aceitavam a interferência da Igreja noutros domínios para além do estritamente religioso<sup>51</sup>.

Se alguns legatários não colocavam condições para a concessão da herança, ou exigiam apenas a realização de cerimónias fúnebres e sufrágios, outros impunham aos beneficiários obrigações bem definidas. O Visconde Sousa Rego, que legou trinta contos de réis em inscrições de dívida pública portuguesa à Misericórdia de Caminha, determinou no testamento que, no aniversário do seu falecimento, esta instituição deveria distribuir cento e vinte mil réis por doze famílias pobres de Caminha, dando prioridade a pobres envergonhados e viúvas. Caso não fossem encontradas essas doze famílias, seria escolhida uma em que houvesse um cego ou um idoso. No mesmo dia, seria celebrada uma missa cantada e com resposo pela sua alma, à qual deviam comparecer as famílias auxiliadas. Mais missas seriam celebradas pela sua alma no dia de Santa Rita, madrinha do testador, e no dia 13 de junho, dia de Santo António. Por altura das celebrações, devia ser distribuída uma esmola por doze pobres de ambos os sexos, no valor de quatro mil réis para cada um.

---

<sup>49</sup> Veja-se ARAÚJO, Ana Cristina - Morte. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) - *Dicionário de História Religiosa*. Lisboa, Circulo de Leitores, 2002. p. 259-273.

<sup>50</sup> MELO, Mariana Ferreira de - A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, sociabilidade e poder. In ARAÚJO, Maria Marta de (org.) - *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*..., p. 97.

<sup>51</sup> Sobre a incompatibilização entre a Igreja Católica e o liberalismo consulte-se FERREIRA, António Matos - Laicidade. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) - *Dicionário de História Religiosa*..., p. 58-64.

O rendimento sobran­te do montante destinado à Santa Casa da Misericórdia de Caminha não podia ter outro destino que não fosse o custeamento das despesas do Hospital de Nossa Senhora da Visitação, gerido por aquela irmandade<sup>52</sup>. Tratava-se de uma pequena unidade hospitalar, destinada a receber doentes pobres de ambos os sexos, cuja fundação remonta ao século XV e que foi integrada na Misericórdia da vila em 1516<sup>53</sup>. Em oitocentos, anexo ao hospital, existia um banco onde, diariamente, eram feitos pequenos curativos, que para os pobres eram gratuitos<sup>54</sup>. Além do internamento e tratamento, a instituição prestava ainda apoio domiciliário aos enfermos sempre que se justificava. No seu regulamento, datado de 1877, revela já fortes preocupações sanitárias. Aquando da sua admissão, o doente, especialmente o pobre, devia tomar um banho e as suas roupas eram lavadas. Diariamente, as enfermarias eram limpas e as latrinas desinfetadas. Todos os anos, o hospital era caiado e a palha das camas era renovada<sup>55</sup>. Em caso de internamento de um doente portador de mal contagioso, os cuidados com a salubridade eram ainda mais rigorosos.

Importa assinalar no testamento do Visconde Sousa Rego não apenas os cuidados com a salvação da alma, presentes nas missas que as entidades beneficiárias do seu legado se comprometiam a mandar celebrar, mas também as preocupações com os problemas sociais do seu concelho. Atento à miséria que atingia várias famílias de pescadores de Caminha, a quem o mar nem sempre dava o sustento necessário, incumbia a confraria do Senhor Jesus dos Mareantes de, todos os anos, no início do mês de novembro, mandar celebrar uma missa, no fim da qual seria distribuída uma esmola de vinte e quatro mil réis por doze pescadores da rua dos Pescadores e dos arredores<sup>56</sup>.

---

<sup>52</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Inventario do legado do Visconde de Sousa Rego*, n.º 7.36.2.43, fl. 26.

<sup>53</sup> Sobre o hospital de Caminha na época moderna leia-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Misericórdia de Caminha. CAPELA, José Viriato (coord.) - *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*. Braga: Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005. p. 668-669.

<sup>54</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Estatutos da Santa Real Casa de Caminha*, 7.36.3.3.26.

<sup>55</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Regulamento Geral da administração da Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, n.º 7.36.3.3-22, fl. 17.

<sup>56</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Inventario do legado do Visconde de Sousa Rego*, n.º 7.36.2.43, fl. 27.

No século XIX, eram ainda profundas as marcas causadas pelo isolamento a que estava votado o concelho alto minhoto de Paredes de Coura. Entalado entre as bacias dos rios Lima e Minho, evidenciava-se pela elevada produção cerealífera, sendo, aliás, considerado o celeiro da região<sup>57</sup>. No entanto, a ligação com as terras vizinhas era dificultada pelos obstáculos naturais e pela ausência de vias de comunicação, agravando os custos inerentes à sua interioridade. A primeira metade do século XIX foi de marasmo, mas na última metade desse século conheceu um maior dinamismo, em resultado da melhoria das acessibilidades<sup>58</sup>. Foi precisamente neste período que Paredes de Coura viu nascer primeiro o hospital da Caridade e, na década de oitenta, o hospital da Misericórdia, ambos contando com o apoio de “brasileiros”, que se evidenciaram também pelo exercício de cargos políticos, como foi o caso de Miguel Dantas e o Visconde de Mozelos.

No caso de Miguel Dantas, entre outros projetos, apoiou a criação do hospital da Misericórdia de Paredes de Coura<sup>59</sup>. Tratava-se de um edifício avançado para a época, dispondo de enfermarias com capacidade para quarenta doentes, cozinha, casas de banho, capela, salão nobre, secretaria, sala para consultas, aposentos para as irmãs hospitaleiras e um espaço para autópsias. As instalações dispunham de sistema de abastecimento de água e cumpriam os preceitos higienistas da época.

As paredes do salão nobre do hospital ostentavam os retratos dos seus principais benfeitores. Entre outras figuras, como Fontes Pereira de Melo, Miguel Dantas, José Joaquim Bacellar Barbosa e o seu irmão António d’Antas Bacellar Barbosa, sobressaía José Luís Nogueira, conhecido por Visconde de Mozelos, título atribuído pelo rei D. Luís por Carta Régia de 1884. Tratava-se de um filho de modestos lavradores, nascido em 1822, que embarcou para o Brasil com apenas 12 anos de idade. Regressou a Portugal em 1851, trazendo consigo uma considerável fortuna.

---

<sup>57</sup> Veja-se VIEIRA, José Augusto - *O Minho Pittoresco*. Tomo I. Lisboa: Livraria António Maria Pereira - Editor, 1886. p. 121.

<sup>58</sup> Confirme-se OLIVEIRA, A. Lopes de - *Terras de Coura*: s.l., s. ed., 1976, p. 16. Veja-se igualmente CUNHA, Narcizo C. Alves - *No Alto Minho. Paredes de Coura*. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1979. p. 261-275.

<sup>59</sup> Sobre Miguel Dantas leia-se ainda PEREIRA, Maria da Conceição Meireles - *Os brasileiros notáveis e... os Outros...*, p. 366-367.

Na terra mãe, além de ter conseguido ampliar o seu já vasto património, exerceu o cargo de presidente da Câmara Municipal.

Segundo os estatutos, aprovados em 12 de março do referido ano de 1885, o hospital destinava-se aos irmãos da Misericórdia mais carenciados, bem como aos demais pobres do município. No entanto, desde que a situação financeira da instituição o permitisse, os pobres de fora do concelho também podiam ser tratados. Tal como sucedia nos seus congéneres alto minhotos, não recebia doentes que padecessem de moléstias crónicas e incuráveis.

Os estatutos da Santa Casa da Misericórdia, instituição responsável pela gestão do hospital, previam a contratação, mediante concurso, do número de facultativos que a Mesa julgasse indispensável para o tratamento dos doentes. Os que fossem selecionados, não podiam ausentar-se para fora do concelho ou faltar às visitas diárias sem deixar substituto e avisar previamente o Provedor. Cabia também à Mesa escolher o pessoal de enfermagem, os serventes e demais empregados que fossem necessários para assegurar o funcionamento do hospital.

Antes da criação do hospital da Misericórdia, existia na vila de Paredes de Coura o designado Hospital da Caridade, que servia os doentes pobres do concelho. Todavia, a sua estrutura não obedecia aos critérios higienistas da época, nem tinha capacidade para corresponder à procura. Como a Misericórdia pretendia restaurar o Hospital da Caridade, anexo à Confraria do Espírito Santo, provendo-o com as necessárias condições, nomeadamente de higiene, procedeu-se à transferência dos doentes para um outro edifício, que durante esse tempo funcionaria como hospital, evitando-se desse modo a interrupção do tratamento dos pacientes internados<sup>60</sup>.

O referido Hospital da Caridade, cuja edificação resultou da iniciativa de uma comissão nomeada pelo Governador Civil de Viana do Castelo em julho de 1860, abriu portas em março de 1868, sendo gerido até 1873 pela comissão fundadora e, após essa data, pela Mesa da Confraria do Espírito Santo, dado que o hospital foi anexado a esta irmandade por determinação do Governo Civil de Viana do Castelo.

José Luís Nogueira, futuro Visconde de Mozelos, figura entre os principais beneméritos do hospital da Misericórdia, tendo contribuído com

---

<sup>60</sup> Sobre a importância da limpeza e higiene no século XIX leia-se OLIVEIRA, Luísa Tiago - *A saúde pública no vintismo*. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1992. p. 19-20.

cento e cinquenta mil réis para a sua construção<sup>61</sup>. Outros “brasileiros” se destacaram no apoio concedido a esta instituição: Bonifácio António Lopes, António Joaquim Pereira, Miguel Dantas, o Barão de Vascões, o Visconde de Sá, entre outros. Este último, que desempenhou o cargo de vice-cônsul de Portugal em Manaus, recebeu menções elogiosas na imprensa de Paredes de Coura, não só pelo apoio ao hospital da Misericórdia, mas também pelos donativos concedidos ao Asilo de Infância Desvalida e a várias instituições religiosas.

Além das ações de benemerência no domínio da assistência hospitalar, levadas a cabo por “brasileiros” e materializadas no apoio a obras de melhoramento, na construção de novos hospitais ou no financiamento dos gastos quotidianos e nas benesses às confrarias e igrejas, importa realçar o apoio que, no Alto Minho, foi dado à criação de asilos destinados ao acolhimento dos mais idosos<sup>62</sup>. Os velhos da sociedade oitocentista, devido a circunstâncias várias, eram os mais pobres entre os pobres. Acometidos pela doença, desprovidos de forças para ganhar o seu sustento e sem família para os amparar, eram muitos os que dependiam da ajuda filantrópica para se livrarem de um fim de vida marcado pelo signo da indigência.

Estas preocupações já estavam presentes em alguns “brasileiros” de finais do século XVIII. Foi o caso de José da Costa Pimenta Jarro. Natural da freguesia de Cabaços, concelho de Ponte de Lima, fez fortuna no Brasil dedicando-se ao ofício de ourives. Regressado a Portugal, fundou na cidade de Viana do Castelo, em 1780, uma casa da Caridade para Velhos e Entrevados. Após mais uma passagem pelo Brasil, acabou por ingressar num convento franciscano na zona da Arrábida, no distrito de Setúbal<sup>63</sup>.

---

<sup>61</sup> AMPC, Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura, *Livro para a inscrição de benfeitores*, sem cota, fl. 1v.

<sup>62</sup> Também no século XIX os “brasileiros” relevaram preocupações com os doentes e os hospitais. Consulte-se ARAÚJO Maria Marta de - Os brasileiros nas Misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta de (org.) - *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*..., p. 244.

<sup>63</sup> ABREU, Alberto Antunes - José da Costa Pimenta Jarro. In d'ABREU, João Gomes (coord.) - *Figuras Limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2008. p. 136.

Mais conhecido foi o papel desempenhado por Agostinho José Taveira no apoio à velhice desvalida. Nascido em 1808, na aldeia de Crasto, concelho de Ponte da Barca, escolheu Ponte de Lima para viver, após o regresso de terras brasileiras. Nesta vila deixou uma marca indelével da sua extensa obra benemérita e empreendedora, que se estendeu desde as obras públicas ao apoio a festas populares e religiosas. Contudo, o seu maior feito foi criação da Casa da Caridade de Nossa Senhora da Conceição.

Regressado a Portugal, Agostinho José Taveira não se coibia de exibir a sua condição de endinheirado, típica do “brasileiro” oitocentista, mas sem descurar a intervenção na comunidade, num tempo em que Ponte de Lima, como outras localidades, apostava na melhoria das infraestruturas e da salubridade dos espaços públicos. A circulação desregrada de animais e as imundices que encharcavam as ruas da vila, a venda de alimentos sem quaisquer condições de higiene, a inexistência de iluminação pública, entre outras carências, eram motivos de preocupação para os espíritos mais esclarecidos. A escuridão das ruas propiciava a dissimulação e convidava à prática de crimes contra pessoas e bens<sup>64</sup>. Precisamente com o intuito de reduzir os assaltos e facilitar as rondas da polícia, a iluminação começou a ser instalada em Lisboa em 1780, por iniciativa do Intendente Pina Manique<sup>65</sup>. Em 1844, o Porto passou a dispor de lampiões de azeite. No que diz respeito a Viana do Castelo, temos conhecimento de que, em 1827, eram acesos todas as noites dois lampiões da Câmara Municipal, sendo remunerado um homem que executava esse serviço<sup>66</sup>. Em 1845, foram feitos 50 lampiões<sup>67</sup> e em 1882 foi assinado

---

<sup>64</sup> No século XIX, tal como no Antigo Regime, temia-se quem andava de noite, por ser considerado um potencial facinora. Sobre este assunto veja-se NARDI, Alan - Homicídios, furtos e penhoras: o crime na América Portuguesa do século XIX. *Mneme-Revista de Humanidades*. vol. 7, n.º 16. junho/julho (2005) 141.

<sup>65</sup> Leia-se SERRÃO, Joel - Iluminação pública e privada. In SERRÃO, Joel (Dir.) - *Dicionário da História de Portugal*. vol. III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975. p. 242-244.

<sup>66</sup> Veja-se CASTRO, Luís Cyrne - Apontamentos sobre o passado da iluminação pública e privada em Viana do Castelo. In *Roteiro de Viana do Castelo*. Viana do Castelo, s. e., 1977, não paginado.

<sup>67</sup> Londres dispunha de iluminação de gás desde 1812. Leia-se CORDEIRO, Bruno - A iluminação: para lá da eletricidade. In MADUREIRA, Nuno (coord.) - *A História da Energia, Portugal 1890-1980*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. p. 176.

o contrato para a instalação da iluminação pública na cidade<sup>68</sup>. Em 1858, graças ao impulso de Agostinho José Taveira, foram colocados lampiões nas ruas de Ponte de Lima<sup>69</sup>. Já no ano anterior, a Câmara Municipal tinha deliberado sobre a iluminação pública nas ruas e praças da vila<sup>70</sup>.

Em 1855, uma grave crise económica, motivada pela escassez da produção cerealífera e pelo conseqüente aumento do seu preço, fez-se sentir em todo o distrito de Viana do Castelo, que afetou sobretudo os mais pobres. Perante um cenário de miséria que atingia a população, Agostinho José Taveira apresentou-se, nesse mesmo ano, em sessão da Câmara Municipal de Ponte de Lima, disposto a financiar, sem juros e por tempo indeterminado, a aquisição de milho para vender a preços reduzidos aos mais carenciados<sup>71</sup>. Dois anos mais tarde, adiantou dinheiro à Câmara Municipal para que esta pudesse avançar com os necessários melhoramentos nos espaços públicos da vila<sup>72</sup>.

Agostinho José Taveira faleceu a um de setembro de 1888. Em testamento, legou a sua casa, sita na rua que veio a receber o seu nome, para acudir à velhice desvalida, uma causa que muito o inquietava. Assim, na casa que fora a sua residência, nasceu o Lar de Nossa Senhora da Caridade para acolher idosos de poucos recursos. A sua memória ficaria perpetuada num retrato, que, por sua vontade, seria colocado no salão nobre da instituição.

---

<sup>68</sup> Confira-se CASTRO, Luís Cyrne - Apontamentos sobre o passado da iluminação pública e privada em Viana do Castelo..., não paginado. Antes da iluminação a azeite, algumas cidades europeias dispunham de iluminação com velas, desde o século XVI. Estas eram também utilizadas na iluminação privada. Confirme-se CORDEIRO Bruno - A iluminação: para lá da eletricidade..., p. 175-176.

<sup>69</sup> Outros “brasileiros” tiveram preocupações com a iluminação e o melhoramento urbanístico das cidades e vilas portuguesas. Leia-se SANTOS, Eugénio - Os brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste português. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem...*, p. 17.

<sup>70</sup> AMPL, Vereações, 1857-1860, fl. 38. Sobre os desenvolvimentos da iluminação pública no Alto Minho consulte-se BENTO, Paulo Torres - *Do Coura se fez luz. Hidroeletricidade, iluminação pública e política no Alto Minho (1906-1960)*. Edições Afrontamento/Jornal digital caminh@2000. p. 9-20.

<sup>71</sup> Arquivo Municipal de Ponte de Lima (doravante AMPL), Vereações, 1852-1856, fls. 134 e 212.

<sup>72</sup> AMPL, Apontamento para memórias das antiguidades de Ponte de Lima, n.º 2.6.1.53, fl. 128. Vereações, 1857-1860, fl. 48.

No conjunto das disposições constantes do seu testamento, constava a determinação de, na altura do seu funeral, serem distribuídas esmolas pelos pobres da freguesia de sua naturalidade e das aldeias circunvizinhas. Tal decisão não deixa de constituir mais uma demonstração da faceta humanitária de Agostinho Taveira.

No Alto Minho oitocentista, a criação de obras assistenciais apoiadas por “brasileiros” atingiu grande relevância e permitiu o cumprimento de dois objetivos: por um lado, os estratos mais carenciados da população, em particular os presos, os enjeitados, os órfãos, os doentes, as mulheres sós e os idosos, passavam a dispor de estruturas de apoio de que tanto precisavam; por outro lado, ficava assegurada a perpetuação da memória e do altruísmo dos benfeitores.

Afinal, contrariando, pelo menos em parte, a imagem caricaturada que, por vezes, lhes foi atribuída, muitos “brasileiros”, sem renegarem as suas origens nem as dificuldades que tiveram de enfrentar para conseguirem para mudar o rumo da sua vida, deixaram marcas da sua fortuna impressas em legados que atestam a sua generosidade em prol dos mais desfavorecidos, patente em hospitais, asilos e outras instituições que ajudaram a criar.



## Atravessar o Atlântico: alcançar o sucesso ou perpetuar as dificuldades?

Ricardo Silva\*

A partida de milhares de portugueses para o Brasil desde que aquele território foi descoberto, revestiu-se de particular importância, sobretudo para aqueles que ali procuravam alcançar fortuna ou, pelo menos, melhorar as suas condições materiais<sup>1</sup>. A sua saída possibilitou, em alguns casos, o equilíbrio do orçamento familiar e da economia doméstica, podendo, ainda, facilitar a injeção de capital necessário ao pagamento de dívidas, compra de terras e a realização de pequenas obras<sup>2</sup>.

Se algumas dessas situações se saldaram em verdadeiros exemplos de sucesso, outras, no entanto, representaram o fracasso daqueles cuja esperança de êxito do outro lado do Atlântico rapidamente se desvaneceu. Nestas situações, as dificuldades ter-se-ão perpetuado, agravadas pelos custos de uma viagem que não era acessível a qualquer um, deixando, por vezes, a família em Portugal desprovida de proteção económica e mesmo endividada.

Através dos registos notariais efetuados em Barcelos nas duas últimas décadas do século XIX, procuramos averiguar, através dos atos de compra e venda de propriedades, bem como de empréstimos de dinheiro a juro, o sucesso que estes emigrantes alcançaram, confrontando-nos, noutras situações, com o perpetuar de dificuldades. Sendo a segunda metade do século XIX o período de maior fluxo de saídas, que se saldou num aumento

---

\* Doutor em História. Membro do CITCEM. rimalves@portugalmail.pt

<sup>1</sup> O principal objetivo dos emigrantes portugueses era enriquecer. Leia-se PEREIRA, Miriam Halpern - *A política portuguesa de emigração. 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981. p. 29.

<sup>2</sup> Consulte-se a este propósito ALVES, Jorge - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Edição do autor, 1994. p. 67.

crescente do número de emigrantes<sup>3</sup>, deparamo-nos com uma concentração de registos efetuados por estes emigrantes nas duas últimas décadas daquele século<sup>4</sup>.

É por demais conhecida do senso comum a prática de compra de propriedades e da construção de casas seguindo o *estilo brasileiro*<sup>5</sup>. Eram comportamentos característicos dos indivíduos cujos percursos se tinham marcado pelo sucesso e que naquele momento sentiam a necessidade de se afirmarem perante uma comunidade que os viu partir pobres e assistia agora à sua chegada, desta feita ricos<sup>6</sup>. Não obstante, essas situações restringiram-se, apenas, a alguns casos.

Para o período considerado, registámos mais emigrantes a vender o seu património que deixaram em Portugal, num total de 23 casos, do que aqueles que, fruto da sua riqueza, compraram várias propriedades, num total de 14 situações.

Considerando o que anteriormente foi referido relativamente à procura da afirmação social através da riqueza material, consideramos que as situações em que a venda das propriedades se efetuou representam situações em que as dificuldades económicas não foram suprimidas, podendo, até, registar-se a ocorrência do agravamento do estado das suas finanças cuja venda das propriedades deixadas em Portugal procurava aliviar. Não obstante, devemos, mesmo assim, salvaguardar a hipótese relativa à intenção da sua permanência no Brasil que justificava a venda

---

<sup>3</sup> VEIGA, Teresa Rodrigues - As realidades demográficas. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal*, vol. X. Lisboa: Editorial Presença, 2004. p. 67. A abolição da escravatura no Brasil contribuiu para o aumento da taxa de emigração. Veja-se a este propósito PEREIRA, Miriam Halpern - *A política portuguesa de emigração...*, p. 10, 12 e 21.

<sup>4</sup> A propósito das razões que explicam o aumento crescente da emigração portuguesa para o Brasil consulte-se MONTEIRO, Miguel - *Migrantes, emigrantes e «Brasileiros» de Fafe (1834-1926)*. Fafe: Edição do autor, 2000. p. 28-29.

<sup>5</sup> O impacto social, económico e cultural dos emigrantes que regressavam a Portugal foi equacionado por Eugénio dos Santos. Leia-se SANTOS, Eugénio dos - *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 16-19, 24.

<sup>6</sup> Sobre a prática de compra de propriedade pelos “brasileiros” consulte-se PEREIRA, Miriam Halpern - *A política portuguesa de emigração...*, p. 42-43.

das terras em Portugal, em alguns casos únicos laços que os ligavam ao país de origem.

O regresso do *brasileiro* dependia, entre outras razões, das oportunidades de negócio no país de origem e da resignação relativa à impossibilidade de melhorias significativas do seu nível de vida no Brasil. No entanto, este regresso conhecia comportamentos distintos: os que viram a sua estadia marcada pelo sucesso e pela riqueza, procuravam demonstrá-lo através da exibição da sua fortuna. Aqueles cujo percurso foi mais modesto, empreendiam um retorno também ele modesto e marcado pela discrição<sup>7</sup>. Noutras situações, o regresso era uma oportunidade de afirmação através da prática da filantropia e do exercício de cargos políticos<sup>8</sup>.

Inversamente, a compra de terras no país de origem, por intermédio de procuradores, parece revelar casos de sucesso económico<sup>9</sup>. Dessa forma, não só investiam os ganhos obtidos como forma de capitalizar mais-valias económicas, como procuravam a afirmação social tão almejada e cujos vínculos à terra justificavam. A posse da terra era ainda sinónimo de poder, riqueza e prestígio social<sup>10</sup>, e aqueles que se viram forçados a sair das zonas de origem demonstravam o sucesso obtido através dessas aquisições.

Independentemente das situações de compra ou venda de propriedades efetuadas por estes emigrantes, um aspeto comum os une: a ligação à terra. Na sua maioria demonstram que quando partiram já estavam ligados à produção agrícola, sendo a sua partida motivada, em alguns casos, pelos poucos recursos que a exploração permitia arrecadar<sup>11</sup>. O domínio das pequenas explorações agrícolas cuja capacidade de gerar receitas era diminuta, era, numa grande parte dos casos, capaz de assegurar apenas o autoconsumo familiar, empurrando, dessa forma, as populações para

---

<sup>7</sup> Leia-se a este propósito ALVES, Luís Alberto Marques - O Brasileiro: Ausência e Presença no Portugal Oitocentista. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem...*, p. 28.

<sup>8</sup> Veja-se SILVA, Francisco Ribeiro da - Brasil, Brasileiros e Irmandades/Ordens Terceiras Portuenses. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem...* p. 137-138.

<sup>9</sup> Era comum o envio de dinheiro aos pais para que estes adquirissem propriedades em seu nome. LEITE, Joaquim da Costa - A Viagem. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem...* p. 33.

<sup>10</sup> Leia-se LEITE, Joaquim da Costa - A Viagem. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem...*, p. 28.

<sup>11</sup> No caso de Fafe, Miguel Monteiro constatou que a maior parte dos emigrantes daquela localidade se dedicava à prática de atividades ligadas à terra. Leia-se MONTEIRO, Miguel - *Migrantes, emigrantes e «Brasileiros»...*, p. 208-209.

a emigração na busca de outras fontes de rendimento<sup>12</sup>. Esta ligação parece manter-se mesmo depois da sua saída para o Brasil. Assim pensamos tendo em conta a situação descrita a 16 de julho de 1892 que dá conta da obrigação de José Rodrigues Cardoso Júnior, ausente no Brasil, pagar anualmente “cento e trinta litroz, duzentos noventa e sete mililitroz de milho alvo, noventa e cinco litroz quinhentos cincoenta e um mililitroz de centeio e quarenta e trez litroz quatro centos trinta e douz mililitroz de milho”<sup>13</sup>, valor que era remido naquele momento pelo valor de 120 000 réis. Deixaria alguém em Portugal a explorar a terra em seu nome? Só assim entendemos a manutenção da obrigação relativa à satisfação da renda anual. Desconhecemos, no entanto, o que terá pesado neste momento para que essa obrigação se quebre através do pagamento do valor referido.

Da totalidade das propriedades vendidas, a maioria reporta-se às heranças entretanto recebidas. Caso paradigmático desta última situação ocorreu a 17 de fevereiro de 1881, momento em que Manuel Joaquim Pereira do Vale e sua esposa, ausentes no Brasil, venderam oito propriedades que lhes ficaram da herança dos pais do elemento masculino do casal, no valor de 500 000 réis<sup>14</sup>.

O que levaria este casal a emigrar, uma vez que a família era detentora de um vasto património imóvel?

Em primeiro lugar importa referir que desconhecemos a dimensão das propriedades vendidas para, de uma forma mais consistente, poder avaliar o potencial valor das mesmas. Por outro lado, desconhecemos se este casal era, à partida, tido como único herdeiro dos bens familiares ou se, por infortúnio da vida, após a morte de um irmão, como tantas vezes acontecia, a herança lhes veio parar às mãos de forma inesperada. De equacionar, ainda, o hipotético afastamento da exploração destas propriedades e do seu respetivo rendimento, cujo acesso apenas se verificaria após a morte dos seus legítimos possuidores. De facto, a existência de propriedades fundiárias não se traduzia, de forma imediata, em desafogo económico, ou porque a exploração das mesmas não era rentável, ou porque uma parte da família estava arredada da sua exploração.

---

<sup>12</sup> Leia-se para este assunto SANTOS, Miguel - O povo. In SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal...*, p. 182.

<sup>13</sup> Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2099, fl. 12.

<sup>14</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2066, fls. 42-42.

O afastamento dos rendimentos das respetivas explorações era tanto maior quanto mais longínqua era a geração possuidora dos bens. José Augusto Dias Martins, a nove de novembro de 1889 vendeu os imóveis que lhe ficaram da herança de sua avó, Teresa Maria Martins, e de seu pai, José de Queirós<sup>15</sup>. De facto, o modelo de posse e de transmissão da propriedade parece ter potenciado os casos de emigração, uma vez que o acesso à riqueza imóvel era um processo que se poderia apresentar lento e demorado, protelando no tempo o acesso aos rendimentos e à riqueza que esses bens podiam proporcionar.

Se a dilatação do prazo da transmissão da terra parece ter sido um facto, quando tal ocorria os herdeiros procuravam a liquidez imediata da herança. Assim parece ter ocorrido com José António da Silva que, entre 16 de junho de 1896 e 21 de outubro do mesmo ano se desfez do seu património, obtendo um valor de 1 326 000 réis, através da realização de oito vendas sucessivas<sup>16</sup>.

Apesar de ser um mecanismo gerador de receitas, as heranças nem sempre se traduziam num ganho líquido efetivo. A três de dezembro de 1893, João José da Silva, comerciante no Brasil, vendeu a posse do domínio direto de uma propriedade que lhe tinha ficado da morte da mãe, totalizando o valor de 140 000 réis. No entanto, desse montante, o herdeiro teve de atribuir 42 000 réis a dois dos seus irmãos<sup>17</sup>. Situação reveladora de maior dificuldade foi a que se verificou com Ananias Joel Lopes Correia, que a 10 de setembro de 1884 assumiu a sua incapacidade relativa à satisfação de 276 161 réis que devia a seu irmão, Eduardo Lopes Correia, uma vez que recebera de herança bens cujo valor monetário ultrapassava o montante a que tinha direito. Constituíam-se, portanto, devedor do irmão, tendo hipotecado alguns bens imóveis que possuía<sup>18</sup>. Os contornos que envolviam a divisão patrimonial familiar influenciavam, deste modo, a acumulação de riquezas, sendo que a receção desses bens, por vezes, demonstrava as dificuldades económicas em que viviam, ao declararem-se devedores dos seus familiares nestes momentos.

---

<sup>15</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2081, fls. 40-41v.

<sup>16</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2134, fls. 32v.-44, n.º 2136, fls. 27-27v., n.º 2137, fls. 5v.-6 e n.º 2138, fls. 27v.-28.

<sup>17</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2109, fls. 8v.-9v.

<sup>18</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2071, fls. 53-54.

Situação inversa se registou a 15 de abril de 1893 quando os três filhos de António Cardoso de Mendonça receberam uma herança no valor de 90 000 réis, estando estes em Portugal e o seu pai no Brasil<sup>19</sup>. Desta feita, foi a segunda geração que, permanecendo em Portugal, beneficiou da acumulação de bens materiais, usufruindo da sua posse sem ter a necessidade de emigrar.

Se os casos até então referidos se reportam à transmissão de heranças entre gerações, casos houve em que a transmissão de património entre a mesma geração conheceu contornos de igual potencial em termos de possibilidade de ganhos líquidos efetivos. Assim ocorreu a 30 de julho de 1891, quando Ana Joaquina da Silva, viúva de Francisco Vaz Correia, residente no Brasil, vendeu uma propriedade que lhe tinha ficado do marido, valendo-lhe 100 000 réis.

O que terá motivado a venda do património? Dificuldades financeiras resultantes da morte do marido? Intenção de permanecer definitivamente no Brasil e cortar os laços com Portugal? Não podemos responder a estas questões, embora se nos afigure de todo provável que ambas as razões poderão ter pesado na decisão desta mulher. Por vezes, quando se dava o reagrupamento da família no Brasil, após a partida da esposa e dos filhos que tinham ficado na terra de origem, os emigrantes vendiam o património que possuíam em Portugal, decidindo-se pela sua permanência definitiva naquele território<sup>20</sup>. O insucesso da sua empresa, a partida de toda a família, a inexistência de vínculos sociais à comunidade de origem, a ligação à terra de destino através do desenvolvimento de atividades económicas são algumas das razões que explicam a decisão relativa ao não retorno a Portugal<sup>21</sup>.

Embora a maior parte das situações de herança identificadas se reportem à transmissão de propriedades, registámos igualmente uma situação em que emigrantes no Brasil reclamavam a herança deixada em dinheiro líquido. Assim ocorreu a 11 de fevereiro de 1891, quando

---

<sup>19</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2104, fls. 13v.-14v.

<sup>20</sup> Consulte-se para esta matéria ALVES, Jorge - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista...*, p. 182-183.

<sup>21</sup> Leia-se a este propósito MONTEIRO, Miguel - *Migrantes, emigrantes e "Brasileiros"...*, p. 270, 273 e 275. A propósito da taxa de retorno dos emigrantes do Brasil veja-se PEREIRA, Miriam Halpern - *A política portuguesa de emigração...*, p. 33.

José Silvério Leite Pacheco, emigrado no Brasil, reclamou 190 480 réis que lhe deixara José Gomes Pereira de Faria, cujo parentesco desconhecemos<sup>22</sup>.

Situações houve, num total de seis casos, em que os vendedores e os compradores estavam ambos emigrados no Brasil. Assim ocorreu, por exemplo, a 12 de dezembro de 1882, quando Guilherme Augusto, residente no Rio de Janeiro, vendeu uma propriedade a Manuel Lopes de Albuquerque, igualmente emigrado no Rio de Janeiro, no valor de 350 000 réis<sup>23</sup>.

Vendo-se na necessidade de procurar sustento noutras paragens, as novas ocupações que passaram a desempenhar poderão ter afastado estes indivíduos da prática agrícola, motivo pelo qual se desfazem das propriedades que herdaram. Dedicando-se ao comércio, na maior parte dos casos em que as fontes referem a sua ocupação, estes indivíduos poderão, ainda, ter usado o capital obtido através dessas transações para investir na nova atividade e, dessa forma, atingir outra dinâmica de negócio.

Por outro lado, os que compram demonstram que o acesso à posse da terra se apresenta como uma estratégia fundamental de investimento, mas também de afirmação social.

João Ferreira da Silva, a 28 de fevereiro de 1881, adquiriu 11 propriedades que estavam na posse de José Ribeiro Guimarães, no valor de 450 000 réis<sup>24</sup>. De facto, embora estas situações sejam em menor número, este exemplo é bem elucidativo das estratégias que aqueles que possuíam recursos financeiros usavam, talvez com o intuito de construir uma base patrimonial na terra de origem que seria usada, no momento do regresso, como mais uma fonte de receita, mas também como um elemento de ascensão social.

Relativamente aos empréstimos de dinheiro a juro, constatámos que os emigrantes se constituíram, na sua maioria, como devedores, num total de 12 casos identificados, por oposição ao número de prestamistas, para o qual apenas identificámos duas situações. De facto, as dívidas foram motivos frequentes que estiveram na origem da partida de inúmeros homens para o Brasil<sup>25</sup>.

---

<sup>22</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2089, fls. 16-16v.

<sup>23</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2070, fls. 43-43v.

<sup>24</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2066, fls. 49v.-50v.

<sup>25</sup> ALVES, Jorge - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista...*, p. 202.

A partida do elemento masculino, numa grande parte dos casos, ditava a permanência da esposa na terra de origem<sup>26</sup> cujo esforço no desenvolvimento das atividades a que se dedicava procurava, do lado de cá do Atlântico, contribuir para o aumento da riqueza familiar. Determinadas situações denotam que esse esforço conheceu, por vezes, dificuldades de vária ordem, sobretudo financeiras, que não foram suprimidas pela emigração do marido. Assim parece ter ocorrido com Maria da Conceição Dias, que a 27 de dezembro de 1886 recorreu ao empréstimo de 100 000 réis “para aumento do seu casal”<sup>27</sup>.

Desconhecemos o ano da partida do seu marido para o Brasil. Não obstante, parece legítimo afirmar que a solução encontrada de emigrar não veio melhorar a situação económica deste agregado familiar ao ponto de se justificar o recurso ao crédito para se dar continuidade à exploração agrícola da família. Porém, teria sido este empréstimo contraído na base da confiança de que o rendimento proveniente do Brasil chegaria para saldar a dívida? Ou representa um caso de necessidade extrema para garantir o cultivo dos bens essenciais à sobrevivência da família? Estaria a contraente convicta de que o seu investimento se traduziria em ganhos monetários que justificassem o recurso ao crédito? São questões cuja resposta as fontes não fornecem nem permitem descortinar uma possível aproximação.

Já a razão da contração do empréstimo que Maria Alves efetuou a 27 de janeiro de 1887 é desconhecida. O seu marido estava igualmente no Brasil quando se declarou devedora de Francisco José Dias, no valor de 150 000 réis. Na sequência deste crédito, teve de hipotecar vários dos seus bens, pelo que ficamos a saber que possuía inúmeras propriedades no valor de 890 000 réis<sup>28</sup>. O recuso ao crédito ter-se-ia justificado pela

---

<sup>26</sup> A emigração masculina foi sempre superior à feminina. A propósito do caso de Fafe leia-se MONTEIRO, Miguel - *Migrantes, emigrantes e «Brasileiros»...*, p. 142-143. As razões que explicam esta predominância masculina explicam-se através das relações entre casamento, sistema fundiário e emigração, por um lado, e pela relação entre herdeiros favorecidos, mães solteiras e emigração, por outro, bem como através do problema relacionado com o património familiar e a exclusão ao seu acesso. Consulte-se MONTEIRO, Miguel - *Migrantes, emigrantes e «Brasileiros»...*, p. 158.

<sup>27</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2073, fls. 83-83v.

<sup>28</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2073, fls. 97-98v.

ausência de liquidez imediata para fazer face a qualquer dificuldade financeira, e não pelas dificuldades económicas da família. Estas condições podiam, de facto, complicar a situação dos que permaneciam na terra de origem. Assim parece ter ocorrido com Maria Joaquina Barbosa que a 20 de abril de 1893 declarou que o seu marido e o seu filho se tinham ausentado para o Brasil há cerca de seis anos. Na realidade, nem sempre os emigrantes enviavam divisas para Portugal, ou porque o fracasso da sua viagem não permitia, ou porque simplesmente cortavam as suas ligações ao país de origem, mesmo quando deixavam familiares do lado de cá<sup>29</sup>. Efetivamente, era comum o homem partir primeiro na tentativa de resolver determinados problemas, como por exemplo, o pagamento de dívidas, criando, posteriormente, condições para que a restante família se juntasse a ele<sup>30</sup>. Nesse momento contraiu um empréstimo de 5 020 réis, pois o marido estava ausente e não podia esperar pelo seu regresso. Neste mesmo ano, o marido continuava no Brasil e o credor exigiu o pagamento da dívida<sup>31</sup>. Este exemplo parece significativo da dependência desta família dos recursos que esperavam da emigração de dois dos seus familiares. Porém, essas receitas não chegaram. Porquê? Tratar-se-á de uma situação de insucesso da parte do marido e do filho da contraente?

Noutras situações, o envio de dinheiro do Brasil era realmente aplicado na exploração da terra, sendo ocasiões de injeção de capital nas propriedades com o objetivo de aumentar a sua rentabilidade<sup>32</sup>. A 17 de abril de 1887, Ana Gomes Mota declarou-se devedora do seu genro, Manuel Lopes de Albuquerque, pois tinha aplicado 450 000 réis “no aumento de seus bens e negócios”<sup>33</sup>, a mando do seu legítimo possuidor. O mesmo valor estava isento de pagamento de juros, atendendo aos laços de parentesco e de amizade, mas ficava obrigada a restituir-lhe esse

---

<sup>29</sup> ALVES, Jorge - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista...*, p. 90.

<sup>30</sup> Veja-se ALVES, Jorge - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista...*, p. 181.

<sup>31</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2104, fls. 27-27v.

<sup>32</sup> Segundo Anthony Leeds as remessas tornaram-se uma característica cultural da economia política portuguesa, pelo menos a partir do último terço do século XIX. LEEDS, Anthony - Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal. *Análise Social*. Vol. XIX (1983), 1025. Relativamente à percentagem das remessas enviadas pelos emigrantes nos finais do século XIX e inícios do século XX consulte-se PEREIRA, Miriam Halpern - *A política portuguesa de emigração...*, p. 41-42.

<sup>33</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2074, fl. 37.

montante assim que fosse exigido, razão pela qual hipotecou a sua casa. Também Maria Alves, a oito de julho de 1893 se declarou devedora de seu filho que estava emigrado no Brasil. Este enviara 334 000 réis para Portugal, em três momentos distintos, devendo esse montante ficar à guarda da mãe. Porém, esta possuía duas dívidas, uma no valor de 200 000 réis, ao Santíssimo Sacramento, e outra no valor de 100 000 réis, a Joaquim, habitante de Arcozelo. Quantias que deveria “conservar intactas para entregar ao mesmo seu filho quando regressar a este reino ou á sua ordem”<sup>34</sup>. Também Manuel José e sua esposa, Antónia Maria dos Santos, se declararam devedores de seu filho, Maximino Luís dos Santos, emigrante no Brasil, a 16 de agosto de 1896. Os montantes enviados pelo filho para Portugal serviram para que o casal pudesse pagar quatro dívidas no valor de 500 000 réis<sup>35</sup>.

Nestas situações, o envio de divisas do Brasil evitava que os familiares que ficaram em Portugal passassem dificuldades financeiras e privações de vária ordem, representando esses quantitativos um importante mecanismo de reequilíbrio, ainda que aparente, da economia familiar. Permitia que as pequenas explorações condenadas ao desaparecimento fossem reequilibradas, possibilitando uma melhoria dos rendimentos familiares em resultado destas remessas. Se o envio de remessas tem esse efeito, permitia ainda que uma parte da população se fixasse à terra em resultado desta prosperidade aparente. Não obstante, e como alerta Jorge Alves, essa mesma prosperidade pode ter funcionado como móbil de novas saídas daqueles que se sentiam atraídos pelo sucesso dos que partiram, cuja face mais visível era o envio de remessas ou a compra de propriedades<sup>36</sup>.

Embora desconheçamos as razões que motivaram a maior parte das situações do recurso ao crédito, sabemos que em algumas situações esta era a solução arranjada para a angariação do dinheiro necessário para a viagem da travessia do Atlântico. Noutras situações, os empréstimos tinham sido contraídos com o objetivo de dar continuidade à exploração da terra de que eram possuidores, sendo as taxas de juro de tal forma

---

<sup>34</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2105, fl. 21.

<sup>35</sup> ADB, Fundo Notarial de Barcelos, n.º 2137, fls. 17-17v.

<sup>36</sup> Leia-se a este propósito ALVES, Jorge - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista...*, p. 28-29.

elevadas que punham em causa a sua sustentabilidade<sup>37</sup>. Não obstante, considerando o ano da contração da dívida e da remissão da mesma, constatámos que, na sua maioria, a dívida é totalmente paga em 8 dos 12 casos identificados, demorando, em média, seis anos e meio.

Independentemente das razões que motivaram a contração de dívidas, verificámos que na maior parte das situações as mesmas são satisfeitas dentro de um período relativamente curto, o que pode sugerir que, chegados ao Brasil, rapidamente angariaram os réditos necessários para satisfazerem as suas obrigações. Não obstante, considerando que na maior parte dos casos os montantes não eram muito elevados, a constituição da poupança necessária para a sua liquidação traduz um tímido sucesso económico.

Os valores identificados são díspares, desde o mínimo de 5 020 réis, até ao valor de 720 000 réis, ficando-se, em média, pelos 243 000 réis, variando a taxa de juro entre os 5% e os 7%. A variedade de valores dificulta a determinação das razões que motivaram o recurso ao crédito. Se o motivo principal era a viagem, não se compreende esta variabilidade de valores. No entanto, teremos de equacionar outras variáveis, como a existência de poupanças que ajudavam a completar o valor da travessia, ou a participação de outros elementos da família na obtenção do montante indispensável, bem como a preocupação de se fazer acompanhar de somas suplementares para suprir as despesas nos primeiros tempos no Brasil<sup>38</sup>.

Outras dívidas foram identificadas sem que, no entanto, conheçamos o momento da sua contração, nuns casos, e o da remissão, noutros.

De facto, se alguns desses emigrantes, a partir do Brasil, procuravam construir uma base patrimonial em Portugal, demonstrando a riqueza

---

<sup>37</sup> ALVES, Jorge - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista...*, p. 202.

<sup>38</sup> Para o caso do Porto, Jorge Alves constatou que a angariação de dinheiro para a viagem procurava assegurar a satisfação de várias despesas: a viagem propriamente dita; roupa e calçado; dinheiro para os primeiros tempos; e até para a aprendizagem de um ofício. Quanto à angariação do dinheiro, por vezes constituía a legítima que lhe cabia de seus pais. Leia-se ALVES, Jorge - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista...*, p. 88-89. Sobre o preço das viagens em meados do século XIX consulte-se LEITE, Joaquim da Costa - O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914. *Análise Social*. Vol. XXVI (1991) 751. As dificuldades relativas à angariação do dinheiro necessário para a viagem foram analisadas por LEITE, Joaquim da Costa - A Viagem. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem...*, p. 34-35.

entretanto acumulada ao mesmo tempo que contribuía para a dinamização do mercado de transações, outros acabavam por vender os bens que possuíam neste território, podendo esta atitude demonstrar uma situação de dificuldades económicas. Estes atos de compra e venda eram, portanto, a expressão da condição material alcançada.

Na sua maioria, as situações por nós analisadas transmitem uma imagem de dificuldades económicas ou de um tímido desafogo económico que se traduziu na constituição de algum património imobiliário.

Se as fontes consultadas não permitem avaliar com maior rigor o percurso destes emigrantes, bem como as suas dificuldades e os seus sucessos, elas permitem, no entanto, conhecer alguns contornos desta realidade, que nem sempre se saldou nos exemplos de sucesso e de acumulação de riqueza que o imaginário coletivo construiu sobre a figura do brasileiro e que a literatura ajudou a cimentar<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Leia-se a este propósito MONTEIRO, Miguel – *Migrantes, emigrantes e «Brasileiros»...*, p. 20-21.

## António Ferreira Lopes: o legado de um “brasileiro” imbuído de ideais republicanos

José Abílio Coelho\*

Foi especialmente na segunda metade do século XIX e nas primeiras três décadas do seguinte que o noroeste português mais sentiu a sangria de filhos seus, que rumaram ao Brasil em busca de riqueza. E foi fruto do êxito económico de parte desses emigrantes que, dobrada a meio a centúria de *Novecentos*, toda a vasta região de entre Vouga e Minho se tornou palco privilegiado da atuação de “brasileiros” ricos, os quais, tendo labutado anos, ou mesmo décadas, no Brasil, regressavam à pátria-mãe em condições de nela poderem ostentar os frutos do sucesso obtido além-mar.

Sabemos hoje, graças sobretudo aos trabalhos de Jorge Fernandes Alves, que, nas datas apontadas, apenas cerca de metade do total dos que haviam partido regressaram, rondando os 5% a percentagem dos que traziam bons capitais<sup>1</sup>. E foram exatamente estes últimos que em cidades, vilas e aldeias nortenhas, a par de uma convivialidade sustentada na alegria e na abertura de espírito, implantaram novas regras sociais e arquitetónicas e semearam benemerências capazes de causar espanto aos que nunca haviam partido<sup>2</sup>.

---

\* Doutorando da Universidade do Minho. Membro do CITCEM e bolseiro da FCT. joseabiliocoelho@gmail.com

<sup>1</sup> ALVES, Jorge Fernandes - Variações sobre o ‘brasileiro’ - Tensões na emigração e no retorno do Brasil. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXIII: Coimbra, Universidade de Coimbra (1999) 15.

<sup>2</sup> Para um melhor conhecimento desta temática, cf. entre outros: PEREIRA, Miriam Halpern - *A política portuguesa de emigração. 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981; CRUZ, Maria Antonieta - *Agruras dos Emigrantes Portugueses no Brasil. Contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX*. *Revista de História do Instituto Nacional de Investigação Científica*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, vol. 7 (1986-1987) 7-134; MONTEIRO, Miguel - *Migrantes, Emigrantes*

O papel socioeconómico deste grupo de emigrantes bafejados pela fortuna está hoje bastante bem estudado e documentado, fruto do interesse que, nas últimas décadas, a questão tem vindo a merecer a investigadores portugueses e não só. Há, contudo, algumas áreas em que a investigação continua a justificar-se, dado não existirem ainda estudos de sistematização. Uma dessas áreas é a que trata do pensamento político destes homens e mulheres e da forma como, regressados ao seu país ou às suas terras de origem, se dedicaram à política, ou dela se mantiveram aparentemente afastados. Acreditamos que o tema dará ainda pano para muitas mangas e que para se entrar a fundo nessa questão se tornará necessário avaliar, de uma forma abrangente, estudando as várias situações a nível regional ou mesmo nacional, como se situou politicamente o “brasileiro” nas diferentes fases da vida política portuguesa nas décadas finais da Monarquia Constitucional: quais os partidos com que simpatizou ou aos quais aderiu; que cargos desempenhou; que influência teve na escolha de líderes políticos locais, regionais ou mesmo nacionais; que interesses o moviam e que influência teve em cada um deles a instrução que levara consigo ou que, já em terras brasileiras, iniciou ou alargou. Importará saber, da mesma forma se, e como, os marcou a implantação da República no Brasil, onde muitos se encontravam quando o novo regime ali chegou através do golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 1889<sup>3</sup>, e que antecedeu, em cerca de duas décadas, idêntico regime político em Portugal.

Não é nosso propósito tratar neste breve artigo da participação dos “brasileiros” na política nacional ou local, mas apenas fazer uma primeira

---

*e Brasileiros (1834-1926)*. Fafe: ed. Autor, 2000; ALVES, Jorge Fernandes - *Terra de Esperanças. O Brasil na emigração portuguesa, Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais, Câmara Municipal de Cascais/VII Cursos Internacionais, 2001. p. 113-128; ALVES, Jorge Fernandes - O ‘brasileiro’ oitocentista: representação de um tipo social. In VIEIRA, Benedicta Maria Duque (org.) - *Grupos sociais e estratificação em Portugal no Século XIX*. Lisboa: ISCTE (C.E.H.C.P.), 2004. p. 193-199; MACHADO, Igor José de Renó - O ‘brasileiro de torna-viagens e o lugar do Brasil em Portugal. *Estudos de História*. Nº 35, janeiro-fevereiro de 2005, Rio de Janeiro (2005) 47-67; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Os brasileiros nas Misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII)*, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá (Brasil): Carlini & Caniato Editorial, 2009. p. 229-260.

<sup>3</sup> FIGUEIREDO, Marcelo - Transição do Brasil. Império à República Velha. In *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*. Nº 26, año 13 (2011) 119–145.

abordagem através do estudo de caso da Póvoa de Lanhoso e, principalmente, do exemplo de António Ferreira Lopes, o “brasileiro” que na terra mais se destacou pela fortuna que alcançou no Brasil e pela forma como a distribuiu. Tentaremos, pois, compreender se simpatias políticas influenciaram a sua benemerência em vida e, muito especialmente, a forma como, delas imbuído, dispôs da sua fortuna na hora da morte.

### Os “brasileiros” e a política

Foi com o Liberalismo, e sobretudo a partir de meados da década de 1830, que a burguesia alcançou espaço e influência política<sup>4</sup>. Mas algumas décadas haviam de passar até que os “brasileiros” ricos, que começaram nos meados do século XIX a integrar-se naturalmente nessa classe social, conquistassem também posições de destaque político, fosse como membros das corporações municipais, fosse em cargos de carácter nacional.

Antes de qualquer outra questão, podemos perguntar-nos sobre uma matéria que dividiu a sociedade portuguesa, especialmente após 1870 e durante as primeiras décadas do século XX: seriam os “brasileiros” simpatizantes da Monarquia ou da República?<sup>5</sup> A resposta é muito simples: os “torna-viagem” dividiram-se, como os demais cidadãos portugueses, pelos dois lados da *barricada*. Parece-nos, contudo, que, se até aos finais do século XIX, se posicionaram em larga maioria pelo lado do sistema monárquico (até pelas efetivas movimentações na procura da nobilitação e de outros tipos de reconhecimento oficial), a partir de 1900 os *ventos de mudança* que começaram a soprar mais fortemente em Portugal, e que no Brasil haviam feito cair o Imperador em 1889, iriam, paulatinamente, ter grandes reflexos<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Cf. SÁ, Victor de - A subida ao poder da burguesia em Portugal. Dificuldades e condicionalismos. *Revista de História da Faculdade de Letras*. V. 5, 2ª série: Porto (1988) 245-252.

<sup>5</sup> Para se compreender a evolução dos ideais republicanos no nosso país, podem lêr-se, entre outras, as obras: MARQUES, A. H. de Oliveira - *A Primeira República Portuguesa: para uma visão estrutural*. Lisboa: Livros Horizonte, 1970; BRAGA, Teófilo - *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Veja Editores, 1983; MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *Vem aí a República! 1906-1910*. Lisboa: Almedina, 2009.

<sup>6</sup> Alguns desses “brasileiros” envolveram-se, clara e aguerridamente, no combate pelo republicanismo, sendo exemplo paradigmático o do famalicense Sousa Fernandes que, desde a década de 1880, se empenhou abertamente na defesa do republicanismo e que, já depois de 1910, viria a alcançar o cargo de senador. Cf. FERNANDES, Sousa - *Sousa*

Após a implantação da República, em 5 de outubro de 1910, os “brasileiros”, na sua esmagadora maioria, seguiram o processo de *adesivagem* que se verificou com a generalidade das elites portuguesas, tendo muitos deles aderido aos partidos republicanos e, em sua representação, sido nomeados ou eleitos administradores de concelho, presidentes de câmara, vereadores, deputados, senadores ou, até, presidentes da República<sup>7</sup>. Outros, sabendo que não era necessário estar dentro das instituições políticas para sobre elas exercerem influência, mantiveram-se à margem. Não deixaram, contudo, de pelear pela promoção de homens de sua inteira confiança para os cargos de poder e de se transformarem, através dos significativos patrocínios concedidos às câmaras e de obras executadas a expensas próprias, que depois ofereciam aos municípios, em cidadãos sempre escutados antes da tomada de grandes decisões.

Para o caso em apreço, interessa-nos sobretudo centrar atenções no concelho da Póvoa de Lanhoso. Situado em pleno coração do baixo Minho, este município teve, ao longo de todo o século XIX e na primeira metade de *Novecentos*, como aconteceu com praticamente todos os congêneres de entre Vouga e Minho, um significativo número de filhos seus emigrados no Brasil. Alguns desses emigrantes voltaram ricos do outro lado do Atlântico, trazendo na bagagem novos modos de ser, de estar e de falar; e dentro de si desejos de afirmação, fosse exibindo pessoalmente os bens conquistados durante os tempos de duríssima labuta fosse, ainda, pelo semear de benesses e benemerências por familiares, amigos e conterrâneos.

Um desses homens chamou-se António Ferreira Lopes. Após o seu regresso do Rio de Janeiro em finais da década de 1880, de onde trouxe imensa fortuna, e até à sua morte, ocorrida em 22 de dezembro de 1927, semeou benemerências na sua terra natal que mudaram radicalmente a face da pequena vila da Póvoa de Lanhoso. Tendo convivido bem com a Monarquia até 4 de outubro de 1910, sem contudo a ela se aliar aber-

---

*Fernandes (1849-1928): Edição comemorativa do sexagésimo aniversário da morte do Senador.* Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1988.

<sup>7</sup>Bernardino Machado Guimarães, nascido no Rio de Janeiro em 28 de março de 1851, - cidade onde viveu até aos nove anos de idade, altura em que regressou a Portugal - viria a ser presidente da República portuguesa por duas vezes: a primeira de 1915 a 1917 e a segunda entre 1925 e o golpe militar de 28 de maio de 1926. Cf. ROSA, Elzira Maria Terra Dantas Machado - *Bernardino Machado*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006.

tamente, passou, após a implantação da República, a privilegiar o relacionamento com altas figuras republicanas, imbuindo-se de um espírito que estaria presente quando, em junho de 1927, procedeu à feitura do seu testamento.

### **O “brasileiro” António Ferreira Lopes**

António Ferreira Lopes regressou do Rio de Janeiro em 1888, depois de ali ter permanecido ao longo de mais de três décadas<sup>8</sup>. Tinha na ocasião 43 anos de idade e dispunha de uma fortuna colossal, acumulada em negócios com cereais, couros, empréstimos de dinheiro a juros e, sobretudo, na comercialização e exportação de cafés<sup>9</sup>. Consigo, veio a esposa, filha de um antigo patrão e sócio, entretanto falecido, e do qual o casal herdou, para juntar ao amealhado, outros vastíssimos bens.

Sem filhos, o casal optou por se instalar em Lisboa onde, em 1891, comprou à atriz Rosa Damasceno, uma belíssima vivenda na Avenida da Liberdade. Mais ou menos pela mesma altura, iniciou na Póvoa de Lanhoso, terra natal de António Lopes, a construção de um outro palacete, no lugar chamado das Casas Novas, maior e mais luxuoso que o de Lisboa. Neste último passava com a esposa três a quatro meses por ano.

Embora tivesse escolhido a capital do reino para viver, foi no seu concelho natal que este “brasileiro” fez grandes investimentos, comprando casas urbanas, quintais, outeiros e quintas de produção de cereais, vinhos e gado, que passou a explorar por intermédio de caseiros, no caso dos terrenos agrícolas, ou que deu de arrendamento, no caso dos prédios urbanos. Do Brasil, continuou a receber dividendos da grande empresa familiar, onde se manteve como comanditário e, em Portugal, tirava também lucros significativos de dinheiros que emprestava a juros<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Nascido a 16 de abril de 1845, partiu com destino ao Rio de Janeiro a 7 de setembro de 1857, com 12 anos de idade. Cf. *Jornal Maria da Fonte*. N.º 35, ano 33.º, de 29 de janeiro de 1928. p. 1.

<sup>9</sup> Cf. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da S.te de Publicité Sud-Americaine Monte Domec & Cie (vol.1), 1919, p. 51-56.

<sup>10</sup> Cobrava em geral taxas de juro da ordem dos 6%, como aconteceu no empréstimo de 2:680.000 réis que deu, em 1906, a Joaquina Rosa Pereira Basto, viúva, comerciante na Póvoa de Lanhoso. Cf. Arquivo Distrital de Braga, *Fundos Notarias da Póvoa de Lanhoso*, livro 256, fls. 7-8v.

No início do século XX, António Ferreira Lopes iniciou uma autêntica *revolução* arquitetónica na sua vila natal, construindo de raiz significativo número de prédios de moradia de boa qualidade, nos quais se foram instalando as elites locais. Concelho pequeno e pobre, há muitas décadas que Póvoa de Lanhoso tinha grandes dificuldades em encontrar residências condignas para os funcionários e profissionais independentes que, de fora, ali vinham radicar-se. As muitas casas por si construídas passaram a alojar magistrados, notários, advogados, médicos ou chefes das mais diversas repartições públicas.

Foi também no início do século XX que o “brasileiro” das Casas Novas iniciou a fase de grande benemerência com que viria a favorecer a sua terra. Em 1904, em conjunto com outros membros da sua família, fundou uma corporação de bombeiros, cujas despesas com veículos, animais de tração, fardamentos e materiais de combate a fogos quis custear integralmente. Aos familiares, irmãos e sobrinhos, também eles regressados do Brasil onde sob sua proteção haviam amealhado razoáveis pecúlios, entregou a organização da instituição, tendo o cargo de comandante sido atribuído ao seu mano próximo, Emílio António. Apreciador de música filarmónica, dotou os bombeiros de banda própria, que apoiou na fundação, na compra de fardamentos e instrumental e na manutenção da agremiação até à sua morte.

Ainda em 1904, mandou construir um teatro-club, que colocou sem contrapartidas ao dispor dos seus conterrâneos, aproveitando para, no seu piso térreo, instalar gratuitamente os bombeiros. Em paralelo, tornou-se uma espécie de mecenas do município na cedência de terrenos necessários ao embelezamento da terra, na abertura de ruas e estradas e no alindamento de espaços públicos que transformou em jardins. Estas obras, depois de concluídas, eram entregues à câmara que garantia a sua manutenção. Em pouco mais de dez anos a influência deste homem tornou-se notória, nada se fazendo na terra sem que “o senhor Lopes” fosse ouvido.

Por isso, quando regressava à terra natal para temporadas de férias, depois de passar os invernos e as primaveras em Lisboa, era recebido em festa, com girândolas de foguetes, bandas de música e ruas alegremente engalanadas. As despesas eram pagas pela câmara e por familiares que, deste modo, promoviam o seu nome. De tudo os jornais locais faziam eco. No fim de cada outono, pronto para tomar de novo rumo à capital,

onde o clima lhe era mais favorável para problemas de ossos de que sofria, o seu palacete era visitado por delegações de ilustres da terra que se iam despedir e desejar rápido regresso. A imprensa local publicava os nomes dos que o iam cumprimentar, entre os quais se encontrava invariavelmente o juiz de direito, o delegado do procurador, o presidente da câmara e toda a vereação, advogados, médicos, jornalistas, notários, professores e muitos outros amigos e admiradores, entre os quais se encontravam outros “brasileiros” com quem mantinha amizade.

Também os pobres, para quem as portas do seu palacete das Casas Novas se abriam semanalmente em apoios consubstanciados em agasalhos e comida, se apresentavam no dia da partida. E quando o automóvel dos beneméritos atravessava a rua central da vila em direção a Braga, onde o casal tomava comboio com destino a Lisboa, eram várias as dezenas de homens, mulheres e crianças que ladeavam a rua por onde os seus protetores passavam, para lhes acenarem um adeus por entre lágrimas de saudade.

Dona Elvira de Pontes Câmara Lopes viria a falecer em Lisboa em fevereiro de 1910. Choraram-na os muitos miseráveis a quem protegia, enquanto a imprensa local a apelidava de “mãe dos pobres” e “santa”.

Dois anos volvidos sobre a morte da esposa e satisfazendo um pedido que esta lhe havia feito insistentemente em vida, António Ferreira Lopes deu início aos preparativos para a construção de um hospital destinado a acolher doentes pobres do concelho. Na construção deste edifício, inaugurado a cinco de setembro de 1917, e na dotação de mobiliário e aparelhagem médica gastou o “opulento capitalista” 150 contos de réis<sup>11</sup>.

António José de Almeida, médico, figura destacada da maçonaria lusitana e da I República, já então ex-primeiro ministro de Portugal e futuro chefe da nação, com quem António Lopes mantinha desde há vários anos estreita amizade, foi uma das primeiras pessoas a visitar o estabelecimento de saúde após a solene inauguração. Quer António Ferreira Lopes, quer os seus irmãos e grande parte dos sobrinhos, eram apoiantes do Partido Evolucionista, liderado por Almeida. Emílio António, o irmão com quem mantinha mais afinidades, foi mesmo, durante vários anos, o delegado local dos evolucionistas.

---

<sup>11</sup> Consulte-se o jornal *Maria da Fonte*. Nº 35, ano 33º, de 29 de janeiro de 1928. p. 1.

Nos dez anos que se seguiram à inauguração, o “brasileiro” das Casas Novas custearia do próprio bolso todas as despesas do hospital por si edificado: médicos, enfermeiras, pessoal auxiliar, administrativos, cozinheiras, remédios e alimentação. Tudo suportava em exclusividade, chegando a recusar algumas doações que ao hospital foram feitas pelo governo de Lisboa<sup>12</sup>. Em Agosto de 1921, numa carta ao então diretor-geral da Saúde, Ricardo Jorge, escrevia João Albino de Carvalho Bastos, seu sobrinho e encarregado da gestão do hospital:

“Foi o Hospital inaugurado em 5 de Setembro de 1917. Desde então, até hoje passaram pelas suas enfermarias 898 doentes. Desde 1 de Janeiro de 1918 a 31 de Agosto de 1920, deu 3.393 consultas gratuitas e fez 6.053 curativos gratuitos. Não tendo enfermarias para doenças infecto-contagiosas, quando da última epidemia de gripe [pneumónica], auxiliou tanto quanto possível um [outro] hospital que aqui se improvisou para os epidemiados, fornecendo-lhe inclusivamente pessoal de enfermagem. Recebeu um grande numero de convalescentes daquela doença. Tem prestado numerosos serviços a este concelho e é avultadíssima a despeza da sua manutenção. O estado só nos tem favorecido com enormes dificuldades na requisição de generos necessarios para a sustentação dos doentes e ainda não pagou á nossa farmácia o receituário nela aviado aos pobres epidemiados da gripe pneumonica”<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso (doravante ASCMPL), *Copiador do Hospital*. N.º 1, fl. 87. Carta dirigida ao Ministro do Trabalho em 23 de novembro de 1922: “Ex.mo Senhor Ministro do Trabalho. Há dias publicaram os jornais de Lisboa e Porto a noticia de que tinham sido subsidiados pelo Ministerio de que V. Exa. e digno titular, varios hospitais civis, distinguindo este também com verba de mil escudos. Naturalmente V. Exa. desconhece que esta casa de caridade foi fundada por um benemerito que depois de a dotar com tudo o que a sciencia moderna exige o costeia e mantem com a maior largueza, e que deseja que a ele, e só a ele, caiba essa virtude. Por esse motivo, encerrega-me de transmitir a V. Ex.a o seu reconhecimento por lhe ter merecido essa consideração a sua obra, e pede para essa verba seja oferecida à Comissão que venera o Santuario de Nossa Senhora do Pilar onde se eleva como padrão de tradições tão remotas o antigo e histórico Castelo de Lanhoso, que tanto merece ser conservado e tanto necessidade de verba para esse fim. Saude e Fraternidade. O director, João Albino de Carvalho Bastos”.

<sup>13</sup> ASCMPL, *Copiador do Hospital*. N.º 1, *Carta ao Dr. Ricardo Jorge, em 31 de Agosto de 1921*, fl. 53.

Apesar das queixas que a carta que se transcreve suscita, António Lopes continuou a modernizar o seu hospital: em 1922, numa das suas muitas viagens pela Europa, comprou em Paris um aparelho de Raios-X para o seu hospital. Chegado este à alfândega do Porto, as autoridades portuguesas não sabiam como taxar o aparelho, o que atrasou a sua desalfandegação. O fundador da “casa de caridade” povoense, depois de semanas de espera sem que o governo se decidisse dar luz verde ao pagamento do imposto devido para o levantamento do aparelho, recorreu então ao seu amigo presidente António José de Almeida, que, utilizando a sua influência, veio a conseguir, junto do ministro das Finanças, a libertação da aparelhagem<sup>14</sup>.

Nos anos seguintes o hospital tornou-se cada vez mais a obra da vida deste “brasileiro”. Segundo um cronista da época, nos meses que passava na terra, o fundador não deixava de visitar diariamente a sua casa de caridade, confortando os doentes internados e inspecionando pessoalmente o tratamento que a estes era dispensado<sup>15</sup>.

António Ferreira Lopes viria a falecer em Lisboa a 22 de dezembro de 1927. Em 1928, poucos meses após a sua morte, vieram a público os números impressionantes dos primeiros dez anos de funcionamento do hospital, quer quanto ao volume de hospitalizações, consultas e curativos, quer no respeitante aos internamentos, por sexo e profissão. As hospitalizações ultrapassaram as duas mil, as consultas externas beneficiaram quase oito mil doentes e o número de curativos ascendeu a mais de quinze mil. Isto num concelho que, à época, tinha um pouco mais de 19.000 habitantes<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> ASCMPL, *Copiador do Hospital. N.º 1, Carta ao Dr. António José de Almeida, em 2 de Março de 1922*, fl. 62.

<sup>15</sup> Cf. *Jornal Maria da Fonte*. N.º 35, ano 33.º, de 29 de janeiro de 1928. Segundo a imprensa, eram muitos os dias que António Lopes deixava a família em sua casa, a fazer a refeição sozinha, indo ele almoçar ao hospital, de forma a certificar-se da qualidade das refeições ali servidas. Note-se que grande parte dos doentes eram pessoas muito pobres, aos quais, em casa, faltava quase tudo e principalmente a comida, pelo que ali entravam subnutridos. Os jornais locais escreviam também que muitos desses doentes não queriam ter alta porque, no hospital, tinham o conforto e as condições que em casa lhes faltavam.

<sup>16</sup> Cf. *Censo da População de Portugal (Dezembro de 1930)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1933. p. 50.

**Quadro 1 - Internamentos por profissão**

Números e profissões dos Hospitalizados							
Homens							
Jornaleiros	Criados	Não definidas	Agricultores	Proprietários	Pedreiros	Outras	Mendigos
240	155	135	86	62	61	50	50
Carpinteiros	Trolhas	Sapateiros	Serradores	Tamanqueiros	Pedreiros	Serralheiros	Empregados públicos
33	20	19	12	12	11	11	11
Moleiros	Alfaiates	Barbeiros	Negociantes	Peixeiros	Mineiros	Ferradores	Ferreiros
8	6	5	5	4	3	3	2
Marceneiros	Carreções	Marchantes	Coveiros	Caldeiros	Calceteiros	Relojeiros	Cocheiros
2	2	2	2	1	1	1	1
Mulheres							
Domésticas	Criadas	Proprietárias	Tecedeiras	Costureiras	Mendigas	Outras	Agricultoras
433	197	55	44	37	35	11	7
Moleiras	Regateiras	Peixeiras	Doceiras	Padeiras	Enfermeiras	Negociantes	Meretrizes
4	4	4	2	1	1	1	1

Fonte: Jornal *Maria da Fonte* de 9 de setembro de 1928, 1

Pelo quadro dos internamentos por profissão (ilustração 1) conclui-se que, no caso dos homens, eram os profissionais que menos ganhavam, como os jornaleiros (240), os criados (155) e os que não tinham “profissão definida” (135) os que ali entraram em maior número. O mesmo ocorria no respeitante às mulheres onde o número das domésticas (433) e o das criadas de servir (197) se destaca de todas as restantes. Era também significativo o número de mendigos internados gratuitamente nos dez anos em apreço: 50 homens e 35 mulheres.

### **A amizade com o Presidente António José de Almeida**

António Ferreira Lopes nasceu em 1845, num Portugal monárquico, tendo vivido grande parte da sua vida adulta num Brasil imperial. Quando regressou à pátria natal, em 1888, ainda no Brasil não tinha sido implantada a República, o que só viria a ocorrer no ano seguinte à sua partida (1889). Mas as suas ligações ao Rio de Janeiro, onde voltou algumas vezes, embora por curtos períodos, bem como os grandes interesses económicos que mantinha naquele país, onde, para além de comanditário numa grande empresa deixara outros bens, entre os quais alguns imóveis, fizeram com que se mantivesse em estreito contacto com a realidade brasileira. Essa ligação proporcionava-lhe um perfeito conhecimento do novo regime que governava o Brasil.

Em Portugal, até outubro de 1910, o benemérito da Póvoa de Lanhoso não assumiu, que se conheça, qualquer posição favorável às movimentações que levaram à implantação da República. Também nunca se assumiu como monárquico, sendo certo, porém, que, a pedido do professor oficial da vila, pagou do seu bolso, em agosto de 1908, dois retratos emoldurados de D. Manuel II para serem afixados nas paredes das salas de aulas, masculina e feminina, da escola primária da sua terra natal<sup>17</sup>.

Não nos parece difícil entender este posicionamento do “brasileiro” das Casas Novas pois, até 1910, os adeptos assumidos da República na Póvoa de Lanhoso eram muito poucos e quase todos jovens estudantes. Em Lisboa, onde a sua vida privada se diluía se comparada com as de tantos outros homens ricos e influentes, não nos ficou nota, para este período, dos seus contactos. Contudo, após o “5 de Outubro”, mantendo embora total distanciamento em relação à política ativa, António Ferreira Lopes viria a estabelecer estreitos laços de amizade com António José de Almeida, amizade essa que desconhecemos se seria anterior à queda da Monarquia. Era simpatizante do Partido Evolucionista, fundado em 1912 na sequência da primeira secessão do Partido Republicano, e todos os anos, no dia em que se comemorava a implantação, mandava içar a bandeira da República na varanda do seu palacete<sup>18</sup>. Vários dos seus sobrinhos e outros familiares, e sobretudo os seus maiores amigos no concelho natal, desempenharam importantes cargos nas comissões administrativas da câmara e na administração do concelho durante a I República, contando, sempre, com o apoio inequívoco do “senhor Lopes”. Em 1912, quando deu início à construção do hospital, os médicos, notários e advogados de que se rodeou eram destacados republicanos locais, ligações que manteve até à sua morte, ocorrida em 1927.

António José de Almeida, um dos mais prestigiados políticos da 1ª República, várias vezes deputado e ministro, primeiro-ministro entre 16 de março de 1916 e 25 de abril de 1917 (durante o “ministério da Sagrada”) e chefe de Estado entre 5 de outubro de 1919 e 5 de outubro de 1923, chegou mesmo a visitar António Lopes na Póvoa de Lanhoso. A visita ocorreu no dia 1 de novembro de 1917. O já ex-presidente do governo (futuro presidente da República), e então chefe do Partido

---

<sup>17</sup> Cf. *Jornal Maria da Fonte*. Nº 684, de 30 de agosto de 1908, p. 3.

<sup>18</sup> Cf. *Jornal Maria da Fonte*. Nº 35, de 4 de novembro de 1917, p. 1.

Evolucionista, foi recebido na terra por vários cavalheiros “de todas as fações políticas” e por uma banda de música e girândolas de foguetes. Dali, e depois de muitos “vivas! à sua pessoa”, seguiu de automóvel para o palacete do seu amigo “brasileiro” onde recebeu cumprimentos de boas-vindas, sendo-lhe de seguida servido “um lauto almoço”. Findo este, António José de Almeida visitou demoradamente “o modelar hospital A. Lopes, ficando magnificamente impressionado”. A banda filarmónica seguiu toda a visita do médico e político na visita ao hospital, sendo este acompanhado, para além do anfitrião, pelo líder dos evolucionistas distritais, pelo Dr. Armino de Freitas, pelo major-médico José Maria Rodrigues Braga, pelo Dr. Pereira Júnior, redator do jornal “A República”, bem como por outros destacados membros da mesma formação partidária<sup>19</sup>. Parte do dinheiro gasto anualmente na vila com os festejos comemorativos da implantação da República, saía do bolso dos seus familiares mais próximos.

A amizade entre o benemérito e o político republicano manteve-se pelos anos seguintes. Em 1922, então já presidente da República, António José de Almeida outorgaria a António Lopes a Comenda da Ordem de Cristo<sup>20</sup>.

### **O testamento de António Lopes**

António Lopes fez o seu testamento em Lisboa, perante o notário António Tavares de Carvalho, seis meses antes de falecer, ou seja, aos vinte e quatro de junho de mil novecentos e vinte e sete<sup>21</sup>. Todos os seus bens foram distribuídos através de dois documentos distintos, registados no mesmo dia e perante o mesmo notário. Num deles, António Lopes fazia a distribuição dos bens que possuía em Portugal; no outro, o que lhe pertencia no Brasil. Para cada um deles instituiu testamenteiros diferentes, de proximidade aos bens, razão que talvez explique não ter feito um documento único.

Para o que possuía em Portugal, instituiu testamenteiros principais o seu secretário, Madaíl Lopes Monteiro, e o seu sobrinho Arlindo António Lopes. Para os bens do Brasil nomeou os sobrinhos José Mendes de Oliveira Castro e Américo António Lopes. Teve ainda o cuidado de deixar

---

<sup>19</sup> Cf. *Jornal Maria da Fonte*. Nº 35, de 4 de novembro de 1917.

<sup>20</sup> Cf. *Diário do Governo*. II série, número 72, de 29 de março de 1922.

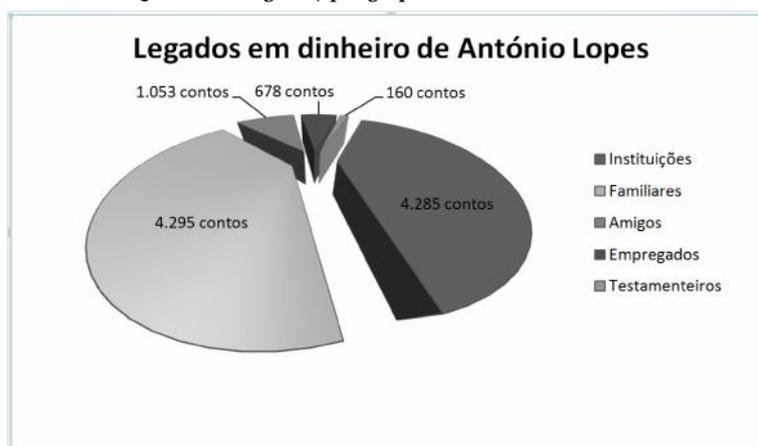
<sup>21</sup> ASCMPL, *Testamento de António Ferreira Lopes*, pasta dos testamentos, s/paginação.

escrito que, embora o expressasse em contos e não em réis, os legados em dinheiro deveriam ser entendidos como designados em moeda brasileira, dado querer que fossem pagos com o dinheiro que possuía no Brasil<sup>22</sup>.

Ambos os testamentos começavam por traçar algumas linhas sobre o seu nascimento, raízes e sobre uma mudança de nome, empreendida já no Brasil, afirmando depois que não tendo herdeiros forçados, dispunha dos seus bens livremente. Em qualquer dos testamentos, começava por legar aos dois testamenteiros que executassem a sua última vontade oitenta contos em solidário, seguindo-se extensa e valiosa distribuição a membros da família, amigos e empregados, de imóveis, dinheiro, joias, objetos pessoais, de títulos de dívida pública que possuía ou seus rendimentos. Ao já então ex-presidente da República António José de Almeida, pela muita simpatia e amizade que dizia merecer-lhe, legava um tinteiro em prata, com monograma. As joias, que haviam pertencido à sua defunta esposa e se encontravam recolhidas no cofre de um banco de Lisboa, queria-as distribuída equitativamente pelas suas quatro cunhadas, irmãs da esposa ou, na falta delas, pelas filhas das já desaparecidas.

Como se pode observar no gráfico que se segue, para além dos 160 contos de réis que couberam aos quatro testamenteiros, legou cerca de quatro mil e trezentos contos aos familiares. Aos amigos, legou mais de mil contos, tendo o cuidado, para não ferir suscetibilidades, de, em alguns casos, referir tratar-se de “uma simples lembrança”.

Gráfico 1: Quadro dos legados, por grupos



Fonte: ASCMPL, *Testamento de António Lopes*, pasta dos testamentos, s/paginação.

<sup>22</sup> ASCMPL, *Testamento de António Ferreira Lopes*, pasta dos testamentos, s/paginação.

No que respeita aos empregados e colaboradores diretos, todos foram contemplados: ao mordomo deixava 80 contos de réis e à governanta 100 contos. Não esquecia o secretário, os três criados e as criadas, a cozinheira, o cocheiro, o *chauffeur* e os muitos empregados que serviam no seu hospital. De fora, não deixava sequer os dois advogados a quem sempre recorrera para lavrar as muitas dezenas de escrituras feitas nos cartórios da vila natal, fossem de compra e venda de casas e terrenos, fossem para assegurar o empréstimo de dinheiro a juros ou, até, para legitimar a sua paternidade, dado ter nascido de mãe solteira. Num ato de confiança nos seus testamenteiros, deixou cento e cinquenta contos para serem distribuídos por doze empregados da firma *Castro, Silva & C.ia*, a empresa da qual era sócio comanditário, devendo ser premiados os que tivessem mais tempo de serviço.

Quadro 2 - Doações a empregados e colaboradores

Mordomo	Governanta	Secretário	A três criados	Cozinheira	Chauffeur	Cocheiro
80 contos	100 contos	30 contos	31 contos	5 contos	5 contos	12 contos
Jardineiro	Feltor da casa da Póvoa	Barbeiro na Póvoa de Lanhoso	Barbeiro em Lisboa	Engomadeira na Póvoa de Lanhoso	A 2 médicos do Hospital António Lopes	Farmacêutico do Hospital António Lopes
5 contos	12 contos	10 contos	8 contos	8 contos	50 contos	10 contos
Ao Secretário do Hospital António Lopes	Às Enfermeiras do Hospital António Lopes	Ao ajudante de Enfermeiro do Hospital António Lopes	A 4 médicos privados	A 2 advogados	Para ser distribuído pelos seus empregados do Brasil	
10 contos	30 contos	2 contos	60 contos	60 contos	150 contos	
<b>Total</b>						
<b>678 contos</b>						

Fonte: ASCMPL, *Testamento de António Lopes*, pasta dos testamentos, s/paginação.

No respeitante a doações em dinheiro feitas a familiares, empregados e amigos, os valores são bastante diferentes: andam entre os dois contos de réis legados a Francisco Exposto, ajudante de enfermeiro no hospital, e os trezentos e trinta contos ao sobrinho Arlindo António Lopes.

### Legados ao Hospital da Póvoa de Lanhoso

Generoso com familiares, empregados e amigos, António Ferreira Lopes não deixou, ao expressar a sua última vontade, de se mostrar uma vez mais magnânimo para com um conjunto de instituições de beneficência portuguesas e brasileiras, às quais legou 4.285 contos de réis. O hospital por si fundado mereceu-lhe a principal atenção.

“Ao Hospital da Póvoa de Lanhoso, mandado construir única e exclusivamente à minha custa (...) e custeado também exclusivamente por mim, deixo para seu património duas mil inscrições de Dívida Interna Portuguesa, no valor nominal de um conto cada uma [ao] juro de três por cento”, começa por dizer, referindo-se à obra da sua vida. Mas não irá ficar-se por aqui a generosidade deste “brasileiro” que, recomendando que “nunca em tempo algum [possam ser os fundos] desviados para outro fim que não seja o tratamento de doentes pobres do concelho”, pede de seguida aos seus amigos e testamenteiros — logo, comprometendo todos aqueles a quem contemplava no testamento, como guardiões da sua vontade — “que resolvam com segurança esta minha disposição, entregando o hospital à Câmara Municipal do concelho ou a qualquer outra corporação ou instituição pública ou particular, que já exista ou venha a criar-se, ou que os meus testamenteiros possam organizar-se de acordo com o atual administrador [do hospital], o meu sobrinho João Albino de Carvalho Bastos, com tanto que mereça inteira confiança para que este casa de caridade por mim estabelecida, não venha a sofrer de predações”. Ao hospital (parecendo querer conferir-lhe desde logo aquilo a que hoje se chama personalidade jurídica), legou o prédio onde estava instalada a farmácia, com todos os seus pertences, e mais oitenta contos em dinheiro, que deveriam ser entregues logo após a sua morte, “para as primeiras necessidades do seu custeio”<sup>23</sup>.

A estas disposições, instituídas pelo primeiro testamento, juntava uma outra, a ser extraída dos bens que possuía no Brasil, doando mais seiscentas apólices ao hospital, no valor de um conto cada uma, para com a sua renda se prover ao tratamento dos doentes pobres. Na totalidade, em dinheiro vivo e títulos, doou ao hospital 2.680 contos.

Refira-se que, um ano após a sua morte, e cumprindo o pedido que lhes fizera para que resolvessem com segurança o futuro do hospital, entregando-o à câmara municipal do concelho ou a qualquer outra corporação ou instituição pública ou particular, que já exista ou venha a criar-se, viriam os testamenteiros, coadjuvados por alguns dos seus melhores amigos e vários familiares, a fundar a “Misericórdia e Hospital António Lopes da Póvoa de Lanhoso”, que, sustentada nos preceitos legais e no compromisso aprovado, vem gerindo o hospital até aos dias de hoje.

---

<sup>23</sup> ASCMPL, *Testamento de António Ferreira Lopes*, pasta dos testamentos, s/paginação.

## Outras doações

Sendo o hospital por si fundado o grande beneficiado pela herança do benemérito povoense, outras instituições receberam também significativas ajudas.

As Misericórdias do Porto e do Rio de Janeiro, asilos, albergues, institutos de cegos e de beneficência portugueses e brasileiros, o Liceu Literário Português no Rio de Janeiro, bombeiros, pobres das paróquias onde habitou em Lisboa, onde residiu no Brasil e onde nasceu na Póvoa de Lanhoso, foram também contemplados com significativas somas e, em alguns casos, com imóveis.

Para além daquelas que fez questão de privilegiar pessoalmente, deixou aos testamenteiros a responsabilidade de escolherem outras vinte instituições, dez portuguesas e dez brasileiras, às quais seria entregue um total de quatrocentos contos.

Quadro 3 - Soma dos legados a instituições em dinheiro e em títulos da dívida pública

Hospital António Lopes			Hospital da Misericórdia do Porto	Sociedade de propaganda de Portugal	Misericórdia do Rio de Janeiro	Real Sociedade de beneficência Portuguesa no Rio de Janeiro	Liceu Literário Português	Seminário de Braga	Beneficência Brasileira em Portugal
Inscrições da Dívida Interna Portuguesa	Primeiras Necessidades	Apólices da Dívida Interna Portuguesa							
2.000 contos	80 contos	600 contos	50 contos	20 contos	2 prédios + 20 contos	4 prédios + 25 contos	1 prédio	30 contos	50 contos
Assistência Nacional aos Tuberculosos	Asilo de Velhos de Braga	Albergue de Crianças de Braga	Albergue de Inválidos do Trabalho	Instituto de Cegos Branco Rodrigues	Instituto de Cegos António Feliciano de Castilho	Asilo de Nossa Senhora da Saúde	Instituto de Beneficência de Braga	10 instituições de Beneficência em Portugal a escolher pelos testamenteiros	10 instituições da Caridade do Rio de Janeiro à escolha dos testamenteiros
30 contos	10 contos	10 contos	10 contos	20 contos	20 contos	15 contos	10 contos	200 contos	200 contos
Bombeiros da Póvoa de Lanhoso (100 inscrições da Dívida Portuguesa)	Banda de Música da Póvoa de Lanhoso (100 inscrições da Dívida Portuguesa)	Aos Pobres do jornal "Diário de Notícias"	Aos pobres do jornal "Maria da Fonte"	Aos pobres da freguesia de Fontarcada	Aos Pobres da paróquia de Santa Rita de Cássia (Rio de Janeiro)	Câmara da Póvoa de Lanhoso			
100 contos	100 contos	10 contos	5 contos	10 contos	10 contos	Para construir uma escola dos dois sexos	Para construir um novo edifício dos Paços do concelho	Para prémios e material escolar (120 inscrições da Dívida Portuguesa)	Para construir uma estrada para o monte do Pilar
						200 contos	300 contos	120 contos	30 contos
<b>Total</b>									
<b>4.285 contos</b>									

Fonte: ASCMPL, *Testamento de António Lopes*, pasta dos testamentos, s/paginação.

À câmara da sua terra deixou a elevada soma de quinhentos e trinta contos de réis. Duzentos contos serviriam para a construção de uma escola para crianças dos dois sexos, e trezentos à edificação de um novo edifício dos Paços do Concelho. Os outros trinta contos destinava-os a ajudar a pagar a abertura de uma estrada para o castelo de Lanhoso.

A esta quantia, a ser paga em dinheiro, somava no legado ao município cento e vinte inscrições da dívida interna portuguesa, no valor de um

conto cada, por forma a que, com o seu rendimento, o município fornecesse livros, papel e outros artigos escolares às crianças pobres que frequentavam as escolas da vila, e ainda para que, em cada ano e em cada uma das escolas, fossem distribuídos prémios aos pequenos estudantes que mais se distinguissem na higiene e melhor aproveitamento mostrassem nos exames. Os prémios seriam dois por ano para a escola masculina e dois para a feminina, nos valores de cinquenta e de trinta escudos cada um, devendo denominar-se “Prémios D. Elvira Lopes”, pois que os instituía “em memória e veneração da minha nunca esquecida esposa”.

Contabilizando apenas dinheiro e títulos de renda, o legado deste grande benemérito da Póvoa de Lanhoso totalizava a extraordinária importância de dez mil, quatrocentos e setenta e um contos de reis.

António Lopes faleceu em 22 de dezembro de 1927.

O já então ex-presidente da República portuguesa, Dr. António José de Almeida, fez, nos dias que se seguiram à morte do seu amigo, publicar na imprensa um pequeno texto que, por si só, faz a síntese da benemerência deste “brasileiro” de grande coração:

“António Ferreira Lopes — escreveu então António José de Almeida — foi um benemérito em toda a extensão da palavra. Em vida espalhou subsídios, coadjuvações e amparos às mãos-cheias. Depois de morto, a sua munificência desentranhou-se larga e ubérrima como uma fonte pujante de benemerência.

Este homem simples, a um tempo amorável e rígido, manteve-se, em tudo, fiel às suas tradições de filho do Povo. Jamais se aristocratizou, a não ser na espontânea nobreza dos seus sentimentos, que constituíram uma rara estirpe moral. E sendo em vida um exemplo da democracia generosa e sadia, ainda do túmulo nos deu lições de quanto vale para os homens de coração bem formado a recordação das gentes humildes, de cujo seio provieram e cuja convivência lhes modelou o porte moral.

É interessante a lista dos legados que, no seu testamento, deixou. Lá há de tudo como um mostruário de filantropia inesgotável. Há lembranças para amigos, dádivas elegantes que valem, sobretudo, pela sua expressão espiritual. E há a grande massa testamentária de dons e benesses que deixaram ricas tantas pessoas e remediadas muitas outras, tendo especiais cuidados para com os pobres e deserdados.

Esse trabalhador indefeso não esqueceu os seus servidores e auxiliares que, numa esfera ou noutra, o coadjuvaram. E, até, para que a obra fosse completa, ele legou aos testamenteiros o direito de escolherem algumas instituições de beneficência para serem contempladas como escolhidas por ele. Quer dizer: António Ferreira Lopes, dentro do seu vasto benemeritarismo fez o mais prático e mais belo dos socialismos, pois não confiou ao seu próprio critério o rol completo dos seus beneficiados. A lição moral que resulta da sua vida e do testamento deste cidadão é magnífica e foi, sem dúvida, a melhor cláusula das suas últimas disposições”<sup>24</sup>.

Contemplando no seu testamento tantas pessoas e instituições, o “brasileiro” fundador do hospital da Póvoa de Lanhoso nada pediu para si a não ser que o sepultassem no jazigo que possuía no *cemitério dos Prazeres* em Lisboa, e onde já descansava sua esposa, Elvira de Pontes Câmara Lopes: não destinou um centavo que fosse para missas, nem por si próprio, nem pela esposa, nem pelos pais, nem pelos sogros, nem por outros familiares próximos que tivessem partido já para o além. Esta situação viria, aliás, a ser esgrimida em público, anos mais tarde, por parte de alguns dos seus familiares, em questões que os opuseram ao clero local.

Após a morte do António Lopes, já em pleno regime da ditadura militar implantada pelo golpe de 28 de Maio de 1926, os seus sobrinhos que se mantiveram a residir no concelho da Póvoa de Lanhoso foram, pela influência que tinham e que em grande parte lhes advinha do estatuto e dos bens legados pelo tio, os últimos republicanos moderados a fazer frente às novas elites representativas do Estado Novo. Naturalmente, perderam a batalha e a influência. E nem sequer conseguiram opor-se à utilização do nome do benemérito, cujo exemplo o “novo poder” utilizou à exaustão para valorizar “a obra nacional de António de Oliveira Salazar”.

---

<sup>24</sup> Cf. *Jornal Maria da Fonte*. Nº 35, de 29 de janeiro de 1928, p. 1.

# **Rede migratória, integração social e reflexos. Da ruralidade minhota à elite intelectual do Rio de Janeiro. Estudos de caso**

Elsa Pacheco\*

Jorge Fernandes Alves\*\*

## **1. Introdução**

O fascínio da história da emigração, nomeadamente da que, durante séculos, se direccionou do Norte de Portugal para o Brasil, tem muito a ver com as múltiplas histórias individuais que a condensam, ou seja, assenta na partida anual de milhares de pessoas, na sua maioria jovens adolescentes, que procuram no lado de lá do Atlântico o horizonte económico que na origem lhes era negado, pelo menos ao nível das suas expectativas, histórias essas que se desenrolam numa malha de múltiplas inter-relações.

Quando explicada a uma escala individual, a partida do emigrante representa-se sempre com um misto de aventura e de imposição, mas a natureza massiva do fenómeno, a sua larga continuidade no tempo e as características do fluxo ajudam a sedimentar a perceção da sua natureza estrutural, fazendo emergir a relevância dos atores coletivos, num jogo amplo e complexo de repulsões e atrações. São comuns as reflexões que apontam para razões de diferença de desenvolvimento entre as regiões alvo de migrações internacionais, sugerindo, essencialmente, a pobreza e dificuldades económicas diversas dos países de origem como os fatores impulsionadores da decisão de migrar. Aliás, resumindo a esta caracterização genérica os processos de migração, D. Massey chega a admitir

---

\* FLUP, CEGOT. [elsap@letras.up.pt](mailto:elsap@letras.up.pt)

\*\* FLUP, CITCEM. [jfalves@letras.up.pt](mailto:jfalves@letras.up.pt)

que, se a qualidade de vida e os níveis de desenvolvimento fossem idênticos, os movimentos migratórios internacionais desapareceriam<sup>1</sup>. De facto, se a análise individual multiplica a diversidade casuística num espetro tão largo que não deixa entender as linhas de força sociais que subjazem ao fenómeno coletivo, já as análises dos grandes volumes estatísticos tendem a reduzir a diversidade a números médios e tendenciais, retirando espaço à ação individual, enquanto tratam os casos excêntricos como excepcionais.

É nesse amplo leque, entre questões que envolvem grupos de maior ou menor dimensão e a escala do indivíduo, que ganha relevo a análise estrutural das redes sociais<sup>2</sup>, baseada no princípio de que os atores sociais se caracterizam pelas suas relações, com elas interagindo e tomando decisões que se podem configurar como estratégicas, modelo de análise este que, não explicando tudo, ajuda a produzir novas interpretações sobre as migrações e os migrantes, não obstante deixar cair variáveis de outra natureza que também podem ser influentes, como será o caso de fluxos súbitos de ordem conjuntural.

Na história e geografia das regiões as migrações humanas configuram correntes, vagas, marés ou redes que funcionam com fator equilibrador de contextos sociais, económicos e políticos mais repulsivos ou mais atrativos. Mas, se hoje a facilidade das deslocações, ocasionada por meios e modos de transporte de acesso banalizado, permite deslocações de indivíduos em distâncias geográficas longas e curtas, e espaços temporais mais curtos, no passado, podendo ter por base razões muito próximas das atuais (sobrevivência, afirmação, formação, desenvolvimento), eram mais penalizadoras, resultando, não raras vezes, no desenvolvimento de percursos de vida sem retorno.

Este texto procura, precisamente, abordar dois casos de emigrantes portugueses que, tendo partido para o Brasil em meados do século XIX,

---

<sup>1</sup> MASSEY, Douglas S. - Economic Development and International Migration in Comparative Perspective. *Population and Development Review*, vol. 4, 3, set. (1988) 383-413. Disponível em: <http://worldroom.tamu.edu/Workshops/Migration06/EuropeanUnion/EU%20articles/Economic%20Development%20and%20International%20Migration.pdf>

<sup>2</sup> MACDONALD, John S. e MACDONALD, Leatrice D. - Chain Migration Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, vol. 42, 1, jan. 1964, p. 82-97. MITCHELL, J. Clyde - The concept and use of social networks. *Social Networks in Urban Situations*. Manchester: Manchester University Press, p. 1-15.

não regressaram definitivamente a Portugal, embora um deles tenha voltado e desenvolvido negócios. Sublinhamos, essencialmente, as relações entre actores, enquanto estruturas de rede, e os princípios de organização mais ou menos conscientes nesses actores. Apontamos os percursos biográficos desses emigrantes originários do Minho interior (Cabeceiras de Basto), ponderando apenas algumas etapas dos seus ciclos de vida na perspectiva do percurso migratório. Trata-se de emigrantes que, no decurso do seu processo migratório, acabaram por ficar no Brasil, mas onde se tornaram figuras de relevo, numa assimilação aparentemente incontornável à sociedade de acolhimento, protagonistas que constituem hoje objecto de diversa atenção historiográfica nos seus domínios de acção, suscitando teses académicas e publicações diversas, das quais retiramos os dados biográficos, completados com pesquisa nossa sobre as origens.

## **2. As redes na emigração**

Os espaços geográficos, multiescalares, apresentam organizações territoriais diferenciadas, cuja dinâmica gera processos de atração/repulsão de pessoas e suas atividades. Definem-se lógicas de relação marcadas por ligações sociais, de poder e/ou de interesse económico. Indivíduos e grupos operam em tempos e espaços desenhando tipologias de redes, cadeias e correntes de acontecimentos que fazem história e moldam os territórios. Dito de outra forma, de acordo com Tobler, ao longo do tempo define-se uma dinâmica de fluxos de geometria variável que se vai recompondo no espaço geográfico em função da intensidade das forças de *push-pull* na origem e nos destinos — nos nós (pessoas, lugares, etc)<sup>3</sup>.

Charles Tilly identificou a distância origem/destino e o grau de rutura com o local de origem como fatores cruciais na definição das estruturas migratórias. Em função destas variáveis, o autor classificou as migrações em quatro categorias: as locais (próximo e de curta duração); as circulares (deslocação por um determinado período de tempo mas na qual está implícito o regresso); de carreira (deslocação para determinado trabalho) e em cadeia (baseada em razões e informações por parte de indivíduos

---

<sup>3</sup> TOBLER, Waldo - Migration: Ravenstein, Thornwaite and Beyond. *Urban Geography*, San Francisco, 1995. p. 327-343. Disponível em: <http://blog.lib.umn.edu/globerem/main/Tobler.pdf>

que já se encontram nos hipotéticos destinos)<sup>4</sup>. Um quadro conceptual que tem vindo a ser revisitado e ampliado, conjugando três dimensões — espaço, tempo, modo — e acrescentando-se-lhe uma quarta dimensão — o destino no retorno dos migrantes<sup>5</sup>.

Partindo de Charles Tilly, Oswaldo Truzzi focaliza o conceito de rede nos processos migratórios e procura aplicá-lo às situações de imigração no Brasil, sublinhando a pré-existência das redes sociais em relação às redes migratórias, alimentando muitas vezes estas últimas. Baseando-se no trabalho desenvolvido por diversos autores, sublinha a importância, na identificação de fluxos-chave determinantes na difusão e intensidade dos processos migratórios, da perspectiva sistémica, que leva em consideração todos os participantes da rede, sublinhando a importância dos “laços fracos” para se obter informação sobre trabalho. Argumenta que informações relevantes para esse fim são trazidas por indivíduos que têm acesso a diferentes fontes de informação e não necessariamente por aqueles do círculo mais próximo de relacionamento, que tendem somente a trazer informações redundantes. Nesse sentido, atentando à prevalência de laços fortes, derivados de vínculos familiares ou de conterraneidade no interior das redes migratórias, observa que “tais redes sociais nos países de destino expressam uma combinação de fragilidade e força”. E lembra o papel das “redes egocêntricas” que identificam as “relações sociais elaboradas em torno de um único ator, definido como um “nó” em meio a uma configuração estelar”<sup>6</sup>.

O conceito de rede é, pois, muito utilizado em diversas áreas científicas, nomeadamente na análise histórica, dada a sua pertinência para classificar os movimentos e as práticas do comércio colonial da Europa com o continente americano, de que era exemplo vivo o caso do Norte de Portugal com o

---

<sup>4</sup> TILLY, Charles - *Migration in Modern European History*. Michigan: University of Michigan, 1976. Disponível em: <http://faculty.utep.edu/Portals/1858/Tilly%201976%20Migration%20in%20Modern%20European%20History%20Dpblue145.pdf>.

<sup>5</sup> REMUND, Adrien - *Refreshing the typology of migration systems. A reformulation based on the case of early nineteenth-century Geneva*. European Population Conference, Vienna, 1st – 4th of September 2010. Disponível em: <http://www.unige.ch/ses/demog/Equipe/AdrienRemund/EPC2010.pdf>.

<sup>6</sup> TRUZZI, Oswaldo - Redes em processos migratórios. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol. 20, nº 1 (2008). 200-218. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>.

Brasil, tendo no Porto um centro de um sistema de transportes que alimentava relações duradouras entre comerciantes dos dois lados do Atlântico, baseadas na confiança que permitia enviar e receber mercadorias à consignação. Nessas relações comerciais a emigração tinha um papel fundamental e implícito na configuração das redes desenvolvidas.

Assim, o processo de migração raramente ocorre isoladamente, envolvendo, pelo contrário, familiares, amigos, conterrâneos e/ou conhecidos, definindo estruturas lógicas de organização económica e social ou, se se quiser, espaços topológicos nos quais o arranjo dos nós e arcos das redes se consolidam em formas mais complexas e duradouras para originar cadeias migratórias cuja permanência no tempo resulta em correntes.

O conceito de “emigração em cadeia”, originalmente definido “como o movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores”<sup>7</sup>, desvanece os riscos e incertezas à partida, criando aquilo que normalmente se designa como propensão a emigrar ou cultura de emigração.

As relações interpessoais e as cadeias subjazem à emigração, pois é através desses contatos que os indivíduos obtinham informações consideradas seguras quanto aos locais de destino. Notícias sobre lugares e caminhos a percorrer eram fundamentais, pois o conhecimento prévio revertia em certa segurança. E, quando da chegada, as cadeias continuavam a desempenhar funções decisivas na vida dos imigrantes, como a preservação cultural e a manutenção por gerações dos laços com a aldeia de origem, influenciando também a forma de instalação e de integração.

Nesta perspectiva em que se reconhece o papel das redes, a emigração deixa de ser vista apenas como uma variável dependente de outras variáveis independentes, como a situação económica ou os mecanismos de atração/repulsão que tendem ao equilíbrio num mercado de trabalho internacional, para se perspetivar de forma mais complexa, configurando-se como sendo ela própria também um factor determinante na medida em que alimenta uma acção sistémica de retroacção, impelindo outros à emigração.

---

<sup>7</sup> MACDONALD, John S. e MACDONALD, Leatrice D. - Chain Migration Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, vol. 42, 1, jan. (1964) p. 82-97.

Ou seja, as redes migratórias forneciam informação, facilitavam as deslocamentos, orientavam os destinos, induziam facilidade de integração na sociedade de acolhimento, favoreciam desse modo a decisão de emigrar (que é essencialmente familiar quando o candidato à partida é jovem) e permitiam equacionar uma estratégia inicial, ainda que a posterior experiência não viesse a confirmar as suas virtualidades positivas para o emigrante, o que frequentemente se remeteria para o domínio da responsabilidade individual. Em paralelo, as redes migratórias alicerçavam-se em redes de interesses empresariais, que apelavam a negócios, capitais e, sobretudo, mão-de-obra especializada e/ou de confiança, apoiando-se em familiares longínquos, vizinhanças, compadrios ou em relações sociais e económicas.

O fenómeno de rede, diluindo os efeitos de pertença a classes sociais e valorizando antes a relação social e as capacidades individuais, propicia aos actores directos da emigração um sentimento de optimismo, perspectivando-se como um custo de oportunidade para o factor trabalho, por contraponto ao pessimismo das leituras macroestruturais sustentadas em modelos do tipo *pull-push*, as quais tendem a evidenciar a fragilidade económica expulsiva e desagregadora de conjunturas nacionais para explicar as partidas, remetendo-as para quadros de patologia social.

Sublinhe-se no entanto que o conceito de rede é usado em situações muito distintas. No que toca à emigração para o Brasil oitocentista, como para outras paragens, são vulgares as alusões a redes comerciais, mas também a redes de engajamento de colonos, a redes de prostituição, a redes de moeda falsa. Não sendo necessariamente negativas para os seus protagonistas (uma prostituta pode encarar como positiva a sua circulação para outro país, o mesmo podendo acontecer com um camponês debilitado que vê no contrato de locação de serviços uma oportunidade de conseguir ultrapassar os custos da viagem...), a rede nem sempre se apresenta positivamente para os padrões morais da sociedade, mas os seus mecanismos estruturais apresentam similitudes no jogo das relações sociais.

### **3. As redes e percursos de dois emigrantes cabeceirenses**

#### **3.1 Joaquim José Pacheco - fotógrafo e paisagista**

**Fig. 1 – Joaquim José Pacheco**



Fonte: <http://www.artedata.com>, acessado em 2012/12/10

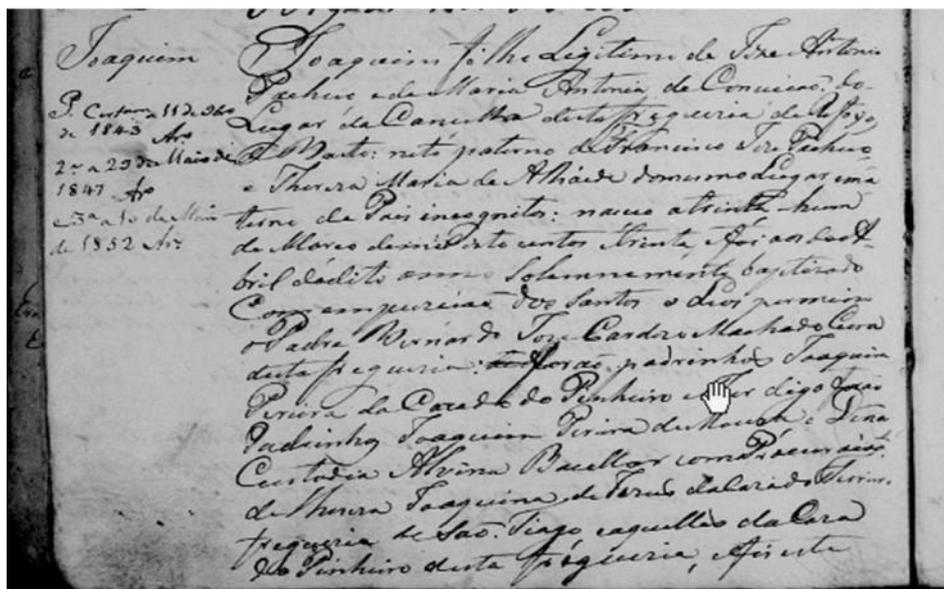
#### **Descrição breve<sup>8</sup>**

Joaquim José Pacheco nasce em 31 de Março de 1830 no lugar da Cancela, freguesia de Refojos de Basto, concelho de Cabeceiras de Basto. Filho legítimo de José António Pacheco e de Maria Antónia da Conceição, neto paterno de Francisco José Pacheco e Teresa Maria de Ataíde, do lugar da Cancela, e materno de pais incógnitos.

---

<sup>8</sup>Cruzamos informações locais com as de FÁBIO, Flávia de Almeida - *Um álbum imaginário: Inseley Pacheco*. Campinas: UEC-Instituto de Artes, 2005.

Fig. 2 – Registro de batismo de Joaquim José Pacheco



Fonte: <https://www.familysearch.org/search/image/show#uri=https%3A//api.familysearch.org/records/pal%3A/MM9.3.1/TH-1-16373-32822-19%3Fcc%3D1850164%26wc%3D8111627>, p. 422, acessado em 15 de Agosto de 2011

A chegada a Pernambuco em finais do ano de 1843, confirma o propósito da certidão de batismo emitida em 11 de Abril de 1843 para um português de 13 anos que emigrava para o Brasil, destinado a uma loja de comércio. Até ao fim dessa década, ainda antes de completar 20 anos de idade, Joaquim José Pacheco desloca-se para Fortaleza (Ceará) para aprender daguerreotipia, começando a trabalhar como retratista com o fotógrafo irlandês Frederick Walter que estava de passagem em missão de divulgação dos seus trabalhos. No jornal *O Cearense*, do dia 17 de maio de 1849, há uma notícia informando que Joaquim J. Pacheco recebera dos Estados Unidos uma “excelente máquina” e praticava preços mais módicos do que o seu antecessor.

Eventualmente em função da hostilidade em Pernambuco aos caixeiros portugueses e/ou movido por referências de fotógrafos norte-americanos, deslocou-se em 1849 para Nova Iorque onde permaneceu cerca de três anos para trabalhar, como aprendiz, com o fotógrafo Mathew Brady e foi assistente dos daguerreotipistas Henry Earle Insley e Jeremias Gurney.

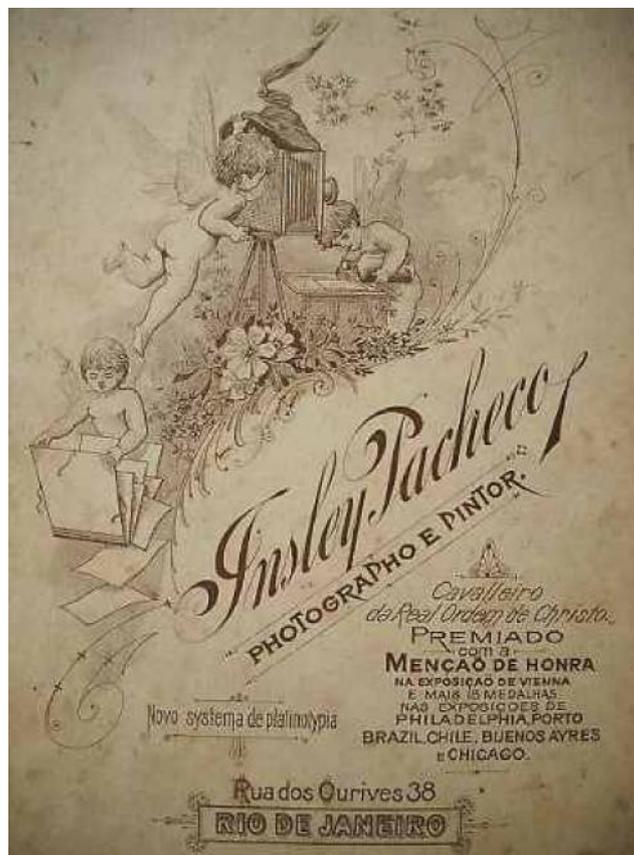
Em 1851, de regresso ao Ceará, trouxe na bagagem o saber adquirido com aqueles mestres, tendo apostado na divulgação e marketing dos seus serviços de retratista, pelas cidades de Fortaleza, Sobral e Recife.

Em quatro anos, estavam reunidas as condições — saber, técnica e “nome na praça” —, para se instalar na capital brasileira: em 1855, Joaquim Insley Pacheco (agora adotando o sobrenome de um de seus mestres de Nova Iorque — Henry E. Insley) abriu o estúdio Insley Pacheco com valências em daguerreótipos, fotos sobre papel, vidro e marfim, retratos a óleo e fotopintura e tornou-se num dos mais requisitados retratistas da Corte Imperial, a par de outros fotógrafos da Casa Real, como Marc Ferrez (brasileiro de origem francesa) e R. H. Klumb (alemão), tendo recebido, em Dezembro desse mesmo ano, o título de Fotógrafo da Casa Imperial.

De novo, em muito pouco tempo (1858), introduziu inovação no trabalho que desenvolvia, anunciando o abandono do daguerreótipo e a utilização do sistema de ambrotipia para a fotografia na sua “casa Imperial”, agora localizada na rua do Ouvidor, nº 40 — eixo nobre da cidade de então, onde, apesar de mudar de loja (como aconteceu com a mudança para o número 102 em 1862) viria a permanecer até 1912. O ano de 1858, marcou a difusão do sistema denominado “fotopintura”, realizando retratos do imperador Pedro II, da imperatriz Teresa Cristina, da Princesa Isabel e, entre outros, do Conde d’Eu, retratos que são hoje grandes referências históricas. O sucesso da atividade baseada na inovação e numa clientela sofisticada, permitiu-lhe o alargamento do negócio para Salvador e São Luís, em 1860, com os estúdios *Pacheco & Irmão Ambrotypistas da Augusta Casa Imperial*.

Nos anos seguintes, Joaquim Insley Pacheco ampliou o negócio e aperfeiçoou-se em fotopintura. A qualidade do seu trabalho, aliada a uma forte rede de influência, terá contribuído para que este emigrante português tenha ganho mais de 16 medalhas em trabalhos exibidos na Academia Imperial e marcasse presença em variadíssimas exposições, incluindo a Exposição Internacional do Porto, em 1865, na qual ganhou o 1º prémio para a sua categoria. Nesse ano, recebeu o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo, em Portugal, e no ano seguinte já exhibia cartões de “Pintor de paisagens e Photógrafo”, no qual também se podiam ler os prémios recebidos e o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Na verdade, ao lado da fotopintura, viria a tornar-se também num reconhecida paisagista, recorrendo ao *guache*.

Fig. 3 – Cartão de Insley Pacheco



À exposição do Porto, soma também participações nas exposições universais de Paris (1867 e 1889), Viena (1873), Filadélfia (1876), Buenos Aires (1882) e outras como as de Chicago (1893) e Louisiana (1904), sendo que nesta última foi premiado com a medalha de ouro. Do mesmo modo, por sua iniciativa, promoveu, em 1888, no seu estúdio do Rio de Janeiro, a primeira exposição individual do pintor Pedro Weingarter, que seria consagrado em Paris em 1891, tornando-se também um importante animador de exposições de arte, participando em várias edições da Exposição Geral de Belas Artes, na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Desde 1976, em reconhecimento póstumo, a sua obra tem vindo a ser apresentada em várias exposições. Joaquim José Pacheco morreu no Rio de Janeiro em 1912.

### **Comentário**

Do levantamento efetuado nos Livros de Registo Paroquial, em cruzamento com os registos de emissão de passaportes (Porto e Braga), confirma-se que Joaquim José Pacheco emigrou para Pernambuco em 1843 (passaporte em 22/11). Para lá tinha partido antes, em Julho de 1837, o seu irmão Bernardo, 6 anos mais velho do que ele, ou seja, também aos 13 anos (mas incompletos). Provavelmente, a sua irmã Joaquina (nascida em 1827, mais velha 3 anos do que Joaquim) terá emigrado também nesse ano de 1843, dado ter pedido uma certidão de nascimento, documento de identificação habitual para tirar passaporte e partir, hipótese não confirmada até ao momento. Os três irmãos eram órfãos de pai, falecido em 1835, ano em que faleceu também a avó paterna (já viúva). Quatro anos depois, em 1839, faleceu a mãe — sem ascendentes, por ter sido exposta, deixando em Cabeceiras de Basto a filha Joaquina, com 12 anos, e o Joaquim, com 9 anos. Se Bernardo partira já após a morte do pai, o novo contexto de desenlace familiar, em que a rede familiar ficou alicerçada apenas em dois tios paternos (Ana Joaquina e Francisco José, que nos primeiros anos da década de trinta contavam já com seis e quatro filhos, respetivamente, todos muito jovens), explicará que, após mais alguns anos de espera pela idade habitual de partida, Joaquim abalasse para junto do irmão em Pernambuco, ignorando-se até ao momento o rasto da irmã...

De qualquer modo, Joaquim José Pacheco não partiu desacompanhado num dos velhos veleiros que faziam a carreira para vários portos do Brasil. Vários outros rapazes de Basto (Cabeceiras, Celorico e Mondim) partiram na mesma altura; pela barra do Porto, tiraram passaporte nesse ano 116 indivíduos de Basto com destino ao Brasil, dezoito dos quais precisamente para Pernambuco, quase todos jovens entre os 13 e os 18 anos, e quatro adultos, dois dos quais negociantes e um eclesiástico. E anteriormente, de 1836 a 1843 (incluído), 645 indivíduos de Basto pediram passaporte no Porto para o mesmo destino, o que dá uma média anual próxima de 100, fenómeno que continuou nos anos seguintes. Eis uma ilustração das “leis” da emigração: as partidas raramente ocorrem isoladamente, envolvendo, pelo contrário, familiares, amigos, conterrâneos e/ou conhecidos, definindo estruturas lógicas de organização económica e social ou, se se quiser, espaços topológicos nos quais o arranjo dos nós e

arcos se consolidam em formas mais complexas e duradouras para originar cadeias migratórias cuja permanência no tempo resulta em correntes duradouras.

O conceito de rede torna-se aqui operativo, tanto na generalidade do movimento, como no seu interior, onde provavelmente se desenham diferentes tipologias de redes, conforme a densidade de relações entre os atores e suas conexões com os modelos de informação, sendo nesta altura decisivas as cartas de recomendação para efeitos de “arrumação” à chegada.

No contexto estritamente familiar, Joaquim e os seus irmãos terão sido os primeiros a emigrar no âmbito dos familiares mais próximos — os primos, precisamente por serem os que estavam em situação mais fragilizada. Uma vez chegado ao Brasil, tal como ao irmão, coube a Joaquim o tirocínio do caixeirato, do qual se libertou, como nos revela o quadro biográfico: as suas novas relações derivam do aproveitamento de novas oportunidades, que a sua habilidade nata para o desenho e a sua posição de ator dominado terão ajudado a potenciar. O ambiente lusófono em Pernambuco nos finais da década de 1840, aliado à vontade de aprender, podem ajudar a compreender a ida para os Estados Unidos, processo que lhe permitiria tornar-se num dos pioneiros da fotografia no Brasil e a dar espaço à sua arte de paisagista, pois, após um périplo por cidades da província, tornou-se num dos fotógrafos do Imperador e da elite do Rio de Janeiro, obtendo reconhecimento internacional.

No domínio comercial, as suas “cartes de visite”, que condensam a fotogravura, granjeiam-lhe o público geral, encenando retratos pessoais no seu atelier, transformado em espaço de representações que ajudavam a compor o retrato. Insere-se, por essa via, noutras redes, ao nível da proximidade do poder político, económico e cultural, ampliando em muito o seu capital social. Esse novo estatuto permitiu-lhe evoluir para uma situação de ator dominante, criando novos tipos de relação com jovens artistas a ponto de propiciar exposições no seu atelier e posteriormente ser um animador dos círculos artísticos da capital brasileira, mesmo com a emergência da República.

### 3.2 Francisco Alves de Oliveira – o editor e autor

Fig. 4 – Francisco Alves de Oliveira



Fonte: [https://plus.google.com/photos/108910226791795276936/albums/5127986450484\\_462353/5128308315333625202?banner=pwa](https://plus.google.com/photos/108910226791795276936/albums/5127986450484_462353/5128308315333625202?banner=pwa), acessado em 28 de setembro de 2011

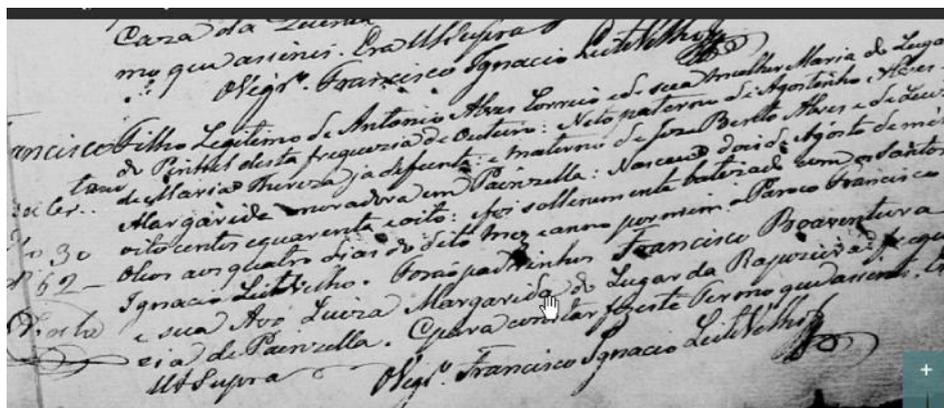
#### Descrição breve<sup>9</sup>

Francisco Alves de Oliveira nasceu no dia 2 de Agosto de 1848, na freguesia de Outeiro, concelho de Cabeceiras de Basto, aí permanecendo até Janeiro de 1863, altura em que, instado, através de carta de chamada emitida pelo seu tio Nicolau, a emigrar para o Rio de Janeiro, viaja para esta cidade para trabalhar numa casa comercial de materiais da marinha à vela. Paralelamente, prossegue os estudos no Colégio Vitória, nas proximidades da livraria do seu tio.

---

<sup>9</sup> Cruzamos informação local com MONIZ, Edmundo - *Francisco Alves de Oliveira (livreiro e autor)*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. BRAGANÇA, Aníbal - *Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro*, Comunicação ao I Seminário Brasileiro Livro e História Editorial, em 2004, acessível em: [www.livroehistoriaeditorial.pro.br](http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br). BRAGANÇA, Aníbal - A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. Abreu, Márcia, org. - *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas (SP): Mercado de Letras; ALB, 2002. p. 451-476.

Fig. 5 – Registo de batismo de Francisco Alves de Oliveira



Fonte: <https://www.familysearch.org/search/image/show#uri=https%3A//api.familysearch.org/records/pal%3A/MM9.3.1/TH-1-16373-32822-19%3Fcc%3D1850164%26wc%3D8111627,p.301>, acedido em 27 de Setembro de 2011

Quando Francisco Alves, como ficou conhecido, chegou ao Brasil, o seu tio – Nicolau António Alves – já aí se encontrava há 24 anos: nascido em 1827 em Cabeceiras de Basto, desembarca no Rio de Janeiro em 1839, com a idade de 12 anos, levando consigo o passaporte emitido pelo Porto em 2 de novembro de 1838.

Com a reforma na instrução primária e secundária (17.02.1854) do ministro Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, multiplicam-se as escolas e solicitam-se livros escolares no Brasil. Nesse mesmo ano, a 15 de agosto – dia de festa de N.ª S.ª da Glória (madrinha do Imperador), a Livraria Clássica foi inaugurada pelo português Nicolau António Alves, na rua dos Latoeiros 48 (atual Gonçalves Dias). Em 1862, respondendo à procura gerada pela reforma escolar, a Livraria Clássica editava o seu primeiro livro escolar: *Exposição do systema metrico decimal do Prof. J.R.F. Jordão*, com 4 mil exemplares. A novidade residia no contrato de edição, com o editor a assumir as despesas e, após a amortização do investimento, das receitas retiravam-se mensalmente 50% para o editor e 50% para o autor.

O interesse de Francisco Alves pela atividade do tio, fez com que, em 18 de agosto de 1868, Nicolau Alves celebrasse com o sobrinho um contrato de participação nos lucros. Mas, cinco anos mais tarde, em 1873, Francisco Alves ganhava autonomia e estabelecia-se por conta própria com livraria de livros usados (vulgar “sebo”) na Rua São José nº 126 (depois 118). Desenvolveu diversos trabalhos com a editora francesa Aillaud Couillard (Paris), mas, em 1877, liquidou o negócio para voltar a Portugal

e viajar pela Europa, nomeadamente por Paris por altura da Exposição Universal de 1878. Cinco anos depois foi, de novo, chamado pelo tio, em fase de afastamento, para participar do seu negócio. Em 10 de fevereiro de 1882, celebrou-se o contrato de formação da sociedade Alves & C<sup>a</sup>: Francisco Alves (15 contos de réis) associa-se ao tio Nicolau e assume a gerência da sociedade, ficando o tio apenas como sócio comanditário, prestador de capital (70 contos de réis). Desta sociedade fazia parte, também, António Joaquim Ribeiro de Magalhães (25 contos de réis) – português de Póvoa de Lanhoso (Castelhães) que terá emigrado em 1851 para o Rio de Janeiro com 12 anos e trabalhara antes na Livraria Sousa.

Em pouco mais de um ano, em 1883, Francisco Alves comprava as cotas de António Magalhães e assumia em pleno a direção da Livraria Clássica, cujo capital ascendia a 140 contos de réis – 60 seus e 80 do tio Nicolau. A crescente estabilidade e o sucesso adquirido na atividade livreira fizeram com que, em Julho desse ano, solicitasse cidadania brasileira, a qual lhe foi concedida. Imerso nos meios intelectuais, viria a tornar-se republicano e abolicionista. Entretanto, Francisco Alves publicava os seus próprios trabalhos, na maioria livros didáticos, sob o pseudónimo Guilherme do Prado ou F. d'Oliveira, tendo-se contabilizado 39 livros subscritos nestas condições.

No ano de 1894, abre uma filial da Livraria Clássica – a Alves & Companhia –, em S. Paulo (Rua da Quitanda, 9), nomeando para diretor o engenheiro Manuel Pacheco Leão (filho de Theophilo das Neves Leão – Professor da Inspectoria Geral da Instrução que Francisco conheceu no Colégio Vitória, onde obteve formação quando chegou ao Brasil na juventude). Decorridos 3 anos, Francisco Alves assumia integralmente a propriedade da empresa, com ajuste de cerca de 180 contos de réis ao tio. E, a 12 de outubro de 1897, inaugurava novas instalações da Livraria Alves no Rio de Janeiro, agora na Rua do Ouvidor, 134 – embora estreita, sombria e ruidosa, esta era a principal, mais limpa e mais elegante rua da cidade desde meados do séc. XIX até ao final dos anos 20 do século seguinte<sup>10</sup>.

Em 1903 a Livraria Clássica assumia o nome do seu proprietário e passava a chamar-se Livraria Francisco Alves, agora com Manuel Pacheco Leão como sócio e Paulo Azevedo como empregado “interessado”. Nos

---

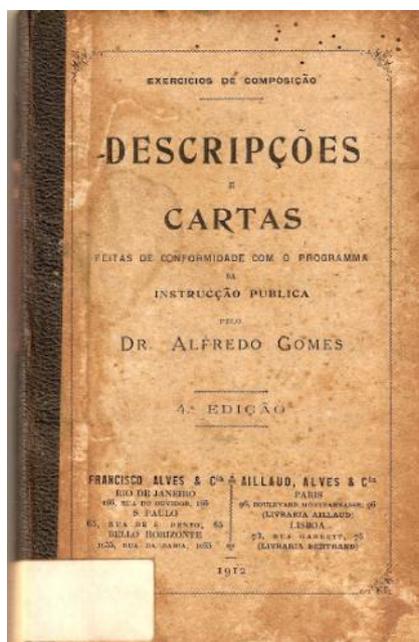
<sup>10</sup> PACHECO, Elsa e ALVES, Jorge Fernandes - Paisagem, memória e transportes urbanos. O Rio de Janeiro segundo João Chagas (1897). *História Unisinos*, Vol. 15, 2, maio/agosto (2011) 243-255.

anos seguintes, Francisco Alves comprou várias editoras brasileiras, assegurando a edição de importantes autores, e iniciou a sua expansão para a Europa, comprando também em Portugal, tendo reunido mais dez livrarias às três anteriores.

A associação ao francês Júlio Monteiro Aillaud, em 1907, e a assunção da direção de várias editoras portuguesas, como a Biblioteca de Instrução Profissional, A Editora (sucessora da casa David Corazzi) e a Livraria Bertrand, permitiram a difusão em Portugal dos trabalhos editoriais de Francisco Alves, figurando, nas duas primeiras décadas do século XX, com o registo editorial de *Aillaud, Bertrand, Francisco Alves*.

Sem nunca perder dos seus horizontes de negócio a expansão da rede de livrarias, em 1910 abre mais uma filial em Belo Horizonte. Sete anos mais tarde (27.06.1917), Francisco Alves morria, aos 69 anos, deixando a maior parte dos seus bens para a Academia Brasileira de Letras, que vendeu a editora a funcionários. Paulo de Azevedo assume o comando da empresa. A Livraria Francisco Alves ainda hoje existe.

Fig. 6 – Exemplo de livro didático, editado em 1912 pela Francisco Alves & C<sup>a</sup>, no Rio de Janeiro, S. Paulo e Belo Horizonte e pela Aillaud, Alves & C<sup>a</sup>, em Paris e Lisboa



Fonte: <https://plus.google.com/photos/108910226791795276936/albums/5127986450484462353/5128209316337451922?banner=pwa>, accedido em 28/9/2011

### **Comentário**

Na história que nos conduz da Livraria Clássica à ainda atual Livraria Francisco Alves subjaz uma rede familiar que liga dois cabeceirenses, tio e sobrinho. O modelo de partida repete-se: partem jovens (12 e 14 anos, respetivamente), dirigidos para o comércio para o Rio de Janeiro, um em 1838, outro mais tarde, apenas em 1863. Nesta configuração, o tio Nicolau funciona como um “nó” de uma primeira rede, centriptando o sobrinho Francisco e eventualmente outros sobrinhos de que só sabemos da sua existência no Brasil no fim do quadro biográfico. Mas Francisco será também um “nó” de redes posteriores.

Em 1863, Nicolau já estava há muito instalado com a livraria e editora, o sobrinho obteve arrumação noutra tipo de comércio, mas estuda à noite e ganha capital cultural. O tio associa-o depois ao negócio, mas o jovem quer ir mais longe e forma a sua própria livraria de livros usados, eventualmente pouco rentável que o leva a encerrar o negócio, obter algum pecúlio e retornar a Portugal. As posições dos atores parecem entrar em conflito: o ator dominado ou semi-dominado não aceita a hierarquia e autonomiza-se, ainda que num quadro de alguma fragilidade, que o leva à retirada para o país de origem, aonde regressa apenas como mais um “abrasileirado”, aproveitando para passear pela capital da cultura de então (Paris), certamente um sonho e instalar-se depois no Porto.

Por pouco tempo, pois o tio chama-o de novo, desta vez para sempre. Gradualmente, Francisco assume a responsabilidade e a propriedade da Livraria Clássica que transforma em Alves & C<sup>a</sup> e depois em Livraria Francisco Alves, através de um processo de trespasse gradual que era típico do comércio brasileiro de origem portuguesa: o titular, com o envelhecimento, afastava-se aos poucos, velava de longe pela reprodução do seu capital recebendo uma renda, até ter condições para o recuperar por inteiro. Francisco, certamente também positivista pela evidência da sua crença na ciência e na educação, aposta nas edições para o ensino, rodeia-se de pessoas que o aconselham neste domínio. Com a propriedade plena da casa comercial, qualifica-a ainda mais e amplia desmesuradamente a sua atividade, adquirindo mais livrarias não só no Brasil, como em Portugal e França, potenciando o negócio livreiro.

Os historiadores do livro e da cultura conferem a Francisco Alves um papel histórico na profissionalização do escritor no Brasil, ao seguir

o modelo do primeiro contrato do tio, pagando dignamente aos autores. Lançou as bases da edição escolar no Brasil. Depois dos anos 90, vinha regularmente à Europa, de dois em dois anos. Fanático pela Geografia e pela História, publicou livros sobre pseudônimo (Guilherme do Prado), falava francês, inglês, italiano. Editou numerosas obras, atlas, revistas. No final da vida, estava incompatibilizado com parte da família: irmã Júlia e cunhado Roberto Costa, sobrinhos, filhos de Nicolau e José, entretanto já falecidos; só mantinha relações com a irmã Margarida, viúva e sozinha, que auxiliava. Dificuldades de comunicação que, em teoria das redes, se podem classificar como “buracos estruturais”, que facilitam terceiros. Aqui ficavam em vantagem os homens de letras, os seus amigos: Sílvio Romero, Olavo Bilac, Afrânio Peixoto e muitos outros, cuja rede, sustentada na valorização cultural, explica uma tomada de decisão socialmente inesperada: o testamento garante a sua herança à Academia Brasileira de Letras (que lhe cultivará a memória do seu papel editorial e de benfeitor)<sup>11</sup>.

#### **4. Considerações finais**

Os emigrantes podem-se representar como “pontos” e e as suas relações como “linhas” nas teorias dos grafos. Neste texto, recuperamos dois “pontos” e algumas das “linhas” que os envolveram. Como se produzem, que sentidos assumem essas relações, que racionalidades produzem, em que medida condicionam a tomada de decisões? Não obstante a fragmentaridade dos dados biográficos de emigrantes históricos para este efeito, procurou-se neste texto equacionar uma leitura sustentada no quadro conceptual da teoria das redes sociais<sup>12</sup>, através de dois casos de emigrantes portugueses para o Brasil, cujas biografias estão bastante documentadas, embora noutras perspectivas de análise (história da arte, história cultural).

Para além da leitura realizada sobre cada um dos emigrantes, pode concluir-se que se vislumbra em ambos os casos a emigração em rede,

---

<sup>11</sup> <http://picasaweb.google.com/108910226791795276936/ExposicaoFranciscoAlvesOReiDoLivro>.

<sup>12</sup> LEMIEUX, Vincent; OUIMET, Mathieu - *Análise Estrutural das Redes Sociais*. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

subjacente ao destino tradicional para o comércio brasileiro oitocentista, dominado por portugueses já instalados, que atraíam ou eram apenas “alvos” de atração de jovens aspirantes a caixeiros, a quem acolhiam, ou funcionavam como “fontes” de informação ou mesmo como “intermediários” na arrumação, assegurando novas conexões, ou seja, produzindo “relações orientadas” aos recém-chegados.

Em ambos os casos, se observam processos de adaptação que permitem vislumbrar novos “caminhos”, pois as estratégias da emigração mudam em função da experiência migratória. É aqui que se enquadra a teoria dos *laços fortes* e dos *laços fracos* (Granovetter) nos processos de tomadas de decisão por parte dos emigrantes inseridos em redes: os laços fortes respeitam normalmente a parentes ou pessoas próximos, tendem a fechar-se sobre si mesmas, não abrindo horizontes por falta de informação nova, coarctando em muitas situações; os laços fracos desenvolvidos entre apenas conhecidos ou meros conhecidos, não amigos, tendem a produzir informação mais diversificada, abrindo-se ao exterior, “pontes locais” que facilitam novas oportunidades de emprego ou de opção de vida.

Sabe-se que o comércio tradicional dos portugueses no Brasil, para efeitos de persistência do negócio em mãos portuguesas que melhor garantiam a continuidade do negócio, utilizavam seletivamente as redes de “laços fortes”, selecionando os caixeiros que haviam de casar em família e/ou destinado ao trespasse da casa, mas fechando-os em casa sob um controlo rígido, como tão bem explica Gilbertyo Freire em *Sobrados e Mocambos*. Mas funcionavam também como redes de “laços fracos”, como forma de responder aos muitos portugueses que a eles acorriam com “cartas de recomendação”, fornecendo informações, dando conselhos e indicações, apontando possibilidades de emprego, funcionando apenas como “atores intermediários”.

Nos casos tratados, os dois jovens, embora, ao que tudo indica, apoiados inicialmente em redes familiares, rapidamente verificaram que adquiriam mais informação e conhecimento fora dessas redes familiares ou de vizinhança: na verdade, estas redes funcionavam geralmente para a inserção inicial na sociedade de acolhimento, mas depois cada um seguia o seu próprio rumo, diluindo-se os “arcos” dessas relações iniciais de orientação, tendo de se confrontarem doravante com as “arestas” das redes, ou seja, desenvolverem relações não orientadas, mas sobre as quais

teriam de tomar decisões. Verificou-se uma clara diferença no processamento migratório: Francisco Alves foi chamado pelo tio e herdou um negócio, o que significou menores custos (alojamento, procura de trabalho, menos desgaste psicológico), enquanto Joaquim Pacheco teve um destino onde nada era seguro, quer pelo contexto político à chegada (lusóforo), quer pelos apoios iniciais.

Em todo o caso, alguns emigrantes acertavam, trilhando novos “caminhos” que levavam a novas oportunidades: foi o que aconteceu com Joaquim Inseley Pacheco e Francisco Alves de Oliveira, que usaram a emigração como veículo de promoção social no lugar de destino, embora esquecendo a estratégia de retorno que sempre acompanhava os emigrantes à partida; entretanto, outros sulcariam as “cadeias” de uma orientação insuficiente ou inexistente, o que lhes não permitia acertar e os conduzia ao “isolamento” e/ou à discriminação social.